

CÁTIA PINTO ÉVORA

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM PERTURBAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NO INTERIOR ALGARVIO**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2019

CÁTIA PINTO ÉVORA

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM PERTURBAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NO INTERIOR ALGARVIO**

Mestrado em Educação Especial: Domínios Cognitivo e Motor

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Cláudia Cristina Guerreiro Luísa



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2019

*A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior
Algarvio*

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados encontram-se devidamente citados ao longo do texto, e constam da listagem de referências bibliográficas no final do trabalho.

(Cátia Pinto Évora)

Copyright

Cátia Pinto Évora

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho contei com a colaboração imprescindível de algumas pessoas a quem devo os mais sinceros agradecimentos. Por isso dedico as páginas que se seguem a todos os que de alguma forma me ajudaram a concretizar mais um objetivo pessoal.

À Professora Doutora Cláudia Luísa, orientadora desta dissertação, pela disponibilidade manifestada e apoio na elaboração da mesma, pela confiança incutida, pelo esclarecimento das minhas dúvidas, pela assertividade nas opiniões e sugestões, e pelos conselhos dados em todas as etapas do estudo. Por me ter ajudado a questionar quando fosse necessário, apresentando-me novas perspetivas e horizontes. A minha sincera gratidão!

Às entidades, às juntas de freguesias do concelho de Silves e à Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, que generosamente aceitaram colaborar no estudo e aos utentes, famílias e respetivos técnicos que prontamente se disponibilizaram para participar nas entrevistas. À psicomotricista da Casa do Povo, nomeadamente do projeto “Sorrir M”, que sempre demonstrou disponibilidade e amabilidade em ajudar-me a marcar as entrevistas com os utentes e famílias, contactando-me sempre para partilhar novidades.

À APEXA (Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve) que sempre me incentivou nas minhas escolhas e objetivos, ajudando-me sempre naquilo que precisasse para realizar este estudo, que mais tarde dará frutos a nível profissional nesta área.

À minha família e a todos os meus amigos que sempre estiveram ao meu lado a apoiar-me, quer nos meus sucessos quer nas minhas dificuldades, e que nunca me deixaram desistir de nada. Às minhas melhores amigas Dora e Rute que também sempre me apoiaram em tudo e me motivaram para conseguir alcançar todos os meus sonhos, acreditando em mim, mais do que eu própria, e por serem o meu porto seguro. Por fim ao meu amigo e namorado Miguel que tem sido o meu maior apoio no Algarve e que todos os dias me tem motivado para realizar este trabalho, recordando-me sempre que nunca devo duvidar das minhas capacidades e, principalmente, de mim própria. O meu sincero obrigado!

Resumo

O presente trabalho de investigação insere-se no mestrado em Educação Especial- Domínios Cognitivo e Motor, da Universidade do Algarve e tem como objetivo conhecer o modo de vida das pessoas com PDI no domínio escolar, profissional, social e familiar bem como perceber se estes contribuem para a sua inclusão na sociedade.

O método de investigação utilizado neste estudo foi de natureza qualitativa e descritiva. O estudo decorreu no concelho de Silves, na freguesia de São Bartolomeu de Messines, no Algarve, tendo como foco principal a Casa do Povo. Contudo, antes da escolha do campo de estudo realizou-se um diagnóstico de levantamento de dados sobre o número de pessoas com deficiência no concelho e as respostas sociais existentes, através da realização de nove entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pela intervenção social nas cinco freguesias do concelho. Esta recolha de dados permitiu concluir que a freguesia de São Bartolomeu de Messines era a que apresentava um levantamento mais detalhado, conhecendo o número aproximado de pessoas com deficiência (50) e dinamizando um plano de intervenção para minimizar as dificuldades apresentadas pelos mesmos, onde se destaca o projeto “Sorrir M”, coordenado pela Casa do Povo.

Após a delimitação do campo de estudo, os dados foram recolhidos através da técnica da entrevista semiestruturada, aplicada individualmente a sete utentes da Casa do Povo, a quatro famílias e a três técnicos do projeto “Sorrir M”.

Os resultados recolhidos revelam uma grande dificuldade de integração a nível social, escolar e profissional das pessoas com PDI (Perturbação do Desenvolvimento Intelectual), principalmente a partir do momento em que terminam a escolaridade obrigatória.

Palavras-chave: Perturbação do Desenvolvimento Intelectual; Inclusão; Respostas Sociais; Interior algarvio.

Abstract

This research work is part of the master's degree in Special Education - Cognitive and Motor Domain of Algarve's University - and the main purpose is to know the way of living of the people with Intellectual Development Disorder (IDD) in scholar, professional, social and familiar way, and also to understand how their social inclusion. The research method used in this study was used in a qualitative and descriptive way. The study took place in Silves county, in the parish of São Bartolomeu de Messines in Algarve, with focus on Casa do Povo, which is an institution that supports people with disabilities. Before choosing the study zone, a diagnosis was made of data on the number of people with disabilities in the county and the existing social responses, through nine semi-structured interviews with those responsible for social intervention in the five parishes of the county.

Analyzing this data, the parish of São Bartolomeu de Messines was the one that has a more detailed survey, knowing the approximate number of disabled people (50) and also was the one with an intervention plan to minimize the difficulties that they reveal, where the project "Sorrir M", coordinated by the Casa do Povo institution was the featured response to these people.

After delimitation of the study zone, the data were collected through the semi-structured interview technique applied individually to seven users of the Institution, four families and three technicians of the "Sorrir M" project.

The results of the data collected reveal a great difficulty to these people, in their integration not only in society but also educationally and professionally. For people with IDD (Intellectual Development Disorder) the inclusion, since they finish compulsory education is a difficult goal.

Keywords: Intellectual Development Disorder; Inclusion; Social Responses; Algarve Interior

Índice

Agradecimentos	v
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Introdução.....	1
I - Enquadramento Teórico.....	4
Capítulo I- A educação especial e inclusiva em Portugal	5
1.1. A evolução histórica da educação especial e inclusiva.....	5
1.2. Os direitos humanos das pessoas com deficiência	11
1.3. Os desafios da inclusão educativa e social em Portugal	14
Capítulo II- A Deficiência- PDI.....	22
2.1. As conceções da deficiência.....	22
2.2. A perturbação do desenvolvimento intelectual	25
2.3. A deficiência e as respostas sociais no Algarve: Concelho de Silves	28
Capítulo III- A família como agente promotor da inclusão	33
3.1. A deficiência e a família: expetativas e desafios	33
3.2. Redes de apoio social à família de pessoas com PDI	36
II - Estudo Empírico.....	39
Capítulo IV- Metodologia.....	40
4.1. Justificação do estudo	40
4.2. Problemática da investigação	43
4.3. Questão de Partida	44
4.4. Objetivos	44
4.4.1. Objetivo Geral.....	44
4.4.2. Objetivos Específicos	45
4.5. Os Participantes	45
4.5.1. Os utentes	45
4.5.2. As Famílias.....	48
4.5.3. Os Técnicos	49

4.6.	Natureza do estudo.....	50
4.7.	Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	52
4.7.1.	Entrevista semiestruturada	53
4.7.2.	Notas de campo	54
4.7.3.	Análise documental.....	55
4.7.4.	Análise do Conteúdo.....	56
4.7.5.	Procedimentos e tratamento de dados	56
4.7.6.	Questões de natureza ética	58
Capítulo V - Análise e discussão dos resultados.....		60
5.1.	Caracterização do contexto do estudo.....	60
5.2.	Categorização das entrevistas.....	61
5.2.1.	Percurso Escolar	61
5.2.1.1.	Adaptação na escola	62
5.2.1.2.	Relação com os colegas.....	63
5.2.1.3.	Relação com os professores.....	63
5.2.2.	Percurso profissional.....	66
5.2.2.1.	Experiência profissional e respetiva motivação para o emprego.....	66
5.2.2.2.	Relação com os colegas de trabalho e patrão.....	69
5.2.3.	Percurso Institucional.....	70
5.2.3.1.	Adaptação e acompanhamento na instituição	70
5.2.3.2.	Relação com os colegas e técnicos.....	73
5.2.4.	Acessibilidades/necessidades	74
5.2.4.1.	Dificuldades diárias.....	74
5.2.4.2.	Relações sociais (família e amigos)	76
5.2.4.3.	Os Apoios Sociais	78
5.2.5.	Inclusão	80
5.2.5.1.	Direitos humanos	80

5.2.5.2. Cidadania	82
Considerações Finais.....	85
Referências Bibliográficas	92
Apêndices	98
Apêndice I – Notas de Campo das entrevistas às entidades e juntas de freguesias do concelho	99
Apêndice I – 1. Junta de freguesia de Alcantarilha e Pera	99
Apêndice I – 2. Junta de freguesia de Silves (Ação Social)	100
Apêndice I – 3. Junta de freguesia de Algoz e Tunes	102
Apêndice I – 4. Junta de freguesia de São Marcos da Serra.....	104
Apêndice I – 5. Junta de freguesia de São Bartolomeu de Messines	105
Apêndice I – 6. Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines.....	107
Apêndice I – 7. Junta de freguesia de Armação de Pera	110
Apêndice II- Guiões de entrevistas	113
Apêndice II – 1. Guião de entrevista das entidades e juntas de freguesias do concelho	113
Apêndice II – 2. Guião de entrevista do técnico psicomotricista da Junta de Freguesia de Algoz e Tunes.....	114
Apêndice II – 3. Guião de entrevista dos utentes de São Bartolomeu de Messines .	115
Apêndice II – 4. Guião de entrevista das famílias	117
Apêndice II – 5. Guião de entrevista dos técnicos	119
Apêndice III- Consentimentos informados.....	121
Apêndice III- 1. Consentimento informado das Entidades e juntas de freguesias....	121
Apêndice III – 2. Consentimento informado dos Utentes	122
Apêndice III – 3. Consentimento informado- Famílias.....	123
Apêndice III – 4. Consentimento informado- Técnicos	124
Apêndice IV – 1. Transcrição da entrevista do Utente 1	125
Apêndice IV – 2. Transcrição da entrevista do Utente 2.....	130

Apêndice IV – 3. Transcrição da entrevista do Utente 3.....	132
Apêndice IV – 4. Transcrição da entrevista do Utente 4.....	135
Apêndice IV – 5. Transcrição da entrevista do Utente 5.....	138
Apêndice IV – 6. Transcrição da entrevista do Utente 6.....	141
Apêndice IV – 7. Transcrição da entrevista do Utente 7.....	145
Apêndice IV – 8. Transcrição da entrevista da Família 1.....	148
Apêndice IV – 9. Transcrição da entrevista da Família 2.....	153
Apêndice IV – 10. Transcrição da entrevista da Família 3.....	157
Apêndice IV – 11. Transcrição da entrevista da Família 4.....	162
Apêndice IV – 12. Transcrição da entrevista do Técnico 1.....	164
Apêndice IV – 13. Transcrição da entrevista do Técnico 2.....	172
Apêndice IV – 14. Transcrição da entrevista do Técnico 3.....	178
Apêndice V – Categorização das entrevistas.....	94
Apêndice V – 1. Categorização das entrevistas dos utentes.....	94
Apêndice V – 2. Categorização das entrevistas das famílias.....	105
Apêndice V – 3. Categorização das entrevistas dos técnicos.....	112
Volume CD-Rom.....	121

Índice de Quadros

Quadro 5. 1- Caracterização dos entrevistados- Os Utentes.....	45
Quadro 5. 2- Caracterização dos entrevistados- As Famílias.....	49
Quadro 5. 3- Caracterização dos entrevistados- Os Técnicos.....	50

Siglas e Abreviaturas

APEXA - Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve

APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais

APD - Associação Portuguesa de Deficientes

AAIDD - *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*

CDPD - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CERCIS - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade

CEI - Currículo Específico Individual

CID - Classificação Internacional de Doenças

CIF - A Classificação Internacional de Funcionalidade

CRPD - Convenção dos Direitos para Pessoas Portadoras de Deficiência

CRP - Constituição da República Portuguesa

DGIDC - Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EU - União Europeia

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

INE - Instituto Nacional de Estatística

n. ° - número

NEE - Necessidades Educativas Especiais

ODDH - Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PDI - Perturbação do Desenvolvimento Intelectual

p. pp. – página, páginas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

A presente investigação foi realizada no interior do Algarve, mais concretamente no concelho de Silves, na Freguesia de São Bartolomeu de Messines. A pertinência do tema deve-se ao elevado número de pessoas com PDI (Perturbação do Desenvolvimento Intelectual), no interior do Algarve e pelos desafios encontrados todos os dias, principalmente pela reivindicação dos direitos humanos para os cidadãos com deficiência, na procura de uma plena inclusão e participação na sociedade. O objetivo principal do estudo era conhecer o modo de vida das pessoas com PDI no domínio escolar, profissional, social e familiar bem como perceber se estes contribuem para a sua inclusão na sociedade.

Segundo Dias (2011), as pessoas com deficiências apresentam características diferentes das outras pessoas da sociedade que por vezes dificultam a sua inclusão social. Desta forma, cabe à sociedade estar preparada para receber estas pessoas de forma a usufruírem do direito à igualdade de oportunidades. Contudo, nem sempre as pessoas com deficiência sabem e conseguem usufruir desses direitos. Segundo Diniz, Squinca e Medeiros (2007), a deficiência é definida pela incapacidade que um ser humano se depara ao longo da sua vida, principalmente, na realização de atividades num determinado contexto social e cultural. Assim sendo, a pessoa com deficiência é vista pela população como um ser diferente, porque a própria sociedade não está estruturada de forma a incluir. A inclusão social para estas pessoas é difícil, uma vez que enfrentam diversos obstáculos como a grande necessidade de acessibilidades a nível arquitetónico, atitudinal, metodológico, instrumental e comunicacional.

A inclusão social deve ser vista como um todo, no sentido de abranger diversos níveis (profissional, relacional, académico, comunitário, etc.) e em todas as faixas etárias, pois cada caso necessita de apoios diferenciados. Contudo, no contexto real nem sempre é concretizada essa inclusão com sucesso, principalmente nos jovens que acabam o ensino escolar obrigatório e que se encontram na transição para a vida-adulta ou pós-escolar.

Antes de iniciar o estudo sobre o tema acima referenciado realizei uma leitura intensa sobre o diagnóstico social do concelho de Silves e constatei que existe um elevado número de pessoas com pelo menos uma deficiência/dificuldade. Através de uma breve pesquisa às respostas sociais do concelho também identifiquei que existe insuficiência de técnicos especializados e de respostas sociais locais na área de intervenção social. Nesse

sentido, surgiu a necessidade de realizar um estudo com o objetivo de caracterizar as respostas sociais do município de apoio às pessoas com deficiência, práticas de sinalização e as estratégias de intervenção. A falta de respostas no meio rural, para além de afetar a qualidade de vida dessas pessoas, a par do desconhecimento da população sobre a deficiência, pode contribuir para o isolamento social desses cidadãos. O concelho localiza-se em meio rural normalmente marcado por elevado desemprego, falta de ocupação profissional e dificuldades na formação/educação. O estudo tinha como questão de partida: perceber e avaliar em que medida as pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual se encontram incluídas no Interior Algarvio. Optou-se por um paradigma de natureza qualitativa e descritiva.

Numa fase inicial, realizou-se um diagnóstico de levantamento de informação sobre o número de pessoas com deficiência no concelho de Silves e as respostas sociais existentes, através da aplicação de nove entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pela intervenção social, nas cinco freguesias do concelho. No entanto, visto tratar-se de um concelho que abrange a zona litoral e interior do Algarve, e pela pouca informação acerca deste tema, decidi focar o meu estudo na freguesia de São Bartolomeu de Messines, a qual apresenta diversos locais povoados e isolados, com uma escassa rede de transportes públicos comparativamente com a região urbana. Num segundo momento realizou-se sete entrevistas semiestruturadas a utentes com deficiência intelectual, que frequentam o projeto “Sorrir M”, a quatro famílias e a três técnicos.

As motivações que me levaram à escolha do tema deste trabalho foram querer desenvolver as minhas competências na área da educação inclusiva, adquirindo as ferramentas necessárias para desenvolver respostas e soluções na área da deficiência e obter uma melhor perceção sobre as necessidades das pessoas com deficiência no Algarve. Outra motivação foi o facto de trabalhar numa instituição que luta para a inclusão das pessoas com deficiência (APEXA- Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve), onde estou integrada num projeto situado no concelho de Silves que pretende dar soluções a estes destinatários. Contudo, devido à falta de dados e registos sobre as pessoas com deficiência no concelho tornou-se bastante claro a necessidade urgente de realizar um diagnóstico intensivo, para saber em que medida essas pessoas se encontram incluídas no interior algarvio e de que forma é feita o seu processo de inclusão.

O presente trabalho está organizado em três partes divididas em capítulos. A primeira parte corresponde à sustentação teórica, resultados das pesquisas realizadas para o enquadramento da temática em estudo e contém três capítulos. O primeiro capítulo é

dedicado ao tema da educação especial e inclusiva em Portugal, o segundo debruça-se sobre a deficiência, especificamente, a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, e o terceiro incide na família como agente promotor da inclusão.

A segunda parte comporta a abordagem empírica e nela estão contidos dois capítulos, o quarto e o quinto. No quarto são apresentados os métodos e procedimentos utilizados para a recolha de dados, especificando-se a problemática, os objetivos, o tipo de estudo, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, os procedimentos e tratamento de dados e as questões de natureza ética. No quinto capítulo, apresentam-se os resultados recolhidos e analisam-se as categorias resultantes da análise de conteúdo das entrevistas realizadas. É neste capítulo que se procede a uma discussão dos resultados, procurando responder aos objetivos e questão de partida, com base na análise dos dados antes apresentados pelos diversos autores referenciados.

E por último, nas conclusões, apresentamos as ideias essenciais que resultaram de todo o processo de investigação, identificamos as limitações do estudo e desenvolvemos propostas para estudos futuros e sugestões de novas linhas de investigação, no âmbito da temática em análise.

Remetemos para os apêndices que integram este estudo os guiões e a transcrição das entrevistas, bem como a sua categorização. É com este último parágrafo que partimos para o enquadramento teórico exposto nos capítulos seguintes.

I - Enquadramento Teórico

Capítulo I- A educação especial e inclusiva em Portugal

Neste capítulo analisa-se a evolução histórica da educação especial e inclusiva, os direitos humanos das pessoas com deficiência e os desafios da inclusão educativa e social em Portugal. A sociedade atual, marcada pelas mudanças constantes, continua a ter muitas desigualdades, pois muitas mulheres e homens com deficiência não conseguem aceder a um trabalho digno e sustentável, mesmo quando completam a formação profissional ou o ensino superior. Perante estas situações de exclusão e de ausência de cidadania, a CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) sugere um caminho assente no conceito de igualdade inclusiva, que cria espaço para a diferença como fundamento da dignidade humana, reconhecendo as diferenças individuais e promovendo direitos iguais para todos. Para isso será importante promover adaptações, isto é, alterações que se tornam necessários para garantir às pessoas com deficiência igual gozo de direitos e liberdades fundamentais.

1.1. A evolução histórica da educação especial e inclusiva

Antes de surgir o conceito de inclusão, e ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram sujeitas à segregação durante muitos anos. Segundo Fernandes (2002, citado em Borges, 2011) perante os olhos da sociedade o que realçava era a anormalidade e a incapacidade dessas pessoas. Na fase em que a exclusão dominava na sociedade as pessoas com deficiência eram “(...)” ignoradas e perseguidas, vítimas de atitudes sectaristas, como o abandono e o extermínio.” (Jiménez, 1997, citado em Borges, 2011, p.6). Desta forma, até à idade média as pessoas com deficiência eram exterminadas ou abandonadas por serem consideradas pela sociedade aberrações e por possuírem espíritos malignos.

No século XIX, de acordo com Fonseca (1989, citado em Borges, 2011), começou-se a investigar mais sobre métodos para ensinar e treinar as competências das pessoas com deficiência, como se pode averiguar através do trabalho do médico Jean Marc Itard, que foi considerado o primeiro investigador a utilizar esses métodos e a acreditar que existiam inteligências educáveis. Segundo Borges (2011) a educação das pessoas com deficiência em Portugal iniciou-se no século XIX, direcionada em duas vertentes: assistencial (para a qual foram criados asilos) e educativa, que a partir de 1822, viu surgir o primeiro estabelecimento para atender surdos e cegos. No século XX após a

declaração de Genebra de 1924, o conceito da Educação Especial começou a sofrer mudanças. Contudo, essa declaração não teve um grande impacto no reconhecimento internacional dos direitos da criança.

Segundo Borges (2001), em 1929, foi concebida a Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal com o objetivo de formar turmas especiais que foram inauguradas nesse ano, em Lisboa. Com o Decreto-Lei n.º 35/801, de 13 de Agosto de 1946, começaram a ser implementadas as turmas especiais nas escolas primárias. A partir dos anos 50 surgem novos centros de intervenção e associações na área da deficiência, muito deles impulsionados por grupos de pais, tais como: Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral em Lisboa (1960); APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (1962); Centro de Paralisia Cerebral em Coimbra (1970); Associação Portuguesa para Proteção de Crianças Autistas (1971). A partir de 1975 começa-se a intervir na escola regular com os professores em itinerância e, um ano mais tarde, são criadas as equipas de educação especial, que pretendem integrar os alunos com deficiência nas turmas regulares. Segundo Afonso e Moreno Afonso (2005, citado em Borges, 2011) são criadas também as CERCI'S (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade) e outras instituições de apoio à deficiência mental, como a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, no Porto.

De acordo com Clough (2000, citado em Borges, 2011) até aos anos 50 começou a questionar-se o enquadramento legal da deficiência, e o ensino especial continuou a expandir, no sentido de proporcionar uma atenção educacional mais particularizada. Em 1948 nasceu a Declaração dos Direitos do Homem defendendo o direito à educação de todos os cidadãos. Na década 60, o conceito de Necessidades Educacionais Especiais começou a ser utilizado para identificar o aluno com deficiência. De acordo com Borges (2011) iniciou-se em diferentes países um importante movimento ligado à integração dos alunos com Necessidades Especiais no ensino escolar, pretendendo melhores condições para todos dentro da escola regular.

A Educação Especial é considerada uma modalidade de atendimento a crianças e jovens considerados com NEE (Necessidades Educativas Especiais), que surgiu nos anos 70, no seguimento do relatório Warnock, em 1978. Esta modalidade de atendimento centrado nas dificuldades do aluno e na criação de serviços especializados. Clough (2000, citado em Borges, 2011) reforça a importância em encontrar estratégias que melhoram a organização da escola na busca de educar verdadeiramente todos os alunos. Segundo ainda Borges (2011), em Portugal o conceito das NEE e o regime educativo especial

foram implementados na legislação em 1991, com o Decreto-lei nº 319/91, de 23 de agosto. O objetivo deste novo conceito propõe o abandono da categorização dos alunos, atuando num ambiente o menos restritivo possível e sob um ponto de vista educativo.

Em 1986 surge o conceito de “Inclusão” nos Estado Unidos da América, e culmina num movimento que tinha começado a aparecer, em 1959 na Dinamarca, com o objetivo de acabar com a segregação e a institucionalização no ensino especial. Segundo Borges (2011) as Nações Unidas anunciaram, em 1993, uma norma sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, que incentivavam os estados membros a assegurar a integração da educação especial no sistema educativo. Com o reconhecimento dos direitos das pessoas com NEE por uma educação comum, de qualidade e equitativa para todos, a Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência salientou a necessidade dos estados membros se comprometerem em executar um sistema de educação inclusiva. Em 1994, quando Portugal assinou a Declaração de Salamanca (UNESCO) e comprometeu-se a adotar os seus princípios, mas não tem sido uma tarefa simples, pois ainda persistem concepções, estruturas, normas e práticas incoerentes com os valores que visam a Educação Inclusiva. As mudanças conceituais nos últimos anos promotoras de uma escola inclusiva criaram, contudo, instabilidades e incertezas no sistema educativo que poderão ser também geradoras de situações de segregação e/ou exclusão social. Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994):

No contexto actual de N.E.E. devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas; étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Sendo assim a expressão N.E.E. refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm N.E.E., em algum momento da sua vida escolar. (pp.16-17)

De acordo com Borges (2011) a educação inclusiva começou a ser divulgada através da Declaração Salamanca, em 1994, anunciada pela conferência da UNESCO. Esta declaração defende a educação de todos os alunos em escolas regulares com base em práticas na área das necessidades educativas. As escolas regulares são vistas pela sociedade inclusiva como comunidades solidárias e de educação para todos. Além do

mais, possibilitam uma educação apropriada à maioria das crianças, promovendo a eficácia de todo o sistema educativo.

Mais tarde, em 1997, com o despacho 105/97, publicado em 1 de julho implementou-se nas escolas portuguesas o termo inclusão, substituindo o de integração. No entanto, segundo Rodrigues (2003, citado em Borges, 2011), a nível da execução tem se tornando num campo de controvérsia, onde se confrontam idealistas que defendem a necessidade da inclusão nas escolas, e os pragmáticos “(...) conotados com posições favoráveis a que os alunos assumam precocemente um lugar adequado às características que alguém julga que eles possuem” (p.17). Para combater a exclusão tornou-se necessário criar uma revolução curricular, com o objetivo de desenvolver respostas para os alunos com NEE (apoio pedagógico, diferenciação e flexibilidade curricular, critérios de avaliação adaptados, currículos alternativos, etc).

Segundo Ainscow e Ferreira (2003), a filosofia da inclusão defende uma educação que seja eficiente para todos e baseia-se no princípio de que a escola deve possibilitar oportunidades a todos os alunos, apesar das suas necessidades pessoais ou sociais. Nos últimos anos, em muitos países tem havido uma grande preocupação em implementar o conceito de educação para todos e uma maior consciencialização daquilo que ele acarreta. O aparecimento da educação inclusiva tem colocado em dúvida o pensamento existente sobre as NEE (Necessidades Educativas Especiais), formando uma forte crítica acerca das práticas do sistema educativo em geral.

De acordo com Rodrigues (2000, citado em Borges, 2011), a inclusão unificou uma interrupção com os valores da educação tradicional, pois este novo conceito não se trata de um conjunto de documentos legais nem um novo nome para substituir a integração, mas consiste, sim num novo paradigma de ensino, que envolve os valores de respeito, solidariedade e eficácia para todos os alunos. Contudo, para Correia (2003) essa mudança deveria ser tratada com cuidado para que não se desprezem os apoios e o papel da educação especial, evitando também os fundamentalismos excessivos em relação à inclusão de todos os alunos com NEE nas turmas regulares. De acordo ainda com Rodrigues (2000, citado em Borges, 2011) sendo a escola uma estrutura que durante mais de século e meio funciona de forma seletiva, transformar-se num curto período de tempo numa escola inclusiva é bastante desafiante e questionável para muitos. Alguns autores têm uma opinião diferente sobre a implementação da educação inclusiva na prática. Para Correia (1997, citado em Borges, 2011), se as leis criadas para garantir a inclusão no ensino regular fossem implementadas haveria uma educação inclusiva mais coerente para

todos os alunos com NEE, pois refere que existe uma grande discrepância entre o que está legislado e o que realmente ocorre na prática.

Com a introdução do normativo legal, Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, este trouxe à discussão pública a educação especial, a inclusão, a deficiência, as NEE e todos os conceitos ligados. Segundo a Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (2009), o Decreto-lei nº 3/2008 aplica-se a todos os alunos que apresentam Necessidades Educativas Especiais consequentes de problemas nas funções cognitivas e motoras, incluindo problemas como a dislexia e a deficiência mental. Os estabelecimentos de ensino organizam uma resposta direcionada somente aos alunos que requerem medidas educativas particulares e de equipamentos especializados. O principal objetivo é proporcionar mecanismos que permitam encaminhar estes alunos para as escolas e assegurar condições de qualidade em prol da inclusão. Em 2009 surge uma nova legislação, o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, a partir do qual foi criado o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Depois em 2010 surge o despacho normativo n.º 6/2010, de 19 de fevereiro, que veio normalizar o processo de avaliação dos alunos com NEE, esclarecer e proporcionar informação complementar referente ao processo de avaliação instituído no Decreto-Lei nº3/2008.

Em 2018, introduziu-se uma nova legislação sobre a Educação Inclusiva, o Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho. Segundo o Diário da República (2018), o Programa do XXI Governo Constitucional determinou como prioridade apostar numa escola inclusiva para todos os alunos, que independentemente da sua condição quer pessoal ou social possam encontrar respostas que lhe proporcionam competências a nível educativo e formativo em prol da sua plena inclusão. Esta grande aposta vem realizar o direito a uma educação inclusiva para todos os alunos que possam superar as suas expectativas e competências, e adquirirem condições de equidade. Este decreto-lei tem como foco principal a necessidade de cada escola reconhecer a vantagem da diversidade dos seus alunos, de forma a encontrar estratégias de lidar com as diferenças e adaptar os métodos de ensino conforme as características cada aluno. Com isto, ocorre uma aposta determinante na autonomia das escolas e dos profissionais, nomeadamente através da constante intervenção por parte dos docentes de educação especial, definindo estratégias adequadas de diversidade curricular. De acordo, ainda com o Decreto-Lei nº54/2018, tendo em conta as competências profissionais atuais nas escolas em Portugal, o Governo pretende desta forma criar condições para que as escolas possam aumentar os padrões de qualidade nas diversas ofertas educativas e formativas. Nos casos com maiores

dificuldades de participação no currículo, é da responsabilidade da escola determinar o processo para identificar os obstáculos de aprendizagem com que cada aluno se depara e definir a diversidade de estratégias para as superar. As metodologias implícitas ao atual decreto-lei encontram-se centradas na abordagem universal para a aprendizagem e no acesso ao currículo. Segundo o novo Decreto-Lei nº54/2018:

Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização, da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses. (p.2919)

Portanto, segundo com o Decreto-Lei nº54/2018 remove-se o pensamento de que é necessário classificar os alunos por categorias. Pretende-se garantir que todos os alunos alcancem a saída da escolaridade obrigatória, mesmo que através de percursos diferentes, os quais permitam a cada aluno evoluir no currículo para o seu sucesso educativo. Assim sendo, o presente decreto-lei afirma uma abordagem centrada no percurso escolar de cada aluno, certificando uma educação e um acompanhamento de qualidade ao longo do ensino obrigatório.

Segundo Sanches (2005), a inclusão defende uma educação eficiente para todos, onde a escola deve desempenhar um papel central na satisfação das necessidades de todos os alunos, quer sejam pessoais, psicológicas ou sociais. Portanto trata-se de desenvolver apoios para que a escola possa ter as condições adequadas para educar com sucesso a diversidade dos seus alunos, combatendo a desigualdade e a exclusão social. A educação inclusiva é um grande desafio para alcançar uma educação para todos. Foram realizados diversos estudos para analisar diferentes formas de fornecer respostas educativas adequadas às crianças com deficiência e às que têm dificuldades de aprendizagem. Com o passar dos anos as escolas começaram a ter uma visão diferente da inclusão, colocando-a em prática. O conceito de inclusão é visto de diferentes formas. Segundo Warwick (2001):

A inclusão mais do que um juízo de valor é uma forma de melhorar a qualidade de vida, onde a educação pode desempenhar um papel primordial ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todo aquele que chega de novo. (p.35)

Após a apresentação sucinta da evolução histórica da educação especial e inclusiva em Portugal, segue-se no seguinte capítulo os direitos humanos das pessoas com deficiência.

1.2. Os direitos humanos das pessoas com deficiência

Segundo o ODDH- Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2018), no seu relatório “*Pessoas com Deficiência em Portugal- Indicadores dos Direitos Humanos 2018*” podemos compreender a evolução alcançada em relação aos direitos humanos dessas pessoas em três áreas (Educação, Trabalho e Emprego e Condições de Vida e Proteção Social). Em relação ao emprego, os dados apresentados nesse relatório indicam que, em 2017 havia cerca de 12911 pessoas com deficiência desempregadas inscritas nos centros de emprego, isto significa que ocorreu um aumento de 24,0% em relação a 2011 (10408 pessoas com deficiência no desemprego). Portanto, entre 2011 e 2017 começou a agravar, havendo um aumento do desemprego das pessoas com deficiência, à exceção de dois anos: 2014, no qual se verificou uma queda de 272 inscritos em relação a 2013, ou seja, 2,0%; 2017, onde também se deu uma queda de 272 inscritos em relação a 2016. Estes dados comparam com a queda acentuada que houve do desemprego na população em geral, ou seja, 34,5% entre 2011 (576383 inscritos) e 2017 (377791 inscritos), e 19,3% em relação a 2016 (468282 inscritos). O relatório indica também que, em 2017, a maioria das pessoas com deficiência tinham mais de 25 anos (86,8%), procuravam um novo emprego (81,6%) e estavam desempregadas há mais de um ano (60,4%).

Na área da educação, segundo ODDH (2018), verifica-se que nos anos letivos 2016/17 e 2017/18 registou-se um aumento de alunos com Necessidades Educativas Especiais, especialmente, no ensino secundário (+15%). Pode-se certificar também que, 57% dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI) passam menos de 40% de tempo letivo com a turma. No ano letivo 2017/18, 181 alunos com deficiência física e sensorial entraram no ensino superior, ou seja, mais 28% do que no ano letivo anterior. Outro aspeto importante foi que, apenas metade das instituições de ensino superior

forneem adaptações e recursos de apoio a alunos com deficiência, tais como: edifícios acessíveis (56%), regulamentos específicos (56%), *websites* acessíveis (52%) e serviços de apoio (46%). Segundo ODDH (2017) 99% dos estudantes com deficiência encontram-se no ensino regular, sendo 86% em escolas públicas.

Em relação à área de condições de vida e proteção social, de acordo com ODDH (2018), o risco de pobreza e exclusão social em Portugal é muito mais elevado nas pessoas com deficiência, quer na população entre 16-64 anos quer no grupo com mais de 65 anos. Verifica-se também um grande número de beneficiários do sexo masculino em todas as prestações relacionadas com a deficiência, nomeadamente, os subsídios de educação especial, a bonificação do abono de família e os subsídios por assistência da terceira pessoa. Segundo ODDH (2017), o maior risco de pobreza é encontrado entre as pessoas com deficiência que vivem com reduzida intensidade laboral (23,1%) ou baixo rendimento (24,8%). Em todos os distritos do país, o número de vagas para pessoas com deficiência em lares residenciais é muito superior face ao número de vagas em residenciais autónomas.

Segundo ODDH (2018), os dados dos censos de 2011, em Portugal, revelam que, aproximadamente, 1 milhão e 900 mil portugueses apresentam extrema dificuldade em realizar pelo menos uma de seis atividades da vida diária: andar (25%), ver (23%), memorizar (17%), ouvir (13%), tomar banho/vestir-se (12%), compreender (10%). Embora haja necessidade de um inquérito nacional sobre a temática da deficiência, para que fosse possível avaliar com maior precisão a complexidade deste fenómeno. Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) esta refere a necessidade de maior dignidade e autonomia individual, eliminando as barreiras estruturais que têm dificultado a sua participação nas diversas esferas da vida, criando desvantagens sociais e económicas que necessitam de ser revertidas.

Segundo ODDH (2018), os indicadores que se verificam no relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal- Indicadores dos Direitos Humanos 2018” confirmam a realidade de que as pessoas com deficiência em Portugal continuam a ser um grupo que se confronta com o preconceito e a discriminação (direta ou indireta), que lhes rejeita a liberdade e os seus direitos, encaminhando-as para situações de pobreza e de exclusão social. Um domínio onde é muito visível esta discrepância é na área do trabalho. Através do trabalho a pessoa adquire autodeterminação individual, bem-estar e sustentabilidade para satisfazer as suas necessidades básicas, mas também afirma a sua identidade, de forma a desenvolver as relações sociais. Contudo, segundo os dados do relatório a maioria

das pessoas com deficiência não conseguem aceder a um trabalho digno e sustentável, mesmo que tenham concluído uma formação profissional ou o ensino superior. Portanto, a maioria dessas pessoas encontram-se numa situação de vulnerabilidade psicológica devido às atitudes discriminatórias e à dificuldade na aquisição de novas competências, podendo levar a sentimentos de frustração, de insegurança e baixas expectativas face aos projetos de vida.

Relativamente a estas situações de exclusão segundo ODDH (2018), a CDPD recomenda um caminho baseado no conceito da igualdade inclusiva. Este modelo integra uma dimensão de adaptação plausível, que cria espaço para a diferença como fundamento da dignidade humana. Portanto, isto significa que na perspetiva da CDPD a igualdade e inclusão só se tornam alcançáveis quando são identificadas e atendidas as diferenças de a cada pessoa, promovendo os direitos de igual forma para todos. Surge assim o conceito de adaptação razoável como elemento fundamental do projeto de sociedade, que a convecção prossegue, baseado no reconhecimento do princípio da diversidade humana. No entanto, para que seja possível as pessoas com deficiência participarem em condições de igualdade terá que haver diversas adaptações, ou seja, alterações que possam garantir de igual forma os direitos e liberdades fundamentais, como por exemplo: a alteração de equipamentos, a reorganização de atividades, o ajustamento de horário, ajustamentos curriculares e de estratégias de ensino para acompanhamento em múltiplas áreas (expressão da vontade e decisão pessoal, desempenho profissional, participação social ou económica., etc.). A implementação de adaptações é um processo que exige sempre diálogo com a pessoa com deficiência, que deve tomar parte ativa na delimitação de soluções a realizar em cada caso. O direito a adaptações não se deve confundir com o dever da garantia de acessibilidades, pois é uma salvaguarda de não-discriminação e a única forma de certificar a igualdade de facto.

Contudo, de acordo com ODDH (2018), os dados do relatório e alguns testemunhos indicam, por ignorância, a negação sem fundamento de adaptações sucedidas nos diversos setores da vida social, formando uma violação do princípio da não-discriminação e um obstáculo persistente à igualdade inclusiva. Para finalizar o primeiro capítulo da fundamentação teórica, serão apresentados em seguida os desafios da inclusão educativa e social em Portugal.

1.3. Os desafios da inclusão educativa e social em Portugal

Antes de abordar os desafios da inclusão educativa e social em Portugal, nomeadamente, a importância da prática da cidadania é importante definir o conceito da cidadania. Segundo Rosário (2015), a cidadania é um estatuto, ou seja, a qualidade de um membro de uma comunidade política. De acordo, com o artigo 4º da Constituição da República Portuguesa, os cidadãos portugueses são todos aqueles que sejam considerados pela lei. Nesse sentido, é por referência a este conceito que definimos “a gente”, o povo, componente de uma certa comunidade ou sociedade realizada no Estado. O Estado democrático integrará então esse estatuto, ou seja, o direito em participar no Estado. Segundo Miranda (2006, citado em Rosário, 2015) cada estado, conforme a maneira de ser de cada comunidade é que lhe dá vida, escolhe e estabelece os critérios da cidadania. Apesar da dependência que existe em relação ao direito internacional, faculta-nos princípios pelos quais os estados devem orientar os seus critérios para a atribuição de cidadania, dos quais se destacam: o princípio do alcance individual ou a perda de cidadania; o princípio da proibição da discriminação; e o princípio da proibição de qualquer estado dispor sobre as condições de aquisição ou perda de uma cidadania estrangeira, entre outros princípios.

Segundo Rosário (2015) a referência da cidadania no direito português compromete a abordagem de questões fundamentais, das quais: primeiro a prevalência de que qualquer filho de português é ou pode vir a tornar-se cidadão português, porém nem todo aquele que nasce em Portugal pode ser considerado cidadão; segundo a obrigação do princípio da igualdade e a inexistência de qualquer ato discriminatório baseado na descendência; terceiro reparar que mesmo que um cidadão português se nacionalize noutro estado, se a pessoa não abdicar da cidadania portuguesa ela mantém-se. Portanto, a cidadania é um aspeto central entre a pessoa e o Estado, em específico desde os anos 70 do século passado, como o surgimento de novas formas de cidadania, que substituiu o modelo da cidadania política, social e civil sugerido por Thomas Humprey Marshall.

Segundo Fontes (2006b) o movimento de pessoas com deficiência em países como o Reino Unido e os Estados Unidos tornou-se fundamental na alteração das suas vidas, levando-as questionar a exclusão e a opressão social a que eram sujeitas. Portugal não é a exceção, pois a sua história demonstra a importância da participação das pessoas com deficiência na organização do seu futuro e na expansão do conceito de cidadania. Em Portugal, a conceção de cidadania progrediu de um conceito bastante limitado em termos

de género, classe social, situação face ao trabalho, deficiência e orientação sexual entre outras, para um conceito mais inclusivo que abrange uma maior diversidade de pessoas (mulheres, crianças, pessoas com deficiência, entre outros grupos). Segundo Hoffman (2004), o conceito de cidadania torna-se numa conceção dinâmica, ou seja, um conceito intrínseco à condição humana com capacidade de se adequar e evoluir consoante com as diversas necessidades de cada pessoa. Contudo, de acordo com este autor existem conceitos estáticos, isto significa que não podem ser reedificados por serem profundamente opressivos e excludentes (por exemplo, conceitos como estado, sexismo, homofobia, racismo, violência, patriarcado, entre outros).

Segundo Turner (1986), a partir de 1960 o aumento e a variedade do conflito social contribuiu muito para a noção da cidadania e levou à exigência de uma maior participação dos cidadãos nas atividades do Estado por parte de novos movimentos sociais que forçaram o alargamento dessa conceção. Tendo em consideração a divisão da cidadania em três partes: civil, política e social, os novos momentos sociais têm ordenado novas formas de cidadania, que abrangem a cidadania sexual ou ecológica. As primeiras organizações de pessoas com deficiência em Portugal iniciaram-se em 1920 e 1930. Essas organizações elaboradas por cegos e surdos, direcionadas numa única incapacidade não compunham um movimento social. Segundo Oliva (2001), a conexão entre os diferentes grupos era bastante restrita, existindo até disputa entre as organizações. Estas iniciativas procediam de uma filosofia direcionada da caridade e muitas destas organizações foram comandadas por pessoas sem deficiência até 1974. De acordo com Fontes (2008), o começo da guerra colonial e a entrada de muitas jovens com incapacidade em Portugal, consequente desse conflito, deram início a uma nova compreensão sobre a deficiência em Portugal.

Atualmente, os novos movimentos sociais têm originado novas formas de cidadania, tais como a cidadania sexual, a cidadania ecológica, a cidadania de igualdade de género, etc. De acordo com Rosário (2015) em resultado da guerra colonial e do número de pessoas com deficiência que esta provocou, foi fundada a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), a qual acolheu desde o início todos os tipos de incapacidades. No entanto, após a revolução de 1974 houve um aumento significativo do número de instituições privadas para apoiar os cidadãos portadores de deficiência.

Nos dias de hoje, aproximadamente, 10% da população da União Europeia apresenta algum tipo de deficiência (50 milhões). Segundo Rosário (2015) a União Europeia na sequência da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos para Pessoas

Portadoras de Deficiência (UNCRPD) e o plano de ação a favor das pessoas com deficiência (2004-2010) decidiu elaborar um plano estratégico para o período entre 2010-2020 com a finalidade de excluir os obstáculos constantes na vida destas pessoas. Nesse plano foi estabelecido um quadro de ação com oito áreas prioritárias: a) acessibilidade (estabelecer condições para um fácil acesso aos serviços e produtos; b) participação (garantir que todos os cidadãos com deficiência possam usufruir de todos os benefícios a que têm direito, certificando a eliminação dos obstáculos à participação na vida pública); c) igualdade (combater a exclusão social e promover a igualdade de oportunidades); d) emprego (promover a integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e) educação (desenvolver um sistema de educação inclusivo; f) proteção social (assegurar a existência de condições de vida adequadas, combatendo a pobreza); g) saúde (assegurar a igualdade no acesso aos cuidados de saúde); h) ação externa (promover os direitos das pessoas com deficiência).

Segundo Rosário (2015) a política nacional para a inclusão e a reabilitação dos cidadãos com deficiência encontra-se representada pelos princípios destacados na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei nº 38//2004, de 18/8, que anula a Lei nº 9/89, de 2/5. Esta nova lei estabelece as bases gerais do regime jurídico da prevenção, competência, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Portanto, no âmbito dos direitos sociais estes contemplam a discriminação jurídica positiva para os cidadãos com deficiência, e pressiona ao Estado deveres específicos na elaboração e configuração do direito e na formação de condições materiais para a satisfação dos direitos destes cidadãos. De acordo com Rosário (2015) o artigo 71º da CRP antevê o estatuto legal específico do cidadão com deficiência:

Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos os deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores;

O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência. (p.309)

Segundo Fontes (2006b), em 1972 quando se deu a discussão de uma lei sobre a reabilitação e a integração de pessoas com deficiência, foi formada a primeira organização de pessoas com deficiência, em Portugal, que inclui todos os tipos de incapacidade, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Esta associação foi responsável por organizar o primeiro encontro de pessoas com deficiência em 1978 e o primeiro congresso nacional em 1980. O final da ditadura em Portugal, possibilitou realmente a mudança da deficiência numa questão política, a partir de novas vozes reivindicativas. Através das organizações comandadas por pessoas com deficiência na luta pelos seus direitos foi criado o movimento de pessoas com deficiência em Portugal. No entanto, as políticas sociais na área da deficiência têm causado um baixo impacto em Portugal e na capacidade em mudar a vida das pessoas com deficiência.

Segundo Fontes (2009) a exclusão social e a opressão dessas pessoas é sustentado não apenas pelo baixo nível de apoio pecuniário e dos serviços fornecidos, mas principalmente pela filosofia da base estruturante destas políticas. As políticas sociais desenvolvidas na área da deficiência, em Portugal baseiam-se muito nas necessidades e não nos direitos, ou seja, centram-se mais na prestação de cuidados e menos em direitos de cidadania. Portanto, os serviços e os subsídios não são produzidos enquanto direitos consequentes do estatuto de deficiência direcionados às pessoas com deficiência, mas sim enquanto rede de segurança que alcança as pessoas com deficiência, de acordo com os critérios de necessidade. Assim sendo, o objetivo da maioria destas políticas sociais não é verificar os direitos de cidadania das pessoas com deficiência, mas sim compensar aqueles que ficaram incapacitados na guerra, no trabalho ou aqueles que já nasceram com essa condição. Essa compensação, normalmente, é feita através de pensões de guerra, subsídios por deficiência, isenções fiscais, serviços de reabilitação ou serviços exclusivamente para pessoas com deficiência (estruturas residenciais, centro de atividades, educação especial, etc.)

Segundo Fontes (2006b), as políticas sociais em Portugal apoiadas na ideia de cidadania das pessoas com deficiência são uma prática ainda muito recente e surgem apenas a partir de 2000, através da aprovação de documentos, como a Lei Anti discriminação das pessoas com deficiência (Lei 46/2006) ou o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (Resolução do Conselho de Ministros 120/2006, 21/09/2006).

De acordo com Priestley (2001), calcula-se que aproximadamente uma em cada dez pessoas é apresenta uma deficiência. Segundo os censos de 2001, recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (2002, citado em Fontes, 2006a), foram registados, cerca de 634.408 pessoas com deficiência em Portugal, correspondendo a 6,1% da população portuguesa residente. Segundo Rae (1989) o aumento da esperança de vida modificou cada ser humano numa possível pessoa com deficiência, pelo que todos os corpos são provisoriamente aptos. Contudo, verifica-se o fortalecimento da correspondência entre deficiência e discriminação, pobreza e exclusão social, colocando as pessoas com deficiência entre os mais desfavorecidos na sociedade. De acordo com Turmusani (2002), este acontecimento aumentou visto que as sociedades desenvolvidas se encontram estruturadas em volta das necessidades das pessoas sem deficiência. Para Stone (2001) existe um ciclo vicioso, ou seja, a pobreza cria incapacidade, e a incapacidade numa sociedade com pessoas com deficiência altera-se em pobreza. Portanto, como destaca Priestley (2001) “as pessoas pobres têm uma maior probabilidade para serem afectadas por uma incapacidade, e as pessoas com deficiência têm uma maior probabilidade de viverem na pobreza” (p.74).

De acordo ainda com Fontes (2006a), o cenário retratado em Portugal revela, por parte do Estado português, desrespeito pelas pessoas com deficiência. Apesar do evidente desenvolvimento, após 1974 das políticas sociais de apoio à deficiência em Portugal, continua a haver ainda uma grande lacuna nesta área. Continuam a existir diversas barreiras, quer físicas, sociais ou psicológicas na vida das pessoas com deficiência, que as impossibilita de exercer os seus direitos de cidadania e de poder disfrutar de uma vida com autonomia, como qualquer outro/a cidadão/a. Portanto, para Fontes (2006a) o sistema de políticas de deficiência criadas em Portugal, define-se por uma falta de organização e planificação, pela construção de forma lenta e muitas vezes irresponsável. Recentemente estas políticas foram ideologicamente fundamentadas num modelo médico e individual de deficiência, cujos reflexos podem ser comprovados na falta de capacidade para questionar e excluir qualquer ato de discriminação para com as pessoas com deficiência em Portugal. Estas políticas para a inclusão das pessoas com deficiência foram responsáveis pela conceção de um “Subsidiodependência”, cujos reflexos são evidentes para as suas vidas e expetativas.

Para Fontes (2006a) apenas recentemente se presenciou o aparecimento de uma nova abordagem política, focada nos direitos das pessoas com deficiência, que se designa por “paradigma da cidadania”. Este paradigma ainda é muito recente para que se possa

fazer uma avaliação do seu impacto na sociedade, porém através da avaliação do movimento de pessoas com deficiência e os diferentes relatórios sobre a aplicação das 7 medidas aparentam mostrar o seu carácter imprudente. Na perspetiva de Fontes (2006a) será fundamental haver uma espécie de revolução nas vidas das pessoas com deficiência em Portugal que possibilite a sua emancipação social. Porém, apenas será possível se existir o aprofundamento do Estado-providência e de políticas sociais eficazes segundo um modelo social da deficiência. Portanto, apenas assim seria possível haver uma verdadeira transformação na vida das pessoas com deficiência e, desta forma, atingir a cidadania nacional.

Relativamente à prática da cidadania em contexto educativo e social, segundo a Direção-Geral da Educação (2012), aquela consiste num processo participativo, individual e coletivo, que recorre à reflexão e à prática sobre os problemas de cada um e da sociedade. A cidadania envolve, por parte de cada pessoa e daqueles com quem interagem, uma tomada de consciência, cujo progresso acompanha as dinâmicas de mudança social e de intervenção. O conceito de cidadania representa uma atitude, um comportamento e um modo de estar na sociedade que tem como referência os direitos humanos, principalmente, os direitos da igualdade, da democracia e da justiça social. Em contexto educativo, a educação para a cidadania pretende contribuir para a formação de pessoas conscientes, autónomas e solidárias, que compreendem e executam os seus direitos e deveres em diálogo com os outros, tendo um espírito democrático, criativo, crítico e pluralista.

Segundo a Direção-Geral da Educação (2012), os estabelecimentos de ensino formam um contexto fundamental para a aprendizagem e a prática da cidadania, onde nela se destacam preocupações transversais à sociedade, envolvendo diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: direitos humanos; desenvolvimento sustentável; empreendedorismo; igualdade de género; educação para a saúde e a sexualidade; educação intercultural; voluntariado, entre outros. A sua inserção no currículo necessita de igual forma, uma abordagem transversal quer nas disciplinas quer nas atividades/projetos, desde o ensino básico até ao secundário, tendo em conta com os princípios estipulados no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho. Implícito a esta conceção educativa, encontra-se uma visão integradora em diversas áreas do saber, que percorre toda a prática educativa e que considera primordial uma vivência de escola de forma coerente com uma visão inclusiva e de cidadania para todos.

De acordo com a Direção-Geral da Educação (2012), a abordagem curricular da educação para a cidadania pode adotar diversas formas, conforme as dinâmicas assumidas pelas escolas, no âmbito da sua autonomia, nomeadamente, através da criação de projetos e atividades em parceria com as famílias e entidades intervenientes nesse âmbito. Contudo, sendo considerada uma disciplina não obrigatória é dada às escolas a livre escolha de a integrar como disciplina autónoma nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos de ensino básico. Assim sendo, a educação para a cidadania pode ser desenvolvida conforme as necessidades específicas da comunidade educativa, articulando com os objetivos delimitados em cada projeto educativo.

Para conhecer os desafios da inclusão social é essencial compreender este conceito. Segundo Dias (2011), o conceito de inclusão social é “o acto ou efeito de integrar o indivíduo de forma a viver em sociedade e a fazer parte do seu corpo social” (p.8). Na perspetiva de Dias (2011), desde sempre a inclusão social tem estado presente na sociedade, nomeadamente, na forma como se encontra organizada, e na maneira como os indivíduos se desenvolvem e estão inseridos. O ser humano quando nasce começa de imediato a desenvolver-se e a iniciar o processo de inclusão social, à medida que se vai inserindo na sociedade envolvendo-se ativamente em diversos sistemas ao seu redor. Desta forma, a inclusão social processa-se ao longo da vida de cada indivíduo.

De acordo com Candeias (2009), a inclusão é um processo que respeita e reconhece a diferença e o direito de todas as pessoas a terem um papel fundamental na sociedade. Este processo possibilita a cada pessoa conseguir desenvolver as suas competências e viver uma vida plena de oportunidades. Para Louro (2001), o conceito de inclusão social consiste numa qualidade de vida que a sociedade pode fornecer aos cidadãos, nomeadamente, às pessoas com deficiência. Segundo Lennart Kohler e Bengt Lindstrom (s.d, citado em Louro, 2001) a qualidade de vida pode ser explicada a diversos níveis: nível filosófico, que tem como propósito a paz de espírito; a nível sociológico que menciona o bem-estar não material; a nível económico que tem como finalidade os padrões económicos; a nível comportamental pretende o bem-estar; a nível da medicina tem como propósito a normalidade da saúde, entre outros. Para Louro (2001), as estratégias para a promoção da qualidade vida encontram-se divididas em cinco aspetos: ter casa; usufruir de um emprego; frequentar a escola; utilizar os recursos básicos; amar e ser amado, sentindo-se integrado numa cultura ou sociedade. Portanto, para uma plena inclusão social é importante ter em consideração a satisfação de diversos aspetos intrínsecas às pessoas, para que se sintam incluídos na sociedade.

Segundo Dias (2011), a inclusão social para além de defender valores universais de direitos humanos, igualdade de oportunidades e direitos de cidadania, cria também sistemas de proteção social que permitem sustentar, proteger e incluir todos os cidadãos na sociedade. A proteção social das famílias mais desfavorecidas encontra-se nos princípios que fundamentam da Lei de Bases da Segurança Social (2002), onde menciona no artigo 13º, que o princípio da inserção social se define pela natureza ativa, preventiva e individualizada das ações elaboradas, no âmbito do sistema com o objetivo de excluir as causas da exclusão social e promover a dignidade humana.

Segundo Nogueira e Andrade (2007), a inclusão social é um grande desafio para a sociedade em geral, com a esperança de um novo caminho que valorize uma sociedade justa e solidária, garantido a todas as pessoas os seus direitos para que possam viver com qualidade de vida, independentemente, das suas características pessoais. O sistema educativo tem um papel fundamental na educação da sociedade e na promoção da inclusão social. Para Páez (2001, citado em Dias, 2011), a inclusão escolar promove benefícios fundamentais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, desde que ao ingressar no ensino regular haja a devida atenção às suas necessidades e a forma adequada de incluir, para que no futuro haja uma boa transição pós-escolar. Segundo Nogueira e Andrade (2007), para que o caminho da inclusão social continue a evoluir, a educação tem um papel importante na vida das pessoas com deficiência, nomeadamente, promover a sua inclusão no mercado de trabalho. Assim sendo, reforça-se a importância das escolas, visto que ensinam, formam e transformam os alunos, para que no futuro sejam capazes de aceitar a diferença, com igualdade de direitos e dignos de respeito. As escolas são locais ideais para excluir barreiras que impedem a inclusão social, quer a inclusão das crianças com NEE, quer a transmissão de respeito e de cidadania às crianças ou adultos.

Terminado este ponto segue-se para outro capítulo onde é abordada a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual.

Capítulo II- A Deficiência- PDI

Neste capítulo analisa-se o conceito da deficiência e as suas diversas concepções bem como os seus contornos, compreendendo a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual em Portugal, nomeadamente, no interior do Algarve (concelho de Silves). Enquanto construção social, torna-se também importante analisar as implicações da deficiência na vida dessas pessoas, nomeadamente, a sua inclusão social.

O mundo é cada vez mais um lugar heterogéneo, onde as diversidades são salientadas nos mais diferentes níveis de vida. Estas diversidades são muitas vezes incapacitantes, do ponto de vista interno e externo ao indivíduo. Neste sentido, é importante compreender as diferentes concepções da deficiência e o seu impacto na sociedade, no sentido de entender de que forma as pessoas com deficiência têm sido integradas e compreendidas ao longo dos tempos pela própria sociedade.

2.1. As concepções da deficiência

Segundo Dias (2001, citado em Silveira, 2017) o processo de inclusão ou de exclusão social tem início no momento que nasce a pessoa, enquanto esta se insere e interage com diversos sistemas ecológicos, como a escola, a família, os pares e a comunidade. Como já foi referido anteriormente, a humanidade é composta por diversas pessoas diferentes, que são influenciadas pelos diferentes contextos que se encontram incluídas ou não. Resumidamente, as ideias criadas acerca das pessoas com deficiência foram-se modificando através, da evolução das sociedades, o tempo cronológico, os acontecimentos que marcaram a mudança de mentalidades, o espaço e a causalidade concedida por essas sociedades. De acordo com Dias (2001, citado em Silveira, 2017), na idade média prevalecia o modelo da previdência, o qual atribuía a origem da deficiência a motivos religiosos e a imagens diabólicas. A deficiência naquela época era considerada um castigo divino. Esse modelo fazia com que as pessoas fossem excluídas e condenadas. Após algum tempo, começou a aparecer alguma preocupação com as pessoas com deficiência, criando-se estruturas para a sua institucionalização. Contudo, a inclusão social não era ainda uma preocupação por parte da sociedade. Só começou a existir essa preocupação a partir do final do século XIX, e que foi obtendo mais destaque ao longo do século XX. Atualmente, como se tem vindo a verificar, o conceito de deficiência continua ainda em desenvolvimento. Para além do mais, ainda não está completamente

assegurado às pessoas com deficiência o acesso aos direitos, à política, à participação social, à cidadania, entre outros. Portanto, estes atores sociais, continuam a defrontar-se com diversas barreiras estruturais.

Segundo Forhman e Barreto (2016), essas barreiras são o resultado do percurso histórico, que se refletem na atualidade, nomeadamente, nas leis, nos comportamentos e na realidade social. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) representa um instrumento importante de diagnóstico de incapacidade da deficiência. De acordo com a CIF (2003, citado em Silveira, 2017), a deficiência pode ser considerada como um problema a nível das funções ou estruturas do corpo, tais como um desvio ou uma perda. As limitações são dificuldades que uma pessoa pode ter na realização de atividades diárias, bem como restrições de participação, ou seja, são problemas que podem defrontar em situações de vida real. Desta forma, a CIF diferencia a deficiência de incapacidade. A deficiência é considerada como uma modificação a nível corporal, e a incapacidade é um conceito mais abrangente, ou seja, uma pessoa pode ter uma deficiência, mas sem apresentar qualquer incapacidade. A deficiência pode ser definida em diversas áreas, tais como: linguagem; audição; visão; física; orgânica; mental e intelectual. A incapacidade apresenta outros tipos de limitações, tais como: falar; ouvir e interagir; ver; andar; realizar a higiene pessoal; vestir; alimentar; aprender; compreender; relacionar-se; ter consciência, etc. Quando se trata de desvantagens utilizam-se conceitos, tais como: comunicação; orientação; independência física; mobilidade; capacidade ocupacional; integração pessoal, etc. Segundo Almiralian, Ghirardi, Masioni e Pasqualin (2000), enquanto o conceito de deficiência é definido pela Classificação Internacional de Doenças (CID10) por perda (temporária ou permanente) ou por anomalia na estrutura ou função do corpo, a incapacidade é considerada como uma consequência da deficiência quer física, mental ou sensorial.

Segundo Dias (2011), devido às incertezas do conceito de deficiência surgem diversos obstáculos na compreensão da mesma, quer acerca da sua definição quer da sua classificação e caracterização. De acordo com Sasaki (2003) não existe concordância na definição de deficiência, pois nunca houve nem vai existir um único conceito válido para todas as sociedades. Ao longo dos anos têm sido sempre apresentados diversos termos para definir os cidadãos com deficiência em concordância com o tempo e o espaço em que são encontrados. Recuando no tempo, segundo Sasaki (2003), encontram-se diferentes definições, de acordo com a sua época cronológica e os acontecimentos que destacaram mudanças de mentalidades. As definições como os defeituosos e os

excepcionais precederam a denominação de pessoas com deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito de criação do ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Proveniente das NEE surgiu assim a denominação de pessoas com Necessidades Especiais, embora a palavra especial não seja restrito das pessoas que tenham deficiência.

Segundo Dias (2011), o conceito de deficiência está ligado a diversos aspetos alusivos ao ser humano. Portanto, aborda às suas características individuais e à sua condição de vida, mas também o desenvolvimento de interações e aos diversos contextos onde evolui. Segundo Ferreira (2007), entende-se que o grau de evolução moral de uma sociedade poderá ser avaliado a partir da forma como trata e respeita todas as pessoas que são diferentes. De acordo com a ONU- Organização das Nações Unidas (1994), existem fatores particulares que prejudicam as condições de vida das pessoas com deficiência, tais como: a ignorância, a crença, o medo e o abandono. Estes fatores ao longo da história da deficiência isolaram essas pessoas e atrasaram o seu desenvolvimento.

Segundo a Convenção das Nações Unidas (2008), a deficiência é um conceito ainda em evolução, mas define-a como resultante da interação entre pessoas com incapacidade e barreiras ao nível do comportamento e ambiente que impossibilitam a sua participação ativa na sociedade e em condições de igualdade. Para Saeta (1999), a deficiência não pode ser considerada apenas como uma característica existente no organismo ou no corpo da pessoa, decidida por um diagnóstico que cumpre apenas com critérios médicos. Na mesma perspetiva, para Omote (1994, citado em Dias, 2011) o conceito de deficiência deve ser entendido segundo a “análise do fenómeno de construção social da deficiência” (p.14). Portanto, consiste num conjunto de expectativas sociais fundamentais das inter-relações determinadas entre todos os membros constituintes do grupo social. Os comportamentos e ações da sociedade em geral é que definem a pessoa como sendo “deficiente” ou incapacitado, ou seja, existe neste conceito uma interpretação da deficiência baseada em crenças. Uma outra conceção criada para a deficiência, segundo Diniz, Squinca e Medeiros (2007), está relacionada com as limitações das habilidades básicas da pessoa com deficiência, pois a deficiência supõe a existência de mudanças de algumas habilidades que sejam categorizadas como restrições ou lesões. A diversidade de interpretações em torno do corpo e da relação deste com o ambiente social passa a maior parte das discussões atuais sobre a deficiência.

De acordo ainda com Diniz, Squinca e Medeiros (2007), outro aspeto para descrever a deficiência é o facto de revelar-se na pessoa como um estado duradouro e

contínuo. Isto significa que a pessoa com deficiência demonstra certas perdas ou anormalidades na sua estrutura física, psicológica, fisiológica ou anatômica, que podem criar ou não incapacidades na execução das atividades diárias. Para Louro (2001), a deficiência pode ocorrer por motivo de uma doença, de anomalia congênita ou de acidente. Este autor faz a separação entre a deficiência adquirida em acidente e a deficiência hereditária ou adquirida em nascença.

Passamos para o próximo ponto, a designar a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual.

2.2. A perturbação do desenvolvimento intelectual

Segundo Andrade, Cotrim, Fritz, Martins e Palha (2016), a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual (PDI) é tão antiga quanto a própria humanidade, e é um conceito que substitui os anteriores termos, como atraso mental, retardo mental ou de deficiência mental, entre outras. De todas as perturbações do neurodesenvolvimento a PDI é a mais grave e a mais difícil de realizar o diagnóstico, principalmente em situações estado-limite, a que define uma intervenção mais complexa e a de pior prognóstico. Sendo que se trata de uma patologia que afeta o sistema nervoso central, o diagnóstico de PDI só poderá ser realizado por um médico, especializado na área do neurodesenvolvimento. A PDI envolve um grande espectro de funcionamento, de necessidades de apoio, de capacidades e limitações. Segundo o DSM-5 (2013), a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual é uma síndrome do neurodesenvolvimento, com início durante o período de desenvolvimento e que contém um défice cognitivo/intelectual ligado a um défice comportamental, nomeadamente, a autonomia da pessoa. Os défices no comportamento ligado ao défice intelectual afetam um ou mais ambientes, e um ou mais dos três domínios: o domínio social; o domínio concetual e o domínio do funcionamento prático. Para realizar o diagnóstico de PDI existem três critérios fundamentais que necessitam de estar presentes: défices nas funções intelectuais; défices no comportamento adaptativo e défice do nível de gravidade. Segundo Andrade, Cotrim, Fritz, Martins e Palha (2016), no ponto vista nosológico foram declarados os critérios classificados integrados no DSM-5, no CIM-10 (Organização Mundial de Saúde, 1994), e as ideias e os termos propostos pela *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD, 2010).

Segundo o DSM-5 (2013), no primeiro critério, défices nas funções intelectuais, a deficiência é definida por défices nas capacidades cognitivas, tais como: a resolução de problemas, o raciocínio, a organização, o pensamento abstrato, as aprendizagens escolares e as aprendizagens adquiridas nas experiências de vida. A deficiência intelectual afeta, aproximadamente 2 ou mais desvios-padrão no quociente de inteligência (QI), ficando abaixo da média da população para uma pessoa da mesma idade. Esse desvio equivale a um QI de 70 ou menos, e é classificado através de testes específicos para cada pessoa. No segundo critério, os défices das capacidades cognitivas afetam o funcionamento da pessoa comparativamente a uma pessoa da mesma idade, impedindo a sua participação e a realização de alguma atividade da vida diária, como por exemplo: a comunicação, a autonomia em casa ou em outros contextos externos, a participação social, a aprendizagem escolar e laboral, entre outros. Estes obstáculos têm como consequência a urgente necessidade de um maior apoio na escola, no trabalho e na vida diária. Portanto, além da deficiência intelectual ainda existe um défice profundo no funcionamento da pessoa. No terceiro critério, o início durante o período de desenvolvimento deve ser analisado o nível de gravidade: ligeiro; moderado; grave e profundo. A PDI deixou de se fundamentar no nível de Q.I. Os diversos níveis de gravidade são estabelecidos de acordo com o funcionamento da pessoa, o qual determina o nível de apoios necessários na intervenção.

Segundo o DSM-5 (2013), a PDI atinge, aproximadamente, 1% da população, ou seja, a taxa de predomínio está entre 0,4 a 1,4%. Portanto, esses dados demonstram um grande problema de saúde pública, não apenas pelo aumento de predomínio, mas, principalmente, pela grande necessidade de apoios sociais. A PDI tem uma maior tendência no sexo masculino, embora não haja uma boa concordância entre todas as causas, e costuma ser mais predominante em famílias desfavorecidas nas zonas rurais e nos países em desenvolvimento. As causas de PDI são orgânicas (doença genética ou de nascença) e psicossociais (falta de estimulação social ou linguística), havendo em certos casos ambas das causas. As causas orgânicas podem estar relacionadas com as doenças genéticas (anomalias, alterações cromossômicas, síndrome de down, etc.), com comportamentos de risco praticados durante a gravidez (ingestão de medicamentos, álcool, vírus, má nutrição para o feto, consumo de estupefacientes), com problemas examinados durante o parto e doenças surgidas nos primeiros dias de vida (infecções, hemorragias intraventriculares, meningite bacteriana, a ingestão de produtos com chumbo, a encefalite, a anemia, etc). A causa psicossocial é considerada a mais grave,

pois em cerca de 40% dos casos torna-se difícil de definir uma causa de PDI. As funções do neurodesenvolvimento são as mais recentes na espécie humana (por exemplo a linguagem e a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática), e que dependem muito de educadores.

De acordo com Andrade, Cotrim, Fritz, Martins e Palha (2016), a grande questão ética em relação à atitude da sociedade perante as pessoas com PDI encontra-se na opção pela prioridade da qualidade vida ou na prioridade do conceito de vida independentemente da sua aparência ou qualidades. A forma como têm sido enfrentadas as diferenças interpessoais ao longo dos anos mudou bastante. Depois da segunda grande guerra mundial diversos paradigmas, na compreensão e na aceitação das diferenças, vieram formar verdadeiros marcos históricos. Nos anos 50 e 60 do século XX foi proposto o conceito de integração, defendendo que todos os cidadãos devem usufruir dos seus direitos (igualdade de oportunidades, espaços sociais e serviços comunitários). No entanto, esta proposta foi difícil de realizar, pois não bastava lutar apenas pela integração das pessoas com PDI. Na década de 80 do século passado surgiu o conceito de inclusão, onde todas as pessoas com PDI deveriam ser objeto de uma política ativa de inclusão na comunidade. Contudo, não bastava ser apenas integrado e deixar de ser excluído, pois era necessário criar e aplicar um conjunto de medidas para que pudesse concretizar uma integração com sucesso. A integração das pessoas com PDI, no sentido mais amplo, supõe a aplicação de um estilo de vida convencional (normal) sem o recurso a instituições especiais que, inevitavelmente, promovem a segregação, como são por exemplo as escolas de educação especial. Na fundamentação do ideal integracionista, não se devem utilizar argumentos, tais como, benefícios educativos, humanização dos colegas, entre outros, mas sim deve-se basear no direito à integração, independentemente, das características físicas, psicológicas ou culturais que diferencia a pessoa dos restantes da sociedade. Assim sendo, segundo Andrade, Cotrim, Fritz, Martins e Palha (2016), na possibilidade de encontrar resultados menos bons na prática do conceito de integração deve-se alterar as estratégias, de forma a evitar novamente uma intervenção ineficaz.

De acordo ainda com Andrade, Cotrim, Fritz, Martins e Palha (2016), na sociedade uma pessoa com deficiência deve ter uma família comum, deve estar integrada no sistema regular de ensino, deve aceder às atividades de lazer da comunidade, deve ter acesso à formação profissional e ser integrada no mercado de trabalho, etc. No entanto, para que isso tudo seja possível de se concretizar é necessário mudar as mentalidades das pessoas, de forma a combater o estigma negativo da deficiência e promover o conceito de

adaptação (adaptação curricular, adaptação à prática desportiva, adaptação às tarefas profissionais, acessibilidades arquitetónicas, etc).

Passamos para o ponto seguinte deste capítulo, onde iremos abordar a deficiência e as respostas sociais no Algarve, nomeadamente no concelho de Silves.

2.3. A deficiência e as respostas sociais no Algarve: Concelho de Silves

Segundo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2001), as pessoas com deficiência são um grupo socialmente diferente, cuja participação social pode ser dificultada por diversos fatores, tais como: desvantagens criadas pela deficiência; níveis socio-educacionais e culturais apresentados; oportunidades fornecidas pela sociedade em que se integram. O tipo de deficiência (sensorial, motora e psicológica) ou o grau de incapacidade podem dificultar a autonomia, a prática da cidadania, a integração socioprofissional ou educacional e a participação social, promovendo situações de discriminação social. Os dados da População residente no Algarve com deficiência com 15 ou mais anos indicam, que 74,2% encontra-se sem atividade económica, 23,5% em situação de emprego e o resto em desemprego. Em relação ao tipo de deficiência e condição perante a vida económica, verifica-se que a deficiência visual é a mais predominante, com cerca de 6.000 mil pessoas. Pode-se também verificar que a deficiência visual predomina na população empregada (cerca de 2.000 mil) e na população desempregada. No entanto, as pessoas que se encontram sem atividade económica são aquelas que têm deficiência motora.

De acordo ainda com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2001), as pessoas com deficiência dependem da pensão ou da reforma como meio de vida predominante (56,8%). De seguida, o trabalho predomina com 22,7%, sendo o segundo meio de subsistência no Algarve das pessoas com deficiência. O terceiro meio de vida que prevalece nesses dados é a dependência da família. A seguir estão outros meios de vida, mas com pouca prevalência, tais como: apoio social (2,0%); outra situação (1,9%); subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional (1,9%); rendimento mínimo garantido (1,2%); rendimentos da propriedade e da empresa (1,0%); subsídio de emprego (1,0%) e outros subsídios temporários (0,2%). No que se refere à acessibilidade aos edifícios de residência, os dados de 2001 demonstram que 60,3% no Algarve vive em edifícios sem rampas de acesso, apenas 9,0% vive em edifícios

com rampas de acesso. A nível da proporção de edifícios acessíveis as pessoas com mobilidade limitada no Algarve, nomeadamente por concelho, Vila do Bispo é o concelho com maior acessibilidade para pessoas com deficiência motora. Lagoa, Castro Marim, Aljezur e Albufeira são também considerados concelhos com edifícios acessíveis. No entanto, o concelho com maior falta de acessibilidades arquitetónicas é concelho de Alcoutim.

Centralizando a questão da deficiência, nomeadamente, no concelho de Silves onde este estudo foi realizado torna-se fundamental compreender melhor e analisar esta temática e os apoios sociais existentes. Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), nos censos de 2011 pode-se verificar que cerca de 16,8% da população residente no concelho apresenta pelo menos uma dificuldade. Contudo, a maioria da população que sofre de deficiência não se encontra sinalizada por respostas sociais, podendo isto indiciar a existência de algum isolamento social. Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), através do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2011, pode-se verificar que das 37.125 pessoas residentes do concelho de Silves, aproximadamente, 6.248 da população apresenta pelo menos uma dificuldade. As freguesias com números mais elevados de pessoas com deficiência são: Silves (1.913); São Bartolomeu de Messines (1.626). As outras freguesias que apresentam pessoas com deficiência são: Armação de Pera (677); Algoz (500); Alcantarilha (438); Pêra (399); Tunes (373) e São Marques da Serra (314).

Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), através dos dados do INE, pode-se também averiguar que as dificuldades apresentadas pela população são a nível: de visão, de audição, de mobilidade, mas também de memória, de concentração, de autonomia, e de compreensão. Contudo, a mobilidade e a visão são as predominantes. Pode-se também analisar que o meio de vida da população com mais de 15 anos e com uma dificuldade, residente no concelho, é proveniente da reforma/pensão (70% da população), fruto de ser uma população mais envelhecida. Relativamente ao apoio social, de acordo com a Rede Social do Concelho de Silves (2016), podemos ver que a percentagem é zero, ou seja, essas pessoas não usufruem deste tipo de apoio como forma de sobrevivência. A nível de trabalho, 17% da população está empregada, sendo que 7% vive a cargo da família, 3% de subsídios, e 1% através de rendimentos.

Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), outro aspeto importante identificado no diagnóstico social, especificamente na análise *swot* em relação à área das dinâmicas de intervenção social, é a questão da insuficiência de técnicos especializados

e de respostas sociais locais para as pessoas com deficiência, que enfrentam diversas barreiras no dia-a-dia. Havendo falta de respostas sociais, esta pode afetar seriamente a sinalização dessas pessoas no interior do Algarve, podendo contribuir para o isolamento social, derivado de diversos fatores, como a desertificação, a sazonalidade e o desemprego nas zonas rurais. Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), existe também uma grande falta de transportes e serviços no meio rural, bem como a falta de formação/educação, o que pode piorar a incapacidade e a mobilidade dessa população e aumentar a sua dependência de terceiros para deslocação às zonas urbanas. O envelhecimento, o desemprego, a desocupação, o sedentarismo e a incapacidade são outros fatores que podem causar o isolamento social das pessoas com deficiência.

De acordo com a Rede Social de Silves (2016), outra problemática do concelho que contribui para o isolamento social é o desemprego. O Algarve situa-se numa zona com grandes potencialidades turísticas, contudo o turismo predomina mais na época balnear, visto que surge uma oferta altamente vocacionada para produtos de sol e de praia. Desta forma, após a época balnear surgem elevadas taxas de desemprego, tornando-se numa das regiões mais afetadas por este fenómeno social. Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), a maioria das pessoas desempregadas tendem a entrar no desespero e a isolar-se dos outros, deixando de interagir e criar relações sociais. Na análise *swot* pode-se verificar que os motivos principais pelo aumento do desemprego no interior do Algarve são:

Precriedade da oferta de emprego; Mão-de-obra pouco qualificada; Fraco empreendedorismo; Fraco tecido empresarial; Emprego sazonal e precário; Falta de expectativas a nível de emprego; Existência de economia paralela; Dependência Sectorial; Ausência de diversidade produtiva de âmbito do sector secundário (indústrias); Recurso sistemático ao subsídio de desemprego; Existência de Jovens e Mulheres com dificuldades de integração no mercado de trabalho; Fraca articulação entre a oferta de produtos artesanais e o mercado. (p.36)

Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), este fenómeno pode também afetar às pessoas com deficiência, sendo que o preconceito, continua a existir, de forma acentuada na sociedade, principalmente, no mercado de trabalho. No entanto, visto que não existe ainda muita informação e dados acerca das condições e práticas dessas pessoas no interior do Algarve não se consegue retirar conclusões.

Dado que o isolamento social tem vindo a ser um problema significativo na região rural pelos fatores acima referidos, o problema da falta de transportes tem-se tornado também um fator negativo. Segundo a Rede Social de Silves (2016), apesar do concelho fornecer boas acessibilidades e de redes rodovias e ferroviárias, a eventualidade das pessoas se deslocarem é feita, principalmente, em transportes privados. No entanto, visto que o desemprego é acentuado nessa região, a maioria da população não possui meios financeiros suficientes para usufruir de um transporte particular, principalmente as pessoas com incapacidade. Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), a falta de transportes públicos deve-se às escassas ligações estabelecidas entre freguesias e outros concelhos (como por exemplo em São Marcos da Serra), e por outro lado, pelos próprios horários serem bastante espaçados, limitando o horário dos transportes.

Segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), esse problema tem influenciado, principalmente, aos jovens que estudam longe e que necessitam de utilizar diariamente os transportes públicos. Desta forma, o problema dos transportes reflete-se muito, particularmente, na incapacidade de mobilidade da população mais vulnerável, como no caso dos idosos e das pessoas com deficiência, tendo como consequência a não participação em ações oferecidas no concelho e o acesso ao emprego ou atividades ocupacionais.

Em relação às respostas sociais do concelho de Silves, segundo a Rede Social do Concelho de Silves (2016), pode-se verificar uma grande insuficiência de respostas face às necessidades das pessoas com deficiências. Segundo a Rede Social de Silves (2016), através do Portal da Carta Social foi possível encontrar as respostas sociais existentes na região para a deficiência, das quais se destacam: o apoio a crianças/jovens com deficiência, os quais apresentam maior vulnerabilidade social; a intervenção precoce, que desenvolve um serviço com apoio integrado, centrado na criança e na família, conforme as ações de natureza preventiva e habilitada (âmbito da educação, da saúde e da ação social).

Essas respostas são promovidas pela APEXA, que tem como objetivo contribuir para inclusão da pessoa excecional nas áreas da educação, formação, saúde, lazer, desporto, trabalho e inclusão social. O trabalho desenvolvido pela associação está direcionado para a dinâmica da inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais e/ou em desfavorecimento social, pondo ao dispor das mesmas um conjunto de valências para facilitar que a integração na comunidade, tais

como: Desporto Adaptado; Oficina Criativa; Gabinete de Intervenção Social; Projeto de Integração Socioprofissional; Intervenção Precoce e Centro de Apoio Terapêutico.

Outra instituição que promove respostas sociais para as pessoas com deficiência é a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, nomeadamente nas áreas: social, educativa, cultural, desportiva e de lazer, tendo como objetivo promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Entre as muitas valências da Casa do Povo, surge o projeto “Sorrir M”, uma resposta social direcionada para a deficiência. Segundo Gonçalves (2016), esse projeto é um serviço que concretiza a criação de uma modalidade de reabilitação social, fundamental para o desenvolvimento de competências das pessoas com deficiência, de forma a promover a sua autonomia e inclusão social.

Portanto, podemos concluir que existem poucas instituições com estratégias e práticas direcionadas para as necessidades das pessoas com deficiência. Segundo a Rede Social de Silves (2016), devido às grandes dimensões do concelho as respostas sociais não conseguem alcançar todas as freguesias do concelho. As freguesias de Algoz e Tunes não têm qualquer tipo de resposta social, o que cria alguns constrangimentos no território, pois as instituições existentes estão preenchidas, como no caso da Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha. Outra freguesia que não dispõe de respostas direcionadas para a deficiência é a Freguesia de São Marcos da Serra, o que origina muitas vezes a fuga dos casais jovens para outras freguesias do concelho, ou concelhos limítrofes, porque permitem respostas às necessidades de apoio a essas crianças/jovens. Salienta-se também que as áreas da saúde/deficiência mental continuam a ser áreas com respostas inexistentes nessa região do Algarve, afetando a qualidade vida da população. Através da análise *swot* pode-se destacar alguns pontos fracos relativamente às respostas sociais: poucos recursos ao nível dos transportes, o que dificulta a mobilidade dos participantes; subsídio com dependência; a falta de voluntários interessados em colaborar com as associações; desinteresse do público-alvo por atividades culturais/desportivas e encerramento de algumas associações por falta de recursos, principalmente a nível financeiro.

Concluído este capítulo, seguimos para o próximo capítulo do enquadramento teórico, a família como agente promotor da inclusão.

Capítulo III- A família como agente promotor da inclusão

Neste capítulo analisa-se a família em contexto inclusivo, nomeadamente, as redes de suporte no apoio às pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, o impacto da deficiência na família e a sua importância para a inclusão social. De acordo com Franco (2011), as pessoas com deficiência têm todo o direito de usufruir como cidadãos os seus direitos conforme estabelecidos para a sua condição. Para isso, é necessário que a criança desde o nascimento seja incluída pela família. Todas as famílias idealizam o seu filho, como sendo uma criança “perfeita”, mas quando a criança nasce com uma deficiência algumas famílias vivem um processo de negação, onde terão de passar por um processo de desenvolvimento para que aceitem as características e necessidades da criança, e que seja incluída na família e na sociedade.

3.1. A deficiência e a família: expectativas e desafios

Segundo Rego e Soares (2003), desde o nascimento da criança com deficiência que a satisfação de todas as necessidades físicas, afetivas e sociais é atribuída à família. A família é um pequeno sistema independente, que pode conter subsistemas com inter-relações. O conceito de família varia conforme as famílias, os seus membros e o papel de cada um. Para Barros (2002, citado em Dias, 2011), a família é uma construção “pluridimensional e multicultural, sendo diversificadas as vivências familiares consoante a cultura e a evolução no tempo” (p.37). Atualmente o conceito familiar não está apenas relacionado com o casal e os seus descendentes, pois existem também outras configurações famílias que devem ser incluídas no seu conceito.

Segundo Caiola (2017), a família é um conjunto de pessoas que formam laços de parentesco ou não e que partilham diversos momentos em família. A família é um lugar de crescimento, onde vamos nos adaptando através de exemplos em casa ou de interações que se vão desenvolvendo entre as pessoas e o meio envolvente. Portanto, segundo Alarcão (2006), na família desenvolvem-se aprendizagens fundamentais para a interação, através dos diálogos estabelecidos, da própria linguagem e até das relações interpessoais. No seio familiar é onde são criadas as importantes formas de comunicação e sociabilização, através das interações que são realizadas entre diversas pessoas. Para que a família seja considerada com um sistema deve-se ter em atenção a especificidade de cada um e observar a globalidade da sua estrutura e do seu desenvolvimento,

principalmente, quando se trata de pessoas com deficiência, porque derivado às suas características poderá influenciar a família e eles serão influenciados pelos mesmos.

Segundo Sampaio e Gameiro (1985, citado em Caiola, 2017), a definição de família é como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (p.21). Para Relvas (1996), a família é um contexto natural de crescimento, de complexidade, onde são criados laços afetivos que podem originar amor e sofrimento. Salienta-se também que apesar de a família poder ser influenciada por outros sistemas, a família possui limites e especificidades que a diferenciam do seu contexto e dos outros. Numa perspectiva sistémica, o mal-estar de um membro do sistema vai afetar os outros membros. De acordo com Relvas (1996), por um lado a "família é uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados (...)” (p.22). Por outro lado, segundo Alarcão (2006, citado em Caiola, 2017) as relações sociais que uma família cria com as outras famílias vão ajudá-la a obter aparência externa e interna. Os limites em todos os sistemas são estabelecidos pelos papéis executados pela pessoa.

Segundo Caiola (2017), ao longo dos anos o conceito de família tem vindo a modificar-se. Alguns autores abordam a passagem de uma família “institucional”, centralizada no casal como unidade de sobrevivência económica e de reprodução, diferente nos papéis e estatuto, para uma família “companheirista”, centralizada nos afetos e na igualdade de género. A violência doméstica e maus tratos começou a ser considerada na família “companheirista” como socialmente censurável e juridicamente sancionado. Outros autores abordam a família “relacional” da atualidade, ou seja, um lugar onde encontram expectativas de felicidade e de pertença, ligadas a princípios de solidariedade e cumplicidade. Segundo Wall (2013, citado em Caiola, 2017), outros referem ainda uma maior liberdade para organizar a vida em particular, subjugando menos às convenções sociais, o que fortalece a diversidade das formas de viver em família.

De acordo ainda com Caiola (2017), as famílias relacionam-se e comunicam-se umas com as outras em sociedade, porém alguns agregados familiares têm problemas específicos. Desta forma, para evitar e reduzir o impacto de um problema na família é importante procurar redes de suporte social, ligeiramente informais. Em qualquer família existem problemas em articular a vida doméstica e a profissional, principalmente nas

famílias com membro com deficiência. Portanto, essa tarefa de cuidador e articulação entre vida doméstica e trabalho torna-se um desafio muito difícil. Assim sendo, segundo Guadalupe (2011, citado em Caiola, 2017) nessa situação é importante e necessário haver um suporte à família.

Segundo Bronfenbrenner (1977, citado em Dias, 2011), quando os membros da família decidem aumentar a família, idealizam de imediato um filho perfeito. Contudo, o nascimento de um novo ser pode sempre trazer sentimentos e mudanças que são colocadas aos pais, ou sejam, quando se trata de uma criança com deficiência põe-se à prova estas famílias para saber lidar com a condição do filho. Para Ribas (1985, citado em Dias 2011), a maioria das famílias não estão preparadas para receber uma criança com deficiência, desenvolvendo diferentes reações na família, tais como: a rejeição, a negação, a segregação, a superproteção, o paternalismo ou mesmo a piedade.

Segundo Dias (2011), quando as famílias são confrontadas com a deficiência, por vezes são gerados sentimentos de culpa, vergonha e preconceito. De acordo com Silveira e Neves (2006), existe também uma grande dificuldade das famílias compreenderem o diagnóstico da criança, o que acaba por gerar um grande impacto nos pais, despertando sentimentos de choque, tristeza, angústia, desespero e medo, e só depois encontram espaço para analisarem as possibilidades futuras e as respostas sociais para os seus filhos. A chegada de uma criança com deficiência cria alterações significativas numa família, nomeadamente, na produtividade do trabalho, na vida religiosa e no lazer. Segundo Gronita (2007), muitos dos pais perante a situação não desejada encontram-se em silêncio e solidão, causada principalmente pela grande dificuldade em lidar com a deficiência dos seus filhos. Para Maciel (2000), o nascimento de uma criança com deficiência, ou o aparecimento imprevisto de uma deficiência num membro da família, pode modificar totalmente a rotina normal da família. Com isto, a família reflete e procura respostas para as seguintes questões: Porquê? Quem é o culpado/a? Como devemos agir daqui para a frente? Que futuro terá essa criança? Esse mundo desconhecido e a carência de respostas continuam por responder durante o desenvolvimento da deficiência na pessoa.

De acordo ainda com Dias (2011), as famílias são raramente informadas pelos médicos ou outros profissionais sobre as possibilidades de desenvolvimento, as diversas formas em lidar com as dificuldades, os locais de orientação familiar, as respostas sociais existentes; os recursos de estimulação precoce, e os centros terapêuticos e educativos. Alguns familiares aceitam uma realidade que antes desconheciam, e que não desejavam, pois não estava planeada acontecer, ou seja, uma relação que muitas vezes é vista de

forma preconceituosa. No entanto, o problema da discriminação do cidadão com deficiência atinge qualquer tipo de construção familiar, sendo considerada uma situação não prevista independentemente da sua classe social.

Para Silveira e Neves (2006), as reações das famílias de crianças com dificuldades de desenvolvimento e de aprendizagem podem atingir um elevado e agravante nível de stress, com a possibilidade de surgir depressões ou um esgotamento nervoso. De acordo com Gronita (2007), a deficiência num membro familiar afeta de certa forma toda a família. Existem alguns fatores para cada família em específico, que definem a forma como lidam com a deficiência, tais como: fatores que aumentam o *stress* (criança com problemas de comportamento, hiperatividade, dificuldades na aprendizagem, desarmonia da família, dificuldades financeiras, falta de suporte profissional e familiar, entre outros); fatores de proteção (relação estável com o cônjuge, apoio familiar, crenças religiosas na família, capacidade em identificar e solucionar problemas, amigos com a mesma situação, capacidade para ser positivo).

3.2. Redes de apoio social à família de pessoas com PDI

Segundo Guadalupe (2011), o desejado para qualquer pessoa ou família é ter um suporte social forte e duradouro, principalmente nas famílias com pessoas com deficiência. As redes de suporte social de famílias com menores com deficiência são constituídas por um pequeno número de membros através de relações familiares. Para Alarcão (2006), as redes de suporte social são um “conjunto de relações interpessoais e sociais diferenciadas da massa anónima social e estabelecidas por determinado indivíduo” (p.27).

Segundo Dias (2011) sabendo que as pessoas com deficiência possuem incapacidades que lhes podem diminuir o nível de autonomia e aumentar a dependência, as redes de suporte social são fundamentais para a promoção da qualidade de vida destas pessoas. Segundo Paúl (1997), os apoios que as redes de suporte social prestam estão divididos em dois tipos: apoio psicológico, relacionado com a satisfação de vida e ao bem-estar psicológico; apoio instrumental, supõe o apoio físico na perda das capacidades funcionais das pessoas e a diminuição da autonomia física temporária ou permanente. Desta forma, podem-se identificar diferentes redes que apoiam as pessoas com deficiência, tais como: a rede de apoio informal, que abrange a família, amigos e vizinhos;

rede de apoio formal, que engloba instituições privadas ou públicas que prestam algum tipo de apoio ou serviço. Segundo Fontaine (2000), as redes de apoio informal podem ser subdivididas em dois grandes grupos: primeiro a família e segundo os amigos e os vizinhos.

O apoio informal composto pela família desempenha um papel fundamental, pois desde os tempos antigos a família constitui um grande apoio às necessidades e em todas as fases da vida da pessoa, principalmente quando existe uma grande perda da autonomia e das capacidades básicas. Com o passar dos anos o papel da família, enquanto apoio base de apoio aos membros familiares, têm vindo a reduzir e a tornar-se cada vez mais difícil. Segundo Catalán e Delgado (2011), a tipologia do cuidador da pessoa com deficiência, normalmente, é uma mulher entre os 45 e 64 anos que vive na mesma habitação. A principal dificuldade dos cuidadores das pessoas com deficiência é a nível da força física, afetando também a sua vida pessoal e saúde.

Segundo Martins (2006), o apoio informal composto pelos amigos e vizinhos constituem um papel importante especialmente a nível emocional e instrumental quando existe a ausência de familiares. Apesar dos familiares serem a maior fonte de apoio físico e emocional da pessoa, os amigos têm também um grande impacto no seu bem-estar. Assim sendo, os amigos constituem uma parte essencial das redes de apoio social, envolvendo diversos aspetos (partilha de intimidades, apoio emotivo, oportunidades de socialização e até apoio a nível material). De acordo com Wenger (1990, citado em Dias, 2011), a relação que a pessoa com deficiência preserva com a rede de apoio composta pelos amigos e vizinhos é diferente com a rede de apoio composta pelos familiares. Porém, os amigos ou vizinhos são apoios importantes que contribuem para o bem-estar e a autonomia da pessoa com deficiência. Segundo Guadalupe (2011), em alguns casos a rede de suporte informal é insuficiente para ajudar a família a solucionar o seu problema ou diminuir os impactos da mesma, ou seja, só se deve procurar a rede informal apenas em caso de urgência para que não deve existir a uma sobrecarga ou excesso da mesma. No entanto, segundo Apolónio e Franco (2002), não quer dizer que se deva deixar totalmente de procurar a rede informal, pois normalmente é o primeiro recurso a que a família recorre.

Segundo Guadalupe (2011), a rede informal é tão importante de existir como a rede de apoio formal, porque o apoio das instituições proporciona respostas para determinados problemas apresentados, e são também importantes para prestar apoio às pessoas com deficiência, possibilitando às famílias um “descanso”. Segundo Pimentel

(2005), as redes de apoio formal têm sido também fundamentais para as pessoas com deficiência, derivado às mudanças das relações sociais. Nas sociedades tradicionais, as redes de interação eram fortes para assegurar o apoio afetivo para aqueles que necessitavam. Nos dias de hoje as relações familiares, da comunidade e da vizinhança têm a tendência diminuir nas áreas urbanas, pois nem sempre existem raízes em comum e a maioria das pessoas cruza-se nas ruas sem se conhecer. Desta forma, torna-se difícil em preservar modos de vida relacionados às formas de solidariedade. Com o individualismo e a forma como as pessoas se relacionam uns com os outros faz com que possa diminuir as formas de sociabilidade relacionadas a essa solidariedade. Com efeito, para muitas pessoas com deficiência as redes de apoio informal são incapazes de satisfazer todas as necessidades existentes, derivado à inadequação da rede, pois as necessidades excedam a capacidade de apoio procedente desse sistema. Os cuidados formais são pedidos quando os cuidados informais são escassos para dar resposta às necessidades das pessoas com deficiência.

De acordo com Goffman (1961, citado em Dias, 2011), uma das redes de apoio formal são as instituições de solidariedade social que apoiam as pessoas com deficiência, promovendo o bem-estar. Estas organizações recebem os seus utentes, estabelecendo rotinas diferentes das que teriam fora da instituição. Essas rotinas são calendarizadas, normalmente partilhadas, com os outros utentes, impossibilitando muitas vezes o contacto com o exterior. As mudanças que as pessoas com deficiência vivenciam podem causar uma perda de identidade. Segundo Caiola (2017), na intervenção com estas famílias é essencial envolvê-los com as instituições, para compreenderem que existem outras famílias com um determinado problema. Para além disso, quando uma pessoa está sendo apoiada numa instituição a sua frequência e presença é fundamental, pois através da interação com outras pessoas permite haver uma troca de conhecimentos e saberes entre os diversos intervenientes. De acordo ainda com Guadalupe (2011), quando um elemento de uma instituição passou por uma situação semelhante pode ajudar novos membros a adaptarem-se e a utilizarem estratégias para reduzir o impacto que é ter uma criança com deficiência. As famílias que passam por essa situação podem realizar coisas especiais, porém a certeza de um suporte eficiente é essencial, "(...) os fios que tecem a rede de uma família com necessidades especiais poderão ser poucos, mas têm que ser muito fortes e permanentemente entrelaçados e reforçados para que não quebrem a sua função de suporte" (p.28). É com este último parágrafo que partimos para o estudo empírico exposto nos capítulos seguintes.

II - Estudo Empírico

Capítulo IV- Metodologia

Ao longo deste capítulo, apresenta-se a justificação do estudo, a problemática da investigação, a questão de partida, os objetivos (gerais e específicos), as técnicas e os instrumentos de recolha de informação, o tratamento de dados e os procedimentos éticos. Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, pois pretende avaliar e descrever em que medida as pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual estão incluídas no interior algarvio, conhecendo o seu processo de inclusão. Segundo Coutinho (2005) este paradigma pretende “investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspetiva dos atores no processo” (p.39). Com este estudo de carácter qualitativo pretende-se desenvolver uma pesquisa através da realização de entrevistas, em que o conteúdo e a análise descritiva, articulada com a análise documental, proporcionarão a apreensão e a explicitação da significação interna do fenómeno, na sua singularidade.

4.1. Justificação do estudo

Este estudo de investigação surgiu, principalmente, da necessidade em querer compreender melhor o processo de inclusão das pessoas com PDI no Algarve, e em que medida se encontram incluídas. Desta forma, como já foi referido anteriormente na fase inicial da investigação foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, a diversas entidades do concelho de Silves, para obter mais informações acerca da situação em que vivem as pessoas com deficiência. Através destas entrevistas foram retiradas algumas conclusões (Apêndice I).

No que toca à união de freguesias de Alcantarilha e Pera, na entrevista com o seu Presidente ficou claro que não tinha a perspetiva do número exato de pessoas com deficiência existentes na freguesia, referindo de forma superficial três casos com deficiência motora e cognitiva e acrescentando que não existe qualquer tipo de intervenção sobre os mesmos (Apêndice I- 1). Na rede social de Silves a assistente social, responsável também não conseguiu dar uma resposta concreta sobre o número de pessoas que existem com deficiência. Isto deve-se ao facto de muitas das pessoas com deficiência já se encontrarem referenciadas pelas diversas freguesias, o que dificulta a aproximação. Referiu que no concelho de Silves não existem respostas sociais direccionadas para a

deficiência, e devido à confidencialidade dos registos nos serviços de saúde é difícil encontrar as pessoas com alguma deficiência (Apêndice I- 2).

Acerca da união de freguesias de Algoz e Tunes verificou-se que o presidente não conhece o número certo de pessoas com deficiência na freguesia, mas aproximadamente considera que sejam sete pessoas. Segundo o mesmo, a faixa-etária destas pessoas centra-se entre os 18 e os 45 anos de idade. O diagnóstico com que se depara com maior frequência é a deficiência cognitiva (intelectual). A psicomotricista que trabalha na união de freguesias de Algoz e Tunes tem uma melhor perspectiva e conhecimento das pessoas com deficiência, contudo trabalha apenas com três casos (Apêndice I- 3).

A junta de freguesia de São Marcos da Serra, segundo o seu presidente, tesoureiro e secretária, constatou-se que nenhum dos presentes sabia precisar ao certo o número de pessoas com deficiência, apenas foram referidos quatro ou cinco casos. A única resposta que a freguesia pode dar foi referir o apoio da Associação Humanitária de S. Marcos da Serra para a deficiência, embora o apoio da mesma se centre nos idosos (Apêndice I- 4).

Relativamente à entrevista na junta de freguesia de São Bartolomeu de Messines, verificou-se uma situação ligeiramente diferente, pois apesar do pouco conhecimento sobre a temática da deficiência, o presidente tem uma maior preocupação e interesse por este tema. Segundo ele a estimativa da faixa etária de pessoas com deficiência situa-se entre os 40 e 45 anos. A única resposta social da freguesia, que acompanha alguns dos casos com deficiência é a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, onde são realizadas algumas atividades lúdicas, desportivas e sociais. Porém, nem todos estes casos querem ser acompanhados devido a questões pessoais ou familiares, e da falta de transporte. Na perspectiva do presidente, muitos dos familiares não estão preparados para enfrentar certos comportamentos, o que provoca o esgotamento e a falta de apoio (Apêndice I- 5).

Na entrevista com o presidente da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines o mesmo referiu, que o número de pessoas com deficiência que acompanham é cerca de 26 casos. Contudo, têm conhecimento que o concelho aparenta ter mais pessoas com deficiência e que necessitam de respostas. Referiu que o concelho de Silves é muito extenso, onde existem aglomerados populacionais muito pequenos, e por essa razão surge a dificuldade no transporte para estas pessoas e famílias. A faixa etária varia entre os 7 a 18 anos e também algumas pessoas com mais de 40 anos. Na deficiência motora os utentes são acompanhados pelos cuidadores, já na deficiência intelectual é diferente, pois existem condições familiares que divergem muito.

No seguimento das entrevistas na Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines realizou-se outra entrevista com a psicomotricista, uma das fundadoras do projeto “Sorrir M”. A psicomotricista referiu que a maior dificuldade foi o levantamento de dados sobre as pessoas com deficiência, pois só foi possível conhecer algumas através de conversas informais e do conhecimento pessoal. Neste levantamento foram identificadas, aproximadamente 50 pessoas com deficiência. Contudo este número não foi identificado atrás de um estudo exaustivo, mas sim apenas pela freguesia, pois a entrevistada afirma que se o estudo fosse alargado para São Marcos da Serra encontrariam, talvez mais dez pessoas com deficiência. A problemática que a psicomotricista se depara com maior frequência é a deficiência intelectual, porém têm alguns casos que acompanham (aproximadamente quatro casos), de pessoas com lesões derivadas de acidentes. O projeto “Sorrir M” nasceu com a missão de promover atividades ocupacionais para estas pessoas, a maioria dos casos com deficiência que acompanham são pessoas adultas do sexo masculino, sem grandes estruturas familiares e de apoio, que passam muito tempo na rua sem nenhuma ocupação, com uma má gestão do dinheiro e com o vício do álcool. A psicomotricista referiu na entrevista que estão inscritas 12 pessoas no projeto sorrir M. No entanto, este número oscila muito, pois por vezes as pessoas desistem e voltam novamente. Dos 50 casos com deficiência existentes na freguesia, consegue apenas trabalhar com 12, pois derivado ao isolamento e à falta de transporte não conseguem chegar aos outros casos. Outro fator é a falta de interesse e a desmotivação por parte destas pessoas e pela falta de incentivo dos familiares. Outra barreira que estas pessoas sentem é a falta de qualidade vida, principalmente aqueles que tiveram acidentes que causou deficiência física. A nível do défice intelectual alguns destes casos não reconhecem o problema em si, pois não associam, por exemplo, a falta de alfabetização como um problema, já a nível da saúde em geral (i.e. diabetes e colesterol) já são considerados um problema grave. Relativamente à população, a psicomotricista considera que ainda não estão sensibilizados nem preparados mentalmente para a deficiência. Na sua perspetiva, seria importante haver, a nível de estruturas a construção de um lar residencial, para que estes utentes tivessem um lar no futuro e um acompanhamento a longo prazo. Outra mudança necessária seria o apoio financeiro e logístico, de forma a poder ajudar essas pessoas em casa e transportá-los para a instituição (Apêndice I- 6).

Na freguesia de Armação de Pêra, o conhecimento do presidente sobre o número de pessoas com deficiência (cognitiva e física) decorre do contacto pessoal e de conversas informais com a população. Os casos identificados e sinalizados pela junta de freguesia

são entre 10 a 12 pessoas com deficiência. Quando chega um novo caso de deficiência a junta de freguesia sinaliza, dando depois conhecimento ao sector da ação social da Câmara Municipal de Silves, para que estes possam realizar o encaminhamento adequado para as respostas sociais existentes no concelho. Referiu também que na maioria dos casos as pessoas vivem sozinhas sem o apoio de cuidadores ou familiares. O envolvimento da junta de freguesia, enquanto resposta social é apenas dado no apoio alimentar a famílias carenciadas. A faixa etária dos casos referidos pelo presidente situa-se entre os 30 e os 60 anos. Os pequenos aglomerados de casas que ficam nas imediações da freguesia, na zona rural, dificultam o apoio em algumas famílias (Apêndice I- 7)

Em conclusão pelas entrevistas realizadas, as diversas entidades têm uma maior preocupação em apoiar a freguesia de São Bartolomeu de Messines, através dos mecanismos de respostas sociais. Relativamente às outras freguesias não existem respostas sociais centradas na deficiência nem o levantamento de dados concretos sobre essas pessoas. Assim sendo, o campo de estudo desta investigação foi centrado na freguesia de São Bartolomeu de Messines, mais concretamente, na Casa do Povo. Seguimos para o próximo ponto deste capítulo, a problemática da investigação.

4.2. Problemática da investigação

A delimitação do problema de investigação “consiste em formular, de um modo claro e concreto, o problema objeto de estudo” (Serrano, 2008, p. 24). Segundo a linha de pensamento de Serrano (2008) para obter o problema de investigação é necessário fazer uma revisão de literatura sobre o que se pretende resolver. Após a junção de todo o material pesquisado e obtido é definida a problemática.

Segundo Gomides (2002), o problema da investigação consiste em relatar de forma explícita, clara, concreta e operacional qual a dificuldade que enfrentamos e o que pretendemos obter de respostas para a questão não resolvida. O principal objetivo da elaboração do problema de pesquisa é construí-lo de forma específica e individual para que possa ser respondido durante todo o processo de investigação, servindo como norteadora das atividades de investigação no decorrer da pesquisa.

A realização deste trabalho de investigação teve como ponto de partida o contexto real da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, na procura de soluções e respostas para conseguir alcançar as pessoas com deficiência nas zonas rurais de pequenas dimensões, que necessitam de acompanhamento para compreender melhor o processo de

inclusão dos seus utentes. Assim sendo, a principal problemática deste estudo é a dificuldade no processo de inclusão e de mudança de mentalidade, pois existe um vazio enorme de respostas sociais e de recursos, sendo a falta de financiamento uma das principais limitações para as instituições e famílias. A inexistência de respostas em locais pouco povoados, com uma escassa rede de transportes, pode também afetar a qualidade de vida e causar o isolamento social nas pessoas com PDI. As problemáticas existentes podem causar dificuldades ao nível da integração social, escolar e profissional, principalmente, a partir do momento em que termina a escolaridade obrigatória. Passamos para a questão de partida, os objetivos (geral e específicos) e a natureza do estudo.

4.3. Questão de Partida

A questão de partida deste estudo é a seguinte: Conhecer os modos de vida das pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, no Interior algarvio e em que medida estas se encontram incluídas na sociedade?

4.4. Objetivos

4.4.1. Objetivo Geral

Segundo Serrano (2008) os objetivos de um projeto são as metas que pretendemos atingir com a realização de uma ação planeada. Os objetivos consistem no ponto essencial do projeto, pois são eles que explicam a sua natureza mais específica e dão lógica ao plano de ação. O objetivo geral que se pretende alcançar com este trabalho de investigação é: conhecer o modo de vida das pessoas com PDI no domínio escolar, profissional, social e familiar bem como perceber se estes contribuem para a sua inclusão na sociedade.

Para que seja possível atingir esse objetivo é importante definir objetivos específicos, pois darão uma maior orientação ao tema em questão, detalhando aquilo se pretende alcançar em concreto.

4.4.2. Objetivos Específicos

- Identificar os indivíduos com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual a viver em uma região rural no interior do Algarve (Freguesia de São Bartolomeu de Messines);
- Caracterizar os indivíduos com PDI a nível demográfico, social, laboral, económico e cultural;
- Saber se as pessoas com PDI têm conhecimento dos seus direitos e práticas de cidadania;
- Conhecer as respostas sociais do concelho e o apoio que é prestado a esta população, de forma a promover a sua inclusão;
- Identificar as principais necessidades de intervenção para a promoção da inclusão das pessoas com PDI.

4.5. Os Participantes

Os participantes desta investigação, que responderam às entrevistas semiestruturadas são sete utentes, quatro famílias e três técnicos, ou seja, na totalidade foram realizadas 14 entrevistas.

4.5.1. Os utentes

Os utentes entrevistados têm idades compreendidas entre os 20 e os 54 anos, quatro utentes são do género masculino e três utentes do género feminino. Dos sete utentes entrevistados cinco vivem fora de São Bartolomeu de Messines, em aldeias como Campilhos, Barradas, Cumeada e Mourição (quadro 5-1).

Quadro 5- 1. Caracterização dos Utes

Intervenientes	Características
Código identificativo U1	Idade: 41 anos Género: Masculino Local onde vive: Campilhos, São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U2	Idade: 27 anos Género: Feminino

	Local onde vive: Perto de São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U3	Idade: 36 anos Género: Masculino Local onde vive: Perto de São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U4	Idade: 54 anos Género: Feminino Local onde vive: Barradas, São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U5	Idade: 45 anos Género: Masculino Local onde vive: São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U6	Idade: 43 anos Género: Feminino Local onde vive: Cumeada, São Bartolomeu de Messines
Código identificativo U7	Idade: 20 anos Género: Masculino Local onde vive: Mourição, São Bartolomeu de Messines

Os dados referentes ao perfil de funcionalidade dos utentes, que se apresentam de seguida, foram-nos facultados pela psicomotricista da Casa do Povo.

O utente U1, de acordo com o seu perfil de funcionalidade, apresenta Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, que por sua vez está associada à Epilepsia. Manifesta dificuldades em relacionar com os membros da família, referindo que vivenciou uma infância muito complicada. O U1 apresenta dificuldades em ler e escrever ligado às suas experiências e à falta de oportunidade em frequentar o ensino na sua infância. Revela ter dificuldades em relacionar-se com as pessoas da freguesia e estabelecer diálogos, derivado aos seus ataques epiléticos.

O utente U2 apresenta Perturbação do Desenvolvimento Intelectual e manifesta ter défice de compreensão. O utente demonstra ser muito funcional e autónoma, porém apresenta pouco sucesso a nível profissional e formativo. O U2 manifesta a nível emocional comportamentos que não correspondam aos parâmetros considerados médios para a sua faixa-etária, mas sim a de uma criança de seis anos. O U2 vive com o seu companheiro e com o seu filho, mas derivado ao seu atraso de desenvolvimento cognitivo

tem uma grande falta de preocupação e dificuldade em assumir as suas responsabilidades perante o seu filho, que apresenta problema de atraso na fala.

O utente U3, de acordo com o seu perfil de funcionalidade, apresenta Perturbação do Desenvolvimento Intelectual e manifesta défice de concentração e compreensão no desempenho das suas tarefas diárias. O U3 demonstra ser funcional no seu dia-a-dia, porém tem dificuldade em compreender e reter informações quando alguém está a explicar algum assunto. O utente revela dificuldades em ler e escrever, contudo demonstra ter capacidade para escrever somente o seu nome.

O utente U4 para além de apresentar Perturbação do Desenvolvimento Intelectual manifesta um défice emocional acentuado, pois demonstra uma grande carência afetiva a qual tem dificultado muito as suas relações e a sua estabilidade. Contudo, apesar dessas dificuldades o utente demonstra ser funcional em realizar as suas tarefas diárias. O U4 revela uma grande falta de responsabilidade perante os seus 4 filhos, pois não existe nenhum contacto e relacionamento entre eles.

O utente U5, de acordo com o seu perfil de funcionalidade, apresenta comportamentos problemáticos e dificuldades em relacionar-se com as pessoas, derivado às experiências negativas e traumas na sua infância. Contudo, revela independência e autonomia para a realização das suas tarefas diárias.

O utente U6 apresenta um grau leve de Perturbação do Desenvolvimento Intelectual. O U6 manifesta negação em relação à sua deficiência, apresentando comportamentos de discriminação perante às outras pessoas com deficiência. O U6 revela dependência financeira, o que lhe impede adquirir autonomia. O utente manifesta uma fraca capacidade de relacionar e dificuldade de adaptação a novas situações e pessoas. O U6 apresenta ainda uma fraca motricidade fina e revela dificuldades moderadas em realizar as suas tarefas diárias de forma instantânea. O utente manifesta falta de noção do tempo, o que lhe dificulta o seu dia-a-dia na relação com os seus compromissos.

O utente U7, de acordo com o seu perfil de funcionalidade, apresenta Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, com um atraso cognitivo e revela dificuldades na linguagem e em estabelecer diálogos com as outras pessoas. O utente revela ter tido uma infância complicada, no ensino derivado das dificuldades na interação e relacionamento com outros colegas. O U7 é adotado e vive com a sua mãe adotiva, a qual tem sido um pilar importante na sua vida. O utente é dependente financeiramente, mas demonstra interesse em adquirir a sua independência.

A informação supramencionada neste ponto encontra-se de acordo com o referido pelo DSM-5 (2013), dado que este indica que as pessoas com PDI apresentam diversas necessidades a nível do neurodesenvolvimento, nomeadamente, défices cognitivos ligados a défices comportamentais, no domínio da resolução de problemas, do raciocínio, da organização, do pensamento abstrato, das aprendizagens escolares e das aprendizagens adquiridas nas experiências de vida. Também no DSM-5 e no ODDH (2018), é referido que a PDI tem uma maior incidência no sexo masculino e costuma ser predominante em famílias desfavorecidas nas zonas rurais, tal como os nossos resultados indicam.

4.5.2. As Famílias

As famílias entrevistadas constituíram-se como um contributo importante para este estudo, pois embora não tenha sido possível entrevistar todas as famílias dos sete utentes, as quatro famílias entrevistadas revelaram-se empenhadas no sucesso deste estudo, que de forma repetida referiram ser importante para a promoção da inclusão no interior algarvio.

A Família F1 demonstrou disponibilidade imediata para a realização da entrevista. A F1 é a mãe adotiva do U7 e trata-se de uma pessoa dinâmica e sempre disposta em apoiar o seu educando, a todos os níveis. A entrevistada não desempenha nenhuma ocupação profissional, pois é reformada e cuidadora a tempo inteiro do U7.

A Família F2 é a mãe do U3 e deslocou-se de Campilhos para a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, para participar neste estudo e empenhou-se muito na entrevista, pois acredita na importância das reflexões sobre a inclusão das pessoas com deficiência. Neste momento, a F2 dedica-se ao trabalho doméstico, e é cuidadora do seu educando para lhe poder dar todas as condições possíveis e conforto.

A Família F3 apesar da dificuldade em ter disponibilidade para se deslocar à Casa do Povo, conseguiu dispensar um pouco do seu tempo para participar na entrevista e contribuir para este estudo. A F3 é a mãe da U6 e vieram de Lisboa para viver no Algarve, as duas sozinhas. Atualmente a F3 é reformada, mas quando vivia em Lisboa era professora do ensino secundário, e lecionou também aulas no ensino especial durante quatro anos.

A Família F4 demonstrou muito interesse em participar na entrevista, contribuindo com as suas experiências em relação ao seu educando neste estudo. Por motivos de indisponibilidade não foi possível entrevistar o seu educando, mas o

envolvimento da F4 já contribuiu muito para o enriquecimento do estudo. Atualmente a F4 dedica-se ao trabalho doméstico, porém demonstrou alguma tristeza por ter dificuldades em desempenhar algumas das tarefas diárias.

As famílias têm entre 40 e 77 anos de idade (quadro 5- 2). As entrevistadas assumem papéis sociais distintos.

Quadro 5- 2. Caracterização das Famílias

Intervenientes	Características
Código identificativo F1 (Mãe adotiva do U7)	Idade: 69 anos Género: Feminino Profissão: Reformada Local onde vive: Mourição, perto de São Bartolomeu de Messines
Código identificativo F2 (Mãe do U3)	Idade: 47 anos Género: Feminino Profissão: Doméstica Local onde vive: Campilhos, perto de São Bartolomeu de Messines
Código identificativo F3 (Mãe do U6)	Idade: 77 anos Género: Feminino Profissão: Reformada Local onde vive: Cumeada, perto de São Bartolomeu de Messines
Código identificativo F4	Idade: 40 anos Género: Feminino Profissão: Empregada de limpeza Local onde vive: São Bartolomeu de Messines

4.5.3. Os Técnicos

O presente estudo pretendeu também conhecer o posicionamento dos técnicos nas áreas social e educativa, da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, face à inclusão

das pessoas com deficiência no interior algarvio. Nesse sentido foi importante compreender as perspetivas dos entrevistados acerca desta temática. Os técnicos entrevistados têm idades compreendidas entre os 32 e os 46 anos de idade. Os entrevistados demonstram experiência profissional com pessoas com NEE e trabalham diretamente com eles diariamente num projeto cujo objetivo é a criação e a valorização de uma modalidade de reabilitação social, imprescindível ao processo de desenvolvimento de competências da pessoa com deficiência e incapacidade com vista à sua autonomia e inclusão social (quadro 5- 3). Passamos de seguida a categorização das entrevistas.

Quadro 5- 3. Caracterização dos Técnicos

Intervenientes	Características
Código identificativo T1 (Psicomotricista)	Idade: 32 anos Género: Feminino Local onde vive: São Bartolomeu de Messines
Código identificativo T2 (Técnico/auxiliar de Serviço Social)	Idade: 46 anos Género: Masculino Local onde vive: A sete Quilómetros São Bartolomeu de Messines
Código identificativo T3 (Psicóloga Clínica)	Idade: 38 anos Género: Feminino Local onde vive: Albufeira

4.6. Natureza do estudo

Num trabalho de investigação, segundo Carlos (2018), a metodologia é estabelecida com base no problema identificado e na reflexão sobre os objetivos definidos para a respetiva pesquisa. A metodologia, segundo Fortin (1999) é o conjunto dos métodos e de técnicas que conduzem a construção do processo de investigação científica perante a uma determinada situação.

Face à delimitação da questão de partida e aos objetivos do estudo, a metodologia qualitativa é a que melhor se adequa a este trabalho de investigação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), “a investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, investigando o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções.” (p.79). Para Gerhardt e Silveira (2009), a investigação qualitativa centra-se no aprofundamento da compreensão de um grupo social, organização, etc. Esta abordagem defende um modelo único de pesquisa para todo o tipo de ciências, pois as ciências sociais têm a sua especificidade, pressupondo assim uma metodologia própria. Segundo Coutinho (2005) uma investigação qualitativa pretende, principalmente, compreender as necessidades, as motivações e os comportamentos observados dos participantes ao longo do estudo. De acordo com Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa:

... requer que os investigadores desenvolvam empatia com os participantes no estudo e que façam esforços concentrados para compreender vários pontos de vista. O objetivo não é o juízo de valor, mas antes, o de compreender o ponto de vista dos sujeitos e determinar como e com que critério eles o julgam. (p.78)

Segundo Goldenberg (1991, citado por Gerhardt & Silveira, 2009) os investigadores com o método qualitativo não podem fazer julgamentos nem permitir que os preconceitos e crenças influenciam a pesquisa, como é no caso do modelo positivista aplicado ao estudo da vida social. A finalidade do método qualitativo é “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos (...)” (Gerhardt & Silveira, 2009, p.32). O investigador ao mesmo tempo é o sujeito e o objeto das suas pesquisas, sendo imprevisível o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Deslauriers (1991, citado por Gerhardt & Silveira, 2009), o objetivo da amostra é criar informações aprofundadas e esclarecedoras, pois é importante que ela seja capaz de produzir novas informações. Portanto, a investigação qualitativa foi a abordagem mais adequada para este tipo de estudo, pois requer flexibilidade e criatividade do investigador, sendo uma abordagem muito utilizada pelas ciências sociais. Segundo Oliveira, Melo, Prado e Brüggemann (2013), este tipo de investigação não formula hipóteses, mas desenvolve conceitos e compreende o fenómeno através da análise de conteúdo. Esta investigação aprofunda a complexidade dos fenómenos e fatos dos sujeitos da investigação, que podem abranger de forma intensa.

Um dos pontos fortes, neste tipo de investigação prende-se com um contacto maior com a realidade de investigação.

Relativamente ao tipo de estudo mais adequado para este trabalho de investigação é o estudo descritivo, pois pretende compreender e descrever o processo de inclusão das pessoas com PDI no interior algarvio. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), o estudo descritivo exige do investigador uma grande quantidade de informações sobre o que deseja investigar. Segundo Triviños (1987), este tipo de estudo pretende descrever os fatos e os fenómenos de uma determinada realidade. Porém, pode ser criticado por ter uma descrição exata dos fenómenos e fatos, escapando da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor acima referido, pode por vezes não existir por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem estar errados. As técnicas de recolha de informação, como os questionários, as escalas e as entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

Segundo Bogdan e Biklen (1994) para este tipo de investigação qualitativa, tal como para qualquer ato de investigação, é sempre necessário definir, com precisão e coerência, as técnicas de recolha informação que se pretende aplicar ao longo do estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a recolha de dados é a procura de informações para aprofundar na explicação do fenómeno ou fato que o investigador pretende obter respostas. Os destinatários deste estudo são as pessoas com PDI da freguesia de Bartolomeu de Messines, onde estão integradas na Casa do Povo, nomeadamente, no projeto “Sorrir M”. Contudo, para enriquecer o estudo com informações acerca dos destinatários foi necessário o testemunho das respetivas famílias e dos técnicos. Seguem-se no seguinte ponto as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados neste estudo.

4.7. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Uma vez identificados os objetivos de investigação, a metodologia aplicada e os destinatários do estudo, selecionaram-se as técnicas e os instrumentos mais adequados a aplicar na recolha dos dados. Segundo Pardal e Correia (1996), o instrumento deve ser propositadamente adaptado ao objeto de estudo e criado como meio de guiar a investigação para o seu objetivo principal, permitindo a evolução do conhecimento acerca desse mesmo objeto. As técnicas elaboradas para a recolha de informação foram os guiões

de entrevistas semiestruturadas e as notas de campo, registando através das observações e dos diálogos nas entrevistas alguns aspetos e comportamentos dos participantes relevantes para a posterior análise de dados. Estas técnicas de colheitas de dados foram aplicadas aos utentes, técnicos e famílias da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, onde teve lugar o estudo. Estes dados foram completados pelas técnicas da análise documental e do conteúdo, com documentos que contextualizam o tema deste estudo e enformam a inclusão social e as políticas sociais da cidadania.

4.7.1. Entrevista semiestruturada

Segundo Carlos (2018), a entrevistada é considerada a técnica mais utilizada para a recolha de informação em estudos de natureza qualitativa. Para Quivy e Campenhoudt (1998, citado em Carlos, 2018), a entrevista possibilita ao investigador recolher informação e elementos de reflexão muito valiosos e matizados. De acordo ainda com Quivy e Campenhoudt (1998), esta técnica permite também “o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, a flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência” (p.43). No entanto, a entrevista apresenta também algumas desvantagens, tais como, o tempo e a disponibilidade que consome são assinaláveis e para além disso, acarreta o risco de poder ser parcial e por vezes inconsciente. Segundo Flick (2004) deve-se recorrer à técnica da entrevista quando o investigador apresenta questões relevantes, cuja resposta é difícil encontrar em documentos de fácil acesso. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a entrevista é uma técnica de interação social, ou seja, uma forma de diálogo com os entrevistados, tendo como finalidade em recolher informações e dados sobre o tema em questão.

Segundo Mason (2002) e Aires (2011) existem diversos tipos de entrevistas e que são distinguidas pelas suas características e pelos procedimentos que aplicam, sendo as mais comuns: a entrevista estruturada; a entrevista não estruturada e a semiestruturada. A modalidade de entrevista mais adequada para esta investigação-ação é a semiestruturada pois, segundo Gerhardt e Silveira (2009), necessita apenas de um conjunto de questões para guiar a entrevista, e o entrevistado pode falar livremente sobre assuntos que vão surgindo ao longo da conversa sobre o tema em questão. Segundo Mason (2002) e Aires (2011), o entrevistado vai respondendo às questões colocadas pelo entrevistador como se tratasse de uma conversa informal, porém existe na mesma um guião que deve ser

seguido, mas não de uma forma muito rígida e restrita. Segundo Flick (2004) uma das vantagens da entrevista semiestruturada é o facto de que como não necessita obedecer a uma ordem estabelecida existe uma maior flexibilidade para o entrevistador gerir a conversa, colocando questões no momento mais adequado, de acordo com as respostas que vão surgindo. Desta forma, permite ao entrevistado um melhor encadeamento e espontaneidade de ideias.

No que respeita à preparação das entrevistas semiestruturadas, foram elaborados três guiões, especificamente para este estudo, um para ser aplicado junto dos utentes, outro para as famílias, e outro para os técnicos, sendo que cada guião foi elaborado em linguagem adequada para cada tipo de público bem com as questões. Esses guiões servem como apoio para orientar a entrevistadora para que não dispersasse das questões principais. Os guiões são constituídos por questões abertas, com o objetivo de possibilitar aos entrevistados a livre vontade de se expressarem e descreverem as suas experiências e ideias sem pressões, enquanto o entrevistador vai gerindo a entrevista. Quanto à estrutura dos guiões, todos estão divididos por dez temáticas: legitimação da entrevista e motivação; perfil do entrevistado; pessoas com deficiência; necessidades; barreiras/problemáticas; respostas sociais; sinalização; atividades; mudanças; síntese da entrevista. Cada temática é composta por objetivos específicos e questões (Apêndice II- 1, 2, 3, 4, 5). Os instrumentos que vão ser aplicados durante as entrevistas são: um telemóvel para gravar, com a autorização dos entrevistados em papel e assinado por ambas as partes e um bloco de notas.

4.7.2. Notas de campo

Ao longo do estudo tornou-se evidente a pertinência de um registo de notas de campo para a realização das entrevistas semiestruturadas às entidades do concelho (diagnóstico inicial), e para as entrevistas na Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, nomeadamente aos utentes, técnicos e famílias.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), as notas de campo são relatos daquilo que se ouviu, observou, experienciou e pensou durante a pesquisa. De acordo com Falkembac (citado por Lima, Mito & Dal Prá, 2007):

... recomenda que sejam datadas as observações, especificando local e hora. Refere ainda que o diário de campo pode ser organizado em três partes: (1)

descrição; (2) interpretação do observado ...; (3) registro das conclusões preliminares, das dúvidas, imprevistos (p.99)

Esta técnica é fundamental para captar todos os pormenores perante os observados, obtendo informações enriquecedoras para a investigação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), as notas de campo contêm uma parte descritiva, onde são anotadas as características do contexto, das pessoas e as conversas observadas. O investigador deve ter também a preocupação em descrever os sujeitos, o espaço físico, relatar os acontecimentos particulares, descrever a postura e os comportamentos dos observados. De acordo ainda com Bogdan e Biklen (1994), as notas de campo contêm também a parte reflexiva, que consiste, na anotação ponto de vista do observador, das suas ideias e preocupações, ou seja, é mais subjetivo. O observador deve refletir sobre a análise, o método, os conflitos, os dilemas éticos e o seu ponto de vista.

4.7.3. Análise documental

A fim de complementar as informações recolhidas através das entrevistas, foi imprescindível para este trabalho de investigação executar o processo de análise aprofundado. Desta forma, foram consultados documentos orientadores tendo em conta com a legislação, como o Decreto-lei 54/2018 sobre a Educação Inclusiva, e o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos sobre os dados a nível demográfico, social, laboral e cultural. Portanto, procedeu-se à análise do conteúdo dos Decretos-Leis relacionados com a educação especial e a educação inclusiva. Segundo Mason (2002) o recurso a fontes de documentos é uma técnica regular quando se pretende realizar uma pesquisa qualitativa.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a análise de documentos envolve uma pesquisa e leitura de documentos escritos que se formam como uma boa fonte de informação. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a análise documental é utilizada nas ciências sociais, com o objetivo de descrever os fatos sociais, sendo caracterizado por dois grupos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Os de primeira mão são aqueles que não receberam qualquer tipo de tratamento analítico, como os documentos oficiais, as reportagens, as cartas, os contratos, etc. Os de segunda mão são

os que já foram analisados, como os relatórios de pesquisa, os artigos científicos, os relatórios de empresas, as tabelas estatísticas, entre outros.

4.7.4. Análise do Conteúdo

Recorreu-se a análise de conteúdos para a análise dos dados qualitativos obtidos, pois é ideal pela sua objetividade, sistematização e inferência. “A análise de conteúdo é a técnica adotada para o processo de elaboração dos dados com vista a transformá-los em informação esclarecedora” (Barbosa, 2012, p.92). Segundo Mucchielli (1982), a análise de conteúdo procura, formula e classifica as informações encontradas, realizando uma exploração total e objetiva de forma rigorosa. Para Rodrigues (2002, citado por Barbosa, 2012) a análise de conteúdo consiste:

Um trabalho de identificação, reconhecimento, seleção, ou recorte do conteúdo pertinente que, depois se vai classificar, catalogar, codificar ou distribuir em função de um sistema de categorias, propondo interpretações em função de um trabalho de leitura efetuado com base numa teoria que, depois, lhe dará significação. (p.93)

Para Silva e Fossá (2005,), a análise de conteúdo é uma técnica de análise de comunicações que irá analisar o que foi abordado nas entrevistas ou observado pelo entrevistador. Na análise pretende-se categorizar as respostas em temas ou em categorias que ajudam a compreender do que está por trás dos discursos. Segundo Esteves (2015) a categorização na análise de conteúdo é uma operação crucial que tem por base o conceito que determinadas palavras indicam e não o sentido literal desses vocábulos. Apesar da liberdade que o investigador tem para escolher o tipo de categorias e o procedimento, nunca se pode distanciar dos objetivos da investigação, isto significa que a categorização está dependente desses mesmos objetivos. Passamos para o próximo ponto deste capítulo, procedimentos e tratamento de dados

4.7.5. Procedimentos e tratamento de dados

Os trabalhos preparatórios que deram início à investigação decorreram, entre setembro e março de 2019. Nesta fase, foram realizadas diversas etapas: pesquisas

bibliográficas de suporte teórico; elaboração de um diagnóstico com o levantamento de informações às entidades e respostas institucionais sobre as pessoas com PDI no concelho de Silves, através das entrevistas semiestruturadas; recolha e análise documental sobre as pessoas com PDI em Portugal e no Algarve e o seu processo de inclusão; caracterização sociodemográfica das pessoas com PDI na freguesia de São Bartolomeu de Messines; construção das técnicas e instrumentos de recolha de dados; produção dos guiões das entrevistas semiestruturadas.

Entre março e abril, a investigadora deslocou-se à Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines para realizar as entrevistas semiestruturadas aos utentes, aos técnicos e às famílias, as quais foram aplicadas individualmente, mas com datas e horários previamente agendados com a psicomotricista, uma das responsáveis pelo projeto “Sorrir M”. Foram realizadas no mesmo local e em condições semelhantes. As respostas das entrevistas foram registadas pelo gravador do telemóvel, com o devido consentimento informado dos entrevistados (Apêndice III- 1, 2, 3, 4). Estes foram esclarecidos sobre o tipo de estudo, os objetivos da investigação, os procedimentos, o uso a ser dado aos seus depoimentos e a confidencialidade das informações fornecidas, garantindo-lhes que não seriam apresentados nomes ou dados que tornassem possível a sua identificação, de acordo com os requisitos legais em vigor sobre a proteção dos dados pessoais. Segundo Lewis (2003), no que diz respeito às questões éticas é fundamental o consentimento informado, do anonimato e confidencialidade e de que os informantes e investigadores devem ter salvaguardados os seus direitos, de forma a não sofrer nenhum dano.

Após a realização das entrevistas, iniciou-se a transcrição integral das mesmas, com base nas anotações escritas e nas gravações áudio que foram captadas durante a sua realização (Apêndice IV- 1 até 14). As transcrições permitiram procurar conceitos, temas e acontecimentos que orientaram a análise e a codificação. Assim sendo, foi possível agrupar os diversos discursos dos entrevistados sobre cada temática. Posteriormente, compararam-se os conceitos e temas das diferentes entrevistas. À medida que se clarificaram os temas foram-se construindo categorias. Esta etapa decorreu entre abril e junho de 2019. As respostas recolhidas foram categorizadas e organizadas em tabelas para facilitar a leitura e a análise dos dados, o que permitiu entender de que forma o conceito foi compreendido na generalidade e analisar semelhanças ou diferenças sistemáticas entre os entrevistados. As entrevistas foram categorizadas em nove itens: A) Perfil do entrevistado; B) Percurso escolar; C) Percurso profissional; D) Percurso Institucional; E) Acessibilidades/Necessidades; F) Inclusão. Importa mencionar que as subcategorias

elaboradas decorrem das categorias organizadoras da análise das entrevistas. Salienta-se ainda que no tratamento dos dados foi necessário a utilização do computador para a transcrição das entrevistas e a análise de conteúdos, nomeadamente o *Word 2013*.

Na etapa seguinte, entre junho e agosto, procedeu-se à análise de dados contida na categorização dos textos, tornando os conteúdos mais acessíveis e de consulta rápida e direta. Para Lima (2013), uma análise de conteúdo pode ser realizada de diversas formas, pois não existe uma forma correta, o que não significa que esta possa ser feita casualmente. Pelo contrário, deve respeitar com rigor as metodologias de carácter científico que tornem credíveis os resultados obtidos.

O presente trabalho de investigação pretende demonstrar que os fundamentos teóricos, as metodologias, as normas e etapas do processo de análise foram seguidos, de modo a tornar os resultados rigorosos e válidos. Portanto, salienta-se que, todas as entrevistas foram sujeitas a uma transcrição integral, seguindo-se a categorização de conteúdos e depois a respetiva análise.

4.7.6. Questões de natureza ética

Em qualquer trabalho de investigação deve-se ter sempre presente os procedimentos éticos. Segundo Tuckman (2000), quando se aborda as questões éticas e se debruçamos sobre o comportamento humano, provavelmente, “pode dificultar, prejudicar, perturbar, tornar-se enganoso, ou afetar, de qualquer outro modo, negativamente, a vida dos que nele participam” (p.49). Para evitar esses efeitos, devem ser respeitados alguns direitos dos envolvidos, tais como: 1) o direito à privacidade ou não-participação; 2) o direito ao anonimato; 3) o direito à confidencialidade, isto é, evitar que terceiros tenham acesso aos dados pessoais; por fim e não o menos importante, 4) o direito de contar com o sentido de responsabilidade do investigador, que deve agir de modo a garantir que os participantes não saiam prejudicados (*idem*). Portanto, ao longo de um estudo devem ser aplicados e respeitados todos os princípios éticos e deontológicos. No presente estudo, foi garantido o anonimato a todos os participantes. Assim sendo, ao longo do trabalho foram identificados por códigos e estão omissas quaisquer informações que pudessem facilitar a sua identificação. Os dados obtidos não serão utilizados para outros fins que não sejam científicos.

Segundo Almeida (2013), os três princípios éticos na investigação que envolvem os seres humanos são: respeito pela pessoa, beneficência e justiça. Esses princípios estão

definidos no relatório Belmont, fonte primordial de inspiração do pensamento e da ação ética. O princípio do respeito pela pessoa significa que a vontade individual deve ser sempre respeitada, pois o sujeito deve decidir livremente no que quer participar ou aceitar fazer. Esse princípio aplica-se também no trabalho de investigação, pois ao longo do estudo deve-se pedir sempre a autorização e consentimento aos indivíduos para realizar qualquer tipo de ação que inclua a sua participação.

Segundo Almeida (2013), o princípio da beneficência consiste na obrigação de não fazer mal, procurando aumentar os benefícios e diminuir os riscos. O princípio da justiça exige que a ninguém seja rejeitado um benefício a que tem direito ou que lhe seja imposto um fardo desnecessário. Durante a investigação não é ético utilizar como sujeitos um grupo de pessoas quando os benefícios consequentes da investigação serão para outro grupo. De acordo com Almeida (2013), esses princípios éticos são traduzidos a nível deontológico por regras que devem ser cumpridas pelos investigadores, das quais se destacam: o consentimento informado; a avaliação de riscos e benefícios; a seleção dos sujeitos de investigação. O consentimento informado é essencial por parte dos participantes envolvidos no estudo, pois quando uma pessoa aceita participar na investigação, não quero dizer que esteja a autorizar que invadam a sua privacidade e utilizem os dados pessoais sem consentimento. Por isso, o investigador deve esclarecer e fornecer ao sujeito a informação necessária sobre o estudo. De acordo ainda, com Almdeira (2013), esse consentimento deve ser passado por escrito e assinado pelo investigador e pelo sujeito. O investigador deve assegurar que são proibidas todas as ações que obriguem o sujeito a participar na investigação. Esse aspeto é muito importante, principalmente, para pessoas com deficiência. A avaliação de riscos consiste em identificar os riscos que possam prejudicar o sujeito, como a nível físico, psicológico, reputação, social e legal. Segundo ainda Almeida (2013) deve-se ter também em atenção na seleção dos sujeitos de investigação, para evitar que possam ocorrer injustiças, a nível do sexo, da raça, da etnicidade, das escolhas políticas ou outras.

Face aos procedimentos enunciados e às opções metodológicas assumidas procedeu-se a uma análise de conteúdo dos dados obtidos, de forma aprofundada, executada a codificação e estabelecidas as relações entre as categorias identificadas, cujos todos os resultados recolhidos dessa análise são apresentados no capítulo seguinte.

Capítulo V - Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos, a partir dos dados recolhidos das entrevistas aos utentes, famílias e técnicos, sua análise e respetiva discussão.

5.1. Caracterização do contexto do estudo

A instituição de acolhimento do estudo é a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, uma freguesia e vila portuguesa, no concelho de Silves, situada no interior do Algarve. Segundo a Rede Social de Silves (2016), a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines é uma Associação de Utilidade Pública, registada como IPSS (Instituição particular de Solidariedade Social), em 1999. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos com grandes preocupações na área social, educativa, cultural, desportiva e de lazer. Tem como objetivo promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade, atuando através de uma estrutura polivalente de vocação social global, que abrange atividades e serviços que visam a promoção e integração social dos indivíduos e das famílias, fomentando a sua participação na sociedade (p.118).

Segundo a Rede Social de Silves (2016), os dados apresentados nos censos 2011 mostram que a freguesia de São Bartolomeu de Messines é a maior freguesia do Algarve com uma vasta área de 239,9Km², repartidos pelo barrocal e serra. É uma freguesia com uma densidade populacional de 35,1 e o número de habitantes da mesma é de 8430, com a faixa etária de maior expressão no concelho entre 25 e 64 anos. Pode-se verificar ainda que 54,29% da população residente no concelho encontra-se em idade ativa, e 22,47% são pessoas com 65 e mais anos. A evolução da estrutura etária da população do concelho na última década tem manifestado uma tendência progressiva para o envelhecimento e, simultaneamente, para a diminuição do número de jovens. Com isto, resulta a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida, resultado da melhoria dos cuidados de saúde e do desenvolvimento tecnológico. A manter-se a tendência para o aumento do envelhecimento, adivinha-se também a diminuição do número de ativos e consequentemente, da produtividade do dinamismo e da competitividade da economia local (pp. 15-20).

A Casa do Povo proporciona respostas a várias faixas etárias e a várias problemáticas. O projeto onde se desenvolve o presente estudo é o projeto “Sorrir M”, que segundo a Rede Social de Silves (2016, p.118), pretende ser uma resposta inovadora

e especializada para as carências sentidas na freguesia e no concelho. Um serviço composto por uma equipa multidisciplinar, onde desde a conceção do projeto, cujo trabalho em Rede com outras entidades do concelho é contemplado. Segundo Gonçalves (2016) é uma resposta que concretiza a criação e valorização de uma modalidade de reabilitação social, imprescindível ao processo de desenvolvimento de competências da pessoa com deficiência e incapacidade com vista à sua autonomia, numa ótica de inclusão social. Disponibiliza ainda serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais. Em 2016, foram registados 15 beneficiários, na sua maioria homens, mas estão identificadas mais de 15 pessoas com deficiência na freguesia.

De acordo com os dados fornecidos pela técnica Psicomotricista da Casa do Povo, o projeto “Sorrir M” nasceu com a missão de promover atividades ocupacionais para estas pessoas. A maioria dos casos com deficiência que acompanham são cidadãos do sexo masculino sem grandes estruturas familiares e de apoio. Atualmente estão inscritas 12 pessoas no projeto “Sorrir M”, que frequentam diariamente as atividades. No entanto, este número oscila, pois por vezes as pessoas desistem e voltam novamente. Dos 50 casos com deficiência existentes na freguesia conseguem apenas trabalhar com 12 regularmente, pois devido ao isolamento e à falta de transporte não conseguem chegar aos outros casos. Passamos de seguida à apresentação dos participantes deste estudo.

5.2. Categorização das entrevistas

No que diz respeito à análise dos resultados da análise de conteúdo, gostaríamos de referir, que a informação apresentada foi a considerada como a mais importante e pertinente para o estudo em causa. Foi necessário proceder a uma sistematização da informação e agrupar algumas categorias. No entanto, os dados globais podem ser consultados nos Apêndices V- 1,2,3.

5.2.1. Percurso Escolar

No que diz respeito, a análise dos resultados provenientes da categoria **Percurso Escolar**, e atendendo às respostas dadas pelos utentes, familiares e técnicos foram criadas três subcategorias: Adaptação na escola, Relação com os colegas e relação com os professores.

5.2.1.1. Adaptação na escola

Para caracterizar a inclusão das pessoas com deficiência no interior algarvio importa entender o seu percurso a nível escolar quer, na aquisição de competências quer na integração e relação com os colegas e professores, em geral. As declarações dos entrevistados revelam perspetivas e experiências diversas, em termos de percurso escolar.

Relativamente ao ano de escolaridade, apenas dois entrevistados (U1 e U3) afirmaram não saber ler nem escrever, pois começaram desde cedo a enfrentar tarefas diárias, não tendo ido à escola. Os outros utentes (U2, U6 e U7) tiveram a oportunidade de frequentar a escola até ao ensino básico (9ºano de escolaridade). Apenas os utentes U4 e U5 começaram a estudar e desistiram a meio do percurso, por falta de interesse e pelo início de tarefas profissionais. Depois foram transferidos para um colégio interno e para uma casa de crianças até aos 20 anos de idade. Os entrevistados que não continuaram a estudar realizaram cursos no âmbito profissional com o objetivo de ter uma maior abertura e integração no mercado de trabalho.

As declarações das famílias por sua vez, revelam experiência e conhecimento nesse âmbito, descrevendo de forma profunda o percurso dos seus filhos. As famílias F2 e F3 afirmam que os seus educandos não adquiriram muitos conhecimentos enquanto frequentaram o ensino obrigatório, devido à falta de esforço e empenho da parte do educando ou do acompanhamento inadequado dos professores: *“É assim...ele não fez nada, também não houve assim muito esforço para isso (...) se ele tivesse empenhado um pouco mais ele aprendia (...) a ler e a escrever ...”* (F2).

Na opinião dos técnicos, a escola não apoia as pessoas com necessidades específicas, nem sabe que respostas existem para os informar, na opinião do T1 *“E depois as pessoas também não têm essa sensibilidade nem os conhecimentos necessários para saber que tipo de respostas é que pode acontecer depois de saírem da escola.”* A opinião do T2 é semelhante, pois este refere que *“Há falta de apoio.... Não há métodos e resultados concretos...”*

5.2.1.2. Relação com os colegas

A relação dos entrevistados com seus colegas ao longo do percurso escolar foi positiva. Os utentes U2, U4 e U5 afirmaram que era boa e havia respeito por parte dos outros.

- *“Normal, dava-me bem com todos”* (U2)

- *“Dava bem (...)”* (U4)

- *“Ham...dava...dava, pois dava bem”* (U5)

Apenas os utentes U6 e U7, devidos às suas dificuldades na área da interação social vivenciaram momentos de maus tratos a nível verbal e psicológico, por parte de alguns colegas. A U6 relatou que *“Nos primeiros tempos sim depois já não...alguns tratavam-me muito mal (...) mandavam-me com coisas todas ao ar...”*. O U7 também relatou que os colegas sempre *“gozaram”* com ele, ofendendo-o verbalmente. A relação com os professores foi considerada pela maioria dos entrevistados muito boa, afirmando que eles sempre acompanharam e ajudaram muito durante esse percurso. Em relação à continuação dos estudos, os utentes U1, U2, U4 e U7 relataram com incerteza e dúvida essa questão demonstrando falta de interesse e desmotivação, devido às suas dificuldades no dia-a-dia. Porém, os utentes U3, U5 e U6 pretendiam continuar com os estudos, no sentido de desenvolver novas competências e adquirir novas oportunidades no mercado de trabalho.

As famílias F1 e F2 descrevem a relação dos seus filhos com os colegas da escola como sendo boa, pois nunca tiveram nenhuma queixa por parte dos educandos sobre alguma situação de exclusão: *“Que eu tenha conhecimento não, porque isso foi sempre uma coisa que eu lhe ensinei...não deixar ninguém fazer pouco de ti ...”* (F1). Já as famílias F2, F3 e F4 presenciaram muitas dificuldades nos filhos em relacionar com os outros colegas na escola: *“Ele teve assim...um problema, mas não era dele, era a outra pessoa que embirrava com ele e implicava ...”*

5.2.1.3. Relação com os professores

A relação com os professores foi considerada pela maioria dos entrevistados muito boa, afirmando que eles sempre acompanharam e ajudaram muito durante o seu percurso.

Em relação aos professores, as famílias F1 e F3 sentiram a falta de acompanhamento e apoio por parte deles, pois afirmam que apenas ajudavam durante o horário escolar, e quando ajudavam não conseguiam dar respostas adequadas às dificuldades dos seus filhos, devido à falta de formação na área da Necessidades Especiais. Os entrevistados F1, F2 e F3 referiram que ao longo do percurso escolar sempre incentivaram muito os seus filhos a continuar a estudar e a superar as suas dificuldades, tal como se pode verificar:

- *“(...) eu sempre lhe disse e ainda hoje lhe digo (...) que ele tem que ler e escrever mais para não se esquecer do pouco que sabe”* (F1)
- *“(...) ele queria desistir do curso por causa dessa pessoa implicar com ele, e eu disse: não! Não vais desistir do curso, vais continuar até ao fim”* (F2)
- *“Sim, sim...ela tinha os trabalhos de casa e eu ajudava”* (F3)

Os técnicos referiram também a questão da transição pós-escolar, onde os técnicos T1 e o T3 relataram com clareza e determinação que após o ensino obrigatório a escola não apoia estas pessoas na sua transição pós-escolar. A entrevistadora T1 afirma que, Portugal no geral, ainda não possui uma visão muito grande do apoio que tem de ser dado a estas pessoas. Na sua opinião, considera que após o ensino obrigatório já não existe nenhuma obrigatoriedade ou responsabilidade perante estas pessoas. A técnica T1 afirma que as próprias pessoas não têm a sensibilidade nem os conhecimentos necessários para entenderem que tipo de apoio têm direito, após terminarem o ensino, ou seja, muitas vezes tem que ser os pais a procurar esses recursos, pois por vezes até os professores não sabem aconselhar ou encaminhar para os apoios mais adequados. Na perspetiva da entrevistada considera que a principal causa é pela falta de interesse e formação das pessoas.

- *“Não, todos eles saíram da escola e ficaram um pouco no vazio, alguns foram logo encaminhados (...) para alguns cursos de instituições, por exemplo na Cracep em Portimão. Temos também algumas pessoas que foram para a Existir em Loulé (...) mas outros saíram da escola e a partir daí tiveram que ser os pais a preocupar-se encontrar um sítio para eles (...) nem todos conseguiram”* (T1)

O técnico T2 afirma que não tem um grande conhecimento sobre esta questão acerca da transição pós-escolar, mas na sua perspetiva sente que as escolas, de uma forma

geral confrontam-se com sérias dificuldades e capacidade em dar respostas às pessoas com necessidades específicas. O entrevistado descreve que para essa grande falta de apoio ainda não têm métodos e resultados concretos, pois estão numa fase experimental onde integram as crianças com deficiência em turmas ditas “normais” para encontrarem respostas adequadas às suas necessidades.

Para a técnica T3, a questão da transição pós-escolar é subjetiva:

- *“...na vida real a maioria não tem emprego...só nas instituições realmente por exemplo como a Casa do Povo onde isso é incluído e hoje em dia já algumas instituições que têm esse protocolo a nível de inclusão, aí sim é inserido agora de resto...muito dificilmente arranjam um emprego”* (T3)

Os três técnicos concordam que estas pessoas com deficiência em idade adulta não foram preparados na escola para as atividades da vida diária, mas como os jovens da atualidade, já se tem tido alguma preocupação em ajudá-los a ser mais autónomos: *“Hoje com a nova lei que existe que ainda não está bem implementada, aí acredito que com o decorrer dos anos daqui a uns três/quatro anos haja mudanças”* (T3).

A informação supramencionada na categoria percurso escolar, demonstra que a maioria destas pessoas não teve um acompanhamento adequado e persistente por parte da escola, pois de acordo Ainscow e Ferreira (2003), a inclusão defende uma educação que seja eficiência para todos. No entanto, através do testemunho dos entrevistados, o conceito de educação inclusiva continua a ser um novo paradigma de ensino que nem todas as escolas estão a implementar, o que impede que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de ensino. Os resultados obtidos demonstram, que de acordo com a implementação do Decreto-Lei nº54/2018, se os estabelecimentos de ensino apostassem realmente numa escola inclusiva, para todos os alunos poderia haver progressos a nível da sua autonomia e da sua plena inclusão. Contudo, continua a ser um percurso desafiante e questionável, pois os resultados obtidos demonstraram que as pessoas com deficiência não fizeram uma transição pós-escolar eficiente, nem foram preparadas para as atividades da vida diária.

5.2.2. Percurso profissional

Relativamente à categoria, **Percurso profissional** foram criadas duas subcategorias: Experiência profissional e respetiva motivação para o emprego e a Relação com os colegas de trabalho e patrão.

5.2.2.1. Experiência profissional e respetiva motivação para o emprego

Relativamente à experiência profissional, todos os entrevistados expeto os utentes U6 e U7 já tiveram oportunidade para trabalhar. A maioria dos utentes trabalhou na hotelaria, jardinagem, limpeza e repositor de produtos em lojas. Contudo, neste momento nenhum dos entrevistados se encontra empregado, pois os utentes U1 e U3 estão reformados devido à invalidez ou velhice e os utentes U2, U4 e U6 estão desempregados em casa, sem desempenhar qualquer tipo de trabalho. Em relação à sua integração no mercado de trabalho os utentes U1, U2, U4 e U7 afirmaram que não é fácil para eles encontrar um emprego. Contudo, o utente U3 refere que seria fácil encontrar emprego se tivesse em condições para trabalhar, mas derivado às suas dificuldades encontra-se limitado para desempenhar qualquer tipo de atividade profissional. No entanto, apesar da dificuldade em encontrar emprego, os utentes U2, U4 e U5 estão motivados e determinados em procurar. Os entrevistados partilharam as suas áreas de interesse, das quais que mais se destacam: pastelaria; limpezas; hotelaria; artes e jardinagem.

- *“Já, Já. Já trabalhei aqui em Messines no Teófilo Fontainhas (...) tive mais empregos.... aí uns 3 ou 4 (...) fui para Tavira.... tive lá um 1 ano e 6 meses a tirar um curso de jardinagem. Era da distribuição dos barris. Eu ia distribuir lá para Albufeira, Vilamoura”* (U1)

- *“Sim, já estive a trabalhar aqui na Casa do Povo na cozinha durante 2 meses”* (U2)

- *“Já tive....numa loja de animais aqui em Messines, onde dava comida aos animais, varria o chão, carregava os sacos de comida, tratava dos animais. Fui pastor e depois fui parteiro. Portanto tive dois empregos”* (U3)

- *“Sim...varrer ruas, lavar loiça e tive em apartamentos a fazer limpezas”* (U4)

- *“(...) trabalhava aqui no Teófilo (...) carregava e descarregava barris por cima do camião, carregava alfarrobas (...)”* (U5)

- *“Já...no prata, andei a carregar leite e águas e descarregar também carrinhas (...) No estágio também tive no Intermaché...andei a pôr fruta, a pôr a reposição” (U7)*

Relativamente a integração no mercado de trabalho, as declarações das famílias revelam também uma grande dificuldade, pois não é fácil para as pessoas com deficiência encontrarem um emprego:

- *“Não, se não é fácil para quem tem estudos, e que é normal quanto mais ele, portanto eu sei que não é fácil” (F1).*

- *“Não é nada fácil, depende da deficiência e da capacidade da pessoa, e da vontade que ela tem de realizar qualquer coisa (...)” (F3).*

Em relação à motivação dada pelos familiares verificou-se pouca, pois alguns familiares sentem-se desmotivados e cansados pelas inúmeras tentativas de incentivar os filhos na procura de emprego para terem um melhor futuro. Essa motivação é também derivada da falta de vontade e interesse por partes dos filhos/as.

Na opinião dos técnicos T1 e T3, ambos referem uma grande falta de abertura no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência.

-*“Sim completamente, principalmente aqui que vivemos num meio muito pequeno, em que as pessoas com deficiência se procurarem trabalho aqui dentro deste meio, onde toda a gente os conhece e conhece realmente as limitações não lhes vão dar trabalho. A não ser por exemplo aqui na Casa do Povo temos outra abertura, desde há muitos anos que temos aqui trabalhadores com deficiência, mas em qualquer outro...supermercado, numa loja não lhes dão. Agora hoje em dia as grandes superfícies já têm essa visão, acho que até têm algum tipo de obrigatoriedade. E já saiu também a nova lei que as empresas têm que ter alguns trabalhadores...uma percentagem de trabalhadores com deficiência, mas isso num meio pequeno isso nunca vai acontecer” (T1)*

A técnica T1 acrescenta que existem instituições como a Casa do Povo que emprega pessoas com deficiência. Segundo a Lei nº4/2019 (Diário da República, 1.ª série — N.º 7) de 10 de janeiro foi estabelecido o sistema de quotas de emprego para pessoas

com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, visando a sua contratação por entidades empregadoras do setor privado e organismos do setor público, não abrangidos pelo âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro. A técnica T3 considera que a população não está preparada para receber e contratar as pessoas com deficiência.

- *“Sem dúvida, as pessoas não estão preparadas para isso, é muito complicado. Mesmo havendo alguma abertura, por exemplo aqui na instituição é muito difícil e todos os dias acontece alguma coisa, porque as pessoas não estão habituadas a falarem com estas pessoas (...) e não conseguem entender...para eles nós temos de ser todos “normais” (T3).*

O técnico T2, já tem uma perspetiva diferente, pois considera que essa falta de abertura no mercado de trabalho, já foi mais acentuada no passado do que na atualidade. Apesar da lei acima referida, a técnica T2 considera que ainda não é suficiente para a inclusão dessas pessoas, pois por um lado, elas também necessitam de formação para se deslocarem a determinados empregos. Porém, há casos, no projeto Sorrir M que foram integrados na junta de freguesia para colaborar e estarem ocupados consoante os seus interesses. Portanto, na perspetiva da técnica T2 existem pessoas com maior capacidade de se integrar no mercado de trabalho do que outras.

Em relação à motivação na procura de emprego por parte dos utentes, o técnico T1 afirma que existem poucas pessoas incentivadas para o procurar, devido aos hábitos de vida, pois durante toda a vida viveram dependentes de um subsídio. O T1 refere que com o aparecimento da nova prestação social de inclusão a realidade irá mudar, porém não possuem ainda a informação suficiente acerca dessas pessoas, o qual tem dificultado a sua implementação prática. Este novo regime veio substituir o antigo, que existe há cerca de 30 anos, em que as pessoas recebiam uma pensão por deficiência ou por invalidez, mas se estivessem empregadas deixavam de receber essa pensão.

Muitas vezes eles conseguiam um contrato de um ou dois meses, mas quando o contrato não era renovado tinham novamente de pedir o subsídio, o que poderia demorar muitos meses. O T1 conclui que as pessoas têm medo em procurar emprego porque poderão perder esse subsídio: *“Poucos (...) Tem a haver com hábitos, toda a vida viveram dependentes de um subsidio e tem a ver também com a forma como as coisas estão montadas. (...)” (T1)*

Os técnicos T2 e T3 já têm uma perspectiva diferente, pois afirmam haver um misto de interesses e motivações. Para o técnico T2, as pessoas tornam-se dependentes dos subsídios e dos apoios, mas também existem pessoas motivadas em adquirir autonomia.

- *“Acho que há aqui um misto, há pessoas que ficam dependentes dos subsídios e dos apoios, e que o emprego dessas pessoas é isso né (...) Mas também há pessoas que procuram autonomia (...) por exemplo ter um emprego e ter o seu rendimento (...) na verdade eu acho que nós aqui nos nossos utentes temos ambos os casos, temos pessoal que está um bocadinho encostado, mas também temos pessoas que querem ter a oportunidade (...) se integrar no mercado de trabalho”* (T2)

A técnica T3, menciona que nas instituições são incentivadas para trabalhar, mas se estiverem em casa, sem acompanhamento nenhum não vão estar motivados para procurar: *“Se for para alguma instituição sim (...) agora se estiverem em casa e realmente não tiverem um acompanhamento nesse sentido não. Aqui na Casa do Povo são incentivados”* (T3)

5.2.2.2. Relação com os colegas de trabalho e patrão

Durante a experiência profissional, os utentes entrevistados, exceto o U6 descreveram a sua relação com os colegas de trabalho como sendo boa e respeitadora: *“(...) Os colegas respeitavam-me, eu respeitava.... a gente era como uma família unida... um fazia um trabalho, eu fazia outro...”* (U1). Porém, a relação dos utentes U2, U5 e U7 com os patrões já não foi considerada como sendo boa, pois alguns vivenciaram maus tratos a nível psicológico, o que depois dificultava muito o desenvolvimento de novas aprendizagens e o bem-estar da pessoa.

- *“Mais ou menos, uns dias estava bom outros dias estava mau”* (U2)

- *“Era porreiro...um patrão espetacular”* (U5)

- *“Sim...eram mesmo”* (U7)

A informação supramencionada na categoria profissional encontra-se de acordo com o referido pelo ODDH (2017), dado que este indica que o desemprego nas pessoas com deficiência tem aumentado significativamente desde 2011, principalmente, para aqueles que têm mais de 25 anos, e se encontram desempregadas há mais de um ano. Em

relação aos apoios e subsídios, os dados encontram-se de acordo com o relatório do ODDH (2018), dado que este indica um elevado número de beneficiários do sexo masculino em todas as prestações relacionadas com a deficiência, nomeadamente, os subsídios de educação especial, a bonificação do abono de família e os subsídios por assistência da terceira pessoa. Os resultados obtidos confirmam que as pessoas com deficiência continuam a ser um grupo que se confronta com o preconceito e a discriminação, o que lhes rejeita a liberdade e os seus direitos, encaminhando-as para a exclusão social.

5.2.3. Percurso Institucional

Para a categoria, **Percurso Institucional** foram elaboradas duas subcategorias: Adaptação e acompanhamento na instituição e Relação com os colegas e técnicos.

5.2.3.1. Adaptação e acompanhamento na instituição

Acerca do percurso institucional dos entrevistados verificou-se que os utentes U1, U2, U3 continuam algumas vezes a frequentar a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, porém devido à falta de transporte, torna-se difícil frequentar a tempo inteiro. O principal motivo que os leva a participarem nas atividades é manterem-se ocupados diariamente e o interesse em conviver com outras pessoas como forma de combater o isolamento social. Já os utentes U4, U6 e U7 deixaram de frequentar as atividades da instituição devido à falta de tempo. Quando questionados se o trabalho na Casa do Povo os ajudava, todos responderam afirmativamente.

- *“Sim.. sim, é muito importante... para as pessoas que tenham dificuldades”* (U1)
- *“Sim é...”* (U2)
- *“Sim...vez em quando venho cá”* (U3)
- *“Sim... gosto de estar aqui com os meus colegas”* (U4)
- *“É importante e eu agradeço muito à Casa do Povo, já me ajudaram muito... mas prontos não posso ficar mais”* (U5)
- *“Sim eles dizem que sim, que ajudam aqueles que têm mais problemas, mas para mim isso...não”* (U6)

- *“Muito, porque como eu andei nos treinos de andebol...isso emocionou-me muito”* (U7)

As famílias F1 e F2 mencionaram também a grande importância que a Casa do Povo tem tido para os seus familiares na promoção de novas competências e autonomia. A família F3 menciona que o seu utente deixou de frequentar a Casa do Povo por negar a sua deficiência e não querer estar na presença de outras pessoas em situação semelhante. Afirma também, que o seu familiar não teve progressos, mas se tivesse sido inserida numa atividade profissional ou num grupo de pessoas com deficiência, talvez se notasse alguma evolução. As declarações das famílias F1 e F2 demonstram que houve evolução e um excelente acolhimento por parte da Casa do Povo.

- *“Sim era e é, só que derivado à situação de ele trabalhar não consegue ir (...)”*
(F1)

- *“Sim (...) só que não tem a capoeira e ele está muito ligado à capoeira, e tem medo que venha aqui e passe horas demais (...)”* (F2)

As declarações dos técnicos acerca da evolução dos utentes na instituição foram positivas, pois cada um demonstra diferentes progressos nas suas dificuldades.

O técnico T1 menciona que a nível motor tiveram um caso de sucesso, pois não tinha qualquer coordenação motora, o que lhe impedia de se deslocar a certos locais, mas atualmente superou essa dificuldade e tornou-se uma das melhores atletas da ginástica adaptada. Outro caso de sucesso, foi um rapaz que não conseguia comer sozinho nem falar com os outros, porém ao treinar as competências sociais, atualmente, já consegue estabelecer um diálogo e ter autonomia para comer sozinho. O técnico T1 refere que essencialmente trabalham as rotinas e as mudanças de hábitos, pois algumas pessoas, antes de ingressarem nas atividades não tinham qualquer tipo de rotina nem uma alimentação saudável e hábitos de higiene, o que dificultava muito a sua evolução a diversos níveis. O técnico T2 menciona, que para observar os progressos dos utentes é necessário fazer uma observação individualizada, porque cada um tem o seu ritmo de aprendizagem e diferente grau de dificuldade. Por exemplo no clube da batucada verificou-se no início uma grande dificuldade em fazer músicas, mas gradualmente foi melhorando, como se pode certificar atualmente, pois os utentes já possuem uma série de noções e conhecimentos musicais. O técnico T3, refere que os utentes evoluíram muito a

nível social, a nível da inclusão e a nível cognitivo, através da aplicação de diversos jogos e estratégias de intervenção.

Em relação à adaptação, o técnico T1 menciona que nem todos se adaptaram bem às atividades, visto que são adultos com mais de 30 anos de idade e que em toda a vida foram dependentes.

- *“Nem todos, porque muitos deles (...) são adultos de 30 e tais 40 anos e são pessoas que toda a vida foram independentes dentro das suas capacidades, e tinham rotinas (...) e ao estarem na Casa do Povo impede que eles façam isso. Eles não valorizam por estarem aqui (...) eles acham que vêm para aqui para nos fazerem um favor (...) ” (T1).*

Alguns utentes consideram que estão a fazer um favor aos técnicos por estarem na Casa do Povo e que deveriam receber algum numerário em troca, ou seja, não têm consciência das suas reais necessidades. Os técnicos T2 e T3 já demonstram uma opinião diferente, pois consideram que a maioria adaptou bem às atividades.

- *“Sim, na sua maioria sim, tivemos um caso ou dois de pessoas que vieram, experimentar e não conseguiram adaptar-se e acabaram por não continuar (...) A adaptação fazemos com tempo, porque também temos de conhecer as pessoas (...)” (T2)*

- *“Normalmente adaptam-se bem, o maior problema aqui são as famílias, porque as famílias têm muitos receios, muitos medos e muitas vezes os utentes não fazem mais porque as famílias não deixam” (T3)*

Para o técnico T3 o maior problema que enfrentam são as famílias, porque têm muitos receios, muitos medos e por isso os familiares estão limitados em participar em todas as atividades propostas. Os técnicos T1 e T3 referem que os utentes demonstram interesse em participar nas atividades do projeto, mas apenas aqueles que são assíduos e as frequentam diariamente, e que têm consciência da importância da Casa do Povo. O técnico T1 afirma que grande parte das famílias incentiva os seus filhos a participarem na Casa do Povo e aqueles que são mais motivados é por terem uma família por trás que lhes consegue dar motivação. Essa motivação provém também da aprendizagem em diversas áreas, como aprender a nadar, jogar andebol e participar em competições, aprender a

visualizar e ler as horas, saber utilizar o dinheiro, entre outras. Outra motivação que leva os utentes a frequentarem a Casa do Povo é o fator sociabilização, pois se tivessem em casa não teriam a oportunidade de interagir na comunidade.

- *“Grande parte frequenta, porque a família os incentiva para isso, e neste momento o grupo assíduo é um grupo que tem uma família por trás que lhes consegue dar motivação (...) primeiro preferem que eles estejam aqui do que estejam na rua (...) e depois eles começam (...) ir para a piscina, aprendam a nadar, isso é uma motivação. Jogam andebol...vão competições fora é outra motivação, há alguns que não sabiam ver as horas e agora já sabem, ficam motivados com isso...ou aprender a trabalhar com o dinheiro (...) Portanto cada um tem a sua motivação, mas neste momento, todos têm alguma motivação”.* (T1)

5.2.3.2. Relação com os colegas e técnicos

Relativamente à relação com os outros colegas da Casa do Povo constatou-se que todos os entrevistados mencionaram com convicção ser uma boa relação.

- *“Ah! É boa ... é excepcional, eu respeito eles.... Eles respeitam a mim...brincamos, somos uma família...somos como irmãos”* (U1)
- *“Sim é boa”* (U2)
- *“Dou...Dou, mas de vez em quando há um engraçadinho”* (U3)
- *“Sim, são simpáticos...”* (U4)
- *“É tudo bom”* (U5)
- *“Era boa”* (U7)

Apesar da ausência de alguns utentes nas atividades, a relação com os técnicos também é considerada muito boa por todos os entrevistados, pois afirmam que toda a equipa os ajuda muito nas suas necessidades. No entanto, relativamente ao trabalho realizado por outras instituições os entrevistados U1 e U5 relataram que foram maltratados, em outras respostas sociais, a nível psicológico, mas também física.

- *“...fui para casa dos rapazes em Faro perto do Bom João e estive até aos 18 anos (...) trataram-me super mal e lá na casa dos rapazes também...”* (U1)

“Andei numa casa com outras crianças na praia de mira para os lados de Coimbra...fui lá em pequenino (...) levei muita porrada de um casal que mandavam na instituição.... Não fui bem tratado” (U5)

A informação supramencionada na categoria institucional encontra-se de acordo com o referido por Goffman (1961, citado em Dias, 2011), dado que este indica que as instituições de solidariedade social apoiam as pessoas com deficiência, estabelecendo rotinas e mudanças de hábitos diferenciados, que fora da instituição não teriam (como uma alimentação saudável, hábitos de higiene, gestão do dinheiro, etc.). Para além disso, quando uma pessoa é apoiada numa instituição, a sua presença é fundamental, pois através da interação com outras pessoas há uma troca de conhecimentos e saberes importante. No entanto, os resultados indicam que a maioria dessas pessoas não comparecem às atividades da instituição devido à falta de acesso ao transporte, mas principalmente, por falta de incentivo e interesse.

5.2.4. Acessibilidades/necessidades

Para a categoria **acessibilidades/necessidades** foram criadas três subcategorias: Dificuldades diárias, Relações sociais (família e amigos) e Apoios sociais.

5.2.4.1. Dificuldades diárias

A questão das acessibilidades/necessidades foi também abordada nas entrevistas, pois permitiu entender as dificuldades diárias dos entrevistados. Todos os utentes, expeto os U4, U5 e U7, afirmam que realizam as tarefas domésticas em casa. O utente U5 demonstra dificuldades em ler e escrever e em procurar emprego, mas apesar disso consegue executar todas as outras tarefas de forma autónoma.

Com as declarações dos entrevistados constata-se que os utentes U1, U3 e U6 conseguem pagar os seus bens essenciais sem ajudas de terceiros, porém demonstram uma má gestão do dinheiro. Já os utentes U2, U4 e U5 dependem de terceiros para adquirirem os seus bens essenciais. Os utentes U4 e U7 quando confrontados com alguma dificuldade pedem também ajuda a outras pessoas. Uma dificuldade é *a falta de trabalho* (U4) e *falta de ajuda por parte de algumas pessoas* (U7).

As famílias descrevem as dificuldades diárias dos utentes e referem que os seus filhos não estão habituados a realizar tarefas em casa, e não demonstram interesse em fazer. A família F3 menciona que a dificuldade diária do seu familiar tem sido a falta da autonomia motora, pois tem pouca força e destreza. A nível da autonomia financeira, as famílias relatam que os filhos não mostram muito interesse em querer ter um emprego e adquirir a sua própria autonomia. A nível da rede de transportes, as famílias F1, F2 e F3 mencionam também que não é fácil os seus filhos deslocarem-se para os locais, pois só têm acesso ao táxi e ao autocarro público, o qual tem um horário muito limitado (às 10h30 e às 14h30), e às quartas-feiras a junta de freguesia faculta uma carrinha sem custos para os deslocar na freguesia. Contudo, as famílias receiam muito pelos filhos, por andarem sozinhos nos transportes, pois têm medo que se percam ou fiquem confusos com a multidão ou com os horários.

As declarações dos técnicos, acerca das acessibilidades demonstram diferentes perspetivas. Para o técnico T1, o maior entrave para eles é sempre o financeiro, “(...) *na verdade o maior entrave que eles têm é sempre o financeiro, e é isso que impede que eles cheguem a muitos sítios, porque a nível de acessibilidades eles até não têm assim muitas dificuldades (...)*” (T1)

O técnico T2 aborda as questões da autonomia como uma das principais dificuldades para os utentes, pois é transversal a todos, apesar de cada um encontrar-se num nível diferente.

- Não sei, talvez dificuldades nas questões da autonomia...são sempre as questões mais pertinentes, porque lá está é transversal a todos, apesar de cada um estar num nível diferente. Há utentes que por exemplo têm uma mobilidade sem qualquer nível de incapacidade, mas depois não conseguem gerir por exemplo, a forma como gastam o seu dinheiro, enquanto por exemplo outros casos de pessoas que têm dificuldades brutais em termos de mobilidade que lhes afeta a autonomia (...) mas que depois conseguem gerir a sua vida de outra maneira (...)” (T2)

Existem casos sem qualquer nível de incapacidade na mobilidade, mas que depois têm a incapacidade de gerir o dinheiro, e outros casos de pessoas com grandes dificuldades na mobilidade que afeta a sua autonomia.

Para o técnico T3 as dificuldades que os utentes enfrentam diariamente são a nível social e emocional, porque alguns não têm a capacidade de gerir, adequadamente, as suas emoções e interpretar certos diálogos, da mesma forma que os outros.

- “A nível social e a nível emocional, porque eles não conseguem gerir muito bem as emoções...a maioria deles tem muita dificuldade (...) Pronto lá está a nível da interpretação, a nível emocional, o gerir aquilo é muito difícil porque são coisas básicas, mas que eles não entendam da mesma forma” (T3)

Os três entrevistados mencionam que os utentes desejam muito ter autonomia financeira, porém muitos deles não querem trabalhar nem sacrificar os subsídios pela procura de um emprego. Em relação à atual, rede de transportes, os entrevistados consideram uma grande limitação, pois dificulta muito na sinalização dessas pessoas que vivem em locais dispersos da freguesia e em ajudá-los nas suas necessidades. Devido a essa limitação, não é possível dar respostas a todas as pessoas com deficiência, e os técnicos acreditam que se essa rede fosse mais ampla teriam mais pessoas sinalizadas e integradas no projeto “Sorrir M”.

Em conclusão, os técnicos referem que cada um dos utentes tem necessidades distintas dos outros. O técnico T1, menciona que todos têm necessidades diferentes, e por isso não existe uma necessidade global. O técnico T1, refere que o foco principal da equipa é entender dentro do ambiente da pessoa, quais as principais necessidades que fazem sentido trabalhar com profundidade e persistência. O técnico T3, menciona que as necessidades destas pessoas são, principalmente, a nível social e emocional, pois têm muita dificuldade em estabelecer uma relação e conviver, sem existir algum conflito, derivado aos seus problemas que os dificulta. Nesse sentido, compete ao técnico T1, formado em psicologia, ajudá-los a gerir a parte emocional.

5.2.4.2. Relações sociais (família e amigos)

Acerca das relações sociais, o utente U1 foi o único entrevistado que mencionou o seu desagrado por as pessoas demonstrarem comportamentos discriminatórios, como o olhar de lado ou julgar. Os utentes U2 e U6 mencionam a sua satisfação e agrado pelas pessoas da freguesia. No entanto, os utentes U6 e U7 preferem viver noutros locais onde possam ser compreendidos por outras pessoas e que não sejam mal interpretados.

Relativamente ao apoio da família, as declarações em geral foram positivas, em exceção aos entrevistados U1 e U5 que mencionam já não terem mãe nem pai. Os entrevistados U1, U2, U3, U6 e U7 afirmam que a família os apoia muito diariamente na superação das suas dificuldades. Os utentes U4 e U5 já têm uma opinião diferente, pois revelam que a própria família lida pouco com eles.

Acerca da relação com os seus filhos, os familiares afirmaram tratar-se de uma boa relação. No entanto, por vezes vivenciam alguns conflitos entre eles, devido ao apego emocional dos familiares, o que poderá depois dificultar na aquisição da autonomia dos seus familiares. As declarações dos familiares F2 e F3 indicam um grande receio em relação ao futuro dos seus filhos, e esta preocupação leva as famílias à desmotivação e a entrarem em desespero sem saber o que fazer para ajudar.

- *“Claro (...) eu gosto do meu filho de igual forma como gosto dos meus filhos biológicos, o amor do meu menino é igual aos outros”* (F1)

- *“A gente tem uma boa relação boa, mas as vezes temos assim umas coisinhas para o esquisito. Eu sou muito apegada a ele e ele é apegado a mim e é muito complicado, porque não tenho privacidade nem me deixa respirar”* (F2)

- *“Um bocadinho faisca, mas damos bem um com o outro”* (F4)

Em relação ao apoio familiar, os técnicos mencionam que existem familiares que dão mais apoio que outros, e por essa razão ainda existe um longo trabalho para realizar com as famílias. O técnico T3, refere que a maioria das famílias tem muitos receios, o que por vezes poderá dificultar a evolução dos seus filhos na aquisição do desenvolvimento da autonomia. Outra questão, que os técnicos também partilharam foi a questão das famílias não contactarem os técnicos para falarem sobre os progressos e dos seus filhos. O técnico T1, refere que em vez de os familiares contactarem a instituição para perguntar o que poderiam fazer para dar continuidade ao trabalho em casa, contactam somente para obter informações sobre o custo das atividades. O técnico T2, aborda que normalmente são os próprios técnicos a tomar a iniciativa em abordar as famílias sobre essas questões e a darem o seu feedback. Acerca das dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores, o técnico T2 menciona que é complicado, pois os familiares têm de compreender a importância da continuidade do trabalho institucional em casa e aceitar essa responsabilidade perante os seus filhos. A principal dificuldade em lidar com as famílias na perspectiva do técnico T3, são os receios, pois quando os utentes estão a

evoluir e a atingir os objetivos definidos e surge um incidente, as famílias restringem os seus filhos a participar nas atividades. O técnico T2, considera que a principal dificuldade é o estigma social que as próprias famílias criam. Contudo, torna-se complexo estar a avaliar esse tipo de questões apenas num prisma, pois é necessário fazer uma avaliação globalmente. Por exemplo, existem casos de famílias com pessoas com doença mental que acabaram por se refugiar para se protegerem, pois, nem todos aceitam esses ataques no seu espaço privado.

5.2.4.3. Os Apoios Sociais

Relativamente aos apoios sociais existentes na proximidade da freguesia, as declarações dos utentes foram vagas e incertas, pois as únicas respostas sociais a que os utentes se dirigem para pedir ajuda é a junta de freguesia e a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines. Para além destas respostas, os utentes U3, U6 e U7 mencionam outras, tais como em Albufeira e a GNR. Contudo, os entrevistados revelam pouco conhecimento sobre esse tema. Em relação ao tempo que as respostas sociais demoram para apoiar há incertezas por parte dos utentes.

Acerca da quantidade de apoios sociais, os utentes U1 e U3 referiram que são escassos na freguesia. Os entrevistados U2 e U4 consideram-nos insuficientes na freguesia.

Na perspetiva das famílias F1 e F3 os serviços sociais existentes na proximidade da freguesia poderiam ser melhorados: “(...) *as escolas em si poderiam ser um foco de informação, mais do que a junta de freguesia...*” (F3). O familiar F4 menciona não saber o que poderia ser melhorado a nível das respostas sociais. Para além da junta de freguesia e da Casa do Povo, os familiares F2 e F4 não conhecem mais nenhuma outra resposta social que possa apoiar as pessoas com deficiência intelectual.

- “*Eu acho que sim (...) devia haver mais para estas crianças (...) mais apoios (...)*” (F1)

- “*(...) as escolas em si poderiam ser um foco de informação disso, mais do que a junta de freguesia...para mim acho que a escola é que teria melhor essa função*” (F3)

Os técnicos entrevistados, exceto o técnico T2, mencionam a facilidade de acesso que os utentes têm nos apoios e serviços existentes: “(...) *portanto aqui em Messines eles são privilegiados, porque há uma grande ligação entre a Casa do Povo, entre a junta de freguesia, entre o centro de saúde, entre a segurança social (...)*” (T1).

O técnico T2 não concorda acerca desse fácil acesso, pois refere que apesar dos serviços estarem centralizados, em Silves não se consegue tratar de assuntos burocráticos na freguesia, ou seja, a Casa do Povo realiza um papel muito importante, no que diz respeito à resolução dos assuntos.

Apesar do técnico referir que ainda não tem tempo suficiente para ter uma melhor perceção acerca dos apoios sociais, menciona que essas pessoas deveriam ser mais apoiadas, mas também devem ir à procura e mostrar força de vontade em superar as suas dificuldades. Os técnicos T1 e T3 consideram que as pessoas com deficiência poderiam ser mais apoiadas pelo Estado. O técnico T1, refere que com a nova prestação social da inclusão, poderá ajudar mais estas pessoas, mas contêm ainda uma série de contornos das quais ainda não estão adaptadas para eles. Porém, o técnico menciona que o objetivo deles é ajudar estas pessoas serem independentes. O técnico T3, considera que poderiam ser mais apoiadas a nível financeiro, de saúde, e a nível de acesso, pois se essas pessoas não tivessem integradas numa instituição seria bem mais difícil obter esse acesso. Também poderiam ser apoiadas a nível social e de emprego, pois seria mais fácil se existissem mais empresas a aderissem à inclusão profissional e social.

A informação supramencionada na categoria acessibilidade/necessidades encontra-se de acordo com o referido pela Rede Social do Concelho de Silves (2011), dado que esta indica a insuficiência de respostas sociais locais para as pessoas com deficiência, dado que enfrentam diversas necessidades e barreiras, quer sociais quer financeiras. Os resultados indicam que essa falta de apoios sociais e outros fatores associados à incapacidade afetam a qualidade de vida destas pessoas, originando o isolamento social e o aumento do desemprego nas zonas rurais. Os resultados obtidos acerca da falta de transportes e serviços no meio rural encontram-se também de acordo com o referido pela Rede Social (2011), dado esta indica ser uma das causas do isolamento.

A informação acerca do apoio familiar mencionada nesta categoria encontra-se de acordo com o referido por Dias (2011), dado que este indica que a maioria das famílias, por vezes, não sabem lidar com a deficiência, apresentando diferentes reações: superproteção, o paternalismo e a até a segregação. As famílias são a maior fonte de apoio

físico e emocional da pessoa, mas os amigos têm também um grande impacto no seu bem-estar e autonomia. Contudo, os entrevistados não mencionaram qualquer tipo de relação com os amigos, o que indica à partida não terem esse tipo de apoio. Os resultados obtidos indicam, que a falta de apoio da rede formal é insuficiente, e de acordo com Guadalupe (2011), gera nas famílias uma grande sobrecarga e desespero.

5.2.5. Inclusão

Para a categoria, **Inclusão** foram criadas duas subcategorias: Direitos humanos e Cidadania.

5.2.5.1. Direitos humanos

Todos os utentes, exceto o utente U6, mencionaram que ao longo da vida já tiveram a experiência de votar. Porém nas declarações dos entrevistados notou-se incertezas e dúvidas sobre o objetivo do voto, pois a maioria desconhece os diversos partidos políticos, revelando grande falta de informação e conhecimentos sobre este assunto. Os utentes U2, U3, U4 e U5 referem que ninguém lhes ensinou a saber votar nem a entender para que serve. Os utentes U6 e U7 afirmam saber para que serve o voto, porém as suas declarações demonstram pouca veracidade, pois o utente U6, refere que voto serve para votar no partido que depois vai ser eleito, e o utente U7 refere que aquele que obtém mais votos da população ganha a eleição e fica de imediato na junta de freguesia.

Em relação aos direitos humanos, os utentes U1, U6 e U7 mencionaram alguns direitos que conhecem, tais como a liberdade de expressão, a independência e o descanso. No entanto, desconhecem outros tipos de direitos referentes às suas necessidades. Os utentes U2, U4 e U5 afirmam não saberem quais os seus direitos, que por lei podem usufruir.

- *“Os meus direitos? eu tenho muitos direitos.... o meu direito é andar à liberdade... tenho direito... pronto eu não digo o que fazer ou o que não fazer... tenho o direito de ser livre, tenho direito de ser independente”* (U1)

- *“Sim...hum tenho direito de ser independente, de fazer as minhas coisas e de ter a minha vida e assim”* (U6)

- *“Os meus direitos?... direito ao descanso, um direito também é ter a carta e um carro” (U7)*

Em relação ao acolhimento por parte da população, todos os utentes entrevistados referem ser muito positivo, pois todos consideram que se sentem integrados na freguesia. As principais necessidades que os entrevistados mencionaram nas entrevistas foram: a dificuldade em adquirir um emprego; saber vestir-se; ler e escrever. Relativamente à forma como estas pessoas superam as suas dificuldades, foi mencionado pelos entrevistados que a música ajuda muito para acalmar e libertar todo o *stress* sentido.

Na categoria da inclusão no que diz respeito à discriminação em relação à deficiência, os familiares F2 e F3 partilharam que já se sentiram discriminação por parte de outras pessoas devido aos seus filhos. Os familiares F3 e F4 mencionaram que os seus filhos já foram maltratados por outros jovens, por motivo da sua condição de deficiência.

Contudo, a família F4 menciona que era difícil interferir nessas situações pela falta de transporte que impedia a sua deslocação, porém os professores contactavam sempre os familiares para abordar esses acontecimentos. Acerca da exclusão e do isolamento social que a maioria destas pessoas vivem no interior algarvio, os familiares F1, F2 e F3 partilharam que as suas vidas seriam muito melhor se vivessem sem esse isolamento social, pois os seus filhos teriam mais oportunidade em criar relações e conviver com outras pessoas das suas idades. Relativamente, ao acolhimento e à integração, todos os familiares mencionaram que os seus filhos com deficiência foram muito bem acolhidos e integrados pela população. Acerca das necessidades das pessoas com deficiência, as famílias referem que essas pessoas necessitavam de melhores condições de habitação e um acompanhamento consciente por parte dos técnicos e das respostas sociais.

Na perspetiva dos técnicos, nomeadamente, acerca da inclusão, o técnico T1 menciona que os utentes são discriminados fora da instituição, mas já não é tão sentida nos dias de hoje, pois as instituições procuram estratégias para os ajudar na sua integração na sociedade.

- *“Completamente, e já nem tanto. Nós precisamente para contrariar isso na fase inicial deste projeto, todas as semanas íamos beber café a um sítio diferente daqui da vila e fazíamos de propósito...eles entravam primeiro que nós técnicos e assim que eles entravam eram escorraçados, e a seguir nós entrávamos e as pessoas ficavam assim um bocado embasbacadas: Ah! Sim eles estão convosco*

desculpem, desculpem! E muitos deles chegaram a dizer é a primeira vez que eu me sento num café (...)” (T1)

Os técnicos T1, T2 e T3 consideram que alguns utentes vivem em situação de isolamento social. O técnico T1, menciona que por vezes estas pessoas são “humilhadas” dentro da vila, pois por vezes são chamados por alguns para serem “gozados” ou explorados para desempenhar alguma tarefa. No entanto, essas pessoas não vêm maldade em os realizar, pois sentem-se úteis e reconhecidos, por poderem ajudar alguém. O técnico T3 refere que como estas pessoas vivem isoladas torna-se mais difícil em conseguir criar amizades e combater o isolamento social. No entanto, o técnico considera que num meio pequeno o isolamento não acontece tanto, pois as pessoas já se conhecem uns aos outros e torna-se mais fácil criar laços e interação entre elas. O técnico T2, considera que essas pessoas já viveram muito isoladas e excluídas, mas com a implementação do projeto Sorrir M têm vindo a mudar bastante as suas vidas, mostrando que podem ter também um papel ativo na sociedade. Contudo, ainda existe muito trabalho para fazer esta mudança, pois não se pode mudar num curto espaço de tempo a mentalidade de uma comunidade, em relação ao estigma social perante a realidade da deficiência.

5.2.5.2. Cidadania

Dada a importância da informação tornou-se pertinente criar a subcategoria cidadania, na perspectiva do técnico T1, essas pessoas não têm muita consciência da cidadania, pois desconhecem os seus direitos, excepto o direito da pensão. Portanto, torna-se fundamental dar-lhes esse conhecimento sobre os seus direitos, mas também ajudá-los numa fase inicial em obter esses direitos. O técnico considera que são poucas as pessoas que estão consciencializadas sobre a deficiência, ao contrário daqueles que foram vítimas de acidentes. Contudo, nem todos aceitam bem a sua condição, o que faz com que queiram alterar tudo o que podem. Os que não têm nenhuma consciência da deficiência justificam a sua condição por não terem força nas pernas ou por a cabeça não estar boa como dantes. Já os técnicos T2 e T3 consideram que essas pessoas, à partida estão consciencializadas sobre a sua condição.

- *“Eu acho que sim, porque à partida estas pessoas estão todas diagnosticadas...eles sabem. Bem depende do nível de capacidade que eles têm. Temos por exemplo uma miúda com trissomia 21 que duvido que ela tenha consciência da sua condição na totalidade, mas depois temos outros utentes que sim, até porque eram pessoas “normais” que sofreram acidentes e ficaram com questões de mobilidade reduzida, eles têm muita consciência e muitas vezes demonstram essa revolta dessa consciência que têm por não conseguir secalhar fazer as coisas mais rápidas ou chegar mais longe com as suas dificuldades de autonomia (...)” (T2)*

- *“Têm, a maioria deles têm (...) Há quem fique frustrado tendo em conta daquilo que têm, mas depois acabam por lidar. Mas aqui também temos um serviço de psicologia a nível individual, eles acabam por conseguir também falar e isso é muito bom” (T3)*

No entanto, o técnico T2 menciona que depende muito do nível de capacidade que cada um possui. Por exemplo, existem casos com trissomia 21, que não têm consciência da sua condição na totalidade, mas depois existem outros casos que sofreram de acidentes e demonstram muita consciência. O técnico T3, menciona que a maioria está consciencializada sobre a sua deficiência, porém alguns ficam frustrados com as suas limitações que advém da sua condição e outros acabam por conseguir lidar bem com ela. O técnico refere que podia se fazer tanta coisa como organizar ações de sensibilização, mas na sua perspetiva é muito difícil mudar mentalidades. Desta forma, seria muito melhor se houvesse mais instituições e empresas a integrar estas pessoas, pois talvez assim seria possível mudar alguma coisa.

A informação supramencionada na categoria inclusão encontra-se de acordo com o referido por Rosário (2015), dado que este indica que o cidadão com deficiência deve gozar plenamente dos seus direitos, conforme estabelece o artigo 71º da CRP. No entanto, os resultados demonstram o contrário, pois a maioria destas pessoas não estão consciencializados sobre os seus direitos. Os resultados obtidos acerca dos direitos, nomeadamente, aos subsídios encontram-se de acordo o referido por Fontes (2009), dado que este indica que as políticas sociais em Portugal se baseiam muito nas necessidades e não nos direitos, ou seja, os serviços e os subsídios não são produzidos enquanto direitos, mas sim enquanto rede de segurança que alcança as pessoas com deficiência, de acordo com as suas necessidades. Portanto, de acordo Fontes (2006a) e os resultados obtidos

continuam a existir diversas barreiras, quer físicas, sociais ou psicológicas, que as impedem de exercer os seus direitos de cidadania e de poder disfrutar de uma vida com autonomia e em prol da sua plena inclusão.

Considerações Finais

A investigação “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio” realizou-se no concelho de Silves, mais concretamente na freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Dado o volume de informações recolhidas iremos proceder à apresentação das principais conclusões deste estudo, tendo como orientação os objetivos delineados, pois pensamos ser uma forma fácil para o leitor entender a respetiva informação.

Relativamente ao objetivo “*Identificar os indivíduos com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual a viver em uma região rural no interior do Algarve (Freguesia de São Bartolomeu de Messines)*”, consideramos tê-lo concretizado.

Embora nos censos de 2011, apenas estejam identificados indivíduos com pelo menos uma dificuldade (cerca de 6.248), sendo que as dificuldades com maior evidência são a nível da falta de mobilidade e de visão, estes dados não nos identificam as pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual. Desta forma, para obter mais informações acerca deste tema foram realizadas entrevistas aos presidentes das juntas de freguesias do concelho de Silves. Os dados obtidos também foram pouco conclusivos, sendo que a união de freguesias de Alcantarilha e Pera apresentam cerca de 837 pessoas com pelo menos uma dificuldade, porém o presidente da junta refere, apesar de com incerteza, que existem cerca de três casos com deficiência motora e cognitiva, sem ter a noção do número exato. Outra situação semelhante é o caso da união de freguesias de Algoz e Tunes que apresentam 873 pessoas, com pelo menos uma dificuldade nos censos 2011, mas na realidade estão apenas referenciadas sete pessoas com PDI. A Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines foi uma das poucas entidades a referenciar e identificar o número de pessoas com PDI (cerca de 50 pessoas). Dessas 50 pessoas, a instituição acompanha cerca de 26 casos. Portanto, pode-se verificar que nesta freguesia existe uma maior preocupação em conhecer um número aproximado de pessoas com deficiência na freguesia, identificando as suas necessidades de forma a promover a inclusão.

O objetivo “*Caraterizar os indivíduos com PDI a nível demográfico, social, laboral, económico e cultural*”, também foi atingido. Foi possível fazer a caracterização das pessoas com PDI a nível demográfico, social, laboral, económico e cultural. A nível demográfico pode-se verificar que a amostra analisada dos 26 utentes da Casa do Povo encontra-se na faixa etária entre 20 e 54 anos, e geograficamente a maioria vive em pequenos aglomerados de casas situadas nas imediações da freguesia, em zonas rurais.

Outro aspeto analisado, foi o facto de que a maioria dos utentes entrevistados ser do género masculino, o que pode indicar uma maior predominância da deficiência intelectual nos homens. Na amostra verifica-se que dois dos entrevistados são analfabetos, pois na infância tiveram que começar a trabalhar para ter uma vida com condições, e por isso não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino escolar. A falta de transporte e o isolamento em zonas rurais foram fatores que também afetaram a conquista de novas oportunidades por partes destas pessoas. Para além dessa situação, verificou-se outros dois casos que iniciaram o ensino mas, por motivos pessoais e de falta de interesse, desistiram a meio do percurso. Apenas três dos sete entrevistados conseguiram finalizar o ensino básico (9º ano de escolaridade). Os que não conseguiram finalizar o ensino escolar realizaram cursos profissionais, de forma a conseguirem ter oportunidades no mercado de trabalho. Na perspectiva das famílias, apesar de incentivarem os seus educandos para concretizar com sucesso esse percurso, estes não demonstraram muito interesse nem empenho em continuar a estudar. Em relação à transição pós-escolar das pessoas com PDI, as declarações dos técnicos afirmaram, com clareza, que após o ensino obrigatório a escola não apoia essas pessoas na sua transição para a vida profissional, pois a maioria dos estabelecimentos de ensino considera que já não existe a obrigatoriedade ou a responsabilidade em apoiar estas pessoas fora do contexto escolar. Em relação à integração das pessoas com PDI na escola, as declarações dos utentes e das famílias demonstram que a passagem pelo ensino foi uma experiência positiva, pois aprenderam a criar relações sociais e a desenvolver a interação, tendo tido uma boa relação com os outros colegas. Referiram que existiram alguns conflitos ou comportamentos discriminatórios mas os colegas respeitavam as pessoas com dificuldades de aprendizagem.

A nível laboral a maioria dos utentes entrevistados, expeto dois, já tiveram a oportunidade de exercer um trabalho, nomeadamente, nas áreas da hotelaria, da jardinagem, das limpezas ou reposição de produtos em lojas, etc. No entanto, verifica-se que nenhum dos utentes se encontra empregado neste momento por falta de abertura do mercado de trabalho ou pela entrada na reforma por invalidez.

Para as pessoas com PDI, e segundo os familiares, não é fácil encontrar emprego. Na perspectiva dos técnicos, existe uma grande falta de abertura do mercado de trabalho, devido ao contexto pequeno em que essas pessoas vivem, pois nesse meio conhece-se facilmente as pessoas e quando se trata de alguém com limitações existe uma maior probabilidade em ser rejeitada por parte da entidade empregadora, diminuindo as

oportunidades de emprego. No entanto, existem entidades, como a Casa do Povo ou a junta de freguesia que integram e acolhem essas pessoas para colaborar em tarefas consoante os seus interesses. Relativamente à motivação na procura de emprego, os técnicos consideram que existem poucas pessoas com PDI à procura de emprego, devido aos seus hábitos de vida, pois desde sempre viveram dependentes de subsídios e apoios.

A nível do percurso institucional, a amostra dos 26 utentes da Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines revela que somente 12 pessoas com PDI participam a tempo inteiro no projeto “Sorrir M”, por motivos de desmotivação, mas principalmente pela falta de transporte em deslocar-se à freguesia. Relativamente à relação com os outros colegas e técnicos, os utentes entrevistados consideram ser muito positiva e respeitadora, onde ninguém é maltratado e desprezado. As famílias mencionaram que a Casa do Povo constitui um apoio crucial para os utentes na superação das suas dificuldades e na promoção da autonomia nas atividades da vida diária. Os técnicos revelam que a evolução dos utentes, ao longo do ano tem sido notória, quer a nível intelectual quer a nível motor, apresentando cada um deles progressos consoante as suas necessidades.

Quanto ao objetivo “*Saber se as pessoas com PDI têm conhecimento dos seus direitos e práticas de cidadania*”, este também foi conseguido. Verificou-se que as pessoas com PDI participam ativamente na vida democrática, exercendo os seus direitos e as suas responsabilidades sociais, ou seja, exercem o seu direito de voto, que constitui um dever cívico assente numa responsabilidade de cidadania.

Relativamente aos seus direitos, mencionaram alguns: a liberdade de expressão, a independência e o descanso. No entanto, desconhecem outros direitos referentes às suas necessidades. Portanto, com esses dados recolhidos das entrevistas verifica-se um grande desconhecimento sobre os direitos humanos, o que impede que reivindiquem por eles e que tenham uma vida com qualidade e com boas condições.

Na perspetiva dos técnicos, as pessoas com PDI não estão consciencializados acerca da cidadania, e desconhecem os seus direitos exceto o direito ao subsídio/pensão. Os próprios técnicos reconhecem a grande necessidade em ajudar essas pessoas a obter os seus direitos e saber colocar em prática as questões de cidadania. Os técnicos referiram que a maioria dos utentes não tem a capacidade de interpretar um cartão de cidadão nem preencher um documento com o número do cidadão, o que revela um grande desconhecimento e falta de formação nos estabelecimentos de ensino ou serviços como a loja do cidadão. Nas entrevistas identifica-se que, a falta de interesse por parte dos utentes

em obter mais conhecimentos acerca dos seus direitos advém, principalmente, do facto de terem sido sempre excluídos pela sociedade.

Para o objetivo “*Conhecer as respostas sociais do concelho e o apoio que é prestado a esta população, de forma a promover a sua inclusão*”, os resultados partilhados também são claros.

As pessoas com PDI entrevistadas e os seus familiares conhecem apenas a junta de freguesia e a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines para pedir apoio, desconhecendo outras respostas sociais no interior do Algarve. Os utentes mencionaram ainda que, para obter apoio das entidades têm que esperar algum tempo, e referem que os apoios sociais são insuficientes na freguesia. Em relação ao apoio familiar, as declarações dos utentes entrevistados foram positivas, pois referiram que os familiares os apoiam diariamente na superação de obstáculos e no alcance de novas conquistas. As famílias consideram que os serviços sociais próximos da freguesia deveriam ser melhorados e os estabelecimentos de ensino poderiam ser uma espécie de ponte de ligação entre esses serviços, de forma a encaminhar essas família e respetivos filhos aos apoios sociais mais adequadas, de acordo com as suas necessidades. Assim sendo, as famílias receiam muito pelos seus filhos, por eles não conseguirem ter um futuro próspero.

Os técnicos mencionaram que as pessoas com PDI têm facilidade de acesso aos apoios e serviços sociais da freguesia, pois existe uma grande ligação entre a Casa do Povo e a junta de freguesia, entre o centro de saúde a segurança social, o que permite esse acesso fácil. Os técnicos defendam a necessidade de apoiar mais as pessoas com PDI, porém estes devem ir à procura e demonstrar força de vontade em superar as suas dificuldades e alcançar os seus objetivos. A nível financeiro, social, de saúde, e de emprego poderiam também ser mais apoiadas, e ter fácil acesso aos apoios sem precisarem de recorrer a instituições. Por sua vez, as entidades empregadoras também deviam empregar mais pessoas com PDI contribuindo para uma maior inclusão social.

Em relação ao apoio familiar, os técnicos mencionaram que existem familiares que dão mais apoios que outras, e desta forma é necessário realizar um trabalho aprofundado. Normalmente são os técnicos a procurar as famílias para transmitir o *feedback* acerca do utente em questão. Lidar com as mentalidades dos cuidadores é um grande desafio para os profissionais, pois os familiares têm de compreender a importância da continuidade do trabalho institucional e aceitar essa responsabilidade. Uma das dificuldades das famílias passa por saber lidar com os medos e os receios, como já foi

referido anteriormente. Outra dificuldade identificada pelos técnicos é o estigma social que as próprias famílias criam perante a realidade da deficiência.

Finalmente o objetivo “*Identificar as principais necessidades de intervenção para a promoção da inclusão das pessoas com PDI*”, também foi atingido com sucesso.

As principais necessidades identificadas pelos utentes foram: encontrar um emprego; saber vestir-se sozinho/a; ler e escrever, entre outras dificuldades. Uma das formas que algumas pessoas com PDI tentam para superar as suas dificuldades diárias é através da música, pois ajuda-os a acalmar e libertar o *stress* ou ansiedade do dia-a-dia. Na perspetiva dos técnicos, cada pessoa tem necessidades, e por isso não existe uma necessidade global. Todos os dias os técnicos da Casa do Povo tentam ajudar as pessoas com PDI ao ocupá-los com atividades que estimulem as suas capacidades e respondam às suas necessidades (necessidade afetiva e de atenção ou necessidade da autonomia na alimentação). Outra grande dificuldade é no que se prende com as deslocações para os locais e serviços. Os técnicos mencionaram também as necessidades a nível social e emocional, pois a maioria das pessoas com PDI tem muita dificuldade em estabelecer relações sociais e interagir sem que haja algum conflito, devido aos seus problemas, que dificultam a gestão das suas emoções. O parecer das famílias indica que, os seus filhos com PDI necessitavam sobretudo de melhores condições de habitação e um acompanhamento consciente por parte dos técnicos e dos apoios sociais.

Os resultados obtidos indicam-nos, infelizmente, que a discriminação predomina ainda em relação às pessoas com PDI. Os familiares mencionaram igualmente que os seus filhos já foram maltratados por outros jovens, devido à sua condição física ou intelectual. Os familiares partilharam que, se houvesse mais apoios sociais e uma boa rede de transportes nas zonas rurais, melhorava significativamente as suas vidas e diminuiria a questão do isolamento social e proporcionava novas oportunidades às pessoas com PDI.

No meio rural torna-se mais difícil conseguir estabelecer relações sociais quando a pessoa nasce com limitações. Com este estudo verificou-se o impacto positivo que o projeto “Sorrir M” apresenta para a população da freguesia, principalmente para as pessoas com PDI e para as suas famílias, pois tem vindo a mudar bastante as vidas destas pessoas, mostrando que podem ter também um papel ativo na sociedade. Contudo, ainda existe um longo percurso a percorrer, no que toca à mudança de mentalidade da comunidade em relação ao estigma social das pessoas com deficiência.

Assim também consideramos que respondemos à questão de partida “Conhecer os modos de vida das pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, no Interior

algarvio e em que medida estas se encontram incluídas na sociedade?”, dado os resultados alcançados.

No que diz respeito às limitações do estudo, a sua viabilidade seria maior se tivesse sido alargado a mais freguesias do concelho de Silves, no sentido de perceber a atuação dos apoios sociais no processo de inclusão das pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual, nas zonas rurais e perceber o contributo das diversas entidades, na promoção da sua inclusão.

Uma outra limitação foi o tamanho da amostra, pois a observação de uma única instituição não é muito esclarecedora para o tipo de resultados que se pretende obter e não se podem generalizar a outros contextos. Esta limitação advém da falta de informação e dados acerca da sinalização das pessoas com PDI, nas cinco freguesias do concelho de Silves, exceto a freguesia São Bartolomeu de Messines, que tem uma perspetiva e conhecimentos adequados sobre esta população. Outra limitação foi a disponibilidade por parte das famílias, pois seria importante ter recolhido mais informação, de forma a enriquecer o estudo, com diferentes relatos e experiências. Importante salientar ainda, o período de tempo que decorreu desde a recolha das entrevistas até à conclusão do trabalho. Por motivos profissionais a elaboração deste trabalho estendeu-se por mais tempo do inicialmente previsto, mas foi possível cumprir o prazo de entrega.

Apesar das limitações encontradas, considera-se que a investigação desenvolvida foi bastante pertinente, pois é um tema atual e que merece ser investigado em futuros projetos. O processo de inclusão deve ser melhorado para que as pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual estejam integradas na sociedade a diversos níveis (social, laboral, económica, educativo e cultural) e consigam ser autónomas nas atividades da vida diária sem estarem dependentes de terceiros, nomeadamente, da família e dos apoios sociais (subsídios/pensões). A técnica da entrevista semiestruturada foi o instrumento adequado para esta investigação, pois permitiu recolher conteúdo e informação útil, proporcionando aos entrevistados a liberdade de partilhar com espontaneidade as suas experiências e ideias.

Dado as limitações, já mencionadas, ficaram por abordar aspetos que podem ser trabalhados em projetos futuros, com destaque para: (i) as dificuldades sentidas pelos profissionais no processo da inclusão e o impacto da falta de recursos financeiros no desenvolvimento de planos de intervenção; (ii) a necessidade de uma formação especializada no âmbito da Necessidades Educativas Específicas para todos os profissionais na área da intervenção social; (iii) a relação efetiva entre as práticas da

cidadania e o sucesso dos alunos com deficiência intelectual; (iv) a necessidade de uma formação aos cuidadores das pessoas com deficiência sobre a importância das atividades da vida diária.

Outros estudos que também se revestiriam de alguma pertinência passam pela realização de um trabalho de campo aprofundado com as pessoas com deficiência física ou intelectual no concelho de Silves, para comparar as necessidades de cada um e os apoios que têm recebido. Por outro lado, seria também interessante um estudo que se debruçasse sobre o Treino das Atividades da Vida Diária no domicílio, nomeadamente nas zonas rurais do Algarve e o seu impacto na vida das pessoas com deficiência.

A realização deste trabalho foi muito gratificante para a investigadora, na medida em que possibilitou um alargamento e atualização dos conhecimentos, aos mais diferentes níveis: educativo, científico e enriquecimento pessoal.

Desta forma, foi muito enriquecedor, pois permitiu adquirir novos conhecimentos e consciência da forma como decorre o processo de inclusão das pessoas com PDI no interior do Algarve, e em que medida se encontram incluídas na sociedade. A aquisição desses conhecimentos e informações serão muito úteis para o desenvolvimento de futuros projetos e ideias em contexto profissional. De igual forma, permitiu também desenvolver consideravelmente o espírito crítico. Assim sendo, sinto-me mais apta para trabalhar com as pessoas com deficiência, compreendendo os seus direitos humanos e as práticas da cidadania, de forma a promover a sua inclusão e dar-lhes uma melhor qualidade de vida.

Por último, refletindo sobre todo o trabalho desenvolvido foi um grande desafio abordar um tema tão recente, complexo e fundamental para a defesa dos direitos humanos. Espero que este estudo tenha contribuído de forma significativa para o conhecimento de novos dados, avançando no aperfeiçoamento e na implementação de planos de ação, que proporcionem uma melhoria no processo de inclusão das pessoas com PDI em zonas rurais.

Referências Bibliográficas

- Ainscow, M., & Ferreira, W. (2003). Compreendendo a Educação Inclusiva. In D. Rodrigues, *Perspectivas Sobre a Inclusão - Da Educação á Sociedade* (pp. 103-116). Porto: Porto Editora.
- Aires, L. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação em Educação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares*. (3ª edição). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, J. F. (2013). *Ética da investigação em ciências sociais*. ISCTE-IUL: Revista da Associação Portuguesa de Sociologia. Acedido a 19 de junho de 2019, em <https://revista.aps.pt/pt/etica-da-investigacao-em-ciencias-sociais/>
- Almiralian, M. P., Ghirardi, I., Masioni, E., & Pasqualin, L. (2000). *Conceitualizando a Deficiência*. Revista de Saúde Pública, Vol. 34. Acedido a 22 de setembro de 2019, em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/278344/mod_resource/content/2/texto_obriga_torio2.pdf. Consultado em fevereiro de 2017
- Andrade, D., Cotrim, L., Fritz, A., Martins, S., & Palha, M. (2016). *Recomendações de Base Empírica para a Prática Clínica Relacionada com o Acompanhamento de Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual*. Acedido a 25 de agosto de 2019, em https://diferencas.net/wp-dif/docs/Guidelines_PDI_04_07_2016.pdf
- Apolónio, A., & Franco, V. (2002). *Exigências da Diversidade: VII Congresso Internacional, Santiago de Compostela*. Acedido a 22 de setembro de 2019, em home.uevora.pt/~vfranco/DN.doc
- Barbosa, A. (2012). *Um Estudo de Caso: A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário*. Acedido a 22 de junho de 2019, em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2472/1/AnaMariaBarbosa.pdf>
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Borges, I. (2011). *A educação especial na esfera pública em Portugal: análise dos debates em torno das recentes medidas de política educativa*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Lisboa. Acedido a 17 de fevereiro de 2019, em <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1220/1/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20Esfera%20P%C3%BAblica%20em%20Portugal.pdf>
- Caiola, A. M. (2017). *Família, Deficiência e Transições de Vida: a reconfiguração de cenários famílias na deficiência* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Portalegre: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.
- Candeias, A. (2009). *Escola inclusiva: Contributos para a sua implementação*. CIEP-Centro de Investigação em Educação e psicologia, Universidade de Évora.
- Carlos, A. P. (2018). *Inclusão Educativa de Jovens com Necessidades Educativas Especiais numa Escola do Ensino Secundário no Algarve* (Dissertação de

- Mestrado). Universidade do Algarve: Escola Superior de Educação e Comunicação.
- Catalán, V., & Delgado, Y. (2011). *Derechos y Servicios Sociales*. Madrid: CERM (Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2001). *Pobreza e Exclusão Social: grau de integração das pessoas com deficiências ou incapacidade*. Acedido a 13 de janeiro de 2019, em <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=175&idt=30>
- Convenção das Nações Unidas (2008). *Direitos das Pessoas com deficiências*. Acedido em a 22 de setembro de 2019, em <http://www.redesolidaria.org.pt/legislação/convenção.pdf>
- Correia, L. M. (2003). Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. In Rodrigues, *Perspetivas sobre a inclusão – da educação à sociedade14 – Coleção Educação Especial* (p. 8). Porto: Porto Editora.
- Coutinho, C. (2005). *Percursos da investigação em tecnologia educativa em Portugal: Uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)* (Monografias em Educação). Braga: CIED– Universidade do Minho
- Diário da República, 1.ª série — N.º 7 (2019). *Assembleia da República: Lei nº4/2019*. Acedido a 10 de julho de 2019, em <https://dre.pt/application/conteudo/117663335>
- Diário da República, 1.ª série — N.º 129 (2018). *Presidência do Conselho de Ministros: Decreto-Lei nº54/2018*. Acedido a 09 de agosto de 2019, em <https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized>
- Dias, L. (2011). *Inclusão social de cidadãos portadores de deficiência (s) residentes no concelho de Miranda do Douro*. (Relatório de Estágio- Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança: Escola Superior de Educação. Acedido a 29 de janeiro de 2019, em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6870/1/Lui%CC%81sa%20Dias.pdf>
- Diniz, D., Squinca, F., & Medeiros, M. (2007). *Deficiência, Cuidado e Justiça Distributiva*. Série Anis 48. Brasília: Letras Livres.
- Direção-Geral da Educação (2012). *Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras*. Acedido a 17 de agosto de 2019, em <https://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>
- DSM-5 (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, V edition
- Esteves, N. (2015). *Certificação de alunos com CEI nas escolas regulares: Problemáticas sobre a promoção do modelo inclusivo* (Projeto de Pós-Graduação). Escola Superior de Educação de Paula Franssinetti. Acedido a 31 de agosto de 2019, em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2219/1/Projeto%20-%20Pos%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20-%20Nuno%20Esteves.pdf>
- Ferreira, M. (2007). *Educação regular, Educação especial, uma história de separação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.

- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa: Climepsi.
- Fontes, F. (2006a). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, setembro 2009: 73-93. Acedido a 17 de fevereiro de 2019, em https://www.researchgate.net/publication/272438109_Pessoas_com_deficiencia_e_politicas_sociais_em_Portugal_Da_caridade_a_cidadania_social
- Fontes, F. (2006b). *Deficiência e Cidadania: o papel do movimento de pessoas com deficiência em Portugal*. Universidade de Leeds- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Fontes, F. (2008). Early and current approaches to disability in Portugal: A brief overview. In T. Campbell et al. (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: Disability Press, 77-92.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.
- Forhman, A., & Barreto, G. (2016). *A Vida dos Direitos Humanos: Reflexões sobre questões atuais*. Acedido a 22 de setembro de 2019, em <https://books.google.pt/books?id=xYrLDQAAQBAJ&pg=PA89&dq=conceito+de+deficiencia&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwi1KfXqoLXAhXBNhoKHcUvA24Q6AEILDAB#v=onepage&q=conceito%20de%20deficiencia&f=false>
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures. Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Franco, V. (2011). *A inclusão começa em casa*. Acedido a 22 de setembro de 2019, em dspace.uevora.pt/rdpc.../1/A_inclusao_comeca%20em%20casa.doc
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Acedido a 11 de junho de 2019, em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Gomides, J. E. (2002). *A definição do problema de pesquisa a chave para o sucesso do projeto de pesquisa*. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão, CESUC- Ano IV, nº 06. Acedido a 06 julho de 2019, em <http://www.fc.unesp.br/~verinha/ADEFINICAODOPROBLEMA.pdf>
- Gonçalves, M. (2016). *Sorrir M, em Messines – Reabilitar a pessoa deficiente*. Terra Ruiva: Jornal do Concelho de Silves. Acedido a 29 de janeiro de 2019, em <http://www.terraruiva.pt/2016/10/28/sorrir-m-messines-reabilitar-pessoa-deficiente/>
- Gronita, J. (2007). *O anúncio da deficiência da criança e suas implicações familiares e psicológicas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Guadalupe, S. (2011). *A família de pessoas com necessidades especiais e redes sociais*. Diversidades, 32, 6-8.
- Hoffman, J. (2004). *Citizenship beyond the state*. London: Sage Publications.

- Lewis, J. (2003). Design Issues. In Ritchie, J. & Lewis J. (Eds.), *Qualitative Research Practice A Guide for Social Science Students and Researchers*. London: sage Publications.
- Lima, J. Á. (2013). *Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável*. Revista portuguesa de pedagogia. Ano 47-I, pp.7-29.
- Lima, T., Miotto, R., & Dal Prá, K. (2007). *A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo*. Brasil: Revista Textos & Contextos Porto Alegre.
- Louro, C. (2001). *Ação Social na deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Maciel, M. (2000). *Portadores de deficiências, a questão da inclusão social*. Associação do 3º Milénio. São Paulo: Centro de Democratização das ciências sociais.
- Martins, R. (2006). *O Envelhecimento e Políticas Sociais, Educação, Ciência e Tecnologia*. Millenium - Revista do ISPV, 32, de Fevereiro de 2006. Acedido a 22 de setembro de 2019, em www.IPV.pt/millenium/Millenium32/10pdf
- Mason, J. (2002). *Qualitative Researching. Second Edition*. London: Sage Publications, Ltd.
- Ministério da Educação- DGIDC (2009). *Educação Inclusiva da retórica à prática*. Acedido a 07 de agosto de 2019, em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/publ_educ_inclusiva_resultados_2009_2010.pdf
- Mucchielli (1982). *La Methode des Cas*. Paris: E.S.F.
- Nogueira, F., & Andrade, L. (2007). *Inclusão social de pessoas com deficiência no Mercado de trabalho por meio da educação*. Portal dos Psicólogos. Brasil: Universidade Católica de Minas Gerais.
- ODDH. (2017). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de direitos humanos*. Acedido a 13 de janeiro de 2019, em <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/347-relatorio-oddh-2017>
- ODDH. (2018). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de direitos humanos*. Acedido a 13 de janeiro de 2019, em <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/387-relatorio-oddh-2018>
- Oliva, F. (2001). *O Associativismo entre os cegos em Portugal*. Cadernos Gesta. Ano I Nº 1 julho 2001. Acedido a 21 de setembro de 2019, em <http://www.gesta.org/gesta01/artigo02.htm>
- Oliveira, L. P., Melo, C. R., Prado, M. L., & Brüggemann, O. M. (2013). *Potencialidades e limites das abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa*. Acedido a 24 de junho de 2019, em http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/0576po.pdf
- Organização das Nações Unidas (1994). *Declaração de Salamanca, enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Conferência mundial sobre

- necessidades educativas especiais acesso e qualidade. Acedido a 22 de setembro de 2019, em http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf
- Pardal, L., & Correia, E. (1996). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Paúl, M. C. (1997). *Lá para o fim da vida: Idosos Família e Meio Ambiente*. Coimbra: Edições Almedina.
- Pimentel, L. (2005). *O lugar do idoso na família – contextos e trajetórias*. 2ª edição, coleção: saúde e sociedade. Coimbra: Edições Quarteto.
- Priestley, M. (2001), *Disability and the Life Course – Global Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Lisboa.
- Rae, A. (1989). “What’s in a name?”, *Disability Archive UK*. Acedido a 21 de setembro de 2019, em <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Rae/Whatsname.pdf>
- Rede Social- Concelho de Silves (2016). *Diagnóstico Social*. Acedido a 18 de junho de 2019, em http://cms.cm-silves.pt.vf-portal.com//upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2017/Diagnostic_o%20Social%20Silves%202016.pdf
- Rego, S., & Soares, V. (2003). *A família e a deficiência: tratando um paralelo com o filme “Meu Pé Esquerdo”*. Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo. Acedido a 22 de setembro de 2019, em [http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Disturbios do Deenvolvimento/Publicacoes/volume_III/005.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Disturbios_do_Deenvolvimento/Publicacoes/volume_III/005.pdf)
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família – perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento
- Rosário, P. T. (2015). *Cidadania e deficiência*. Acedido a 20 de agosto de 2019, em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6764>
- Saeta, B. (1999). *O Contexto Social e a Deficiência*. Brasil: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Sanches, I. (2005). *Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva*. Revista Lusófona de Educação, v. 5, pp. 127-142. Acedido a 22 de setembro de 2019, em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/349/34900507.pdf>. Consultado em 15/2/2017
- Sasaki, R. (2003). *Como chamar as pessoas que têm deficiência? Vida independente: história, movimento de liderança (conceito, filosofia e fundamentos)*. São Paulo: RNR.
- Serrano, G. S. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos Práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva A., & Fossá I. (2005). *Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. Acedido a 22 de setembro de 2019, em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>

- Silveira, F., & Neves, M. (2006). *Inclusão escolar de Crianças com deficiência Múltipla: concepções de pais e professores*. Psicologia: Teoria e Pesquisa: Universidade de Brasília.
- Silveira, M. (2017). *Desafios à Inclusão Social de Jovens com Deficiência* (Dissertação). Instituto Superior de Serviço Social, Porto. Acedido a 23 de agosto de 2019, em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23390/1/Marta%20Marina%20Almeida%20da%20Silveira.pdf>
- Stone, E. (2001). A complicated struggle: Disability, survival and social change in the majority world. In M. Priestley (org.), *Disability and the Life Course – Global Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 50-63.
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Turmusani, M. (2002). Work and adulthood: Economic survival in the majority world. In Mark Priestley (org.), *Disability and the Life Course – Global Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 192-205.
- Turner, B. S. (1986). *Citizenship and Capitalism: The Debate over Reformism*. London: Allen & Unwin.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca*. Conferência da UNESCO. Salamanca: UNESCO.
- Warwick, C. (2001). O Apoio às Escolas Inclusivas. In D. Rodrigues (Org.), *Educação e Diferença – Valores e Práticas para Uma Escola Inclusiva*. Porto: Porto Editora.

Apêndices

Apêndice I – Notas de Campo das entrevistas às entidades e juntas de freguesias do concelho

Apêndice I – 1. Junta de freguesia de Alcantarilha e Pera

Entrevistado: Presidente [REDACTED]

Aspetos relevantes: o presidente já ouviu falar sobre a deficiência no concelho, pois no CLAS (Concelho Local de Ação Social) já foi referido e debatido esse tema mas de uma forma superficial. O presidente e a câmara de Silves têm feito o levantamento de algumas pessoas com deficiência na freguesia. Porém, o presidente não tem conhecimento do número exato de pessoas existentes com deficiência na freguesia. É necessário fazer um levantamento grande na zona rural e urbana para saberem um número exato de pessoas e depois puderem trabalhar com elas. Quanto às respostas sociais para a deficiência não existe nada na freguesia de Alcantarilha e Pera. Contudo, a Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha recebe pessoas idosas com deficiência motora que necessitam de assistência e apoio nos cuidados básicos, pois senão estivessem no lar estariam abandonados e isolados em casa sem qualquer tipo de apoio. Existem alguns casos com deficiência motora que já foram encontrados em casa sozinhos sem qualquer tipo de intervenção. O presidente afirma que quando é feita uma admissão para um lar são rejeitados as pessoas que estão acamados, ou seja, com deficiência motora, pois não têm condições para receberem estas pessoas. Por essa razão, não existem respostas a nível dos cuidados continuados e da reabilitação.

A sinalização na freguesia é feita da seguinte maneira: o familiar ou o responsável da pessoa com deficiência liga para a junta de freguesia e depois encaminham para a ação social da câmara de Silves para ser sinalizado e receber a resposta mais adequada para a sua situação. Isto porque a freguesia não tem técnicos suficientes para dar respostas a estas situações, nomeadamente na área da Educação Especial. A falta de técnicos e de instituições surge devido à dificuldade financeira em todo o concelho de Silves. Por causa da pobreza existem muitos familiares que escondem “o problema” e que não procuram apoios. Muitas vezes a reclamação ou o alerta não chega à freguesia por causa da “vergonha” ou da negação perante ao problema. O presidente tem conhecimento de um caso com deficiência na freguesia, mas não é acompanhado por nenhuma entidade ou resposta social, apenas dirige-se para o centro de saúde às consultas. Conhece também dois casos com deficiência em Pera que são considerados pela população como os “malucos”, e não são também acompanhados por respostas. A nível de

eventos/atividades, o presidente tinha dado a ideia à Câmara Municipal em realizar uma atividade sobre as barreiras arquitetónicas, onde a direção e executivo da camara colocassem nos papéis das pessoas com deficiência e compreendessem as dificuldades que existem. Essa ideia não chegou a ser concretizada, pois para ser realizada é necessário que as pessoas estejam disponíveis e dispostos a participar. A mudanças que o presidente considera importante é as Camaras e as Juntas de Freguesias debaterem mais sobre essa questão da deficiência.

Apêndice I – 2. Junta de freguesia de Silves (Ação Social)

Entrevistado: Assistente Social [REDACTED]

Aspetos Relevantes: A assistente social não consegue dar uma resposta concreta sobre o número de pessoas que existem com deficiência, porque quando atendem estas pessoas já se encontram referenciadas pelas diversas freguesias. Algumas situações são identificadas por alguma necessidade quer institucional quer através das juntas de freguesias. Depois a equipa da ação social analisa cada situação e tenta entrar em contato com as entidades para encaminhar a pessoa a uma resposta adequada. A assistente social e a sua equipa realizam um trabalho de mediação entre a pessoa e o serviço que a pessoa necessita de uma resposta.

Em relação ao atendimento, quando trata-se de uma situação de deficiência profunda a assistente social desloca-se ao domicílio, mas quando trata-se de uma situação de maior autonomia a família ou a pessoa dirige-se à Junta de freguesia de Silves para o atendimento. Portanto, trata-se de um atendimento flexível. Normalmente são os próprios familiares que procuram respostas para estas pessoas, pois não sabem como lidar com certas situações. Quando recebem as pessoas com deficiência já existe um diagnóstico clínico realizado anteriormente, ou seja, a situação não vem totalmente desacompanhada. Porém, se houver uma situação que nunca foi realizado um diagnóstico, a primeira entidade que recorrem para articular é com a assistente social do centro de saúde de Silves, que dá respostas a todas as extensões de saúde do concelho.

No concelho de Silves não existem respostas sociais direcionadas para deficiência. Têm a APEXA que não está sediada no Concelho mas tem um polo (projeto Flamingo), e a intervenção precoce dos amigos dos pequeninos, mas trabalha apenas com crianças dos 0 aos 6 anos. Embora não haja respostas sociais, existem respostas educativas que intervêm nas escolas. Em Algoz existe uma unidade que realiza um acompanhamento mais especializado a jovens com alguns quadros mais associados ao autismo,

hiperatividade, paralisia cerebral, entre outras deficiências a nível cognitivo. Porém, a partir dos 18 anos essas pessoas deixam de ter esse acompanhamento, e muitas vezes ficam em casa sem qualquer tipo de respostas. Já houve tentativas de algumas entidades para criarem um CAO, só que implica alguns processos burocráticos e nem sempre as entidades têm técnicos para este tipo de processos. O maior obstáculo que existe na área da deficiência é chegarmos a estas pessoas, porque quando estas situações são acompanhadas pelo ensino, elas podem chegar a nós quer pela escola quer pelos familiares. O problema é quando termina o acompanhamento obrigatório por parte do ensino muito destes jovens vão para casa. Quem possui os registos das informações de cada pessoa com deficiência são os serviços de saúde e os dados são considerados confidenciais. Portanto estes serviços não disponibilizam essas informações à Junta de Freguesia ou a outras entidades. Apenas conseguem apoiar e chegar a essas pessoas através das Juntas de freguesias e da GNR, porque desconhecem o número de pessoas com deficiência e de onde vivem. A Rute afirma que os censos transmitem dados e informações muito vagas, porque não permitem identificar o tipo de deficiência que existe e o número exato. Nos censos consideram que qualquer problema na audição ou na visão corresponde a uma deficiência, mesmo que seja mínima.

O SIM-PD (Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade) foi criado através de um protocolo do INR (*Instituto Nacional para a Reabilitação*) proposto à Camara Municipal desde de 2005. Porém este Serviço de informação já não existe, pois foi transformado para um Balcão de Inclusão. Portanto, é um serviço que tem estado parado, porque havia um elemento no setor que trabalhava especificamente esta área mas que entretanto saiu e houve umas remodelações, e a procura por este serviço também não é muita. A Assistente Social confirma que necessitava de adquirir mais conhecimentos e formação sobre a área da deficiência, pois é a única técnica que trata da mediação e encaminhamento dessas pessoas. Em termos de respostas sociais a criar relativamente na segurança social, no concelho a prioridade é a área da deficiência. A rede de transportes públicos no concelho é uma rede fraca, o que dificulta a deslocação da população para as zonas urbanas. Na opinião da Rute, os pais que têm a responsabilidade perante aquela situação encontram-se com dificuldades em procurar instituições que lhes garantem essa resposta, pois sentem que estivessem a abandonar o seu filho. A Rute referiu uma situação recente sobre uma jovem que atingiu os 18 anos e deixou de estar na resposta do Algoz e os pais pretendiam que a filha fosse para um CAO, mas a jovem não tinha as competências necessárias para estar num CAO.

Havia algumas questões que eram insuficientes para a relação com o outro. A resposta mais adequada para aquela situação, na opinião da Rute, seria um lar residencial, porque para além de dormir, teria também um acompanhamento clínico a nível das necessidades básicas com uma supervisão elevada. Por vezes, todo o trabalho que é realizado nas instituições não é reforçado nem treinando em casa pelos pais, esquecendo por vezes tudo o que foi ensinando.

O isolamento pode eventualmente afetar nas pessoas com deficiência, mas isso não é um fator que seja responsável pela resposta. Na verdade, não há respostas porque não existem instituições que dinamizem. O isolamento e a falta de respostas pode ser um dos motivos que certas instituições não pensem em estabelecer-se no concelho. O isolamento, na perspectiva da Rute, é uma questão muito relativa. A principal mudança que devia haver era uma utopia, transformar as mentalidades das pessoas e a sensibilidade em colocar no lugar do outro, nomeadamente numa pessoa com deficiência. Nem sempre os serviços têm sensibilidade para perceber as limitações e as dificuldades que essas pessoas têm para estarem integradas na nossa sociedade a nível de tudo, pois no dia-a-dia existem inúmeros obstáculos (passeios, ruas, etc.)

Apêndice I – 3. Junta de freguesia de Algoz e Tunes

Entrevistado: Presidente [REDACTED]

Aspetos Relevantes: o presidente não sabe um número certo de pessoas com deficiência na freguesia, mas aproximadamente considera que seja uma dúzia. A faixa-etária dessas pessoas que o Presidente conhece ronda entre os 18 e os 45 anos de idade. A deficiência que se depara com maior frequência é com a cognitiva (intelectual). As pessoas com deficiência que o presidente conhece na freguesia são cerca de 7 pessoas. O presidente considera que uma parte já foi sinalizada por respostas sociais mas a outra parte não foi, pois conhece dois casos que não foram sinalizados, ou seja, estão abandonados sem qualquer tipo de apoio. Estes dois casos são parentes e já não têm familiares ou cuidadores próximos que lhes ajudem nas necessidades básicas, e por isso estão sem respostas. O presidente afirma que após o ensino obrigatório os alunos da educação especial deixam de ter respostas e passam apenas a ter os cuidados dos familiares/encarregados. Porém, se falecerem os familiares estão sujeitos a ficarem sozinhos em casa e abandonados. Estas pessoas quando necessitam de apoio dirigem-se à junta de freguesia para que sejam encaminhados para uma resposta, porém é muito difícil devido à insuficiência de respostas. Existe um caso que foi para uma instituição, porque ficou realmente mal por

causa da mãe que estava doente e mal conseguia andar, e por isso só volta a casa aos fins-de-semana. Na junta de freguesia não existe um sistema de atendimento para o encaminhamento dessas pessoas, pois o presidente afirma que apenas conhecem esses casos através de conversas informais com os pais e família. Porém poucas pessoas dirigem-se à Junta para procurarem apoio.

Relativamente às repostas sociais, o presidente afirma que para além da unidade da escola de Algoz não existe nenhuma resposta na freguesia na área da deficiência. O presidente desconhece a causa pela inexistência de repostas sociais. No conhecimento do presidente o tema da deficiência não é um assunto debatido pela freguesia. A nível de acessibilidades, existem ainda muitos obstáculos, como o acesso aos passeios, a obstrução de carros ou árvores ou postos de eletricidade. Na perspetiva do presidente, as pessoas não estão preparadas mentalmente para este tipo de realidade. O presidente abordou durante a entrevista um profissional na área da educação que realiza na junta de freguesia sessões individuais de psiquiatria para as pessoas com deficiência pelo menos duas vezes por semana. É um profissional que está integrado nesta área e tem uma melhor perspetiva sobre os quatro casos que acompanha, utilizando diversas estratégias pedagógicas. Porém, essas sessões são pagas pelos familiares, o que dificulta para alguns familiares com problemas financeiros a aderir a essas sessões. Através dessas sessões têm havido alguma melhoria e progresso nesses casos. Existem pais que têm vergonha da doença do filho e muitas vezes não confrontam com a realidade e entram em negação perante a deficiência. Em relação a eventos ou atividades nunca se realizou nada na freguesia sobre a deficiência. A mudança principal que deve haver, na opinião do presidente, será nas mentalidades e na parte financeira do município para implementar resposta sociais. Os técnicos que a junta tem são dois psicólogos e esse professor das sessões de psiquiatria, porém são encaminhados através das escolas. O presidente confirmou no final que possui os contactos de algumas pessoas com deficiência, e caso de solicitação não importa em ajudar.

Entrevistado: Psicomotricista [REDACTED]

Aspetos Relevantes: o psicomotricista trabalha apenas com três casos, dos quais um tem autismo severo e o outro tem síndrome de Down. Normalmente, ele trabalha com crianças ou jovens que apresentam comportamentos agressivos e inapropriados, que necessitam de ser trabalhadas nos comportamentos sociais. A técnica mais utilizada por ele é a técnica

do Floortime, no qual de baseia no desenvolvimento funcional da criança, as suas diferenças individuais e relacionamentos. O psicomotricista trabalha a exposição, ou seja, ele coloca objetos e materiais espalhadas pela sala, e ele deixa que a criança/jovem cria a sua própria história. Portanto, ele participa nas brincadeiras e observa todos os comportamentos desempenhados pela criança/jovem, para trabalhar depois a formação alicerce para as competências sociais, emocionais e intelectuais das crianças, ao invés de se focar em comportamentos isolados. Esses casos foram sinalizados através das suas famílias que pediram ajuda à junta de freguesia de Algoz, e no qual a junta encaminhou para as sessões do psicomotricista. O psicomotricista abordou a extrema importância que as famílias têm para concretizar essas sessões, pois através delas é que ele vai poder ajudar essas crianças, realizando no início um pequeno diagnóstico durante 3 sessões. Depois desse diagnóstico o psicomotricista define um tempo de intervenção, pois dependendo do caso pode demorar um ano ou meses. Os casos que ele trabalha frequentam ainda a escola obrigatória. Após o ensino obrigatório ele afirma que a transição desses alunos não é bem-sucedida, pois a maior parte fica em casa sem nenhum apoio e intervenção. Os familiares que se encontram com dificuldades financeira não conseguem usufruir desses serviços, pois o valor das sessões é elevado e por isso não conseguem dar respostas aos seus educandos. A mudança que o psicomotricista considera necessária para as pessoas com deficiência na freguesia é criar mais respostas sociais e intervenções.

Apêndice I – 4. Junta de freguesia de São Marcos da Serra

Entrevistados: Presidente [REDACTED]; Tesoureiro [REDACTED] e Secretária [REDACTED]

Aspetos Relevantes: nenhum dos presentes sabia precisar ao certo. 4 ou 5 foram os números referidos, também foi referida a questão de as idades serem bastante jovens, entre os 9 e os 32 anos. Foi dito que todas as freguesias têm necessidades, e como tal S. Marcos não é diferente. O Tesoureiro referiu que uma Junta não pode apenas preocupar-se com a área Social, há muitas coisas a resolver em todas as áreas. O que tentam fazer é gerir cada situação da melhor forma possível. Contam com o apoio da Associação Humanitária de S. Marcos da Serra para a deficiência. Quando referida a questão das barreiras ou problemas com que as pessoas com deficiência se deparam, a questão foi obviamente remetida para as barreiras arquitetónicas. S. Marcos da Serra é uma vila antiga, e como tal os seus passeios e edifícios são pouco acessíveis, contudo foi dito ainda que todos os edifícios públicos são acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida.

Foi referida apenas a Resposta da Associação Humanitária, ao nível do Apoio Social, distribuição de alimentos e transportes. Contudo foi referida a existência da rede social de Silves e do CLAS para prestar um apoio mais diversificado às pessoas com deficiência. Em relação à sinalização as pessoas com deficiência são encaminhadas para a Associação Humanitária de S. Marcos da Serra, embora o foco desta associação seja a população idosa, também dão apoio a pessoas com deficiência. A nível das atividades ou eventos não são realizadas na freguesia. Relativamente às mudanças, os presentes foram unânimes em assumir a sua baixa formação no assunto, como tal concordaram que mais apoio ao nível das infraestruturas seria muito importante, bem como a aposta na formação dos mesmos.

Apêndice I – 5. Junta de freguesia de São Bartolomeu de Messines

Entrevistado: Presidente [REDACTED]

Aspetos Relevantes: do pouco conhecimento que o presidente e a freguesia em geral revela ter sobre a deficiência a estimativa do número de pessoas com deficiência ronda entre os 40 e 45. A única resposta social que acompanha alguns destes casos é a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, onde é realizado algumas atividades lúdicas, desportivas e sociais. Porém, nem todos estes casos querem ser acompanhados devido a questões pessoais ou familiares, e de transporte. Essas pessoas têm também algum apoio da Camara Municipal de Silves, sendo que não é o ideal mas é o que é possível do momento. Na opinião do presidente existe a necessidade de técnicos na freguesia para haver um trabalho de qualidade. A problemática que o presidente depara com frequência na freguesia é a esquizofrenia derivado ao álcool e às drogas. O acompanhamento que essas pessoas têm diariamente é a nível de medicamentos e psiquiatria no hospital de Portimão. Pelo menos 4 casos de esquizofrenia são acompanhados pela Casa do Povo, pois existem casos que estão isolados e não têm acesso ao transporte. Todos os casos referidos pelo presidente continuam a ter os seus familiares como cuidadores. Muitos dos familiares não estão preparados para enfrentar certos comportamentos, o que provoca o esgotamento e a falta de apoio. Outra problemática que o presidente referiu foi a deficiência motora, sendo que a nível de acessibilidades vão realizando pequenas obras, como o rebaixamento dos passeios e rampas, porém não é o suficiente derivado aos passeios obstruídos por árvores e postes de eletricidade.

Relativamente à sinalização das pessoas com deficiência, a junta e as entidades próximas têm sensibilizado e divulgado à população acerca deste tema através do

conhecimento prático sobre esses casos. Quando essas pessoas procuram apoio, a junta de freguesia encaminha para as respostas sociais próximas, como a Casa do Povo de Messines, onde criam as condições necessárias para melhorar a qualidade de vida. Outros casos são encaminhados pelos serviços sociais da camara para ajudar na sua inclusão em outras associações. Alguns destes casos foram bem-sucedidos, pois foram encaminhados para entidades como a Unir e a Existir, mas outros não porque não aceitam ajuda. Um caso bem-sucedido foi um rapaz com deficiência motor que estava na Existir e conseguiu dois estágios profissionais, e atualmente está em regime de voluntariado. O presidente referiu que têm outros casos de sucesso que trabalharam em regime de voluntariado no serviço operacional (jardinagem) na junta de freguesia, e atualmente estão a realizar estágios no espaço Bussola em Albufeira. Abordou também que recentemente criaram um projeto de apoio à deficiência (C+) para integrar esses jovens no mercado de trabalho. Portanto, no total têm 4 pessoas com deficiência a colaborar na Junta de Freguesia, quer em regime de voluntariado ou em estágios. Contudo, na opinião do presidente não basta apenas integra-los no mercado, é necessário atribuir-lhes funções que consigam desempenhar autonomamente. Por exemplo, uma jovem com deficiência que se encontra na junta de freguesia, inicialmente era para ajudar nas limpezas e criar autonomia nesse tipo de tarefas, porém ao longo do tempo começou a resistir e perder a motivação. Estes jovens adoram as atividades que são realizadas na Casa do Povo. Para além da Casa do Povo o presidente não conhece mais nenhuma resposta social próxima da freguesia.

O presidente afirmou que o tema de deficiência tem sido debatido muito ao longo destes anos no município, mas as respostas sociais continuam a ser escassas. O presidente afirma a necessidade de criar mais instituições, mas é necessário também haver transportes para que estas pessoas possam usufruir dessas respostas. Afirmou também que não existe respostas que atenua em casos que tenham ataques ou descompensação derivado à doença. O presidente referiu que em geral essas pessoas são bem tratadas pela população da freguesia e as pessoas já começam a estar sensibilizadas com este tema. Alguns dos casos referidos vivem sozinhos em casa e não têm a capacidade de gerir o dinheiro no dia-a-dia. A Casa do Povo é a única entidade da freguesia que realiza eventos e atividades na área da deficiência. Na opinião do presidente a mudança principal para haver mais respostas seria o investimento por parte do estado.

Apêndice I – 6. Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines

Entrevistado: Presidente [REDACTED]

Aspetos Relevantes: a Casa do Povo já trabalha na área social algum tempo, onde tem apoiado a população através do banco alimentar e cantina social. Na área da deficiência a nível do desporto adaptado, a Casa do Povo trabalha há cerca de 4 anos. No desporto têm uma equipa de andebol com pessoas em cadeiras de rodas que participa no campeonato nacional e ainda criaram uma equipa de andebol para a deficiência intelectual. O número de pessoas com deficiência que a Casa do Povo acompanha é por volta de 26 utentes. Contudo, têm conhecimento que o concelho aparenta ter mais pessoas com deficiência que necessitam de respostas. O presidente afirma que cada vez mais o estado aposta nesta área e na construção de novos apoios e condições para uma melhor qualidade vida a estas pessoas. Referiu que o concelho de Silves é muito extenso onde existem aglomerados populacionais muito pequenos, e por essa razão surge a dificuldade no transporte para estas pessoas e famílias. O presidente afirma que as famílias necessitam urgentemente desse apoio. Relativamente à sinalização, a Casa do Povo criou há três anos atrás o projeto Sorrir M que através do apoio da junta e da camara acolhem do exterior as pessoas com deficiência e encaminham para as respostas adequadas.

A principal dificuldade da Casa do Povo é o apoio financeiro, pois é um apoio fundamental para Casa do Povo. As dificuldades podem-se também encontrar nos utentes e família em determinadas situações, pois não estão preparadas para certas realidades. O meio rural tem muito condicionantes como a falta de acesso aos transportes públicos e serviços, e sendo tratar-se de um concelho extenso e rural muitas famílias encontram-se desamparadas. O presidente afirma que existe ainda algumas barreiras e resistências acerca da deficiência. Contudo, ao longo do tempo essas barreiras vão sendo ultrapassadas, pois o presidente referiu que no início tiveram um caso complicado, mas com a continuação do projeto foram criando novas rotinas e ocupações. A Casa do Povo incentiva estes jovens na ingressão no mercado de trabalho, apoiando em estágios e voluntariado. A faixa etária dos 26 casos que a Casa do Povo acompanha é consoante cada projeto, pois apoiam crianças e jovens entre 7 a 18 anos e também pessoas com mais de 40 anos. Portanto, a Casa do Povo abrange todas as idades nos projetos existentes.

Relativamente ao apoio familiar, na deficiência motora os utentes são acompanhados pelos cuidadores, já na deficiência intelectual é diferente pois existe condições familiares que divergem muito. Alguns casos com 30 e tal anos têm dificuldade em obter apoio familiar derivado ao seu problema cognitivo. Relativamente às respostas

sociais, a Casa do Povo desenvolve diversas repostas sociais: desporto, cultura, apoio social, lazer e educação. Na educação têm creche, jardim-de-infância e ATL. No desporto têm ginástica, yoga, ballet e andebol. A Casa do Povo trabalha muito na área do desporto. Na cultura têm a música, nomeadamente o acordeão, onde possuem uma escolha própria. A Casa do Povo possui também um polo de guitarras da orquestra juvenil do Algarve e um grupo coral. Na área social têm apoio do banco alimentar e do fundo europeu de apoio a carenciados para a cantina social. O presidente afirma que são uma IPSS bastante dinâmica, apoiando os interesses e necessidades da comunidade. Em relação às barreiras/obstáculos, o presente afirma a inexistência de acessibilidade e a necessidade de mudanças. Relativamente aos casos de sucesso na área do apoio social o presidente referiu que infelizmente existem poucos. Segundo a opinião do presidente a mudança necessária para que a Casa do Povo possa capacitar mais a nível de boas práticas e resposta credível na deficiência física e cognitiva é o apoio financeiro e ofertas por parte do governo.

Entrevistado: Psicomotricista [REDACTED]

Aspetos relevantes: a psicomotricista juntamente com outra técnica criaram o projeto sorrir M, porém antes da implementação tiveram que conhecer as necessidades da população de Messines, ou seja fizeram um levantamento de dados e perceberam que a junta e a camara não tinham dados suficientes sobre as pessoas com deficiência. Através de conversas informais e do conhecimento pessoal conseguiram identificar aproximadamente 50 pessoas com deficiência. Este número não foi feito por um estudo exaustivo mas sim apenas pela freguesia, pois a Nádida afirma que se o estudo alargasse para São Marcos da Serra encontrariam talvez mais 10 pessoas com deficiência. O município não possui dados concretos sobre essas pessoas. A Nádida referiu que através da Casa do Povo é que têm alcançado estas pessoas e com a implementação de um projeto apoiado pela administração regional de saúde virado para a doença mental poderão alcançar mais pessoas. Por enquanto têm trabalho com diversos tipos de deficiência, mas com esse projeto irão apenas trabalhar com a doença mental. No entanto não querem deixar para trás as outras patologias. Este projeto será implementando com mais rigor, ou seja, vai ser uma unidade estruturada (socio ocupacional). Portanto, com este projeto a Casa do Povo vai poder obter dados mais concretos a nível de todas as deficiências na freguesia. A Nádida afirma que a camara não cria repostas sociais nem há trabalho propriamente dito vocacionado para pessoas com deficiência. A problemática que a Nádida depara-se com maior frequência é a deficiência intelectual. Abordou também a doença

mental, pois existem muitas pessoas com esquizofrenia. A maior parte dos beneficiários do projeto Sorrir M têm a doença mental e a deficiência intelectual. A deficiência motora não é muito predominante na freguesia, porém têm apenas alguns casos que acompanham (aproximadamente 4 casos), e a causa principal é por acidente. Têm 2 casos de síndrome de down e de autismo.

O projeto sorrir M nasceu com a missão de promover atividades ocupacionais a estas pessoas, pois para além destas deficiências são pessoas adultas do sexo masculino sem grandes estruturas familiares e de apoio que passam muito tempo na rua sem nenhuma ocupação, com uma má gestão do dinheiro e com o vício do álcool. Neste projeto consoante as necessidades das pessoas trabalha-se as rotinas e as regras do dia-a-dia (a gestão do dinheiro, do lar, a higiene), estimulando a nível cognitivo. Neste momento estão inscritos 12 pessoas no projeto sorrir M, dos quais frequentam diariamente nas atividades. No entanto este número oscila muito, pois por vezes as pessoas desistem e voltam novamente, pois depende muito da disposição dos utentes. Dos 50 casos com deficiência existentes na freguesia conseguem apenas trabalhar com estes 12, pois devido ao isolamento e à falta de transporte não conseguem chegar aos outros casos. Outro fator é a falta de interesse e desmotivação por parte destas pessoas e pela falta de incentivo dos familiares. Contudo o apoio financeiro é também um fator principal para que fosse possível buscar os utentes e ajuda-los a desenvolver autonomia em casa. A maior parte dos cuidadores são também descuidados e iguais aos utentes a nível da gestão do lar. Portanto é um quadro muito frequente, pois quer os utentes ou os cuidadores necessitam de ambos apoios. A principal barreira encontrada nestas pessoas é a falta de dinheiro, pois muitas delas não estão conscientes da sua verdadeira problemática. Um dos entraves para a sua participação no projeto é falta de consciência da necessidade de obter ajuda, pois consideram que o projeto é que necessita deles e não o contrario. Outra barreira que estas pessoas sentem é a falta de qualidade de vida, principalmente aqueles que tiveram acidentes, causando a deficiência física. A nível do défice intelectual alguns destes casos não reconhecem o problema em si, pois não associam a falta de escrever e ler como um problema, mas a nível da saúde (diabetes e colesterol) já consideram como sendo um problema grave.

Relativamente à população, a Nádía considera que ainda não estão sensibilizados nem preparados para a deficiência, pois afirma que no início realizaram passeios diários para que a população pudesse habituar à presença destas pessoas. Como é normal, no início houve muito preconceito e julgamento, mas com o tempo as pessoas foram

habitando com esta realidade e as próprias pessoas com deficiência estranharam a forma como eram atendidos, sendo considerados “normal”. Contudo, por vezes as pessoas “gozam” propositadamente com estas pessoas pela sua maneira de ser, derivado à sua deficiência. Em relação às respostas sociais para a deficiência, a Nádía conhece apenas uma resposta, mas que não sabe se continua em funcionamento. Portanto considera que existem poucas e só agora é que vai existindo a preocupação em criar mais respostas. O tema da deficiência apenas é abordado nas reuniões da rede social da CM de Silves quando a Casa do Povo ou outra instituição aborda o assunto.

Em relação à sinalização, a Casa do Povo apenas conhece estes casos através de conversas informais e da junta de freguesia, a qual encaminha estas pessoas que procuram ajuda. Em relação aos eventos, a Casa do Povo realiza diversos passeios para que estas pessoas tenham diferentes experiências, como ir ao cinema, comer em restaurantes, passear em parques temáticos. Organizam também encontros com outras instituições (torneios de diferentes modalidades desportivas) e participam em feiras tradicionais, onde vendem objetos e artefactos construídos por eles. Têm também o clube chamado “A batucada” que fazem música através dos tambores. Na perspetiva da Nádía, seria importante haver uma mudança a nível dos apoios, ou seja, uma ligação de apoio entre a instituição e a casa dos cuidadores para que o trabalho desenvolvido continuasse em casa. A nível de estruturas seria importante a construção de um lar residencial, para que estes utentes tivessem um lar no futuro e um acompanhamento a longo prazo. Outra mudança e necessidade é o apoio financeiro e logístico, de forma a poder ajudar essas pessoas em casa e transporta-los para a instituição. Outra necessidade é a falta de técnicos a nível da terapia da fala. Existem muitos utentes que negam o seu problema e não querem participar nas atividades do projeto.

Apêndice I – 7. Junta de freguesia de Armação de Pera

Entrevistado: Presidente XXXXXXXXXX

Aspetos relevantes: o presidente tem uma perspetiva do número de pessoas com deficiência existentes (cognitiva e física) na freguesia através do conhecimento pessoal e de conversas informais com a população. Os casos identificados e sinalizados pela junta de freguesia são entre 10 a 12 pessoas com deficiência. O presidente referiu que alguns casos estão a ser acompanhados por algumas respostas sociais, mas não sabe identificar especificamente cada caso. Um das respostas sociais que o presidente indicou foi o apoio alimentar, o qual fizeram uma parceria com a cantina social do espaço aberto de Pera que

permite a essas pessoas usufruir desse apoio todos os dias. As pessoas com deficiência que a junta de freguesia sinaliza dão depois conhecimento ao sector da ação social da Camara de Silves, para que depois possam realizar o encaminhamento adequado. Um dos motivos por alguns dos casos não estarem integrados em uma resposta social é pela dificuldade de deslocação e falta de transporte, devido ao isolamento na zona rural. Referiu também que na maioria dos casos as pessoas vivem sozinhos sem o apoio de cuidadores ou familiares.

A principal necessidade encontrada na perspetiva do Presidente é a grande dificuldade no acesso à habitação. Em casos particulares o presidente depara-se muito com a falta de condições habitacionais e as pessoas acabam por terem problemas a nível da saúde pública em casa. Para além do apoio alimentar que recebem da cantina social, o presidente desconhece a existência de outras respostas sociais. Em algumas situações pontuais a escola apoia os jovens com deficiência através da educação especial, mas a partir do momento que saem do ensino obrigatório deixam de ter esse apoio. A faixa etária dos casos referidos pelo presidente ronda entre os 30 a 60 anos. Relativamente à sinalização destas pessoas é feita através de conversas informais com a população ou as próprias pessoas com deficiência e cuidadores dirigem-se à junta de freguesia para o pedido de apoio. Após essa sinalização os funcionários encaminham essas pessoas para a área do sector social. O presidente abordou a falta resposta e apoio que estes casos tiveram ao longo da vida, pois essa preocupação surgiu apenas nestes últimos anos. Um aspeto que o presidente tem sentido é a dificuldade de proximidade às pessoas que vivem em sítios isolados, nomeadamente, em zonas rurais. Contudo, felizmente na freguesia de Armação de Pera não contém um território muito vasto, o que facilita no apoio próximo da população. Os pequenos aglomerados de casa que ficam nas imediações na parte rural dificultam o apoio em alguns casos, pois são habitações mais dispersas da freguesia. Em relação às atividades e eventos a junta de freguesia tem colaborado com algumas instituições (como a Apexa) na promoção de eventos sobre a temática da deficiência, criando condições para a sua realização. Porém são apenas realizadas nas situações pontuais e não regulares. O primeiro passo de mudança na perspetiva do presidente é identificar o número de pessoas com deficiência cognitiva e física e depois em função com os diferentes tipos de deficiência trabalhar cada caso específico. O principal problema é criar números fictícios que não correspondem à realidade, pois esse trabalho de campo não está investigado. Na opinião do presidente essa investigação não é feita porque exige muito trabalho de terreno e implica diversos recursos formados e com

capacidade para essa função. Portanto o caminho é realizar um diagnóstico social com a identificação de cada caso e só depois definir um plano de ação.

Apêndice II- Guiões de entrevistas

Apêndice II – 1. Guião de entrevista das entidades e juntas de freguesias do concelho

Temática	Objetivos	Questões
A - Legitimação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir que a entrevista se torne necessária, apropriada e pertinente; - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o trabalho que se pretende desenvolver e o objetivo da entrevista, utilizando uma linguagem simples e clara; - Assegurar o carácter confidencial e anónimo dos dados; - Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a conversa.
B – Perfil do entrevistado	- Caracterizar o entrevistado em relação aos seus dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Idade; - Local onde vive
C – Pessoas com Deficiência	- Conhecer o número de pessoas com deficiência na freguesia	1.Quantas pessoas, aproximadamente, vivem com deficiência a nível motor ou cognitivo na freguesia?
D – Necessidades	- Identificar os tipos de necessidades existentes na freguesia	2.Quais os tipos de necessidades/ deficiência existem na freguesia?
E- Barreiras/ Problemáticas	- Saber as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente na freguesia	3.Que tipo de barreiras ou problemas que as pessoas com deficiência deparam-se com frequência na freguesia?
F – Respostas Sociais	- Conhecer as respostas sociais que são prestadas às pessoas com deficiência	4.Quantas respostas sociais são prestadas às pessoas com deficiência? E Quais?
G – Sinalização	- Compreender de que forma as pessoas com deficiência são sinalizadas	5.De que forma as pessoas com deficiência são sinalizadas e encaminhadas para as respostas sociais?
H – Atividades	- Conhecer as atividades ou eventos desenvolvidas para a população com deficiência na freguesia	6.Quais as atividade ou eventos desenvolvem para a população com deficiência?
I – Mudanças	- Saber as mudanças que seriam necessárias para dar respostas às pessoas com deficiência	7.Quais as mudanças que seriam necessárias para dar respostas às pessoas com deficiência?
Síntese da entrevista	Síntese e agradecimentos	8.Quer dizer mais alguma coisa que não tenha lembrado antes? Agradecer a disponibilidade

Apêndice II – 2. Guião de entrevista do técnico psicomotricista da Junta de Freguesia de Algoz e Tunes

Temática	Objetivos	Questões
A - Legitimação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir que a entrevista se torne necessária, apropriada e pertinente; - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o trabalho que se pretende desenvolver e o objetivo da entrevista, utilizando uma linguagem simples e clara; - Assegurar o carácter confidencial e anónimo dos dados; - Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a conversa.
B – Perfil do entrevistado	- Caracterizar o entrevistado em relação aos seus dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Idade; - Local onde vive
C – Pessoas com Deficiência	- Conhecer o número de pessoas com deficiência na freguesia	1.Quantas pessoas, aproximadamente, vivem com deficiência a nível motor ou cognitivo na freguesia?
D- Casos Específicos	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O número de casos que acompanha - O encaminhamento das pessoas com deficiência - O tipo de métodos ou técnicas utilizadas nas intervenções - Os progressos destas pessoas; - A transição pós-escolar 	2.Quantos casos com deficiência acompanha nas suas sessões? 3.De que forma essas pessoas chegaram até si? Como é feita a sinalização? 4.Que tipo de métodos ou técnicas utiliza nas suas intervenções? 5.Considera que o tempo que essas pessoas estão consigo é o suficiente para o seu progresso? 6.Esses casos encontram-se ainda no ensino obrigatório ou já saíram? 6.1.Se sim, considera que a transição pós-escolar foi bem-sucedida ou encontram-se desacompanhados totalmente a nível dos apoios?
E- Respostas Sociais	- Conhecer as respostas sociais que são prestadas às pessoas com deficiência	7.Quais as respostas sociais que os seus casos estão integrados?
F – Família	- Compreender de que forma a família apoia essas pessoas	8.A família apoia integralmente essas pessoas?
G – Mudanças	- Saber as mudanças que seriam necessárias para dar respostas às pessoas com deficiência	9.Quais as mudanças que seriam necessárias para dar respostas suficientes às pessoas com deficiência?
Síntese da entrevista	Síntese e agradecimentos	10.Quer dizer mais alguma coisa que não tenha lembrado antes? Agradecer a disponibilidade

Apêndice II – 3. Guião de entrevista dos utentes de São Bartolomeu de Messines

Temática	Objetivos	Questões
A - Legitimação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir que a entrevista se torne necessária, apropriada e pertinente; - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o trabalho que se pretende desenvolver e o objetivo da entrevista, utilizando uma linguagem simples e clara; - Assegurar o carácter confidencial e anónimo dos dados; - Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a conversa.
B – Perfil do entrevistado	- Caracterizar o entrevistado em relação aos seus dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Idade; - Local onde vive
C – Percurso Escolar	Recolhes dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Ano de escolaridade; - A relação com os colegas e o tratamento por parte deles; - A relação com os professores 	1. 1.1. Como era a tua relação com os colegas da tua turma? 1.2. Os teus colegas respeitavam-te? Se não, porquê? 1.3. Já alguma vez alguém te tratou mal na escola? Se sim, porque? 2. Como era a tua relação com os professores? 2.1. Os teus professores ajudavam-te nas tuas dificuldades? Se não, porquê? 3. Estudastes até que ano? Se não terminaste todos os ciclos qual foi o motivo? 3. 1. Gostaste de andar na escola? Se não, porquê? 3.2. Se tivesses a oportunidade em continuar a estudar aceitavas? Se não, porquê?
D – Percurso Profissional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A experiência profissional; - A área de formação; - A integração no mercado de trabalho; - A relação com os colegas de trabalho 	4. Já alguma vez tiveste um emprego? Se sim, quantos e no quê? 4.1. Se não, porquê? 4.2. Já alguma vez tentaste em procurar? Como e o que aconteceu? 5. Neste momento estás a trabalhar? Se sim, gostas do que fazes? 5.1. Os teus colegas e o teu patrão respeitam-te? 5.2. Já alguma vez foste maltratado no trabalho? Se sim, porque razões? 6. Gostarias de trabalhar no quê? 7. Consideras fácil em arranjar um emprego para ti? Se não, porquê?
E- Percurso Institucional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho feito na Casa do Povo; - A relação com os colegas - A relação com os técnicos 	8. Gostas de estar na Casa do Povo? Se não, porquê? 8.1. Consideras a Casa do Povo importante para ti? Se não, porquê? 8.2. Porque é que fostes para a Casa do Povo? 9. Como é a tua relação com os teus colegas?

		10. Como é a tua relação com os técnicos? 10.1.Os técnicos ajudam-te nas tua tarefas? Se não, porquê?
F - Acessibilidades	Recolher dados sobre: - As dificuldades diárias - O transporte - As necessidades básicas - As relações Sociais	11.No dia-a-dia encontras alguma dificuldade quando realizas alguma tarefa? Se sim, qual? 12.Consegues andar/deslocar-te bem sem pedir ajuda para fazer as tuas coisas? 13. Consegues pagar os teus bens essenciais e necessidades ou precisas de apoio? 14. Gostas de viver nesta freguesia? Como lidas com as pessoas? 14.1. O que acontece quando não entendes alguma coisa à primeira vez?
G – Apoios Sociais	Conhecer os apoios que existem na proximidade para atender as suas necessidades	15.Conheces algum local onde possas pedir ajuda quando és maltratado? 16. Quando pedes ajuda a alguém, ajudam-te logo ou tens que esperar pela ajuda? 17. Achas que existem apoios suficientes?
H – A Família	Recolher dados sobre: - O apoio da família - A relação com a família	18. Como é a relação com a tua família? 19. A tua família apoia-te de que forma? 19.1. A tua família ajuda-te em tudo? Se não, porquê?
I – Inclusão	Recolher dados sobre: - Os seus direitos na sociedade; - O acolhimento por parte da população;	20. Já alguma vez votaste? Se não, porquê? 20.1. Sabes porque é que as pessoas votam? 21. Sabes quais são os teus direitos? Se não, já alguma vez perguntaste ou alguém tentou explicar-te? 22. Sentes integrado e acolhido pela população?
J - Necessidades	Recolher dados sobre: - As necessidades diárias - A capacidade de solucionar problemas	23. Quais as dificuldades que enfrentas diariamente? De que forma as superas?
Síntese da entrevista	Síntese e agradecimentos	24. Queres dizer mais alguma coisa que não tenhas lembrado antes? Agradecer a disponibilidade

Apêndice II – 4. Guião de entrevista das famílias

Temática	Objetivos	Questões
A - Legitimação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir que a entrevista se torne necessária, apropriada e pertinente; - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o trabalho que se pretende desenvolver e o objetivo da entrevista, utilizando uma linguagem simples e clara; - Assegurar o carácter confidencial e anónimo dos dados; - Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a conversa.
B – Perfil do entrevistado	- Caracterizar o entrevistado em relação aos seus dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Idade; - Profissão; - Local onde vive
C – Percurso Escolar	Recolhes dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A adaptação na escola - A relação com os professores 	1. 1.1 Na escola, o seu filho relacionava-se bem com os outros colegas? Se não, porquê? 1.2. Alguma vez sentiu que o seu filho foi excluído na escola por alguém? Se sim, porquê? 1.3. Durante e depois o percurso escolar, os professores acompanharam sempre ao seu filho nas suas dificuldades? 2. Como era a sua relação com os professores do seu filho? 2.1. Sentiu apoio por parte da escola? 2.2. A escola contactava frequentemente para falar do seu filho? Se sim, porque motivos? 3. Incentivava o seu filho para estudar e superar as suas dificuldades? 3.1. Gostaria que o seu filho continuasse a estudar?
D – Percurso Profissional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A experiência profissional; - A integração no mercado de trabalho; - A motivação na procura de emprego 	4.O seu filho já teve um emprego? Se não, porquê? 4.1. Se sim, como foi essa experiência? 5. Já alguma vez ajudou a procurar emprego para o seu filho? 5.1. Se sim, como foi a procura? 6.Considera fácil para uma pessoa com deficiência ter uma carreira profissional? Se não, porquê?
E- Percurso Institucional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A evolução na instituição; - A adaptação e o acompanhamento na instituição; 	7. Considera importante e gratificante para o seu filho frequentar a instituição? Se não, porquê? 7.1. O seu filho tem mostrado progressos desde que está na instituição? 8. Considera que a instituição e os técnicos integraram bem o seu filho nas atividades? Se não, porquê? 8.1. Sente que a instituição tem apoiado a si ao seu filho ao longo deste percurso?

F - Acessibilidades	Recolher dados sobre: - As dificuldades diárias - A mobilidade - A autonomia financeira; - A rede de transportes;	9.No dia-a-dia, encontra dificuldades no seu filho enquanto este realiza alguma tarefa em específico? Se sim, qual/quais? 10. Do ponto de vista da mobilidade e movimentação quais as principais dificuldades que o seu filho sente? 11.Alguma vez o seu filho manifestou interesse em ter autonomia financeira? Se sim, pediu a sua ajuda? 12.A atual rede de transportes públicos é suficiente para que não sinta o isolamento?
G – Apoios Sociais	Conhecer os apoios que existem na proximidade para atender as suas necessidades	13.Conhece alguns serviços que prestem apoio de proteção social para ajudarem o seu filho? Se sim, quais? 13.1. Têm fácil acesso aos bens essenciais e restantes serviços? O que pensa que poderia ser melhorado?
H – A Família	Recolher dados sobre: - A relação com a família - O apoio da família	14. Como é sua relação com o seu filho? 14.1. De que forma apoia o seu filho diariamente?
I – Inclusão	Recolher dados sobre: - A discriminação em relação à deficiência - A forma de integração na sociedade; - A exclusão e o isolamento na freguesia	15. Sente algum tipo de discriminação em relação à deficiência? E porque? 15.1. Alguma vez esteve presente numa situação onde o seu filho foi mal tratado? Se sim, qual foi a sua reação/atitude? 16. Considera viver numa situação de exclusão/isolamento? E porque? 17. Sente que o seu filho é acolhido e integrado pela população?
J - Necessidades	Recolher dados sobre: - As principais necessidades - A capacidade de solucionar problemas	18. Quais são as principais necessidades do seu filho? O que faz para ajudar a solucioná-las?
Síntese da entrevista	Síntese e agradecimentos	19. Quer dizer mais alguma coisa que não se tenha lembrado antes? Agradecer a disponibilidade

Apêndice II – 5. Guião de entrevista dos técnicos

Temática	Objetivos	Questões
A - Legitimação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir que a entrevista se torne necessária, apropriada e pertinente; - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o trabalho que se pretende desenvolver e o objetivo da entrevista, utilizando uma linguagem simples e clara; - Assegurar o carácter confidencial e anónimo dos dados; - Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a conversa.
B – Perfil do entrevistado	- Caracterizar o entrevistado em relação aos seus dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Idade; - Profissão; - Local onde vive
C – Percurso Escolar	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O apoio da escola; - Transição Pós-Escolar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considera que a escola apoia os alunos após o ensino obrigatório? 2. Os utentes que acompanha fizeram uma boa transição pós-escolar? Se não, porquê? 3. Considera que os utentes são preparados na escola para as atividades da vida diária?
D – Percurso Profissional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A integração no mercado de trabalho; - A motivação na procura de emprego 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Os utentes que estão desempregados estão interessados e incentivados em procurar emprego? Se não, quais os motivos para essa desmotivação? 4.1. Considera que existe falta de abertura no mercado de trabalho para as pessoas com Deficiência Intelectual?
E- Percurso Institucional	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - A evolução na instituição; - O interesse e a adaptação na instituição; 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Os utentes que entraram na instituição adaptaram-se bem nas atividades? Se não, porquê? De que forma é feita essa adaptação? 5.1. Desde que trabalha com os utentes tem deparado progressos? Se sim, de que tipo? 5.2. Os utentes demonstram interesse e motivação em participar nas atividades? Se não, porquê? 5.3. Na sua opinião qual o motivo destes utentes frequentarem esta instituição?
F - Acessibilidades	Recolher dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - As dificuldades diárias; - A autonomia financeira; - A rede de transportes; 	<ol style="list-style-type: none"> 6. No dia-a-dia, quais as principais dificuldades que encontra nos utentes? 7. Os utentes manifestam interesse em querer ter autonomia financeira? 8. A atual rede de transportes públicos é suficiente para os utentes que se encontram mais isolados da freguesia?

G – Apoios Sociais	Saber se os apoios sociais existentes são suficientes para estas pessoas	9. Considera que os utentes têm fácil de acesso aos bens essenciais e restantes serviços? Se não, porquê? 10. Acredita que estas pessoas poderiam ser mais apoiadas? Se sim, por quem e como?
H – A Família	Recolher dados sobre: - O apoio da família - As dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores	14. Na sua opinião, as famílias dão o apoio suficiente aos utentes? Se não, porquê? 15. As famílias contactam os técnicos para falar sobre a evolução do utente? 16. Tecnicamente quais são as principais dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores destas pessoas?
I – Inclusão	Recolher dados sobre: - A discriminação em relação à deficiência - A exclusão e o isolamento na freguesia; - A cidadania e a autonomia social	17. Sente que os seus utentes são discriminados fora da instituição? 18. Considera que algum utente vive em situação de exclusão/isolamento? 19. No que toca à cidadania e à autonomia social das pessoas com quem trabalha, o que acredita poder ser diferente? 20. Os utentes estão consciencializados sobre a sua deficiência? Se não, de que forma lidam com ela?
J - Necessidades	Recolher dados sobre: - As principais necessidades - A capacidade de solucionar	18. Quais são as principais necessidades dos utentes? O que faz para ajudar a solucioná-las?
Síntese da entrevista	Síntese e agradecimentos	19. Quer dizer mais alguma coisa que não se tenha lembrado antes? Agradecer a disponibilidade

Apêndice III- Consentimentos informados

Apêndice III- 1. Consentimento informado das Entidades e juntas de freguesias

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Especial- Domínio Cognitivo e Motor, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Educação e Comunicação, a Mestranda Cátia Pinto Évora está a desenvolver uma investigação subordinada ao tema “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”. Assim, a mestranda vem solicitar a sua colaboração na resposta à entrevista e a autorização para recolha e tratamento da informação. A entrevista tem um tempo aproximado de realização de 30 minutos e a sua colaboração é muito importante e totalmente voluntária.

Caso aceite participar neste estudo, estão completamente asseguradas a confidencialidade dos seus dados e o anonimato. Garantimos também que as informações veiculadas serão apenas utilizados no contexto do presente trabalho, para fins académicos, e nunca com outros fins, respeitando-se assim o direito total à privacidade. Referente ao trabalho, pedimos sua autorização para proceder à gravação áudio da entrevista, de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

Ao dispor para quaisquer informações adicionais, atenciosamente,

Data ____/____/____

Declaro que fui informado/a acerca do estudo “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”, realizado no âmbito do mestrado em Educação Especial. Aceito participar neste estudo e declaro que autorizo a gravação áudio da entrevista, sendo a minha colaboração e experiencia de grande importância para a realização deste estudo.

Data ____/____/____

Assinatura do Entrevistado

Apêndice III – 2. Consentimento informado dos Utentes

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Especial- Domínio Cognitivo e Motor, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Educação e Comunicação, a Mestranda Cátia Pinto Évora está a desenvolver uma investigação subordinada ao tema “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”. Assim, a mestranda vem solicitar a sua colaboração na resposta à entrevista e a autorização para recolha e tratamento da informação. A entrevista tem um tempo aproximado de realização de 30 minutos e a sua colaboração é muito importante e totalmente voluntária.

Caso aceite participar neste estudo, estão completamente asseguradas a confidencialidade dos seus dados e o anonimato. Garantimos também que as informações veiculadas serão apenas utilizados no contexto do presente trabalho, para fins académicos, e nunca com outros fins, respeitando-se assim o direito total à privacidade. Referente ao trabalho, pedimos sua autorização para proceder à gravação áudio da entrevista, de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

Ao dispor para quaisquer informações adicionais, atenciosamente,

Data ____/____/____

Declaro que fui informado/a acerca do estudo “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”, realizado no âmbito do mestrado em Educação Especial. Aceito participar neste estudo e declaro que autorizo a gravação áudio da entrevista, sendo a minha colaboração e experiência de grande importância para a realização deste estudo.

Data ____/____/____

Assinatura do Entrevistado

Apêndice III – 3. Consentimento informado- Famílias

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Especial- Domínio Cognitivo e Motor, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Educação e Comunicação, a Mestranda Cátia Pinto Évora está a desenvolver uma investigação subordinada ao tema “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”. Assim, a mestranda vem solicitar a sua colaboração na resposta à entrevista e a autorização para recolha e tratamento da informação. A entrevista tem um tempo aproximado de realização de 30 minutos e a sua colaboração é muito importante e totalmente voluntária.

Caso aceite participar neste estudo, estão completamente asseguradas a confidencialidade dos seus dados e o anonimato. Garantimos também que as informações veiculadas serão apenas utilizados no contexto do presente trabalho, para fins académicos, e nunca com outros fins, respeitando-se assim o direito total à privacidade. Referente ao trabalho, pedimos sua autorização para proceder à gravação áudio da entrevista, de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

Ao dispor para quaisquer informações adicionais, atenciosamente,

Data ____/____/____

Declaro que fui informado/a acerca do estudo “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”, realizado no âmbito do mestrado em Educação Especial. Aceito participar neste estudo e declaro que autorizo a gravação áudio da entrevista, sendo a minha colaboração e experiência de grande importância para a realização deste estudo.

Data ____/____/____

Assinatura do Entrevistado

Apêndice III – 4. Consentimento informado- Técnicos

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Especial- Domínio Cognitivo e Motor, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Educação e Comunicação, a Mestranda Cátia Pinto Évora está a desenvolver uma investigação subordinada ao tema “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”. Assim, a mestranda vem solicitar a sua colaboração na resposta à entrevista e a autorização para recolha e tratamento da informação. A entrevista tem um tempo aproximado de realização de 30 minutos e a sua colaboração é muito importante e totalmente voluntária.

Caso aceite participar neste estudo, estão completamente asseguradas a confidencialidade dos seus dados e o anonimato. Garantimos também que as informações veiculadas serão apenas utilizados no contexto do presente trabalho, para fins académicos, e nunca com outros fins, respeitando-se assim o direito total à privacidade. Referente ao trabalho, pedimos sua autorização para proceder à gravação áudio da entrevista, de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

Ao dispor para quaisquer informações adicionais, atenciosamente,

Data ____/____/____

Declaro que fui informado/a acerca do estudo “A Inclusão das Pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual no Interior Algarvio”, realizado no âmbito do mestrado em Educação Especial. Aceito participar neste estudo e declaro que autorizo a gravação áudio da entrevista, sendo a minha colaboração e experiência de grande importância para a realização deste estudo.

Data ____/____/____

Assinatura do Entrevistado

Apêndice IV – Transcrição das entrevistas

Apêndice IV – 1. Transcrição da entrevista do Utente 1

Entrevista Utente 1- 19 de Março de 2019

Utente [REDACTED] – U1

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 26 Minutos

E- Primeiro que tudo... quero saber como te chamas

U1- [REDACTED]

E- E... quantos anos tens?

U1- (em tom de brincadeira não quis revelar a sua idade)

E- E onde é tu vives?

U1- eu vivo na aldeia ruiva em campilhos de São Bartolomeu de Messines

E- Falando agora um pouco sobre o teu percurso escolar

U1- Ui!... A minha vida na escola foi muito complicada, porque a minha mãe teve uma remessa de filhos e não podia cuidar dos meus irmãos todos. Uns foram adotados e outros foram “vendidos”. E eu fui para casa dos rapazes em Faro perto do Bom João e estive até aos 18 anos... Lá tornei-me num homem. E depois fui para Tavira.... tive lá um 1 ano e 6 meses a tirar um curso de jardinagem e ainda quero tirara um curso de pasteleiro, é o meu sonho! (dispersou um pouco da questão, mas voltou para trás). Como você estava a perguntar-me.... a minha vida da escola foi um pouco complicada.... eu não sei ler nem escrever e não é vergonha de dizer.... mas já seria bom apenas escrever o meu nome todo, isso já o essencial!, e também ser capaz montar num comboio e ir para qualquer lado. É assim... a minha vida na escola foi uma infância muito triste

E- Nessa instituição.... na casa dos rapazes, como é que era a tua relação com os colegas?

U1- A minha relação era... pronto quando entrei lá não conhecia ninguém... era um desconhecido para eles e eles para mim. E depois ao longo do tempo comecei a conhecer aos poucos os colegas e fazer amizades.

E- E os teus colegas respeitavam-te como tu eras?

U1- Sim... Sim, olha respeitavam-me acima de tudo.

E- E já alguma vez alguém te tratou mal?

U1- Sim.... Olha bastante, aqui em Messines trataram-me super mal e lá na casa dos rapazes também... desde pequeno. Mas isso é porque uma pessoa quando é pequeno faz “borrices”, e depois em grande é que se arrepende e pensa... várias vezes fiquei de castigo.

E- E os técnicos da casa dos rapazes ajudavam-te nas tuas dificuldades e naquilo que precisavas?

U1- Algumas ajudavam... outras não ajudavam. Olha porque... porque algumas eram más. Era más para mim e para os meus colegas também.

E- Ainda falando sobre a tua vida escolar... Se tivesses a oportunidade em continuar a estudar, tu estudavas?

U1- Não... Não. Não era capaz, e eu vou lhe dizer porque não era capaz.... Eu tenho..... ahmm.... Pronto eu tenho ataque epilepsia, tenho a minha doença... não tenho só epilepsia, tenho várias doenças. Não tenho memória suficiente para superar e estudar, porque a minha memória pronto.... desde quando era pequeno, 7...8 anos, eu levei uma pancada de um carro e fiquei em coma Fiquei 3 meses no hospital em Portimão, não conseguia ouvir.... não conseguia... nada nada, fiquei em coma profundo. E só depois daí é que conseguia abrir os olhos... e falar falava pouco.

E- Agora relativamente do teu percurso profissional, já alguma vez tiveste um emprego?

U1- Já, Já. Já trabalhei aqui em Messines no Teófilo Fontainhas.

E- Trabalhaste em que função?

U1- Era da distribuição dos barris. Eu e a destruir lá para Albufeira, Vilamoura.

E- Tiveste só este emprego, ou tiveste mais algum?

U1- Não... tive mais empregos.... aí uns 3 ou 4.

E- Neste momento estás a trabalhar?

U1- Não, estou reformado por invalidez da minha incapacidade e dos ataques... Fazer alguns biscates posso fazer mas não um trabalho de muito tempo.

E- Portanto estes trabalhos que tu fizestes foi antes de vires de Tavira?

U1- Sim porque quando andava em Tavira não me dava estes ataques.

E- Quando trabalhavas gostavas do que fazias?

U1- Sim, sim, adorava muito de jardinagem, a tratar das flores, a cortar relva. Os colegas respeitavam-me, eu respeitava.... a gente era como uma família unida... um fazia um trabalho, eu fazia outro... tudo bem adoro a minha profissão.

E- E o trabalho de jardineiro foi a onde?

U1- Foi em Tavira na Fundação Irene Rolo. Eu era para estagiar, só que não fui.... Tirei o curso de Jardinagem aqui em Silves.

E- No trabalho sempre foste motivado e incentivado a trabalhar, nunca desmotivaste?

U1- Não, eu nunca me desmotivei, sempre fui boa pessoa... vou-lhe dar um exemplo, eu já trabalhei aqui na junta de messines e fui sempre cumpridor do horário e do meu trabalho.

E- E para ti com as tuas dificuldades, tu consideras que é fácil arranjar um trabalho?

U1- Antes era fácil de arranjar um trabalho... sim... mas agora eu penso que... não sei...pronto a minha vida.... pronto antes era fácil de arranjar um trabalho, só que hoje em dia... pronto como eu tenho a minha doença e tal....ninguém me quer dar um trabalho derivado a minha doença... tu és assim, tu és assado e as pessoas têm medo.

E- E agora falando um pouco sobre a Casa do Povo, tu gostas de estar na Casa do Povo?

U1- hamm.... pronto eu já estive na batucada e no andebol mas saí. E a nível de....não foi por causa do meus colegas, não foi por causa de nada, mas....humm... pronto eu vim porque quis, e sai porque eu quero. Mas respeito as pessoas daqui da Casa do Povo.... Algumas vezes venho aqui.

E- E achas que a Casa do Povo é importante para ti?

U1- Sim.. sim, é muito importante... para as pessoas que tenham dificuldades.

E- Porque é que vens aqui à Casa do Povo de vez em quando?

U1- Porque eu gosto muito das pessoas.... Gosto de conviver.

E- Como é a tua relação com os colegas daqui?

U1- Ah! É boa ... é excecional, eu respeito eles.... Eles respeitam a mim...brincamos, somos uma família...somos como irmãos.

E- E com os técnicos?

U1- Os técnicos é a mesma coisa

E- Quando tens uma dificuldade eles ajudam-te?

U1- Ajuda-me bastante, só não ajudam daquilo que não puderem.... eles estão sempre a abrir a mão para mim... e eu agradeço imenso.

E- No dia-a-dia encontras alguma dificuldade quando fazes alguma tarefa?

U1- Ah sim! Pronto, lá na minha casa limpo sempre tudo e gosto ter tudo arrumado.

E- E consegues fazer as tuas coisas sem pedir ajuda a alguém?

U1- Sim, sim consigo. Eu sou independente de mim... por exemplo se quero ir a Portimão ou quero tirar análises, eu não vou pedir a ninguém... só se tiver muito mal é que peço ajuda, ou venho aqui à junta... se não tiver dinheiro tenho que me desenrascar.

E- E os teus bens essenciais consegues pagar ou precisas de ajuda?

U1- Não, não... é consigo pagar, porque isso já vem através do multibanco... a luz, a água, etc.

E- E gostas de viver nesta freguesia?

U1- Gosto, adoro muito viver nesta freguesia

E- E como é que tu lidas com as pessoas daqui da freguesia? Como é a tua relação com eles?

U1- Ah sim! As pessoas são totalmente diferentes...prontos... eu vou-lhe dar um exemplo, as vezes estou em baixo ali na praça e as pessoas começam a olhar-me de lado, e outras pessoas começam a falar da vida dos outros.... eu não gosto de falar da vida de ninguém, mas há pessoas que gostam de falar mal da vida das pessoas... “ah e porque é que ele não trabalha....ah porque é que ele é assim”.

E- Quando acontece essas situações o que é que tu fazes? Qual é a tua postura?

U1- A minha postura é virar para trás e ir-me embora

E- E quando tu falas com as pessoas e não entendes alguma coisa à primeira vez o que é que acontece?

U1- A pessoa farta-se e vai-se embora.... eu já falei com várias pessoas, algumas compreendem-me, há outras que não.... e fico muito magoado.

E- Conheces algum sítio ou algum serviço onde possas pedir ajuda quando tens alguma dificuldade, por exemplo apoios sociais?

U1- Sim, eu peço aqui à junta ou a Casa do Povo

E- E quando tu pedes ajuda, eles ajudam-te logo ou ainda tens esperar por algum tempo?

U1- Não...acho que eles me ajudam logo

E- E tu achas que existem apoios suficientes ou deveria haver mais?

U1-Não, devia haver mais, porque estes são muitos poucos, haveria haver muito mas muito mais.

E- E em que áreas? Em que sentido?

U1- Essa pergunta é um pouco complicada...não consigo responder

E- Então e diz-me lá, como é que é a tua relação com a tua família

U1- Eu já não tenho pai nem mãe, mas tenho uma relação boa com os meus irmãos, minhas irmãs, meus sobrinhos... está tudo bem.

E- E eles apoiam-te de que forma?

U1- Eles apoiam-me bastante... tenho uma sobrinha com 11 anos que apoia-me sempre.

E- Já alguma vez na tua vida votaste?

U1- Votei sim senhora e votei para bem

E- E sabes como é que funciona a vida política?

U1- Sei sim

E- E alguém te explicou como deves votar?

U1- Quando eu vou votar eu não vou dizer nada a ninguém, tenho lá os papéis e vou dizer assim olha... não vou votar por este mas vou votar por este, que este aqui é que me fez bem e ajudou.

E- E sabes quais são os teus direitos?

U1- Os meus direitos? eu tenho muitos direitos.... o meu direito é andar à liberdade... tenho direito... pronto eu não digo o que fazer ou o que não fazer... tenho o direito de ser livre, tenho direito de ser independente.

E- E tu sentes integrado e acolhido pelas pessoas daqui?

U1- Sim.. sim

E- Diariamente quais são as tuas principais dificuldades? E como superas?

U1- Vou lhe dar um exemplo... quando eu estou muito chateado ou nervoso adoro ouvir música... quando saí da vila vou logo para casa... fecho a porta, ligo a música, começo a cantar sozinho e tal... e isso passa-me tudo. A música faz-me sentir alegre, bem disposto no dia-a-dia... alivia-me do stress todo.

E- Então olhe chegamos ao final da entrevista, quer dizer alguma coisa que não disseste?

U1- Quero dizer uma coisa que secalhar a senhora ou voçe.... o que aconteceu com a minha família... quando a minha mãe ainda estava viva, ele sempre ia pedir às cerras e montes umas vezes uma chouriça outras vezes um presunto, só que o meu pai era muito mau para a minha mãe... olha batia, e vou lhe dizer quantos filhos que a minha mãe teve...25 filhos, o meu pai batia na minha mãe para terem mais filhos e a minha mãe chorava que não podia ter mais filhos.... aquilo não se faz, ele não era uma pessoa... era um animal sem coração e digo isto a toda a gente, tratou muito mal a minha mãe... roubou tudo à minha mãe.

E- Se pudesses mudar alguma coisa mudavas na tua vida?

U1- Eu mudava, mudava para melhor.... mudava ser mais honesto e compreensível... eu já sou honesto e compreensível.

E- Obrigada por responder às questões.

Apêndice IV – 2. Transcrição da entrevista do Utente 2

Entrevista Utente 2- 19 de Março de 2019

Utente [REDACTED] – U2

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 07'28 Minutos

E- Primeiro gostaria de saber como te chamas?

U2- [REDACTED]

E- Tens quantos anos?

U2- 27

E- E vives a onde?

U2- Aqui perto de Messines

E- No teu percurso escolar, estudaste até que ano?

U2- Eu tenho o 9ºano mas não tenho completo

E- E quando andavas na escola, como era a tua relação com os teus colegas?

U2- Normal, dava-me bem com todos

E- E eles respeitavam-te?

U2- Sim

E- Na escola já alguma vez alguém te tratou mal?

U2- Não

E- E como era a tua relação com os teus professores?

U2- Era boa

E- Eles ajudavam-te nas tuas dificuldades?

U2- Ajudavam-me muito

E- E gostastes de andar na escola?

U2- Sim

E- Se pudesses continuar a estudar continuavas?

U2- Secalhar

E- Já alguma vez tiveste um emprego?

U2- Sim, já estive a trabalhar aqui na Casa do Povo na cozinha durante 2 meses

E- E gostaste em trabalhar lá?

U2- humm... sim

E- Gostavas do teu patrão? Tinham uma boa relação?

U2- Mais ou menos, uns dias estava bom outros dias estava mau

E- Neste momento estás a trabalhar?

U2- Não, estou em casa

E- E estás a tentar procurar alguma coisa?

U2- Pois...sim

E- E o que gostavas de fazer?

U2- Qualquer coisa...na cozinha...varrer ruas também. Agora estou a espera que o João (presidente) me chame para trabalhar na junta de freguesia

E- No trabalho também já alguma vez foste maltratada?

U2- Não, sempre foi bom

E- Achas que para ti é fácil arranjar um emprego?

U2- Mais ou menos

E- Sobre o teu percurso institucional, gostas de estar na Casa do Povo?

U2- Sim, faço atividades para estar ocupada e não estar sempre sozinha em casa

E- Achas que a Casa do Povo é importante para ti?

U2- Sim é...

E- E como é a tua relação com os colegas, dás-te bem com eles?

U2- Sim é boa

E- E a tua relação com os técnicos?

U2- Sim também é boa

E- Quando tens alguma dificuldade eles ajudam te?

U2- Sim ajudam

E- No dia-dia a encontras alguma dificuldade?

U2- Não... prontos a Nádia (técnica) tem me ajudado também

E- É fácil para ti transportares-te aos locais?

U2- Humm não...prontos.... Eu tenho uma bicicleta a bateria... é só para as minhas voltas aqui em Messines.

E- Vives com quem? sozinha?

U2- Vivo com o meu marido e o meu filho

E- E neste momento consegues pagar os tens bens e necessidades?

U2- Ele ajuda-me, sabe que eu não estou a trabalhar

E- Gostas de viver nesta freguesia? Lidas bem com as pessoas?

U2- Gosto...sim

E- E quando não entendes uma coisa à primeira vez o que é que acontece?

U2- Dizem outra vez

E- E conheces mais sítios onde possas pedir ajuda para além da junta e da Casa do Povo

U2- Não... não conheço mais nada

E- Achas que existem apoios ou serviços suficientes?

U2- Está bom assim

E- Em relação à tua família, como é a tua relação com eles? Tens pais, primos, etc..

U2- É boa... sim tenho

E- E eles apoiam te nas tuas decisões

U2- Sim

E- E já alguma vez votaste?

U2- Sim, duas ou três vezes...uma coisa assim

E- E alguém te ensinou a votar

U2- Não... tenho de desenrascar sozinha

E- E sabes quais são os teus direitos?

U2- Não sei

E- E sentes acolhida pela população?

U2- Tratam-me muito bem

E- E quais são as tuas principais dificuldades que enfrentas todos os dias?

U2- É o trabalho

E- E de que forma superas essa dificuldade?

U2- Mantenho a cabeça ocupada... dou uma volta

E- Bem chegamos ao fim da entrevista, queres dizer mais alguma coisa?

U2- Não...

Apêndice IV – 3. Transcrição da entrevista do Utente 3

Entrevista Utente 3- 19 de Março de 2019

Utente [REDACTED] – U3

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 15´44 Minutos

E- Como é que te chamas?

U3- [REDACTED]

E- Quantos anos tens?

U3- Tenha já trinta...já vou fazer 36 anos

E- E onde é que tu vives?

U3- vivo aqui em Messines, mas moro fora...não moro dentro da vila, ainda demoro algum tempo para chegar aqui

E- E tu andaste na escola?

U3- Andei...andei

E- Até que ano?

U3- Andei.... por acaso foi numa escola do curso de pasteleiro/cozinheiro/jardineiro....tirei apenas o curso

E- E nesse curso davas bem com os teus colegas?

U3- Ham... dava...dava, pois dava bem

E- Respeitavam-te?

U3- Sim respeitavam.... Eram brincalhões comigo.

E- E onde aprendeste a ler e a escrever?

U3- Por acaso não sei... só sei escrever meu nome

E- Já alguma vez alguém te tratou mal no curso?

U3- Não...não

E- E como era a tua relação com o professor lá do curso?

U3-Era boa... dava-me bem com ele

E- E gostastes de andar nesse curso?

U3- Sim gostei....mas depois acabou...

E- Gostarias de ter estudado outra área se tivesses tido oportunidade?

U3- Sim...pois claro. Agora só ajudo a minha mãe a fazer os recados.

E- Então e já alguma vez tiveste um emprego?

U3- Já tive....numa loja de animais aqui em Messines, onde dava comida aos animais, varria o chão, carregava os sacos de comida, tratava dos animais.

E- Gostastes de trabalhar nessa loja?

U3- Sim gostei, gostei...como já lidei com animais da minha casa estava habituado. Fui pastor e depois fui parteiro. Portanto tive dois empregos.

E- E agora trabalhas?

U3- Agora não... como tenho uma pequena reforma. Mas gostava de ter continuado a trabalhar....principalmente nos bombeiros. Quando posso vou lá ajuda-los...

E- Achas que é fácil para ti arranjar um emprego?

U3- Humm...a coisa até era, e se eu pudesse trabalhava....

E- Falando agora sobre a Casa do Povo, gostas de vir cá?

U3- Como venho poucas vezes de carro... só venho sextas-feiras

E- A Casa do Povo é importante para ti?

U3- Sim...vez em quando venho cá

E- E quando vens cá dás-te bem com os teus colegas?

U3- Dou...Dou, mas de vez em quando há um engraçadinho

E- E dás-te bem com os técnicos?

U3- Sim dou...respeitam-me

E- Eles ajudam-te nas tuas dificuldades?

U3- Sim...têm respeito

E- E no dia-a-dia encontras alguma dificuldade quando fazes alguma tarefa?

U3- Não....não, faço bem

E- E consegues deslocar-te facilmente aos sítios? Tens acesso ao transporte?

U3- Pouco...pouco...aqui em Messines não é muito fácil. Tenho as minhas viaturas...

E- E consegues pagar os teus bens essenciais?

U3- Pago....Consigo

E- Gostas de viver nesta freguesia?

U3- Sim...Sim

E- Quando não entendes alguma coisa à primeira vez as pessoas repetem ou fartam-se?

U3- Não, não...percebem logo

E- E para além da junta de freguesia e da Casa do Povo conheces mais algum sitio onde possas pedir ajuda?

U3- Conheço albufeira...mas mais aqui em Messines

E- Quando pedes ajuda a alguém ajudam-te logo ou tens de esperar muito tempo?

U3- Não...

E- Achas que existem serviços suficientes em Messines?

U3- Aqui em Messines devia haver mais.....é o que há.

E- Como é a tua relação com a tua família? A tua família apoia-te?

U3- É boa.... Sim a minha mãe sempre me apoiou. Já o meu pai é pouco

E- Já alguma vez votaste?

U3- Sim já votei

E- E alguém te ensinou a votar e saber os partidos?

U3- Há um que tem a foice, o girassol, e depois ao lado é só fazer isto assim

E- E sabes o que cada partido faz?

U3- Pois esta parte agora já é mais difícil....

E- Porque é que as pessoas votam?

U3- Pois aí é que está...as vezes as pessoas votam em branco

E- E sentes integrado pelas pessoas daqui?

U3- Sim, Sim

E- Tens algumas dificuldades? Como lidas com os teus problemas?

U3- Bem, bem...lido bem

E- Chegamos ao fim da entrevista, queres dizer mais alguma coisa que não tenhas dito?

U3-Não.

Apêndice IV – 4. Transcrição da entrevista do Utente 4

Entrevista Utente 4- 19 de Março de 2019

Utente [REDACTED] – U4

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 12'30 Minutos

E- Como é que se chama?

U4- [REDACTED]

E- E tem quantos anos?

U4- Não sei... eu não sei ler nem escrever

E- Onde é que vive?

U4- Vivo ali em Barradas perto de Messines

E- Fale-me agora um pouco sobre a sua infância, andou na escola?

U4- Sim, andei na escola, mas depois fugi da escola...ia para a praia. Depois eu fui para um colégio interno

E- Esteve nesse colégio até que idade?

U4- Até aos 21 anos

E- E como foi estar no colégio? Você dava-se bem com os seus colegas? Eles respeitavam-lhe?

U4- Dava bem...sim respeitavam

E- No colégio interno você fazia o que?

U4- Costura, renda, cuidar dos meninos mais novos... e lavar a roupa

E- Dava-se bem com os cuidadores do colégio?

U4- Sim, dava

E- Ajudavam-lhe nas suas dificuldades?

U4- Isso não...

E- Se tivesse a oportunidade tinha continuado a estudar?

U4- Não...eu fui para a escola mas não aprendi muito... a minha cabeça não dava

E- Já alguma vez teve um emprego?

U4- Sim...varrer ruas, lavar loiça e tive em apartamentos a fazer limpezas. Agora estou em casa...não faço nada.

E- Mas está a procura de emprego?

U4- Sim estou

E- E está a ser fácil em procurar emprego?

U4- Aqui não há... só em Albufeira, Portimão. E como não tenho carro não vou

E- Quando trabalhava gostava dos seus colegas e do seu patrão?

U4- Sim, eram boas pessoas

E- Já alguma vez foi maltratada quer no colégio quer no trabalho?

U4- Não, não.

E- O que é que você gostaria de trabalhar? Em quê?

U4- Gostava de varrer ruas

E- Sobre a Casa do Povo, você gosta de estar aqui?

U4- Sim, mas agora não tenho ido, porque tenho uma amiga minha que precisa de ajuda

E- Você acha que a Casa do Povo é importante para si?

U4- Sim... gosto de estar aqui com os meus colegas

E- E porque é que você vem aqui à Casa do Povo?

U4- Vou àquelas coisas... que a [REDACTED] (psicomotricista) pede para ajudar as pessoas do banco alimentar

E- Como é a sua relação com os colegas? São simpáticos?

U4- Sim, são...

E-E como é a sua relação com os técnicos daqui?

U4- Gosto muito da [REDACTED] (psicomotricista)

E- Os técnicos ajudam-lhe quando você tem alguma dificuldade?

U4- Eu não peço nada

E- No dia-a-dia encontra alguma dificuldade.. alguma tarefa que não consiga fazer?

U4- Peço ajuda à minha vizinha para ir ao tribunal... como não escrevo ela ajuda-me

E- Conseguir deslocar-se facilmente aos sítios ou você tem dificuldades no acesso aos transportes?

U4- Não, vou de autocarro e venho

E- E consegue pagar os seus bem essenciais?

U4- humm não...eu estou junta com um rapaz, é ele que paga

E- E gosta de viver nesta freguesia em Messines?

U4- Sim gosto...mas eu pouco venho aqui

E- Quando não entende alguma coisa à primeira vez as pessoas explicam outra vez ou aborrecam?

U4- Não, as pessoas ensinam e eu faço logo à primeira

E- Relativamente aos apoios sociais, para além da junta de freguesia e da Casa do Povo conhece mais algum sítio onde possa pedir ajuda?

U4- Não

E- E acha que existe apoios suficientes ou deveria haver mais serviços aqui em Messines?

U4- Sim

E- E como é a sua relação com as pessoas aqui em Messines? São simpáticas consigo?

U4- Sim são

E- E como é a relação com a sua família?

U4- humm...pouco, eles estão nas vidas deles em Albufeira...não lidam muito comigo

E- Já alguma vez votou?

U4- Já...o presidente daqui, é boa pessoa mas vai embora

E- E precisa de ajuda para votar ou você consegue votar sozinha?

U4- Não, as pessoas dizem para votar naquele e eu voto...

E- E você sabe porque é que as pessoas votam?

U4- É...presidente da junta

E- Mas é para que? Porque é que votam?

U4- São as eleições para ficar...a política eu não percebo

E- Sabe quais são os seus direitos como cidadã?

U4- O meu BI?

E- Os seus direitos? Você tem direito a quê?

U4- Não sei...isso já não sei

E- E sente-se integrada na freguesia?

U4- Sim

E- E tem dificuldades diariamente?

U4- Nada

E- Chegamos ao fim da nossa entrevista, quer dizer mais alguma coisa que não disse?

U4- Não.

E- Muito obrigada pela sua disponibilidade.

Apêndice IV – 5. Transcrição da entrevista do Utente 5

Entrevista Utente 5- 08 de Abril de 2019

Utente [REDACTED] – U5

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 22'57 Minutos

E- Como se chama?

U5- [REDACTED]

E- Qual é a sua idade?

U5- Ai.. a minha idade.. tenho de ver pelo cartão que eu não sei dar a minha explicação

E- Vamos então agora às perguntas....Você andou na escola?

U5- Não.... Quer dizer, desculpa....andei mas tiravam-me para guardar gado e tratar deles. Andei numa casa com outras crianças na praia de mira para os lados de Coimbra...fui la em pequenino...tive no porto no berço dos bebes e depois tive em Sacavém numa casa de gaiatos mais crescidos até aos 20 anos. Não aprendi nada...

E- Neste momento vive a onde?

U5- Agora estou a viver aqui em Messines

E- Nessa instituição de crianças você dava-se bem com os seus colegas?

U5- Ah as vezes...enervavam-se e batiam-me e tal... levei muita porrada de um casal que mandavam na instituição.... Não fui bem tratado

E- Depois dessa instituição o que é que aconteceu?

U5- Saí dessa casa e fui para beja durante um ano meio, onde tive no lar de Santo António...mas tive a trabalhar também, ajudava os pedreiros

E- E quando estava em Beja como era a sua relação com os colegas da instituição?

U5- Mandava vir com muitos...chamava aquilo que eu quisesse, eu enervava-me e eles também comigo

E- E se tivesse a oportunidade gostaria de ter andado numa escola e ter aprendido a ler e a escrever?

U5- Pois a minha prioridade era essa, mas agora neste momento....pronto estou desempregado, trabalhava aqui no Teófilo....agora tenho a reforma de invalidez. O que é que eu fazia...carregava e descarregava barris por cima do camião, carregava alfarrobas...pronto estas coisas.

E- Teve quantos empregos?

U5- Cá no Algarve só tive um emprego no Teófilo em Messines

E- E nesse trabalhos os colegas tratavam-lhe bem? Davam-se bem?

U5- As vezes havia brigas, mas eu era bem tratado...dava-me bem com eles

E- E o patrão era bom para si?

U5- Era porreiro...um patrão espetacular

E- Portanto neste momento tem a reforma de invalidez mas se pudesse continuava a trabalhar?

U5- Agora já não me dão trabalho aqui no Teófilo...não sei porque...mas eu tive a pensar em arranjar aqui um trabalho na junta...já tive um ano e meio a trabalhar na junta, mas com a reforma de invalidez é complicado

E- Relativamente à Casa do Povo, gosta de estar aí?

U5- Eu gosto ficar aqui na Casa do Povo...eles pede-me para ajudar as vezes, mas receber não recebo.... dizem-me que dão o almoço

E- Acha que a Casa do Povo é importante para si?

U5- É importante e eu agradeço muito à Casa do Povo, já me ajudaram muito... mas prontos não posso ficar mais

E- E porque é que veio para aqui?

U5- Antes de vir à Casa do Povo tive num lar de velhos durante uns anos...levavam-me comida à casa e cuidavam de mim

E- E a sua relação com os colegas? É boa... dá-se bem com todos?

U5- É tudo bom

E- E com os técnicos?

U5- Também é igual...eu estou mais fora, só venho as vezes

E- E os técnicos ajudam-lhe quando tem alguma dificuldade?

U5- Sim

E- E no dia-a-dia você encontra alguma dificuldade quando faz alguma coisa?

U5- Saber ler e escrever...de resto consigo, gostava de arranjar um trabalho...mas prontos

E- E consegue ir aos sítios sem pedir ajuda ou tem dificuldade em arranjar transporte?

U5- Tenho dificuldade...gostava de ter uma carta de condução que viesse para a minha casa

E- Consegue pagar os seus bens essenciais?

U5- Aí é muito difícil...ah eu não preciso de apoio... eu venho aqui para qualquer coisa e a Casa do Povo ajuda-me. Gostava pelo menos comprar uma motinha... aí é que precisava de apoio

E- E qual foi o seu motivo para vir morar para o Algarve?

U5- Não tive que vir para o Algarve...mas vim conhecer os meus pais

E- Gosta viver nesta freguesia?

U5- Muito bom, não tenho nada a dizer

E- Quando você fala com as pessoas elas entendam logo à primeira vez?

U5- Entendam aquilo que entenderem...

E- Conhece alguma serviço ou sito onde possa pedir ajuda?

U5- Ah isso não

E- E como é a relação com a sua família?

U5- Olha a minha família... eu não tenho já pai nem mãe....eu cheguei a conhecer a minha mãe, ela foi muito mal tratada

E- Para além do seu irmão, dá-se com mais algum membro da família?

U5- Sim dou-me bem com o meu primo...tenho tias, irmãs, irmãos

E- Preocupam-se consigo?

U5- ah....nunca quiseram me ver, também não cheguei a ver todos...tenho um irmão aqui e um em Boavista

E- Já alguma vez votou?

U5- Já sim senhora

E- E como aprendeu a votar?

U5- É a explicar como os meus colegas fizeram e votam... e como eu votei lá do norte votava também, faço uma cruz e voto

E- E vote em que partido?

U5- Epah eu não escolho partido...olha eu as vezes meto em todos e lá no norte também metia

E- E você sabe para que serve votar?

U5- Isso era uma coisa que eu queria saber, se a senhora explicasse... eu não sei. Eu voto só que não sei escrever nem ler.

E- E sabe quais são os seus direitos?

U5- Eu não sei explicar os meus direitos

E- Sente-se integrado e acolhido aqui pelas pessoas?

U5- Sim... costumam falar comigo

E- E quais são as suas principais dificuldades?

U5- É aprender a ler e a escrever... de resto não vale a pena que vivo bem. E é outra coisa...pronto estou numa casa alugada, quer dizer pago a renda e ninguém me pode arranjar uma casa, por uma porta ou arranjar a casa por dentro...quer dizer estava a pagar e quiseram mais dez euros e esse dez euros ninguém me pode pôr uma porta ou arranjar a casa por dentro....eu faço aquilo que eu posso

E- Pronto chegamos ao final da entrevista quer dizer mais alguma coisa que não se tenha lembrado antes?

U5- Olha só posso dar o meu agradecimento...agradeço muito.

Apêndice IV – 6. Transcrição da entrevista do Utente 6

Entrevista Utente 6- 08 de Abril de 2019

Utente [REDACTED] – U6

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 16'03 Minutos

E- Como é que te chamas?

U6- [REDACTED]

E- E tens quantos anos?

U6- 43 anos

E- Vives onde?

U6- É assim...nós somos de Lisboa mas a minha mãe quis vir para cá por causa da minha irmã... e eu tenho namorado só que nós assim sozinhos e ficamos um bocado coisos e não gostamos nada disto de estarmos separados...ficamos mal e assim nessas coisas. Vivemos perto de Messines na Cumeada.

E- Tu andaste na escola?

U6- Sim

E- Fizeste até que ano?

U6- 9ºano

E- E na escola gostavas dos teus colegas? Relacionavas-te bem?

U6- Nos primeiros tempos sim depois já não...alguns tratavam-me muito mal

E- E sabes porque é que tratavam-te mal?

U6- Mandavam-me com coisas todas ao ar...

E- Portanto os teus colegas não respeitavam?

U6- Sim

E- Dessa vez que foste maltratada informaste a alguém?

U6- Disse mas ninguém fez nada

E- Como era a tua relação com os professores?

U6- Muito boa... andei em várias escolas todas em Lisboa

E- Os teus professores ajudavam-te nas tuas dificuldades?

U6- Sim

E- Gostaste andar na escola?

U6- Sim

E- Se pudesses continuar na escola continuavas a estudar?

U6- Sim que eu gostava de ir para a universidade e aquelas coisas da tuna... nós gostamos muito

E- E já alguma vez tiveste um emprego?

U6- Humm não

E- Já tentaste em procurar?

U6- Nós os dois (está a falar dela e do namorado) andamos numa instituição em Lisboa... fazíamos azulejos, tapeçaria, costura

E- E neste momento o que é que tu fazes?

U6- Nada

E- E estás à procura de emprego?

U6- Humm não, não estamos a fazer assim propriamente nada (está a falar novamente dela e do namorado)

E- Mas gostarias de ter um emprego?

U6- Humm não, porque nós não sabemos o que querer

E- E gostarias trabalhar em que? Qual é a tua área de interesse?

U6- Pinturas, porque a minha mãe é pintora e já um fiz um quadro pequeno

E- Tu vens à Casa do Povo frequentemente?

U6- Já vim mas não gostei muito por causa das pessoas... são deficientes e dei-me mal porque eles eram um bocado chatos

E- Mas já alguma vez foste maltratada por eles?

U6- Havia um que era assim um bocado

E- Achas que a Casa do Povo ajuda as pessoas?

U6- Sim eles dizem que sim, que ajudam aqueles que têm mais problemas, mas para mim isso... não

E- E com os trabalhadores gostastes de estar com eles?

U6- Ah eles foram simpáticos, mas para mim não era assim das coisas que eu gostava mais

E- No dia-a-dia encontras alguma dificuldade nas tuas tarefas?

U6- É assim nós (fala dela e do namorado) gostamos muito de cozinhar, de passear, ir jantar e tratamos da casa...e ele arranja coisinhas, e quem precisar de ajuda nós estamos sempre prontos para ajudar

E- E consegues deslocar-te facilmente? Ou é difícil para ti?

U6- Não, não, não...ando muito bemtenho e gostamos (fala dela e do namorado) muito de andar e passear por Lisboa

E- Consegues pagar os teus bens essenciais e necessidades ou precisas de ajuda?

U6- Se for a fazer uma compra ou se for a um café sim consigo e faço

E- E gostas viver aqui em Messines ou gostarias mais de viver em Lisboa?

U6- Eu gosto mais de Lisboa, porque daqui já gostei mais desta terra e das pessoas, agora já não gosto tanto por estar sozinha sem ele

E- As pessoas daqui da freguesia tratam-te bem?

U6- Sim tratam

E- Quando precisas de alguma coisa conheces algum sítio ou serviço onde possas pedir ajuda para além da Casa do Povo?

U6- Sim...

E- E quando pedes ajuda a alguém ajudam-te logo ou precisas de esperar ainda algum tempo?

U6- Se precisar de ajuda para alguma coisa peço ajuda a ele (namorado) e se ele não estiver peço a outra pessoa

E- E como é a relação com a tua família? Dás bem com eles?

U6- Dou assim um bocado mal, porque...com o meu pai dou-me muito bem e com a mulher com que ele está também. Com a minha mãe dou-me bem, mas assim...tem dias

E- Portanto o teu pai está longe né? Só vives com a tua mãe?

U6- Sim, o meu pai está no norte em paços de ferreira, mas também vem para cá para os tratamentos de hemodiálise

E- Eles costumam preocupar-se contigo?

U6- Muito

E- E a tua família ajudam-te em tudo ou achas que poderiam ajudar-te mais?

U6- Sim, eu aqui há uns dias ali em casa como elas não me ajudam em nada... ele (namorado) apoia-me sempre em tudo, e então quando eu vou na rua tenho que estar sempre a olhar para o chão, porque eu já tive problemas e uma vez caí na rua e sentei-me no chão e vá lá que não fiquei mal, mas já tive que ir ao hospital e fiquei muito mal

E- E alguém ajudou-te?

U6- Não, porque eu caí e sentei-me...e depois levantei-me devagarinho e depois fiquei bem. Eu chamei a minha mãe mas ela não ouviu...

E- E já alguma votaste?

U6- Não

E- E sabes para quê serve os votos?

U6- Ah sei... é por causa da lei, é para votar no partido que depois vai ser eleito

E- E nunca quiseste ir votar?

U6- Humm não...não me interessa e não sou muito disso

E- Sabes quais são os teus direitos de cidadã?

U6- Sim...hum tenho direito de ser independente, de fazer as minhas coisas e de ter a minha vida e assim

E- Sentes acolhida e integrada aqui pela população? As pessoas receberam-te bem?

U6- Sim tenho pessoas que percebem a nossa vida e sabem que nós (ela e o namorado) estamos assim que nos tratam desta maneira e assim

E- E neste momento quais são as tuas principais dificuldades?

U6- Eu para me vestir ou para fazer seja o que for preciso de ajuda, só que há muitas pessoas que não me ajudam

E- A tua mãe não te ajuda?

U6- Só em algumas coisas se eu pedir e se eu disser...mas mesmo assim as vezes não ajuda

E- Chegamos ao fim da entrevista, queres dizer mais alguma coisa que não tenha dito?

U6- Não

E- Muito obrigada [REDACTED] por teres respondido às minha perguntas.

Apêndice IV – 7. Transcrição da entrevista do Utente 7

Entrevista Utente 7- 11 de Abril de 2019

Utente [REDACTED] – U7

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 10'51 Minutos

E- Como é que te chamas?

U7- [REDACTED]

E- Quantos anos tens?

U7- 20

E- E onde é que tu vives?

U7- Ham Mourição perto de Messines

E- Estudaste até que ano?

U7- Até ao oitavo

E- E como era a relação com os teus colegas? Gostavas deles?

U7- Não...andavam sempre a gozar comigo

E- Respeitavam-te?

U7- Não

E- Porque?

U7- Porque andavam sempre a chamar-me nomes e isso....

E- E já alguma vez alguém te maltratou na escola?

U7- Não

E- E como era a tua relação com os professores?

U7- Ah bem

E- E os teus professores ajudavam-te nas tuas dificuldades?

U7- Mais ou menos

E- Gostaste andar na escola?

U7- Sim

E- Se tivesses a oportunidade em continuar a estudar continuavas?

U7- Ahhh...acho que não

E- Porque?

U7- Ah porque depois tive que...por exemplo agora ofereceram-me este trabalho na sala especial e eu aproveitei e vim para cá (Espaço Bussola- Albufeira)

E- Já alguma vez tiveste um emprego?

U7- Já...no prata, andei a carregar leite e águas e descarregar também carrinhas

E- E para além desse trabalho tiveste mais algum emprego?

U7- No estágio também tive no Intermaché... andei a pôr fruta, a pôr a reposição.

E- E neste momento estás a fazer o que?

U7- eu? estou a fazer agora jardinagem

E- E estás a gostar?

U7- Sim

E- Os teus colegas onde trabalhaste respeitavam-te?

U7- No prata sim e no intermaché também

E- E os teus patrões eram bons para ti?

U7- Sim...eram mesmo

E- Já alguma vez foste mal tratado no trabalho?

U7- Não

E- E agora estás a gostar trabalhar na jardinagem ou gostarias fazer outra coisa?

U7- Não, estou a gostar mesmo de fazer jardinagem

E- Achas que é fácil para ti arranjar um emprego?

U7- Não, porque se eu não tivesse este curso (jardinagem) não arranjava emprego tão facilmente

E- E a Casa do Povo tiveste lá quanto tempo?

U7- Haaa... isso já não me lembro

E- Gostastes de estar lá? Tiveste pena em sair?

U7- Sim...tive mesmo pena

E- E aqui no espaço bussola já estás há quanto tempo?

U7- Há 6 meses

E- Do tempo que tiveste na Casa do Povo foi importante para ti?

U7- Muito, porque como eu andei nos treinos de andebol...isso emocionou-me muito

E- Como era a relação com os teus colegas na Casa do Povo?

U7- Era boa

E- E a tua relação com os trabalhadores?

U7- Sim também

E- Os trabalhadores ajudavam-te nas tuas dificuldades?

U7- Sim ajudavam-me muito

E- E que dificuldades encontras no dia-a-dia?

U7- A minha dificuldade? Hamm...deixe-me cá pensar....matemática

E- Consegues fazer as tuas coisas sem pedir ajuda?

U7- As vezes peço ajuda a um colega meu

E- Vives com quem?

U7- Com a minha mãe, com o meu pai, com o meu irmão, com o meu sobrinho e a minha sobrinha e com a minha cunhada também

E- E lá em Messines gostas de viver?

U7- Haa aquilo lá...fogo, aquilo é uma cidade né e eu vivo no campo, como agora estou a habituado a viver no campo, não me ia habituar a viver na cidade

E- Tu consideras que viver no campo é muito isolado ou até gostas estar no campo?

U7- Eu gosto...já estou habituado

E- O que é que acontece quando não entendes alguma coisa à primeira vez, as pessoas repetem ou já não te explicam mais?

U7- Se calhar é as vezes algumas pessoas... eu vou dar um exemplo, há uma pessoa que diz uma coisa para mim e depois eu: haaa desculpe não percebi, e depois a pessoa não quer... então sim já me aconteceu

E- Conheces algum sítio ou algum serviço onde possas pedir ajuda quando és maltratado ou precisas de ajuda?

U7- Conheço...o posto de GNR de Messines, também a junta de freguesia

E- E quando pedes ajuda a alguém, ajudam-te logo ou tens esperar muito tempo?

U7- Eu acho que é...tenho de esperar

E- Como é a relação com a tua família?

U7- Haa boa

E- A tua família apoia-te de que forma?

U7- Ham...eles apoiam sim...eu estou aqui a trabalhar né e eles estão orgulhosos de mim

E- Já alguma votaste?

U7- Já

E- A onde?

U7- Na escola de Messines

E- E sabes para que serve votar?

U7- É para essa pessoa...quem tiver mais votos dessa pessoa é que ganha

E- E porque é que eles precisam desses votos?

U7- A pessoa que ganhar fica logo na junta e as outras que não ganharam não ficam

E- E tu votas só para a junta de freguesia ou também para os partidos políticos?

U7- Sim também para os partidos

E- Sabes quais são os teus direitos como cidadão?

U7- Os meus direitos?... direito ao descanso, um direito também é ter a carta e um carro

E- Gostarias de ter autonomia financeira ou seja teres o teu próprio dinheiro para pagar as tuas coisas, gostavas?

U7- Não, porque isso é muito aborrecido, porque estar acompanhado e depois pagar as coisas aí é mais fácil

E- E sentes integrado e acolhido pelas pessoas de Messines? As pessoas de lá tratam-te bem?

U7- Sim

E- E aqui comos colegas? Já fizeste amizades? eles tratam-te bem também?

U7- Sim já, no primeiro dia tive um bocado timidez

E- E quais as tuas dificuldades que enfrentas no dia-a-dia? Tu consegues fazer as tuas tarefas?

U7- Sim consigo

E- Pronto chegamos ao fim da entrevista, queres dizer mais alguma coisa que não tenhas dito?

U7- Eu gosto de ouvir música

E- Muito obrigada por me responder às questões

Apêndice IV – 8. Transcrição da entrevista da Família 1

Entrevista Família 1- 19 de Março de 2019

██████████ Mãe adotiva do Utente (U7) ██████████ – F1

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 47'23 Minutos

E- Como se chama?

F1- ██████████

E- Quantos anos tem?

F1- Eu...fiz 69 anos, 14 de Janeiro de 1950

E- E o que é que faz neste momento?

F1- Olho pelo ██████████ (filho), porque tem o problema que tem...sou reformada, tenho só a pensão de idoso

E- E vive em que sítio?

F1- Eu vivo no sítio do Mourição perto de Messines

E- Falando agora um pouco sobre o seu filho, ele andou na escola?

F1- Sim, ele andou na escola até ao ano passado, fez o oitavo ano.... Ele agora está onde está para continuar os estudos à mesma... está a tirar o curso de jardinagem, vai dois dias para os apartamentos e o resto fica a fazer o estágio no espaço bussola em Albufeira

E- E quando o seu filho andava na escola ele relacionava-se bem com os outros?

F1- Sim...nunca tive razão de queixa, as vezes revoltava-se muito quando via que estavam a gozar com ele...que eu tenha conhecimento todos gostaram muito dele, nunca tive uma reclamação... estive a fazer também um estágio aqui no intermaché e também toda a gente gostou dele

E- E alguma vez sentiu que o seu filho foi excluído na escola por alguém?

F1- Que eu tenha conhecimento não, porque isso foi sempre uma coisa que eu lhe ensinei...não deixar ninguém fazer pouco de ti e o que se passa na escola seja aquilo que for eu quero saber...não admito que haja ninguém que esteja a fazer pouco de ti além dos problemas que tens, há muitos piores...há outros melhores mas eu não admito

E- Já alguma vez ele teve medo por falar?

F1- Não...que eu tenha conhecimento não

E- E durante a escola e depois quando saiu, os professores sempre acompanharam o seu filho no seu percurso?

F1- Não, não

E- E porque é que acha que isso aconteceu na sua opinião?

F1- Ahh é porque estamos longe, só ajudavam-nos nos dias de escola... tinham autocarros que levavam-no e buscavam...vinha só as vezes para aqui. Tenho uma professora que ainda hoje fala muito no facebook que é a professora Hilda e foi ela que tratou de todo o processo. Também estava a diretora que era a Anabela...ham...no primeiro ano também qualquer coisa ela dizia que ele era muito humilde e muito boa pessoa

E- E como era a sua relação com os professores? Dava-se bem com eles?

F1- Nunca tive nada a dizer....sim dava, nunca fui uma pessoa de andar muito à deles derivado a gente estarmos longe e não conversarmos assim muito, só dizia-lhes...é assim qualquer coisa que se passe eu agradeço estar informada, se estiver tudo bem com ele está tudo bem para mim. Ainda hoje lhe digo...quero que ele respeita as pessoas e quero que ele seja respeitado da forma como ele é...além de ser uma analfabeta soube sempre lhe dar educação

E- E sentiu apoio por parte da escola?

F1- Era muito pouco, apenas duas vezes por semana. É assim...ele não se desloca praticamente para lado nenhum sozinho, ele não sabe fazer uma arroz, ele não sabe fritar um ovo mexido, talvez o erro também seja meu....as vezes obriga-lo a fazer mais coisas mas como ele fica logo muito nervoso não obrigo, mas ele não consegue....quer dizer que ele precisa de ajuda

E- Mas ainda falando sobre a escola, a escola contactava-lhe várias vezes para falar sobre o seu filho e a sua evolução?

F1- Não... para reuniões as vezes...o meu filho dizia-me para ir à escola e assinar uns papeis...quando ia assinar aí eles dizia-me para isso e para aquilo

E- E você incentivava o seu filho para estudar?

F1- Hamm... eu sempre lhe disse e ainda hoje lhe digo....hamm....que ele tem que ler e escrever mais para não se esquecer do pouco que sabe. E às vezes até lhe digo que eu quero que ele vá tirar a carta. E ainda hoje eu lhe digo assim...filho tens que ir estudar, vais aí à net....tenho feito tudo por ele. Ele agora ainda dorme no mesmo quarto que eu durmo.... já andei a pintar outro para ele pegado ao meu, haver se ele se entusiasma mais a estar sozinho e que seja mais autónomo nas suas tarefas.

E- E em relação ao emprego, o seu filho já teve algum emprego?

F1- Sim, teve um part-time aqui à do senhor prata....andava na carrinha, punha as coisas nas prateleiras. Andou no intermaché.... também gostaram muito dele

E- Na procura de emprego a senhora vai ajudar sempre o seu filho?

F1- Sim isso é certo, é sempre

E- Na sua opinião acha que uma pessoa com deficiência é fácil arranjar emprego hoje em dia?

F1- Não, se não é fácil para quem tem estudos, e que é normal quanto mais ele, portanto eu sei que não é fácil. Eu sempre lhe incentivei para arranjar trabalho

E- E sobre a Casa do Povo, você acha que é muito importante a Casa do Povo para o seu filho?

F1- Sim era e é, só que derivado à situação de ele trabalhar não consegue ir, só tem os fins-de-semana para estar em casa e vai de noite para casa durante a semana. Ele gostava muito andar na Casa do Povo...andar no andebol

E- Ao longo do tempo ele tem mostrado progressos quando andava na Casa do Povo?

F1- Sim...quer dizer, há um ano e tal que ele já não vinha aí

E- Quando veio para a Casa do Povo ele foi bem recebido e acolhido?

F1- Ai isso sim, eles gostavam dele... não tenho razão de queixa

E- Portanto sente que a instituição sempre apoiou o seu filho?

F1- Sim senhora

E- E no dia-a-dia você encontra alguma dificuldade quando ele faz alguma tarefa? Ele não faz as tarefas por ter dificuldade ou por preguiça?

F1- É mesmo por causa de ele não estar habituado e depois o que quer fazer, quer fazer depressae depois ele não consegue e cansa-se logo.

E- E a nível dos transportes públicos é fácil para o seu filho deslocar-se aos sítios?

F1- Não, muitas vezes temos de vir de táxi para aqui....nós só temos o autocarro à segunda-feira às 10h30 e depois às 14h30 para regressar e aí paga-se. À quarta-feira temos a carrinha de borla da freguesia às 09h10 e depois às 13h30 para regressar. É o único transporte que temos é isto... eu tenho uma carrinha velha mas não tenho carta

E- O seu filho demonstra interesse em querer ter autonomia financeira?

F1- O meu outro filho que trabalha nas obras, as vezes arranja aqueles trabalhos para o Carlos (utente) ajudar...é um desenrasca, às vezes recebe 25 euros e poupa para as suas coisas

E- Quais são os apoios que conhece que podem ajudar o seu filho?

F1- Não, que tenha assim conhecimento não

E- Em termos de serviços poderia haver mais? Poderia melhorar?

F1- Eu acho que sim...eu tive 10 filhos e cuide-os sozinha....nunca pedi nada ao estado nem à assistente social, mas devia haver mais para estas crianças... devia haver mais qualquer coisa para eles...mais apoios, porque eles coitadinhos não têm culpa de nascerem assim

E- Na sua opinião porque é que acha que aconteceu o abandono por parte da mãe do Carlos?

F1- É assim...a mãe não era pessoa que tenha conhecimento, não era pessoa que embebedasse, não era pessoa que drogasse, mas era uma coisa que não batia bem na cabeça....ela tanto pressa agora estava bem como estava mal...prontos. Porque isto dito mesmo pelo pai do Carlos que ela chegou a bater na sogra e a separação deles foi isso, quando o pai veio-me entregar o menino com 10 meses eu estava a criar uma neta, morreu num acidente com três anos e ele sabia que não veio tapar a falta da outra, mas ele sabia como eu era.

E- E como é a relação com o seu filho? É uma boa relação?

F1- Claro, às vezes há pessoas que me levam a mal, é tudo a realidade....eu gosto do meu filho de igual forma como gosto dos meus filhos biológicos, o amor do meu menino é igual aos outros (começou a chorar)

E- Durante todo o tempo que tem estado com o seu filho já sentiu algum tipo de discriminação por parte das pessoas?

F1- Talvez....não, porque a gente vive num meio pequeno, e além de viver num meio pequeno, tanto os homens como mulher têm muito respeito... qualquer coisa que eu saiba pois eu vou logo pedir satisfações às pessoas para saber como é que foi a situação, ou porque é que disseram aquilo.... Eu sou mesmo assim, não admito que ninguém faça discriminação ao perto do meu Carlos, não escondo os problemas dele... isso nunca escondo. E será derivado a isso que as pessoas conhecem como ele é, mas ninguém vai abusar dele... ele é muito amigo de ajudar as pessoas também, é muito humilde

E- E já alguma vez teve presente numa situação em que o seu filho foi maltratado por alguém?

F1- Não, graças a deus não

E- Se não fosse pelo isolamento que vocês vivem acha que estavam melhores?

F1- Sim...Sim, que ele convivia com mais pessoas, porque nós lá não temos meninos da idade dele... ele não é um rapaz que vá ao cinema ou vá a uma discoteca, eu não o deixo ir sozinho

E- E porque é que sente que não consegue deixa-lo ir sozinho?

F1- É derivado de estar longe, e ter este caminho todo para fazer pelo campo, e agente não sabe o que é que se passa, se fosse uma coisa que estivesse mais ao pé... quando sei que ele está este amigo ou aquele, sei que eles são amigos de confiança, sei que são pessoas que não se metam no que não devam ou mexem no que não devem.

E-Você acha que ele é bem acolhido e integrado aqui na freguesia?

F1- Sim, as pessoas gostam muito dele

E- Quais são as principais necessidades do seu filho? O que é que ele precisava muito neste momento?

F1- Ham as minhas necessidades?... olha era eu acabar as minhas casas lá para ele estar à vontade, arranjar as portas...pronto ele podia estar um pouco melhor

E- Apesar das dificuldades do seu filho, ele consegue supera-las, viver feliz e nada lhe impede?

F1- Não, graças a deus não

E- D. Laurência quero agradece-lhe pela disponibilidade por estar aqui e responder às minhas questões, quer dizer mais alguma coisa que não disse?

F1- Olhe o que eu tenho de dizer é...dá-me muita graça a deus por me terem posto aquele menino no meu caminho... ser humilde para a gente, ser respeitador com as outras pessoas e respeitarem a ele e a mim, e agradeço por tudo o que têm feito por mim. É a única coisa que posso dizer, porque não tenho nada de mal para dizer...e pronto.

Apêndice IV – 9. Transcrição da entrevista da Família 2

Entrevista Família 2- 19 de Março de 2019

██████████ Mãe do Utente (U3) ██████████ – F2

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 32'22 Minutos

E- Como é que se chama?

F2- ██████████

E- E tem quantos anos?

F2- Tenho 57 anos

E- Qual é a sua profissão?

F2- Sou doméstica....eu faço tudo um pouco mas pronto...agora já não, isto está mau

E- Onde é que vive?

F2- Eu vivo aqui em São Bartolomeu de Messines nos Campilhos

E- Agora falando um pouco sobre o percurso escolar do seu filho, ele estudou?

F2- É assim...ele não fez nada, também não houve assim muito esforço para isso...francamente é mesmo assim, se ele tivesse empenhado um pouco mais ele aprendia, porque ele aprende tudo, aprendia a ler e a escrever... eu tentei fazer isso mas a professora lá da primária...que ele teve uma semana complicada, zangou-se comigo e não deixou que ensinasse, ele sabe o nome dele porque eu lhe ensinei, sabe contar que eu lhe ensinei....ham...e não sabe mais porque não me deixou mais ensinar-lhe, se não tinha continuado...mas foi mau de eu ter desistido, eu devia ter continuado porque só assim é que ele tinha aprendido alguma coisa.

E- E ele tirou algum curso?

F2- Sim tirou... um curso de jardinagem dos 17 até aos 21 anos, mas também não é a área dele... é mais os animais

E- Ele relacionava-se bem com os colegas do curso?

F2- Sim... ele fez quatro anos o estágio

E- E alguma vez sentiu que o seu filho foi excluído por alguém?

F2- Ele teve assim...um problema mas não era dele, era a outra pessoa que embirrava com ele e implicava, mas aí é que eu não deixei desistir, disse: não! as pessoas apostaram em ti, acreditam em ti e eu também... ele queria desistir do curso por causa dessa pessoa implicar com ele, e eu disse: não! Não vais desistir do curso, vais continuar até ao fim

E- Como era a sua relação com os professores do curso?

F2- Bem

E- A escola contactava-lhe para falar sobre o seu filho?

F2- Sim, houve uma fase que falou-se nisso, mas não fui eu ...que eu nunca pedi nada a ninguém e não peço, pronto....mas fizeram isso e não foi da minha vontade...asserio não foi mesmo. Era para ele ser integrado numa loja que houve aqui em Messines, mas o Luís não foi nada bem tratado, ele tratou muito mal do Luís a nível verbal e abusava dele no trabalho, aleijou as costas porque levantava sacas muito pesadas e ele queixavas. O Luís é um menino que guarda para ele... e eu também sou assim, guarda para ele e não dizia nada....oh filho eu não estou ao perto de ti e não sei o que está a acontecer , tu é que tens me contar....eu não adivinho.... e ele ficou traumatizado para trabalhar em qualquer lado, é complicado porque ele não confia

E- A senhora incentivava-o sempre para estudar?

F2- Sim, ele tirou o curso...é assim ele depois teve numa escola especial dos 18 aos 21 anos ...ham... havia ali....pronto tem um feitio especial também, é complicado...ele estava um pouco mal naquela escola

E- Acerca do emprego, o Luís já me contou que já esteve a trabalhar, como é que foi essa experiência?

F2- Pois, é isso que estou a dizer...por um lado foi bom para ele desenvolver, disseram-lhe que ele não vai arranjar trabalho em lado nenhum, uma série de coisas ao moço que não interessa para nada

E- Você considera fácil para uma pessoa com deficiência arranjar empego?

F2- Não, não acho porque é assim....isto é uma situação dele e de todos na sociedade, porque há pessoas que ainda não estão integradas nessa situação da pessoa com deficiência... as pessoas não aceitam, eu tenho receio que ele vá para alguém que lhe façam o mesmo. Eu confiei tanto, tenho confiado tanto nas pessoas, que agora estou numa fase que deixei de confiar, confio só em Deus....porque tenho sido muito magoada e ele

também e é muito complicado. Eu costumo dizer eu as pessoas que têm filhos normais deem graças a deus por isso

E- E sobre a Casa do Povo, acha que é importante para o seu filho vir cá?

F2- Sim.... tem situações que eu acho que... só que não tem a capoeira e ele está muito ligado à capoeira, e tem medo que venha aqui e passe horas demais e depois não tem tempo para ir à capoeira...é complicado, ele é muito influenciável

E- E o seu filho desde que está cá tem demonstrado progressos?

F2- Sim... até mesmo quando ele teve cinco anos no BTT e na capoeira também

E- E você acha que a Casa do Povo e os técnicos integraram bem o Luís?

F2- É assim... essa parte... quer dizer em relação à [REDACTED] (psicomotricista) sim, o resto do pessoal não sei porque eu não estou aqui para ver nem ouvir nem nada....não estou aqui perto

E- Sente que a Casa do Povo dá apoio ao seu filho quando têm um dúvida ou dificuldades?

F2- Ah...é assim as dificuldades....embora os tenha tem de continuar com elas, mas não tenho hábito de esclarecer assim muito...olha agora tenho aqui uma coisa que eu realmente preciso esclarecer.... que é assim ele esteve aqui na batocada, a batocada é bom! É tudo bom, eu não sou contra nada, só que há coisas que para ele não dá... se ele tivesse a cabeça como a nossa...vá se conseguisse distinguir o toque da batocada com o outro e não entrasse em conflito com ele, e eu disse à [REDACTED] (psicomotricista): Ai [REDACTED]! Não pode ser mesmo essa parte não...acrobacias ok! porque eles na capoeira também fazem acrobacias

E- No dia-a-dia você encontra dificuldades no seu filho enquanto realiza alguma tarefa?

F2- Ham quer dizer é assim...depende das tarefas, ele faz, levanta-se e trata dos animais. Há coisas que eu digo que não é assim que faz mas não aceita o que digo, ele está a fazer mal mas para ele está a fazer bem... é o cérebro dele que manda assim, o sistema dele não aceita de ele ser repreendido. O luís é complicado obedecer às regras de um patrão, porque o Luís vai fazer o que tem na cabeça... não vai fazer o que a pessoa mandou

E- Em termos de mobilidade e movimentação ele tem facilidade?

F2- Ah isso sim, ele anda na scooter, na bicicleta...

E- O seu filho mostra interesse em querer ter autonomia financeira?

F2- Ele é assim....ele levanta mas tenho que escrever o que é que ele quer, eu escrevo num papel e ele levanta...agora se o mandarem sem papel ele não sabe o que é que vai levantar. Com as horas....ele não sabe as horas. O dinheiro ele já vai conhecendo, essa

parte eu tenho puxado por ele, mas por exemplo o troco, quanto é que ele tem de receber...
essa parte ele não sabe

E- Em relação aos transportes públicos, acha suficiente os transportes que existem aqui na freguesia para que vocês possam deslocar-se a outros sítios?

F2- Ele ia todos os dias a Portimão no autocarro, depois quando teve o estágio era obrigado a ir no comboio. Agora hoje já está mais complicado, porque já há muito tempo que ele não anda de autocarro sozinho e mesmo quando ele vai a albufeira àquilo da capoeira eu tenho de ir com ele.

E- Relativamente sobre os serviços da freguesia, para além da junta freguesia conhece mais algum apoio que possa ajudar o Luís?

F2- Não, não...

E- Quando pedem apoio em algum serviço, têm de esperar muito tempo?

F2- Sim temos esperar e as vezes desesperamos

E- Como é a relação com o seu filho?

F2- A gente tem uma boa relação boa, mas as vezes temos assim umas coisinhas para o esquisito. Eu sou muito pegada a ele e ele é pegado a mim e é muito complicado, porque não tenho privacidade nem me deixa respirar

E- Aqui uma questão importante, você acha que o Luís ao ser tão pegado a si futuramente poderá ser prejudicial, tem medo?

F2- Sim tenho, tenho muita preocupação e as vezes vou-me abaixo por causa disso

E- Você sente algum tipo de discriminação em relação à deficiência?

F2- Muita mesmo, absoluta...eu própria sofri isso, nós todos temos uma deficiência...Há pessoas que dizem coisas horríveis

E- Considera que vocês vivem numa situação de isolamento?

F2- Sim, eu sempre me isolei desde criança (falou apenas do seu passado). O Luís tem a sorte que como tem a bicicleta vai dar uma voltinha por aí

E- E sente que o seu filho é bem acolhido pela população?

F2- Ele tem muitas pessoas, ele vai a todo o lado e as pessoas gostam dele, porque conhecem-no desde pequeno...o Luís é acarinhado pelas pessoas que o compreendem, há pessoas que não compreendem. Eu costumo dizer: quem não tem, não pode compreender

E- E quais são as principais necessidades que encontra no seu filho Luís? E o que é que faz para ajuda-lo?

F2- Eu converso muito com ele...sou muito aberta com ele

E- Bem chegamos ao fim da entrevista, quero-lhe agradecer pela disponibilidade e quer dizer mais alguma coisa que não disse?

F2- Sei lá, há tanta coisa

Apêndice IV – 10. Transcrição da entrevista da Família 3

Entrevista Família 3- 19 de Março de 2019

██████████ Mãe da utente (U6) ██████████ – F3

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista –30´47 Minutos

E- Como é que se chama?

F3- Sou a ██████████

E- E tem quantos anos?

F3- 77 anos

E- E o que é que faz neste momento?

F3- Agora estou reformada, fui professora de ensino secundário...tive 4 anos a dar aulas também no especial

E- onde é que vive?

F3- Vivia em Lisboa, agora estou na Cumeada perto de Messines

E- Falando agora um pouco sobre o percurso escolar, como é que foi a Inês na escola? Ela tirou até que ano?

F3- Até ao 9ºano

E- E como é que foi a sua adaptação na escola? Ela relacionava-se bem com os colegas?

F3- Ela começou no infantário e detetou-se logo a deficiência dela. No infantário teve sempre uma professora que lhe dava muita atenção e fazia um programa especial para ela. Depois foi para um colégio inglês e teve um problema de epilepsia e pronto...teve que sair lá, porque não era muito adequado o espaço. Hamm.... quando entrou na primária consegui que a aceitassem numa turma especial....e pronto fez a quarta classe, depois continuou num colégio também e fez até ao 9ºano, mas naquele programa do ministério para deficientes que dão até ao 9ºano e pronto para ali... é o diploma de frequência.

E- Como é que foi o relacionamento dela com os colegas?

F3- Ela relacionava-se bem, mas os amigos começavam por ser muito simpáticos no principio do ano...logo a seguir começavam a abusar dela, faziam dela o bobo da festa.

Até para comer ela tinha que sentar perto das funcionárias, porque se não era judiada... isto foi assim até ao 9ºano

E- E alguma vez sentiu que a sua filha foi excluída por alguém na escola?

F3- Pelos colegas sim... pelos professores não, exceto quando entrou na escola primária que ele queria que ela fosse para a classe especial e a professora recusava-se mete-la na classe especial, porque já tinha muitos alunos e não podia ser mais...mas por fim arranjei uma maneira

E- Como é foi a adaptação da sua filha na escola em relação às suas dificuldades?

F3- Sim, quer dizer ela foi sempre muito ajudada, principalmente, em casa porque inclusivamente pusemos a dar-lhe aulas em casa uma professora do ensino especial...aquilo foi uma tourada muito grande, ela não aceitava a professora... a professora não conseguia fazer nada com ela. Finalmente nós fomos à psiquiatria em Júlio de Matos, e com o acompanhamento de uma psicóloga em um ano conseguiu ler e escrever e só não começo a contar, porque houve um desentendimento entre o pai e a psicóloga e ela teve que sair

E- Durante e depois da escola os professores da Inês preocupavam-se sobre o seu percurso?

F3- Sim...mas repare nenhum conseguiu pô-la fazer nada direito, só foi assim um desossego. A Inês tem Borderline, tem muitos quistos no cérebro...nasceu com isso

E- Quando a Inês andava ainda na escola como era a sua relação com os professores?

F3- Eu não andava a chatear os professores, eu confiava nele....pronto eu ia busca-la todos os dias, todos os dias metia um pouco conversa com a professora

E- E você incentivava a Inês para estudar? Ajudava-lhe?

F3- Sim, sim...ela tinha os trabalhos de casa e eu ajudava

E- Gostaria que ela tivesse continuado com os estudos?

F3- Eu gostava, mas a rapariga realmente não conseguia fixar, ela só fixa aquilo que lhe interessa. Hamm....é muito fechada e muito lenta em tudo....a pensar, a falar, a comer, a vestir, não tem noção das horas ou não quer ter

E- A sua Inês já teve um emprego?

F3- Foi para uma instituição em Lisboa...quando ela entrou lá havia salas com diversas atividades e ela acabou por estacionar na atividade de azulejaria... ela tem dificuldade nos movimentos finos

E- E já a ajudou em procurar um emprego ou incentiva-la?

F3- Eu tentei, mas não havia nada capaz para ela

E- Ela mostra também vontade em procurar?

F3- Não...

E- Na sua opinião é fácil para uma pessoa com deficiência ter um emprego?

F3- Não é nada fácil, depende da deficiência e da capacidade da pessoa, e da vontade que ela tem de realizar qualquer coisa

E- E porque é que acha que não é fácil?

F3- Ninguém está para isso, ninguém está para aturá-los...até a família

E- Falando agora um pouco sobre a sua vinda à instituição como é que foi?

F3- Viemos para cá e eu cheguei a pô-la numa Santa Casa da Misericórdia de paços de ferreiras....só que era apenas para velhinhos, pronto é um lar...não têm absolutamente mais nada nem para os velhos nem para os novos. Mas como tinha liberdade de sair e estava acompanhada pelo namorado que também é deficiente, piravam-se para passear... é isso que gostam e que são capazes de fazer... gostam imenso de conversar. A Inês até não é burra

E- Ela já não está cá na Casa do Povo?

F3- Ela não está aqui porque não quer estar na presença dos outros deficientes... porque ela não quer ser deficiente

E- E já tentou explicar-lhe de outra forma a sua deficiência?

F3- Várias vezes, mas ela nega. Ela ainda veio para aqui, ainda foi para a piscina...ela não desgostava da piscina mas como ela é muito lenta e está habituada que apapariquem. Hamm... como ela tinha que andar depressa e não podia andar ao ritmo dela não quis ir mais à piscina....tem de ser como ela quer

E- Das poucas vezes que ela esteve aqui mostrou alguns progressos?

F3- Não, não teve tempo para nada

E- Neste momento ela está a ser acompanhada por quem ou o que é que está a fazer?

F3- Agora não está a fazer nada

E- Como é que é a vida social da Inês?

F3- Ela gosta muito de conversar...ela e o namorado ao dois juntos, passeiam por todo o lado, só que o namorado também tem deficiência e viveu muitos anos connosco na minha casa, acontece que a família dele apoiou-se muito em mim, por isso a partir de agora eu não tomo mais a responsabilidade pelo Rui, porque não posso por duas razões....ganho pouco e sou reformada , os pais dele não me davam dinheiro

E- Se a Inês continuasse na Casa do Povo haveria resultados positivos?

F3- Se ela estivesse mesmo inserida num grupo de deficientes....se tivesse numa atividade profissional como ela já esteve na cerâmica ela até aderiria, mas saltitar tarefa em tarefa não agrada muito... ela precisa de se concentrar, precisa do seu tempo.

E- No dia-a-dia você encontra dificuldades enquanto ela realiza alguma tarefa?

F3- Ela faz as suas tarefas, é autônoma mas não gosta muito de colaborar em casa, depende do humor dela

E- E Você incentiva-a

F3- Eu? Eu as vezes nem faço que é para ela fazer...eu digo: ou comes se fizeres, ou não comes porque eu não te faço, já tem que ser assim. Quando é assim ela acaba por fazer, está sempre dependente a mim

E- No ponto de vista de mobilidade ela tem autonomia motora?

F3- Sim, mas tem pouca força e pouca destreza como disse

E- E alguma vez a Inês manifestou em querer ter autonomia financeira?

F3- Ela já teve, o pai pôs-lhe sempre na mão um cartão de multibanco com o dinheiro que ela tem direito, então ele põe um tanto por semana no cartão, só que ela deixa o namorado resolver essas questões, dava o dinheiro...não tem consciência do dinheiro

E- Em relação à rede de transportes públicos, é suficiente para vocês?

F3- Eu tenho carro, mas a Inês como não sabe as horas e não cumpre as horas, fica um bocado baralhada com os transportes públicos, se for necessário ir de transporte a maior parte das vezes com certeza ela não chega aos sítios...porque o dia dela ativo começa já à tarde quando as coisas estão a fechar

E- A nível dos serviços, para além da junta de freguesia e da Casa do Povo, quais são os apoios sociais que você conhece?

F3- Não sei, não conheço

E- Na sua opinião o que é que poderia ser melhorado?

F3- Eu não sei, mas por exemplo as escolas em si poderiam ser um foco de informação disso, mais do que a junta de freguesia...para mim acho que a escola é que teria melhor essa função

E- Como é que é a sua relação com a Inês?

F3- (silêncio) Ela é muito pegada a mim, mas eu tenho que ter muita paciência...é um treino de paciência fantástico

E- Você tem receio com o futuro dela?

F3- Tenho...muito, mas o que é que eu hei-de fazer, onde é que eu hei-de encaixar que ela esteja segura....primeiro porque ganho pouco, e essas coisas pedem muito dinheiro, as instituições

E- E de que forma apoia a sua filha diariamente?

F3- Estamos ali....trabalhamos uma ao lado da outra em casa, é a alimentação, o vestuário, é a companhia, é puxar por ela para ver se ela faz, se mexe neste momento e pronto

E- Sente algum tipo de discriminação em relação à deficiência em si?

F3- Olhe.... (silêncio) eu própria tenho escolhido os amigos que a aceitam, se não aceitam não posso ter...ou então é ter uns amigos que não a julgam

E- E já alguma vez esteve presente nua situação onde a sua filha Inês foi maltratada?

F3- (silêncio) olhe eu acho que... realmente a única vez que me recordo assim que ela foi maltratada foi a tal professora primária que se recusou e estava ali...parecia humm....tive que me armar em má

E- Considera que a sua filha e você estão muito isoladas ou excluídas?

F3- A Inês também se exclui, ela própria exclui. Quando ela sente que as pessoas a aceitam e que a ouvem...tudo bem ela até conversa e tem uma conversa até com lógica, é lenta e muito preguiçosa mas não é estúpida

E- Relativamente à população como é que foi o acolhimento perante à Inês?

F3- Olhe em geral acolheram bem...hamm ela esteve cá com o namorado também, ainda esteve cá uns meses, ele mete um bocado o pé na argola....é metediço, ele conversa a mais e a certa altura cria muitas confusões

E- Na sua opinião acha que se ele não tivesse na vida da Inês seria melhor para ela?

F3- Neste momento ele acaba por não ajudar muito na vida da Inês, porque ela serve-se dele como bengala...quando ela precisa de alguma coisa ele faz-lhe como um criado dela

E- Quais são as principais necessidades da Inês?

F3- Quer dizer é uma questão de sobrevivência... ter uma casa onde possa estar, ter uma alimentação adequada, ter algum apoio para vigiar a saúde dela, porque ele precisa diariamente da medicação... não podemos deixar na mãe dela, precisa de um acompanhamento consciente

E- Chegamos ao fim da entrevista, quer dizer mais alguma coisa que não disse?

F3- Não, acho que está tudo dito

E- Obrigada pela sua disponibilidade em responder às questões

Apêndice IV – 11. Transcrição da entrevista da Família 4

Entrevista Família 4- 08 de Abril de 2019

██████ Mãe do utente ████████ (não foi entrevistado) – F4

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista –17'58 Minutos

E- Qual é o seu nome?

F4- ████████

E- Qual é a sua idade?

F4- 40 anos

E- E a sua profissão?

F4- Empregada de limpeza

E- Onde é que vive?

F4- Aqui em Messines

E- Falando agora um pouco sobre o percurso escolar do seu filho Diogo, ele fez até que ano?

F4- Vai fazer até ao décimo ano

E- Ele agora está em que ano?

F4- Nono, está a passar para o décimo e depois acaba, não quer saber mais...

E- Na escola ele relaciona-se bem com os colegas?

F4- Tem ali uma dificuldades às vezes (riu-se)

E- Na sua opinião qual será a razão?

F4- Ele sempre foi um rapaz que é muito dono do seu nariz e depois com a separação dos pais ele ficou muito revoltado

E- E alguma vez sentiu que o seu filho foi excluído na escola pelos colegas ou professores?

F4- Sim foi...o meu Diogo tem muitas dificuldades e quando começou a ter os professores começaram por excluí-lo. Mas agora como já tem os 18 anos já vai sendo mais homem com mais possibilidades....

E- Ele fica muito magoado? De que forma lida com a situação?

F4- Ele não me diz nada, guarda para ele

E- No dia-a-dia encontra alguma dificuldade no seu filho enquanto ele faz alguma tarefa?

F4- É preguiçoso, e as vezes tem aquela maneira de fazer as coisas muito lenta

E- E a mobilidade consegue andar bem com autonomia?

F4- Sim consegue

E- E ele demonstra interesse em ter autonomia financeira?

F4- Sim mostra às vezes, por isso é que ele agora como vai fazer os 18 anos quer ir trabalhar, já não quer saber da escola

E- Em relação aos transportes públicos é suficiente para o Diogo? Ele consegue ir a qualquer sítio?

F4- Sim consegue, desenrasca-se

E- Conhece algum serviço aqui em Messines que possa pedir ajuda para o Diogo?

F4- Tenho aqui a Casa do Povo... quando ele teve aquela fase um bocado terrível a [REDACTED] (psicomotricista) ajudou-me

E- E o que é que poderia ser melhorado sem ser a Casa do Povo?

F4- Olha isso é que eu não sei o que te responder

E- Como é que é a relação com o seu filho?

F4- Um bocadinho faísca, mas damos bem um com o outro

E- E sente algum tipo de discriminação em relação à deficiência do Diogo?

F4- Humm não, os professores é que apanharam assim um choque fatal no início...

E- E alguma vez teve presente numa situação em que o seu filho foi maltratado?

F4- Nunca, soube mas com não tenho transporte... só tenho uma motinha, mas sabia através dos professores que atinha acontecido aquilo. Foi só maltratado por um colega que o obrigou a experimentar a tomar... (substâncias)

E- Considera que vocês vivem numa situação de isolamento/exclusão aqui na freguesia ou sentem-se integrados?

F4- Sentimos integrados

E- Na sua opinião quais são as necessidades do seu filho neste momento?

F4- Não há nada de ... pronto ele agora é que vai abrir os olhos para a vida, é o que eu lhe digo

E- Chegamos ao fim da entrevista, quer dizer mais alguma coisa que não disse?

F4- Não, está tudo

E- Muito obrigada pela sua disponibilidade e por responder às questões

Apêndice IV – 12. Transcrição da entrevista do Técnico 1

Entrevista Técnico 1- 19 de Março de 2019

Técnica [REDACTED] (Psicomotricista) – T1

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 23´34 Minutos

E- Como é que te chamas?

T1- [REDACTED]

E- Qual é a tua idade?

T1- 32 anos

E- Qual é a tua profissão?

T1- Sou Psicomotricista

E- E onde é que vives?

T1- Aqui em Messines

E- Falando agora um pouco sobre o percurso escolar dos utentes, consideras que a escola apoia as pessoas com deficiência após o ensino obrigatório?

T1- Não, nada

E- Porque é que achas que isso acontece?

T1- Primeiro, porque Portugal, o nosso país no geral, não tem ainda uma visão muito grande do apoio que tem de ser dado a estas pessoas, portanto há a obrigatoriedade e depois da obrigatoriedade parece que já não tem obrigação nenhuma. E depois as pessoas também não têm essa sensibilidade nem os conhecimentos necessários para saber que tipo de respostas é que pode acontecer depois de saírem da escola... tem que ser muitas vezes os pais a procurar esses recursos, porque até os professores...secalhar os pais tentam informar-se com os professores e os professores nem sabem aconselhar, secalhar em dez professores dois têm essa sensibilidade e esse conhecimento. Acho que tudo passa por falta de interesse das pessoas e pela formação que lhes é dada que é quando estão na escola...têm que ser acompanhados porque depois da escola ninguém se preocupa com eles

E- Os utentes que acompanha na Casa do Povo considera que fizeram uma boa transição pós-escolar?

T1- Não, todos eles saíram da escola e ficaram um pouco no vazio, alguns foram logo encaminhados enquanto estavam na escola e daí foram encaminhados para alguns cursos de instituições, por exemplo na Cracep em Portimão. Temos também algumas pessoas

que foram para a Existir em Loulé... estes prontos já estavam no local certo, mas outros saíram da escola e a partir daí tiveram que ser os pais a preocupar-se encontrar um sítio para eles... os que conseguiram encontrar, nem todos conseguiram

E- Na tua opinião achas que eles são preparados na escola para as atividades da vida diárias?

T1- Não, presentemente já há mais esse cuidado tendo em conta que nós temos aqui muitos jovens adultos, hamm.... Não estes não foram preparados. Presentemente os mais novinhos que temos com nove/dez anos na escola já há algum cuidado para isso, os outros não

E- Relativamente ao percurso profissional, os utentes que estão desempregados eles interessam-se e estão incentivados na procura de emprego?

T1- Poucos

E- Quais são os motivos dessa desmotivação?

T1- Tem a haver com hábitos, toda a vida viveram dependentes de um subsidio e tem a ver também com a forma como as coisas estão montadas. Agora com a nova prestação social de inclusão já vem um bocadinho mudar isso, mas eles também não têm a informação suficiente, e já têm 30 e tal anos para trás de um regime antigo em que eles recebiam uma pensão por deficiência ou por invalidez e a partir do momento em que fossem trabalhar perdiam essa pensão, e muitas vezes eles conseguiam um contrato de um mês ou dois...acabava-se esse contrato e não tinham dinheiro do contrato nem o dinheiro dessa prestação, tinham de voltar a pedir tudo...ficavam muitos meses sem rendimento, ou seja, isso dá medo às pessoas para procurar um trabalho, porque eles têm um medo de perder aquela pensão do pouco que seja, sabem que todos os meses a recebem e vão fazer um contrato têm medo de não ser suficientemente bons e que o patrão os despeça ou que depois não renova o contrato e eles não tenham nada

E- Considera que existe falta de abertura no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência?

T1- Sim completamente, principalmente aqui que vivemos num meio muito pequeno, em que as pessoas com deficiência se procurarem trabalho aqui dentro deste meio, onde toda a gente os conhece e conhece realmente as limitações não lhes vão dar trabalho. A não ser por exemplo aqui na Casa do Povo temos outra abertura desde há muitos anos que temos aqui trabalhadores com deficiência, mas em qualquer outro...supermercado, numa loja não lhes dão. Agora hoje em dia as grandes superfícies já têm essa visão, acho que até têm algum tipo de obrigatoriedade. E já saiu também a nova lei que as empresas têm

que ter alguns trabalhadores...uma percentagem de trabalhadores com deficiência, mas isso num meio pequeno isso nunca vai acontecer

E- Em relação ao percurso institucional, os utentes que entraram na Casa do Povo adaptaram-se nem às atividades?

T1- Nem todos, porque muitos deles hamm....como tinha dito são adultos de 30 e tais 40 anos e são pessoas que toda a vida foram independentes dentro das suas capacidades, e tinham rotinas...sair de casa, ir para o café ou ir fazer um biscate para fazer 1€ ou 2, e ao estarem na Casa do Povo impede que eles façam isso. Eles não valorizam por estarem aqui ou poucos valorizam por estar aqui como ser benéfico para eles, eles acham que vêm para aqui para nos fazerem um favor a nós por estarem aqui, não consideram....apesar de vermos e de mostrarmos muitas vezes que estão a ter evolução ham...mas são velhos hábitos, eles preferem ir ganhar um 1€ do que estarem aqui uma manhã connosco

E- E desde que trabalhar com estes utentes tem deparado alguns progressos?

T1- Sim, sim... em todas as pessoas conseguimos ver evolução , conseguimos ver por exemplo uma rapariga que a nível motor que não tinha qualquer coordenação, tinha medo de descer escadas, agora é uma das melhores atletas da ginástica adaptada. Conseguimos ver por exemplo o Paulo que era um rapaz que não comia sozinho quase ninguém percebia o que ele fala, ele agora tem conversas na rua e já desenrasca para comer sozinho hamm...temos outras pessoas que trabalhamos são essencialmente rotinas, mudanças de hábito, eram pessoas que ficavam dormir até ao meio dia se fosse preciso, agora já se levantam e às nove horas estão aqui connosco...implementar também uma alimentação mais saudável, hábitos de vida...uma caminhada, e hábitos de higiene. Nestas coisas vimos resultados e secalhar trabalhamos um ano inteiro para ver um pequeno resultado, mas conseguimos ver

E- Os utentes demonstram interesse e motivação em participar nas atividades que são propostas pela Casa do Povo?

T1- Neste momento o grupo que nós temos já são muito assíduos e esse já demonstram sim, já gostam e já sentem falta, e se nós encerramos no verão 15 dia eles já sentem falta. Alguns que aparecem vez em quando só porque não têm nada para fazer e esses não têm interesse, só vêm aqui passar o tempo. Agora os que vem com frequência diariamente sim têm interesse e percebem que isto lhes faz bem e gostam

E- E na sua opinião qual é o motivo destes utentes frequentarem a Casa do Povo?

T1- Grande parte frequente, porque a família os incentiva para isso, e neste momento o grupo assíduo é um grupo que tem uma família por trás que lhes consegue dar motivação,

e as famílias reconhecem...primeiro preferem que eles estejam aqui do que estejam na rua, que era o que muitos casos acontecia hamm...e depois eles começam por exemplo começam ir para a piscina, aprendam a nadar, isso é uma motivação. Jogam andebol...vão competições fora é outra motivação, há alguns que não sabiam ver as horas e agora já sabem, ficam motivados com isso...ou aprender a trabalhar com o dinheiro, outros vêm só porque de vez em quando vão almoçar de graça ou porque vão passear. Portanto cada um tem a sua motivação, mas neste momento todos têm alguma motivação

E- A nível das acessibilidades quais são as principais dificuldades que os utentes se deparam?

T1- Eles aqui até não têm assim humm...prontos eles têm dificuldades a nível de transportes...na verdade o maior entrave que eles têm é sempre o financeiro, e é isso que impede que eles cheguem a muitos sítios, porque a nível de acessibilidades eles até não têm assim muitas dificuldades. Este tipo de pessoas que nós temos aqui...são pessoas que...pronto não têm grandes limitações que os impeça de conseguir concretizar alguma atividade ou alguma deslocação

E- Os utentes demonstram interesse em ter autonomia financeira?

T1- Sim, sim, isso é praticamente o objetivo principal de todos, mas é contraditório porque...desejam muito isso mas depois também não querem ir trabalhar

E- A atual rede de transportes públicos é suficiente para os utentes que encontram isolados da freguesia?

T1- Não, não a atual rede de transportes é uma limitação para nós conseguirmos chegar a várias pessoas e Messines é uma freguesia muito grande e nós só chegamos às pessoas daqui do centro da vila. Conhecemos casos de pessoas que estão muito distantes...muitos distantes nem se quer é muitos distantes de 20 a 30Km, secalhar é distantes de 6 a 7 Km que para virem a pé já é muito e que não têm transportes. E se tiverem algum transporte também têm que pagar por exemplo um táxi...fica muito dispendioso para virem cá diariamente. Eles só vêm na altura de virem buscar os alimentos e pouco mais. Não há um autocarro com frequência, se eles quiserem vir cá de manhã secalhar tinham que apanhar o autocarro das sete e só chegavam a casa outra vez às seis da tarde, porque há um autocarro para lá e outro para cá...é muito fraca a rede de transportes

E- A nível dos apoios sociais considera que os utentes têm fácil acesso aos bens essenciais e aos serviços?

T1- Eles têm fácil acesso e nós também facilitamos muito isso...portanto aqui em Messines eles são privilegiados, porque há uma grande ligação entre a Casa do Povo,

entra a junta de freguesia, entre o centro de saúde, entre a segurança social e criamos aqui um elo de ligação que facilitamos muito isso, muitas vezes eles nem tem que fazer nada que nós tratamos de tudo, eles só têm que ir assinar, hamm... eles sabem a quem recorrer, portanto precisam de ajuda vêm aqui, mas eles também conseguem por iniciativa própria...lá está o dinheiro é o que mais os move. Portanto se eles sabem que podem ir aumentar um bocadinho a pensão eles vão à segurança social, vão à camara, vão a todo o lado para terem os apoios e quando não conseguem...realmente recorrem muito ao presidente da junta ou aqui à Casa do Povo, pedem muito ajuda

E- E acredita que estas pessoas poderiam ser mais apoiadas?

T1- Sim, a nível do estado estas pessoas podiam ser apoiadas...eu acho que é já o que se está a tentar criar agora com a nova prestação social da inclusão. No entanto essa prestação nem foi muito divulgada e ainda tem uma série de contornos que as pessoas nem estão adaptadas e afinal dá para uma situação, não dá mesmo para a outra...e era dito assim e afinal já não é, mas prontos. O que nós queremos é que eles sejam independentes, se dermos uma pensão a vida toda eles vão ser sempre dependentes dessa pensão, portanto quando a segurança social atribuiu uma pensão deveria haver também por trás um trabalho para que realmente estas pessoas com essa pensão consigam ser independentes, se lhes é atribuído...e temos aqui alguns casos por exemplo que lhes é atribuído uma casa porque não vivem com condições...deveria ser algo temporário mas eles acabam por ficar lá a vida toda, hamm...portanto é atribuída uma pensão ou é atribuído por exemplo o rendimento social de inclusão que deveria ser uma coisa temporária e eles vivem daquilo enquanto puderem...não há um trabalho dos técnicos por trás para lhes dar...aquilo que deveria ser um meio para chegar a um fim e eles utilizam aquilo como um fim...nem lhes é explicado que com aquele dinheiro eles têm que tentar sair daquela casa, têm que procurar trabalho, têm que melhorar a sua imagem. Portanto eu acho o que faz falta é os técnicos explicarem às pessoas que têm que fazer por si, que não podem viver daquele subsidio a vida toda ou daquela ajuda a vida toda

E- A nível da família, na sua opinião as famílias dão o apoio suficiente aos utentes?

T1- Não, quer dizer, temos famílias que dão muito apoio que até dão apoio excessivo que se tornam extremamente protetores e que não os deixam avançar, têm tanto medo que eles...é como fossem bebés eternos, ficam agarrados àquilo e as famílias...como ao fim ao cabo eles são muito dependentes acabam por se agarrar àqueles filhos como fossem uns bebés para sempre. E depois temos as famílias que não os ligam, temos casos que têm famílias próximas e essas pessoas vivem numa casa que dá “dó” tanto a nível de condições

da habituação como a nível de higiene, como a nível de tudo....e as famílias não lhes ligam hamm....e são bastante próximas. Temos outros que nem têm família...são pessoas que vierem de longe e que as famílias estão no norte, e nunca mais visitaram as famílias. É difícil ter aqui um meio-termo...temos aqueles que não lhes ligam nada, temos alguns menos que lhes ligam muito e temos alguns que as famílias também têm problemas....não tem uma deficiência tão...ou não têm uma deficiência, não se pode dizer que tem uma deficiência mas têm falta de conhecimentos, têm falta de estimulação e então também não os sabem ajudar. As famílias não compreendem que aquele filho tem uma deficiência que precisava de apoios, não reconhecem que é o filho com deficiência com problemas e então não os dão apoio que deveriam dar

E- As famílias contactam os técnicos com frequência para falar sobre a evolução dos utentes?

T1- Não, as famílias contactam os técnicos se alguma coisa correr menos bem, por exemplo estas famílias muito protetoras contactam-nos se o filho chegar a casa magoado com uma nodoa negra, porque caiu no jogo...contactam-nos se dissemos que ia haver uma atividade que custava 5€ e depois pagaram 5€ e a atividade não aconteceu, mesmo que tenha se decidido que a atividade vai ser repostada aí contactam-nos logo, hamm....só nos contactam para este tipo de situação, nunca recebemos um contacto a perguntar: como está...evoluiu, não evoluiu, o que é que estão a trabalhar, o que é que eu posso fazer em casa para vos ajudar, nunca!

E- Tecnicamente quais são as principais dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores destas pessoas?

T1- Olha é precisamente isto que estamos a falar... é perceber que eles são responsáveis, dar-lhes essa responsabilidade, perceber que o trabalho que nós fazemos aqui de manhã não é nada visto do trabalho que poderiam fazer à tarde e à noite, e ao fim de semana e o tempo todo em casa, precisamente eles perceberem que aquele filho precisa de outro tipo de apoio que não seja só comida e a roupa lavada, hamm...e muitos é perceber que está ali uma pessoa, não é só alguém que recebe uma pensão para irem buscar a pensão, é o perceberem que alguém precisava de uma orientação, que precisava dos cuidados de higiene, precisava de uma preocupação. Nós temos pessoas que a motivação delas de virem para cá é aqui lhes ser dado a atenção, que é coisa que não têm em casa

E- A nível da inclusão sente que os seus utentes são discriminados fora da instituição?

T1- Completamente, e já nem tanto. Nós precisamente para contrariar isso numa fase inicial deste projeto todas as semanas íamos beber café a um sítio diferente daqui da vila

e fazíamos de propósito...eles entravam primeiro que nós técnicos e assim que eles entravam eram escorraçados, e a seguir nós entrávamos e as pessoas ficavam assim um bocado embasbacadas: Ah! Sim eles estão convosco desculpem, desculpem! E muitos deles chegaram a dizer é a primeira vez que eu me sento num café, porque eles sentavam num café ou numa pastelaria, assim que eles sentavam alguém ia lá dizer olhe...não os deixavam entrar ou diziam para se levantarem, se os serviços eram no balcão não podia ser um cliente igual aos outros.

E- Considera que algum utente vive em situação de exclusão ou isolamento?

T1- Sim, sim hamm....não posso dizer que vivem todos mas muitos sim... não são pessoas que não...aliás só são....se alguém dentro da vila ou dentro da comunidade fala deles é para gozar com eles... é chamado só para gozar ou então para explorarem: olha preciso carregar aqui um móvel tu tens força faz lá isso! e eles vão porque se sentem: olha alguém se lembrou de mim sou útil....e afinal só estão a ser explorados

E- No que toca à cidadania na autonomia social das pessoas com quem trabalha o que é que acredita poder ser diferente?

T1- Eles não têm muita consciência da cidadania, não sabem que têm muitos direitos, aliás se eles soubessem todos os direitos que têm enquanto pessoas portadoras de deficiência... se tivessem essa consciência....eles só sabem que têm direito a uma pensão, não sabem que têm muitos mais direitos que na verdade têm. Hamm...portanto também não têm compreensão para entender os direitos que têm, mas se houvesse realmente uma entidade perto dessas pessoas para lhes dar essas informações e realmente os apoiarem, e não é só dizerem: olha tens este direito, é ajuda-lo a ter realmente esse direito...não me serve nada a dizer: compras um bilhete de comboio e tens direito a desconto, se depois ele nem sabe comprar um bilhete de comboio, enquanto vai comprar o bilhete de comboio ninguém lhe diz que tu és deficiente e tens desconto. Portanto é dar-lhe o conhecimento, mas também ajuda-lo pelo menos numa fase inicial em obter esses direitos.

E- Em que coisas os utentes demonstram mais interesse em saber? Como por exemplo fazer um currículo, ir votar, etc

T1- Não! Nós nas eleições até tivemos a questionar na altura das eleições...quem tinha votado, quem é que já tinha votado...alguns nunca votaram nem percebem muito bem a questão dos votos. Levarem um cartão de cidadão também não sabem interpretar, tanto que alguns das atividades que fazemos com eles é precisamente preencher impressos...não sabem preencher o número de cidadão, não sabem sequer que têm um cartão de cidadão, da segurança social, e também nunca tiveram esse interesse, porque lá

está desde pequenos foram considerados uma carta fora do baralho que a opinião deles não servia para muito... eles cresceram com isso e agora também não têm interesse. Salvo secalhar aqui dentro deste grupo uma pessoa, um rapaz vítima de acidente....portanto tinha outra vida antes em que a opinião dele contava, tinha um grupo de amigos, tinha os seus direitos e ele agora faz questão de os continuar a ver, é secalhar o único caso e porque é uma pessoa que se interessa, é mais culto, interessa-se por estar a par da atualidade

E- Os utentes estão consciencializados sobre a sua deficiência?

T1- Não...

E- De que forma é que lidam com ela?

T1- Os que estão consciencializados sobre a deficiência são secalhar os dois casos de...os rapazes que foram vítimas de acidente de viação...um deles aceita muito bem a deficiência, o outro rejeita e fica revoltado se dissermos que ele é deficiente, portanto hamm...são os dois a mesma situação acidente relativamente jovens, tinham uma vida “super” normal de um jovem...um ficou revoltado e o outro aceitou e faz para viver bem dentro da condição que tem e o outro faz para alterar tudo o quanto pode, porque não aceita que é deficiente. Hamm...as outras situações eles nem têm bem a consciência que são deficientes, alguns dizem que não têm força nas pernas, os outros dizem que a cabeça antes era boa e agora não sabem porque é que a cabeça não está muito boa, mas não têm grande consciência

E- Quais são as principais necessidades dos utentes? E o que é que faz para solucioná-las?

T1- Todos têm necessidades tão diferentes... eu acho que não há assim uma necessidade global, secalhar era realmente isto que estamos a tentar fazer, lhes dar alguma ocupação e puxar por eles...estimula-los mas depois cada um tem a sua necessidade em particular...alguns têm a necessidade principalmente do carinho, do afeto e da atenção, outros têm a necessidade de trabalharmos com eles a questão da autonomia na alimentação para puderem ir a um café, pedir um café e beber sozinho. Outro têm a necessidade sei lá... de aprender a apanhar um autocarro para poder ir a casa sozinho sem os pais terem que fazer grandes deslocações para vir busca-los. Portanto todos têm necessidades muito particulares e nós aqui não vamos ver por exemplo.... vamos dedicar a ensinar-lhe a escrever...é uma necessidade verdade, mas secalhar a maior necessidade para ela realmente é apanhar o autocarro, então é mais isso que dedicamos. Nós tentamos sempre perceber dentro do ambiente da pessoa, dentro das muitas necessidades quais são as que fazem mais sentido de serem trabalhadas

E- Chegamos ao fim da entrevista Nádia, quer dizer mais alguma coisa que não disse?

T1- Acho que não, não me lembro agora assim de nada

E- Muito obrigada pela disponibilidade e por responder às questões

Apêndice IV – 13. Transcrição da entrevista do Técnico 2

Entrevista Técnico 2- 08 de Abril de 2019

Técnico ■■■ (Auxiliar de Serviço Social) - T2

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista –23´55 Minutos

E- Como é que te chamas?

T2- ■■■■■

E- Tens quantos anos?

T2- 46 anos

E- Qual é a tua profissão?

T2- Humm...aqui na Casa do Povo estou como técnico/auxiliar de Serviço Social?

E- Onde é que vives?

T2- A 7 Quilómetros de Messines

E- É fácil teres acesso aos transportes?

T2- Tenho de ter transporte próprio

E- Relativamente ao percurso escolar das crianças com deficiência, achas que a escola apoia os alunos após o ensino obrigatório?

T2- Eu não tenho um grande conhecimento nessa área, mas eu sinto que as escola de uma forma geral têm muitas dificuldades de dar respostas às pessoas com Necessidades Especiais...não tendo contacto direto com esse público-alvo que sai nessa altura não posso dar concretamente uma resposta de sim ou não. Mas sim de uma forma em geral uma grande falta de apoio nesse sentido. Esta falta de apoio....ainda é muito novo, ainda é muito experiencial, ainda não se tem métodos e resultados concretos, ainda se estão a fazer muitas experiências...crianças com incapacidade integradas em turmas “normais” ou não integradas, professores que vão para dentro da escola para acompanhar uma criança dessas. Parece-me que ainda estamos numa fase muito embrionária do que é que a educação pode dar como resposta às pessoas com necessidades especiais

E- E os utentes que acompanha acha que foram preparados para as atividades da vida diária na escola?

T2- Não sei, mais uma vez não sinto a escola com grandes capacidades para isso

E- A nível profissional os utentes que estão desempregados consideras que eles estão interessados e incentivados em procurar emprego?

T2- Acho que há aqui um misto, há pessoas que ficam dependentes dos subsídios e dos apoios e que o emprego dessas pessoas é isso né, porque ter subsídios e apoios dá trabalho...há muita burocracia e tu tens que estar sempre a dar respostas. Mas também há pessoas que também procuram autonomia e a autonomia pode ser neste caso por exemplo ter um emprego e ter o seu rendimento, e dessa forma ganhar autonomia...na verdade eu acho que nós aqui nos nossos utentes temos ambos os casos, temos pessoal que estão um bocadinho encostados, temos pessoas que teve a oportunidade e procurou ter oportunidade se integrar no mercado de trabalho por exemplo

E- Considera que existe falta de abertura no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência?

T2- Já foi pior, porque agora já há apoios sociais para empresas que empregam pessoas portadoras de incapacidade...na verdade já há por lei que as empresas têm que ter uma percentagem, ainda assim não sei se será suficiente...por um lado estas pessoas também precisam de formação para irem a determinados empregos, por outro lado também há muitos casos que eu conheço, tenho alguma proximidade, também sei que...por exemplo a junta de freguesia tem duas pessoas que são utentes daqui do projeto, que elas vão para lá e passam lá o dia, não que elas estejam a ganhar dinheiro por estar lá, mas estão ocupadas. Secalhar não teriam capacidade para terem um emprego...aquelas pessoas específicas, porque isto também varia muito... há pessoas que têm a mesma...por exemplo as questões da doença mental, temos aqui utentes que têm a mesma doença mas que são pessoas diferentes e que têm reações diferentes. Portanto haverá pessoas que secalhar terão capacidade de integrar no mercado de trabalho, outras secalhar nem tanto, mas ainda assim acho que mais uma vez ainda é muito embrionário

E- Os utentes que entraram na instituição adaptaram-se bem nas atividades?

T2- Sim, na sua maioria sim, tivemos um caso ou dois de pessoas que vieram, experimentaram e não conseguiram adaptar-se e acabaram por não continuar

E- Da vossa parte de que forma trabalham essa adaptação?

T2- A adaptação fazemos com tempo, porque também temos conhecer as pessoas, temos conhecer nas propostas que nós temos o que é que elas gostam e já se podem integrar por sua vontade. Temos por exemplo o caso do clube da batucada...há pessoas do Sorrir M que só vêm depois da hora da batucada porque não querem tocar, então elas só vem depois

daquela hora e nós adaptamos sim no sentido que: ok! A Ana não gosta da batucada, então temos que ter ou um plano B para ela, ou fazemos duas atividades em paralelo por exemplo. Mas voltando um bocadinho ao foco da pergunta. Eu acho que depende um pouco também das pessoas...tivemos uma pessoa que veio cá, teve duas semanas e desistiu logo: Não isto não é para mim! Nem deu tempo para nós conseguirmos tentar adaptar qualquer coisa para poder motivar a pessoa a continuar no projeto

E- Desde que trabalha com os tentes tem deparado alguns progressos?

T2- Sim, temos visto bastante progressos, hammm...a vários níveis e depois mais uma vez temos que fazer uma observação individualizada, porque cada pessoa têm graus diferentes, têm dificuldades diferentes, portanto aquilo que eles também estão a superar e a conseguir fazer melhor estão em patamares todos diferentes e distintos....então é difícil dar essa comparação, mas posso dar te o exemplo do clube da batucada, que no início era muito mais difícil de fazer músicas com eles e agora é muito mais fácil, eles agora já têm uma série de noções musicais e requer coordenação motora também, hamm...que no início não conseguíamos tocar a música que estamos a tocar agora. Portanto, musicalmente mostra que houve uma evolução e a música é muito imediata nessa perceção

E- Na sua opinião qual é o principal motivo que leva estas pessoas estarem na Casa do Povo?

T2- Pela questão da sociabilização com certeza, porque senão também há muitas destas pessoas que se não tivessem aqui durante o dia no projeto secalhar passavam o dia sem ver ninguém ou ter pouca interação. Não teriam as oportunidades de interagir com a comunidade, porque o projeto em si tem muita interação com a comunidade, logo à partida eu acho que isto também acaba por ser uma força que os motiva a vir ao projeto é que eles sabem que aqui acontece qualquer coisa. E de uma forma em geral todos eles são muito participativos e gostam das propostas que nós temos, até temos alguma sensibilidade em perceber quando as coisas não estão a funcionar bem, de mudar, de questionar, de serem eles também a opinar sobre o que eles gostariam. Portanto, sentimos que o nosso trabalho aqui também acaba por ser esta força de atração que os vai levando a que em vez de ficarem em casa sem nada para fazer naquele dia sabem que aqui há algo, que eles podem vir e que têm atenção e estão em conjunto, e que há pessoas que se preocupam com eles. E isso no fundo é o que todos de nós seres humanos precisamos, de um aconchego, de uma empatia

E- No dia-a-dia quais são as principais dificuldades que encontra neles?

T2- Não sei, talvez dificuldades nas questões da autonomia... são sempre as questões mais pertinentes, porque lá está é transversal a todos apesar de cada um estar num nível diferente. Há utentes que por exemplo têm uma mobilidade sem qualquer nível de incapacidade, mas que depois não conseguem gerir por exemplo a forma como gastam o seu dinheiro, enquanto por exemplo outros casos de pessoas que têm dificuldades brutais em termos de mobilidade que lhes afeta a autonomia por exemplo até para se vestirem, mas que depois conseguem gerir a sua vida de outra maneira. Portanto, eu diria que a autonomia é sem dúvida mesmo transversalmente de forma geral o grande desafio que todos aqui tentamos superar

E- Os utentes manifestam em querer ter autonomia financeira?

T2- Vai dar àquela conversa do início... temos casos de pessoas que procuraram e que estavam aqui com o intuito de melhorar a sua situação para chegar a um ponto da autonomia financeira, como temos pessoas que preferem continuar a ficar com o subsídio e se tiverem mais subsídios e mais trabalho para manter os subsídios melhor

E- A atual rede de transportes públicos é suficiente para os utentes desta freguesia?

T2- Pois, nós nem fazemos bem a ideia da quantidade de pessoas que não vêm para o projeto pelas questões da autonomia de mobilidade, sendo que Messines é uma freguesia bastante alargada em termos de território, têm muita população a viver dispersamente à volta do centro urbano no campo e nós não chegamos a todos com certeza, se nós tivéssemos uma capacidade de transporte de ir buscar e levar pessoas provavelmente teríamos... que já estarão identificadas, não tenho esses dados mas imagino que já temos pessoas identificadas que não conseguem chegar por causa da questão da autonomia, até temos um caso particular da Rafaela que é uma utente do projeto que nós tivemos de organizar com os autocarros para quando houvesse os autocarros passavam perto da casa dela, falávamos com o senhor motorista, tínhamos a coisa organizada com o transporte público, depois mudou os horários, mudou as tabelas, mudou o sítio da estação complicou completamente a mobilidade desta pessoa, que tivemos nós de arranjar uma forma de transporta-la à casa todos os dias ao fim do dia. Portanto... nós sabemos que a questão dos transportes públicos é muito fraca em termos de resposta que podia dar às pessoas para termos mais utentes no projeto

E- Considera que os utentes têm fácil acesso aos bens essenciais e aos restantes serviços?

T2- Nós temos os serviços centralizados em Silves que à partida é uma chatice, porque qualquer coisa que se queira fazer um pouco mais burocrático já não se faz aqui. Nós tivemos aqui um problema na distribuição dos alimentos em que de repente as pessoas

tinham que ir todas para silves, 20 e tal pessoas beneficiários do programa do apoio alimentar, tinha que ir para Silve tratar dos papéis todos e nós conseguimos que viesse uma técnica da segurança social cá em vez das pessoas terem que ir lá. Portanto a Casa do Povo faz um papel brutal em termos de...”despachar” as coisas, de mobilizar, de dar uma resposta de procurar uma solução para todos.

E- E acredita que estas pessoas poderiam ser mais apoiadas? Se sim, porque e como?

T2- Ainda não tenho tempo suficiente para ter essa perceção, ainda estou a tentar perceber tudo isto que nós fazemos e que nós nos envolvemos. Como respostas deviam ser mais apoiadas, mas também há o outro lado que as pessoas também precisam de procurar mais e dar mais a sua energia para que isso aconteça, porque muitas vezes acontece que...as pessoas sabem que os apoios vão chegar: então não vou fazer! Vou ficar à espera, faço o mínimo porque assim garanto que tenho aqui...mas temos situações de pessoas quase ficavam aborrecidas ter vir cá trazer um papel para continuarem a receber os alimentos mensais que recebem

E- A nível familiar, na sua opinião as famílias dão o apoio suficiente a estes utentes?

T2- Algumas sim dão bastante apoio, algumas não e há um trabalho também de profundidade a fazer com as famílias que nós estamos a perceber que temos intervir mais a nível das questões da família

E- Acha que o trabalho que é feito aqui é continuado em casa?

T2- Em alguns casos sim, em alguns casos não, depende do utente para utente que nós conhecemos os casos particulares de cada um. Aqui e isto é um bocado ingrato para o teu estudo é muito difícil a gente generalizar estas coisas

E- As famílias contactam a vocês técnicos para falar sobre a evolução do utente?

T2- Pouco, normalmente somos nós que abordamos estas questões e que contactámos as famílias para dar esse feedback. Vejo muito mais aqui os técnicos a tentarem chegar às famílias, do que as famílias a tentarem chegar a nós

E- E tecnicamente quais são as principais dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores destas pessoas?

T2- Eu acho que o grande estigma social são as próprias famílias que criam esse estigma...é muito complexo estar a avaliar isto porque são questões que é difícil de ver só num prisma, temos que olhar para vários prismas, porque por exemplo as pessoas com doença mental foram pessoas que tiveram ataques e que só foram diagnosticados a partir do momento que tiveram o ataque, e tiveram o ataque na casa dos seus familiares. Por causa desse ataque ficaram com medo e então eles lidam com a própria família pela

experiência que teve de um momento de partir tudo à sua volta, as famílias acabaram por se refugiar um pouco e tentarem proteger-se e dizerem: epah! Não quero mais isto na minha casa. Então estas pessoas vivem fora da casa dos familiares. As famílias aceitam mas não no seu espaço privado. Por outro lado há outros casos, por exemplo há um rapaz que anda aqui na vila, toda a gente chama o maluquinho, tem comportamentos muito desviados socialmente, e o estigma é que a família abandona um bocado, porque a situação dele não é muito bem aceite na própria comunidade e então como ele tem um papel na comunidade, que é um bocado gozado, a própria família refugia-se disso e isto afeta as relações

E- Sentes que os utentes são discriminados fora da instituição?

T2- Eu acho que já foram muito mais, eu acho que o projeto mudou bastante, o projeto mostrou que estas pessoas na comunidade também podem ter um papel ativo, podem ser pessoas normais perante a condições diferentes, apesar que ainda falta muito trabalho para isto mudar realmente, porque isto é um trabalho de continuidade com uma profundidade de anos, não se muda a mentalidade de uma comunidade em relação ao estigma social em várias semanas, precisamos secalhar de uns quantos anos...mas está melhor

E- Considera que algum utente vive em situação de exclusão ou de isolamento social?

T2- Sim, alguns deles sim

E- No que toca à cidadania e à autonomia social das pessoas com quem trabalha no que acredita pode ser diferente?

T2- É eles continuaram a terem estas oportunidades da instituição e continuarem este trabalho...um trabalho de continuidade como lhe disse antes... seguramente eles estarão cada vez mais próximos de quebrar o estigma, de serem reconhecidos socialmente. Agora com a batucada começamos a fazer animações aqui no carnaval, e de repente as pessoas começaram a ver a batucada como uma coisa que faz música e música até soa bem, e depois são aquelas pessoas que tinham esse estigma e que consideravam aquelas pessoas como os “maluquinhos” da vila, mas agora estão a ter um papel social ativo que fazem parte daquela orquestra. Portanto isto são tudo pequenos passos

E- Por fim, considera que os utentes estão consciencializados sobre a sua deficiência? Se não, de que foram lidam com ela?

T2- Eu acho que sim, porque à partida estas pessoas estão todas diagnosticadas...eles sabem. Bem depende do nível de capacidade que eles têm. Temos por exemplo uma miúda com trissomia 21 que duvido que ela tenha consciência da sua condição na totalidade, mas depois temos outros utentes que sim, até porque eram pessoas “normais”

que sofreram acidentes e ficaram com questões de mobilidade reduzida, eles têm muita consciência e muitas vezes demonstram essa revolta dessa consciência que têm por não conseguir sequer fazer as coisas mais rápidas ou chegar mais longe com as suas dificuldades de autonomia, porque é um trabalho que estamos sempre a reforçar, sempre com um trabalho de profundidade

E- Chegamos ao fim da entrevista, quer dizer mais alguma coisa que não mencionou?

T2- Não

E- Muito obrigada pela disponibilidade em responder às minhas questões

Apêndice IV – 14. Transcrição da entrevista do Técnico 3

Entrevista Técnico 3- 08 de Abril de 2019

Técnica [REDACTED] (Psicóloga Clínica) – T3

Entrevistadora- E

Duração da Entrevista – 15´54 Minutos

E- Como é que se chama?

T3- [REDACTED]

E- E quantos anos tem?

T3- 38 anos

E- Qual é a sua profissão?

T3- Psicóloga Clínica

E- E onde é que vive?

T3- Albufeira

E- A nível do percurso escolar, considera que a escola apoia esses alunos com deficiência após o ensino obrigatório?

T3- De todo, de maneira alguma

E- Os utentes que acompanha considera que fizeram uma boa transição pós-escolar?

T3- Pois isso é um bocado subjetivo...na vida real a maioria não tem emprego...só nas instituições realmente por exemplo como a Casa do Povo onde isso é incluído e hoje em dia já algumas instituições têm esse protocolo a nível de inclusão, aí sim é inserido agora de resto....muito dificilmente arranjam um emprego

E- Considera que os utentes estão preparados na escola para as atividades da vida diária?

T3- Hoje com a nova lei que existe que ainda não está bem implementada, aí acredito que com o decorrer dos anos daqui a uns três/quatro anos...agora não

E- Os utentes que estão desempregados você vê que estão interessados em procurar emprego? Se não, quais são os motivos dessa desmotivação?

T3- Se for para alguma instituição sim, são motivados para....agora se estiverem em casa e realmente não tiverem um acompanhamento nesse sentido não. Aqui na Casa do Povo são incentivados. Na Casa do Povo são incentivados...têm essa motivação para....aliás nós temos aqui alguns que têm protocolos com a segurança social inclusiva e que estão a trabalhar nas nossas condições

E- Considera que existe falta de abertura no mercado de trabalho para estas pessoas com deficiência?

T3- Sem dúvida, as pessoas não estão preparadas para isso, é muito complicado. Mesmo havendo alguma abertura, por exemplo aqui na instituição é muito difícil e todos os dias acontece alguma coisa, porque as pessoas não estão habituadas a falarem com estas pessoas, com algumas deficiências querem elas motoras sejam quais forem...e não conseguem entender...para eles nós temos de ser todos “normais”

E- Os utentes que entraram na instituição adaptaram-se bem às atividades ou senão de que forma é feita essa adaptação?

T3- Normalmente adaptam-se bem, o maior problema aqui são as famílias, porque as famílias têm muitos receios, muitos medos e muitas vezes os utentes não fazem mais porque as famílias não deixam

E- Desde que trabalha com estes utentes tem deparado progressos e evolução?

T3- Sim sem dúvida...a nível social, a nível de inclusão, a nível cognitivo também...as vezes é difícil mas tentamos de alguma forma combater isso também, fazemos vários jogos, várias estratégias

E- Os utentes demonstram interesse e motivação em participar nas atividades que proponham?

T3- Sim, lá está...eles demonstram interesse e motivação, as vezes não têm logo aquela abertura: Ai! Sim vou, mas são motivados e depois vão...depois acaba por haver uma interrupção às vezes dita pela família, isso existe muito em alguns casos

E- Na sua opinião qual é o maior motivo de eles virem para a instituição?

T3- São pessoas muito isoladas, são pessoas que não têm ninguém...depois os pais vão trabalhar a maioria deles, há outros que temos aqui casos adultos também. Temos aqui um caso por exemplo que tem um pai apenas presente e ele vive sozinho, e isto é um meio de passar o tempo

E- No dia-a-dia quais são as principais dificuldades que encontra neles?

T3- A nível social e a nível emocional, porque eles não conseguem gerir muito bem as emoções...a maioria deles tem muita dificuldade. Temos aqui um caso que trabalha na cozinha e ela muitas das vezes leva a mal o que é dito pelas outras senhoras que estão lá a trabalhar, porque é pedido para fazer desta forma e ela acha que elas estão simplesmente a gozar. Pronto lá está a nível da interpretação, a nível emocional, o gerir aquilo é muito difícil porque são coisas básicas mas que eles não entendam da mesma forma

E- E os utentes manifestam interesse em ter autonomia financeira?

T3- Manifestam, o problema é gerir o dinheiro

E- A atual rede de transportes públicos é suficiente para os utentes que se encontram mais isolados daqui da freguesia?

T3- Podia haver mais, é difícil deslocarem-se com facilidade. Eu acho que nós aqui temos uma rede de transportes que podia ser mais ampla

E- Considera que os utentes têm fácil acesso aos bens essenciais e restantes serviços?

T3- Aqui até têm, mas o problema é que as vezes...o centro de saúde aqui não suficiente, eles têm que ir ao hospital, depois para o hospital eles não têm meio transporte pra puder ir, mas depois também têm facilidades e têm muita ajuda da junta de freguesia. A esse nível nós até estamos a gerir as coisas muito bem. Se tivessem sozinhos secalhar aí já era bem mais difícil

E- Acredita que estas pessoas poderiam ser mais apoiadas? Se sim, por quem e como?

T3- Pois, elas poderiam ser mais apoiadas em tudo, podia haver mais apoios a nível de apoio financeiro...eles acabam por receber muito pouco. A nível da saúde também, um maior facilitismo a nível de acesso, porque se eles não tivessem nesta instituição era bem mais difícil ter esse acesso. Também a nível social, a nível de emprego, se houvesse mais empresas que aderissem à inclusão seria mais fácil

E- A nível familiar, as famílias dão apoio suficiente aos utentes? Se não, porque?

T3- Algumas dão, outras não. Foi o que disse à pouco, as famílias têm muitos receios e medos, elas sabem que aqui até estão bem mas depois acabam por fechar um bocadinho as portas

E- As famílias contactam os técnicos para falar sobre a evolução dos utentes?

T3- Não, os técnicos é que contactam com maior frequência

E- E tecnicamente quais são as principais dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores destas pessoas?

T3- Na minha opinião há muitas, mas a principal é realmente os medos e os receios, porque eles estão a evoluir e conseguem chegar aos nosso objetivos, só que depois nós

temos a porta fechada, porque por exemplo um está a jogar ao futebol adaptado, cá é aleija-se... cair faz parte e a partir do momento que ele cá então a mãe diz: não, não já não vai mais! porque o meu filho não pode aleijar

E- Sente que os utentes são discriminados fora da instituição?

T3- É que isto é um meio pequeno, aqui secalhar não tanto porque as pessoas já se conhecem. Em certos casos sim há pessoas que vêm e levam a mal certas coisas, mas aqui... pelo menos que eu tenha conhecimento não me parece de todo, secalhar se fosse fora da cidade seria diferente

E- E considera que algum utente vive em situação de exclusão/isolamento social?

T3- Eles acabam por viverem isolados sim, porque não têm amigos... a população não exclui, mas entre ásperas acaba por excluir e a interação não existe, só existe relação aqui entre os colegas

E- No que toca à cidadania e à autonomia social o que é que poderia ser diferente?

T3- Podia se fazer tanta coisa, mas eu acho que mudar estas mentalidades é muito difícil, podia-se fazer ações de formação, imensas coisas. Mas isto tem muito haver a forma como vemos as coisas, por isso... aliás eu não estou a desacreditar da cidadania mas eu acho que é difícil mudar os cidadãos todos. Por isso é que eu acho que se houvesse mais instituições e mais empresas aí sim conseguimos mudar alguma coisa. Agora os cidadãos que me estava a perguntar no geral é difícil mudar mentalidades

E- Você considera que os utentes daqui estão consciencializados sobre a sua deficiência?

T3- Têm, a maioria deles têm

E- E dos que não têm de que forma lidam com a deficiência?

T3- Há quem fique frustrado tendo em conta daquilo que têm, mas depois acabam por lidar. Mas aqui também temos um serviço de psicologia a nível individual, eles acabam por conseguir também falar e isso é muito bom

E- Quais são as principais necessidades dos utentes? E o que é que faz para solucioná-los?

T3- É muto a nível social, emocional, relacional... eles têm muita dificuldade, a onde existe mais conflitos é aí. Eu gero mais a parte emocional, cabe me a mim essa parte

E- Chegamos ao fim da entrevista, quer dizer mais alguma coisa que não tenha lembrado antes?

T3- Não, acho que não

E- Quero então agradecer pela disponibilidade em responder às minhas questões

Apêndice V – Categorização das entrevistas

Apêndice V – 1. Categorização das entrevistas dos utentes

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	IDENTIFICAÇÃO
A - Perfil do entrevistado	Dados pessoais dos entrevistados	Idade e Género	U1- 41 (em tom de brincadeira não quis revelar a sua idade); Masculino U2- 27; Feminino U3- 36; Masculino U4- 54 “Não sei...eu não sei ler nem escrever”; Feminino U5- 45 “Ai.. a minha idade.. tenho de ver pelo cartão que eu não sei dar a minha explicação”; Masculino U6- 43; Feminino U7- 20; Masculino	
		Local onde vive	U1- “Eu vivo na aldeia ruiva em campilhos de São Bartolomeu de Messines” U2- “Aqui perto de Messines” U3- “Vivo aqui em Messines, mas moro fora...não moro dentro da vila, ainda demoro algum tempo para chegar aqui” U4- “Vivo ali em Barradas perto de Messines” U5- “Agora estou a viver aqui em Messines” U6- “É assim...nós somos de Lisboa mas a minha mãe quis vir para cá por causa da minha irmã (...). Vivemos perto de Messines na Cumeada” U7- “Mourição perto de Messines”	
B-Percurso Escolar	Ano de escolaridade	Não sei ler nem escrever	U1- “A minha vida da escola foi um pouco complicada.... eu não sei ler nem escrever e não é vergonha de dizer (...) a minha vida na escola foi uma infância muito triste” U3- “Por acaso não sei... só sei escrever meu nome”	U1, U3
		Escolaridade Incompleta	U2- “Eu tenho o 9ºano mas não tenho completo” U4- “Sim, andei na escola, mas depois fugi da escola...ia para a praia. Depois eu fui para um colégio interno (...) até aos 21 anos”	

		U5- “Não... Quer dizer, desculpa...andei mas tiravam-me para guardar gado e tratar deles. Andei numa casa com outras crianças na praia de mira para os lados de Coimbra (...) e depois tive em Sacavém numa casa de gaiatos mais crescidos até aos 20 anos. Não aprendi nada...” U6- “9ºano” U7- “Até ao oitavo”	U6, U7
	Andei num curso	U3- “Andei... por acaso foi numa escola do curso de pasteleiro/ cozinheiro/ jardineiro... tirei apenas o curso”	U3
Relação com os colegas	Boa relação	U2- “Normal, dava-me bem com todos” U3- “Ham... dava...dava, pois dava bem” U4- “Dava bem (...)”	U2, U3, U4
	Não me respeitavam	U6- “Nos primeiros tempos sim depois já não...alguns tratavam-me muito mal (...) mandavam-me com coisas todas ao ar...” U7- “Não...andavam sempre a gozar comigo (...) andavam sempre a chamar-me nomes e isso...”	U6, U7
	Os colegas respeitavam	U2- “Sim respeitavam-me” U3- “Sim respeitavam... Eram brincalhões comigo” U4- “(...) sim respeitavam”	U2, U3, U4
Relação com os professores	Boa relação	U2- “Era boa” U3- “Era boa... dava-me bem com ele” U6- “Muito boa...andei em várias escolas todas em Lisboa” U7- “Ah bem”	U2, U3, U6, U7
	Os professores ajudava-me muito	U2- “Ajudavam-me muito” U6- “Sim”	U2, U6
	Ajudavam mais ou menos	U4- “Isso não...” U7- “Mais ou menos”	U4, U7
	Gostava de continuar a estudar	U3- “Sim...pois claro. Agora só ajudo a minha mãe a fazer os recados” U5- “Pois a minha prioridade era essa, mas agora neste momento...pronto estou desempregado (...)” U6- “Sim que eu gostava de ir para a universidade e aquelas coisas da tuna (...)”	U3, U5, U6

		Não sei se continuava a estudar	U1- “Não... Não. Não era capaz, e eu vou lhe dizer porque não era capaz (...) eu tenho ataque epilepsia, tenho a minha doença (...) Não tenho memória suficiente para superar e estudar (...)” U2- “Secalhar” U4- “Não...eu fui para a escola mas não aprendi muito... a minha cabeça não dava” U7- “Ahhh...acho que não”	U1, U2, U4, U7
C- Percurso Profissional	Experiência profissional	Sim já trabalhei	U1- “Já, Já. Já trabalhei aqui em Messines no Teófilo Fontainhas (...) tive mais empregos.... aí uns 3 ou 4 (...) fui para Tavira.... tive lá um 1 ano e 6 meses a tirar um curso de jardinagem. Era da distribuição dos barris. Eu ia distribuir lá para Albufeira, Vilamoura” U2- “Sim, já estive a trabalhar aqui na Casa do Povo na cozinha durante 2 meses” U3- “Já tive...numa loja de animais aqui em Messines, onde dava comida aos animais, varria o chão, carregava os sacos de comida, tratava dos animais. Fui pastor e depois fui parteiro. Portanto tive dois empregos” U4- “Sim...varrer ruas, lavar loiça e tive em apartamentos a fazer limpezas” U5- “(...) trabalhava aqui no Teófilo (...) carregava e descarregava barris por cima do camião, carregava alfarrobas (...)” U7- “Já...no prata, andei a carregar leite e águas e descarregar também carrinhas (...) No estágio também tive no Intermaché...andei a pôr fruta, a pôr a reposição”	U1, U2, U3, U4, U5, U7
		Não estou a trabalhar neste momento	U1- “(...)estou reformado por invalidez da minha incapacidade e dos ataques... Fazer alguns biscates posso fazer mas não um trabalho de muito tempo” U2- “Não, estou em casa” U3- “Agora não... como tenho uma pequena reforma. Mas gostava de ter continuado a trabalhar...principalmente nos bombeiros. Quando posso, vou lá ajuda-los...” U4- “Agora estou em casa...não faço nada” U6- “Hummm não, não estamos a fazer assim propriamente nada” (está a falar novamente dela e do namorado)	U1, U2, U3, U4, U6

		Nunca trabalhei	U6- “Humm não (...) Nós os dois (está a falar dela e do namorado) andamos numa instituição em Lisboa...fazíamos azulejos, tapeçaria, costura”	U6
Integração no mercado de trabalho		Não é fácil arranjar um emprego	U1- “Não, eu nunca me desmotivei, sempre fui boa pessoa... (...) antes era fácil de arranjar um trabalho (...) só que hoje em dia (...) ninguém me quer dar um trabalho derivado a minha doença... tu és assim, tu és assado e as pessoas têm medo” U2- “Mais ou menos” U4- “Aqui não há... só em Albufeira, Portimão. E como não tenho carro não vou” U7- “Não, porque se eu não tivesse este curso (jardinagem) não arranjava emprego tão facilmente”	U1, U2, U4, U7,
		Até era fácil ter emprego	U3- “Humm...a coisa até era, e se eu pudesse trabalhava....”	U3
		Estou a tentar procurar emprego	U2- “Pois...sim” U4- “Sim estou” U5- “Agora já não me dão trabalho aqui no Teófilo...não sei porque...mas eu tive a pensar em arranjar aqui um trabalho na junta... já tive um ano e meio a trabalhar na junta, mas com a reforma de invalidez é complicado”	U2, U4, U5
		Área de interesse	U1- “(...) ainda quero tirar um curso de pasteleiro, é o meu sonho!” U2- “Qualquer coisa...na cozinha...varrer ruas também. Agora estou a espera que o presidente me chame para trabalhar na junta de freguesia” U4- “Gostava de varrer ruas” U6- “Pinturas, porque a minha mãe é pintora e já um fiz um quadro pequeno” U7- “(...) estou a gostar mesmo de fazer jardinagem”	U1, U2, U4, U6, U7
Relação com os colegas	Respeitava-me como eu era	U1- “ (...) Os colegas respeitavam-me, eu respeitava.... a gente era como uma família unida... um fazia um trabalho, eu fazia outro...” U2- “ (...) sempre foi bom” U4- “Sim, eram boas pessoas” U5- “As vezes havia brigas, mas eu era bem tratado...dava-me bem com eles” U7- “No prata sim e no intermaché também”	U1, U2, U4, U5, U7	
Relação com o patrão	Mais ou menos	U2- “Mais ou menos, uns dias estava bom outros dias estava mau” U5- “Era porreiro...um patrão espetacular” U7- “Sim...eram mesmo”	U2, U5, U7	

D- Percurso Institucional	Trabalho feito na Casa do Povo de Messines	Algumas vezes venho aqui	U1- “hamm.... pronto eu já estive na batucuda e no andebol mas saí (...)não foi por causa do meus colegas, não foi por causa de nada, mas...hummm... pronto eu vim porque quis, e sai porque eu quero (...)Algumas vezes venho aqui” U3- “Como venho poucas vezes de carro... só venho sextas-feiras” U5- “Eu gosto ficar aqui na Casa do Povo...eles pede-me para ajudar as vezes, mas receber não recebo.... dizem-me que dão o almoço”	U1, U3, U5
		Agora não tenho ido	U4- “Sim, mas agora não tenho ido, porque tenho uma amiga minha que precisa de ajuda” U7- “Sim...tive mesmo pena em ter saído”	U4 U7
		Já vim mas não gostei	U6- “Já vim mas não gostei muito por causa das pessoas...são deficientes e dei-me mal porque eles eram um bocado chatos”	U6
		A Casa do Povo é importante	U1- “Sim.. sim, é muito importante... para as pessoas que tenham dificuldades” U2- “Sim é...” U3- “Sim...vez em quando venho cá” U4- “Sim... gosto de estar aqui com os meus colegas” U5- “É importante e eu agradeço muito à Casa do Povo, já me ajudaram muito... mas prontos não posso ficar mais” U6- “Sim eles dizem que sim, que ajudam aqueles que têm mais problemas, mas para mim isso...não” U7- “Muito, porque como eu andei nos treinos de andebol...isso emocionou-me muito”	U1, U2, U3, U4, U5, U6, U7
	Vou para conviver e estar ocupado	U1- “Porque eu gosto muito das pessoas.... Gosto de conviver” U2- “Sim, faço atividades para estar ocupada e não estar sempre sozinha em casa” U4- “Vou aquelas coisas... que a Nádia pede para ajudar as pessoas do banco alimentar”	U1, U2, U4	
	A relação com os colegas	Boa relação	U1- “Ah! É boa ... é excecional, eu respeito eles.... Eles respeitam a mim...brincamos, somos uma família...somos como irmãos” U2- “Sim é boa” U3- “Dou...Dou, mas de vez em quando há um engraçadinho” U4- “Sim, são simpáticos...” U5- “É tudo bom” U7- “Era boa”	U1, U2, U3, U4, U5, U7
	A Relação com os técnicos	Boa relação	U2- “Sim também é boa” U3- “Sim dou...respeitam-me”	U2, U3,

			U4- “Gosto muito da [REDACTED]” (psicomotricista) U5- “Também é igual...eu estou mais fora, só venho as vezes” U6- “Ah eles foram simpáticos, mas para mim não era assim das coisas que eu gostava mais” U7- “Sim também”	U4, U5, U6, U7
		Ajudam-me muito	U1- “Ajuda-me bastante, só não ajudam daquilo que não puderem.... eles estão sempre a abrir a mão para mim... e eu agradeço imenso” U2- “Sim ajudam” U3- “Sim...têm respeito” U5- “Sim” U7- “Sim ajudavam-me muito”	U1, U2, U3, U5, U7
	Trabalho feito em outras instituições	Trataram-me mal	U1- “fui para casa dos rapazes em Faro perto do Bom João e estive até aos 18 anos (...) trataram-me super mal e lá na casa dos rapazes também... desde pequeno. Mas isso é porque uma pessoa quando é pequeno faz “borrices”, e depois em grande é que se arrepende e pensa... várias vezes fiquei de castigo” U5- “Andei numa casa com outras crianças na praia de mira para os lados de Coimbra...fui la em pequenino (...) levei muita porrada de um casal que mandavam na instituição.... Não fui bem tratado”	U1, U5
E- Acessibilidades	Dificuldades diárias	Eu faço tudo em casa	U1- “Ah sim! Pronto, lá na minha casa limpo sempre tudo e gosto ter tudo arrumado (...) Eu sou independente de mim... por exemplo se quero ir a Portimão ou quero tirar análises, eu não vou pedir a ninguém... só se tiver muito mal é que peço ajuda, ou venho aqui à junta... se não tiver dinheiro tenho que me desenrascar” U2- “(...) prontos a Nádía (técnica) tem me ajudado também” U3- “(...) faço bem” U6- “É assim nós (fala dela e do namorado) gostamos muito de cozinhar, de passear, ir jantar e tratamos da casa...e ele arranja coisinhas, e quem precisar de ajuda nós estamos sempre prontos para ajudar”	U1, U2, U3, U6
		Tenho dificuldades	U5- “Saber ler e escrever...de resto consigo, gostava de arranjar um trabalho...mas prontos”	U5
		Consigo pagar os bens essenciais	U1- “(...) consigo pagar, porque isso já vem através do multibanco... a luz, a água, etc” U3- “Pago....Consigo” U6- “Se for a fazer uma compra ou se for a um café sim consigo e faço”	U1, U3, U6

		Peço ajuda quando tenho dificuldade	U4- “Peço ajuda à minha vizinha para ir ao tribunal... como não escrevo ela ajuda-me” U7- “As vezes peço ajuda a um colega meu”	U4, U7
		Ajuda-me a pagar os meus bens essenciais	U2- “Ele (marido) ajuda-me, sabe que eu não estou a trabalhar” U4- “(...) eu estou junta com um rapaz, é ele que paga” U5- “Aí é muito difícil (...) eu venho aqui para qualquer coisa e a Casa do Povo ajuda-me. Gostava pelo menos comprar uma motinha... aí é que precisava de apoio”	U2, U4, U5
	Relações Sociais	As pessoas olham-me de lado	U1- “(...) as vezes estou em baixo ali na praça e as pessoas começam a olhar-me de lado, e outras pessoas começam a falar da vida dos outros (...) ah e porque é que ele não trabalha...ah porque é que ele é assim”	U1
		Gosto das pessoas de cá	U2- “Gosto...sim” U6- “Sim tratam bem”	U2, U6
		Já gostei mais de estar aqui	U6- “Eu gosto mais de Lisboa, porque daqui já gostei mais desta terra e das pessoas, agora já não gosto tanto por estar sozinha sem ele” U7- “Haa aquilo lá...fogo, aquilo é uma cidade né e eu vivo no campo, como agora estou a habituado a viver no campo, não me ia habituar a viver na cidade”	U6, U7
		Algumas pessoas não me compreendem	U1- “A pessoa farta-se e vai-se embora.... eu já falei com várias pessoas, algumas compreendem-me, há outras que não.... e fico muito magoado” U7- “Se calhar é as vezes algumas pessoas... eu vou dar um exemplo, há uma pessoa que diz uma coisa para mim e depois eu: haaa desculpe não percebi, e depois a pessoa não quer... então sim já me aconteceu”	U1, U7
		As pessoas percebem o que digo ou repetem	U2- “Dizem outra vez” U3- “(...) percebem logo” U4- “(...) as pessoas ensinam e eu faço logo à primeira” U5- “Entendam aquilo que entenderem...”	U2, U3, U4, U5

	Transporte	É difícil deslocar-me sozinho	U2- “Hummm não...prontos.... Eu tenho uma bicicleta a bateria... é só para as minhas voltas aqui em Messines” U3- “Pouco...pouco...aqui em Messines não é muito fácil. Tenho as minhas viaturas...” U4- “(...) vou de autocarro e venho” U5- “Tenho dificuldade...gostava de ter uma carta de condução que viesse para a minha casa”	U2, U3, U4, U5
		Ando muito bem	U6- “(...) ando muito bemtenho e gostamos (fala dela e do namorado) muito de andar e passear por Lisboa”	U6
F-Apoios Sociais	Apoios existentes na proximidade	Peço ajuda na junta ou na Casa do Povo	U1- “Sim, eu peço aqui à junta ou a Casa do Povo”	U1
		Conheço outros sítios	U3- “Conheço albufeira...mas mais aqui em Messines” U6- “Sim...” U7- “Conheço...o posto de GNR de Messines, também a junta de freguesia”	U3, U6, U/
		Não conheço mais apoios	U2- “Não... não conheço mais nada” U4- “Não” U5- “Ah isso não”	U2, U4, U5
		Ajuda-me logo	U1- “(...) acho que eles me ajudam logo”	U1
		Quando preciso de ajuda peço à família	U6- “Se precisar de ajuda para alguma coisa peço ajuda a ele (namorado) e se ele não estiver peço a outra pessoa”	U6
		Tenho que esperar pela ajuda	U7- “Eu acho que é....tenho de esperar”	U7
		Existem poucos apoios	U1- “Não, devia haver mais, porque estes são muitos poucos, haveria haver muito mas muito mais” U3- “Aqui em Messines devia haver mais....é o que há”	U1, U3
		Há apoios suficientes	U2- “Está bom assim” U4- “Sim”	U2, U4

G- Família	Relação com a Família	Eu já não tenho pais	U1- “Eu já não tenho pai nem mãe, mas tenho uma relação boa com os meus irmãos, minhas irmãs, meus sobrinhos... está tudo bem” U5- “Olha a minha família... eu não tenho já pai nem mãe...eu cheguei a conhecer a minha mãe (...)”	U1, U5
		Boa relação	U2- “É boa (...)” U3- “É boa (...)” U7- “- Haa boa”	U2, U3, U7
		Lidam pouco comigo	U4- “humm...pouco, eles estão nas vidas deles em Albufeira...não lidam muito comigo” U5- “- ah...nunca quiseram me ver, também não cheguei a ver todos...tenho um irmão aqui em Boavista” U6- “Dou assim um bocado mal, porque...com o meu pai dou-me muito bem e com a mulher com que ele está também. Com a minha mãe dou-me bem, mas assim...tem dias”	U4, U5, U6
		Apoia-me muito	U1- “Eles apoiam-me bastante... tenho uma sobrinha com 11 anos que apoia-me sempre” U2- “Sim” U3- “(...)Sim a minha mãe sempre me apoiou. Já o meu pai é pouco” U6- “Muito” U7- “Ham...eles apoiam sim...eu estou aqui a trabalhar né e eles estão orgulhosos de mim”	U1, U2, U3, U6, U7
H- Inclusão	Direitos humanos	Sim já votei	U1- “Votei sim senhora e votei para bem (...) Quando eu vou votar eu não vou dizer nada a ninguém, tenho lá os papéis e vou dizer assim olha... não vou votar por este mas vou votar por este, que este aqui é que me fez bem e ajudou” U2- “Sim, duas ou três vezes...uma coisa assim” U3- “Sim já votei (...) há um que tem a foice, o girassol, e depois ao lado é só fazer isto assim” U4- “Já...o presidente daqui, é boa pessoa mas vai embora (...) as pessoas dizem para votar naquele e eu voto...” U5- “Já sim senhora (...) eu as vezes meto em todos e lá no norte também metia” U7- “Já”	U1, U2, U3, U4, U5, U7
		Nunca votei	U6- “Não”	U6

		Ninguém me ensinou a votar	U2- “Não... tenho de desenrascar sozinha”	U2
		Não sei para que é que serve o voto	U3- “Pois esta parte agora já é mais difícil (...) Pois aí é que está....as vezes as pessoas votam em branco” U4- “São as eleições para ficar...a política eu não percebo” U5- “Isso era uma coisa que eu queria saber, se a senhora explicasse... eu não sei. Eu voto só que não sei escrever nem ler”	U3, U4, U5
		Sei para que é que serve votar	U6- “Ah sei... é por causa da lei, é para votar no partido que depois vai ser eleito” U7- “É para essa pessoa...quem tiver mais votos dessa pessoa é que ganha (...) A pessoa que ganhar fica logo na junta e as outras que não ganharam não ficam”	U6, U7
		Eu tenho muitos direitos	U1- “Os meus direitos? eu tenho muitos direitos... o meu direito é andar à liberdade... tenho direito... pronto eu não digo o que fazer ou o que não fazer... tenho o direito de ser livre, tenho direito de ser independente” U6- “Sim...hum tenho direito de ser independente, de fazer as minhas coisas e de ter a minha vida e assim” U7- “Os meus direitos?... direito ao descanso, um direito também é ter a carta e um carro”	U1, U6, U7
		Não sei os meus direitos	U2- “Não sei” U4- “Não sei...isso já não sei” U5- “Eu não sei explicar os meus direitos”	U2, U4, U5
	Acolhimento por parte da população	Sinto-me integrado	U1- “Sim.. sim” U2- “Tratam-me muito bem” U3- “Sim, Sim” U4- “Sim” U5- “Sim... costumam falar comigo” U6- “Sim tenho pessoas que percebem a nossa vida e sabem que nós (ela e o namorado) estamos assim que nos tratam desta maneira e assim” U7- “Sim”	U1, U2, U3, U4, U5, U6, U7
I -Necessidades	Dificuldades diárias	Trabalho	U2- “É o trabalho”	U2
		Vestir	U6- “Eu para me vestir ou para fazer seja o que for preciso de ajuda (...)”	U6

		Ler e escrever	U5- “É aprender a ler e a escrever... de resto não vale a pena que vivo bem”	U5
		Não tenho dificuldades	U4- “Nada”	U4
		Nem todos ajudam	U6- “(...)só que há muitas pessoas que não me ajudam”	U6
	Lidar com as dificuldades	Supero as dificuldades com música	U1- “(...) quando eu estou muito chateado ou nervoso adoro ouvir música (...) A música faz-me sentir alegre, bem disposto no dia-a-dia... alivia-me do stress todo” U7- “Eu gosto de ouvir música”	U1, U7
		Lido bem com os problemas	U3- “Bem, bem....lido bem”	U3
		Mantenho a cabeça ocupada	U2- “Mantenho a cabeça ocupada... dou uma volta”	U2

Apêndice V – 2. Categorização das entrevistas das famílias

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	IDENTIFICAÇÃO
A –Perfil do entrevistado	Dados pessoais dos entrevistados	Idade e Género	F1- 69 anos; Feminino F2- 47 anos; Feminino F3- 77 anos; Feminino F4- 40 anos; Feminino	
		Profissão/ocupação	F1- “Olho pelo Carlos, porque tem o problema que tem...sou reformada, tenho só a pensão de idoso” F2- “Sou doméstica...eu faço tudo um pouco mas pronto...agora já não, isto está mau” F3- “Agora estou reformada, fui professora de ensino secundário...tive 4 anos a dar aulas também no especial” F4- “Empregada de limpeza”	
		Local onde vive	F1- “Eu vivo no sítio do Mourição perto de Messines” F2- “Eu vivo aqui em São Bartolomeu de Messines nos Campilhos” F3- “Vivia em Lisboa, agora estou na Cumeada perto de Messines” F4- “Aqui em Messines”	
B –Percurso Escolar	Adaptação na escola	Meu filho andou na escola	F1- “Sim, ele andou na escola até ao ano passado, fez o oitavo ano.... Ele agora (...) está a tirar o curso de jardinagem (...)” F3- “Ela começou no infantário e detetou-se logo a deficiência dela (...) quando entrou na primária consegui que a aceitassem numa turma especial (...) depois continuou num colégio também e fez até ao 9ºano, mas naquele programa do ministério para deficientes (...)” F4- “Nono, está a passar para o décimo e depois acaba, não quer saber mais...”	F1, F3, F4
		Não aprendeu muita coisa	F2- “É assim...ele não fez nada, também não houve assim muito esforço para isso (...) se ele tivesse empenhado um pouco mais ele aprendia (...) a ler e a escrever (...)” F3- “(...) a professora não conseguia fazer nada com ela. Finalmente nós fomos à psiquiatria em Júlio de Matos, e com o acompanhamento de uma psicóloga em um ano consegui ler e escrever (...)”	F2, F3
		Tirou um curso	F2- “Sim tirou... um curso de jardinagem dos 17 até aos 21 anos, mas também não é a área dele... é mais os animais”	F2

		Boa relação com colegas	F1- “Sim...nunca tive razão de queixa, as vezes revoltava-se muito quando via que estavam a gozar com ele...que eu tenha conhecimento todos gostaram muito dele, nunca tive uma reclamação (...)” F2- “Sim (...)”	F1, F2
		Que eu saiba o meu filho nunca foi excluído	F1- “Que eu tenha conhecimento não, porque isso foi sempre uma coisa que eu lhe ensinei...não deixar ninguém fazer pouco de ti (...)”	F1
		Já foi excluído pelos colegas	F3- “Pelos colegas sim... pelos professores não (...)”	F3
		Emburravam com ele	F2- “Ele teve assim...um problema mas não era dele, era a outra pessoa que emburrava com ele e implicava (...)” F3- “Ela relacionava-se bem, mas os amigos começavam por ser muito simpáticos no principio do ano...logo a seguir começavam a abusar dela, faziam dela o bobo da festa (...) isto foi assim até ao 9ºano” F4- “Tem ali uma dificuldades às vezes”	F2, F3, F4
		Os professores não acompanharam bem o meu filho	F1- “Não, não (...) porque estamos longe, só ajudavam-nos nos dias de escola (...)” F3- “Sim...mas repare nenhum conseguiu pô-la fazer nada direito, só foi assim um dessorsego”	F1, F3
		Incentivo muito o meu filho	F1- “(...) eu sempre lhe disse e ainda hoje lhe digo (...) que ele tem que ler e escrever mais para não se esquecer do pouco que sabe” F2- “(...) ele queria desistir do curso por causa dessa pessoa implicar com ele, e eu disse: não! Não vais desistir do curso, vais continuar até ao fim” F3- “Sim, sim...ela tinha os trabalhos de casa e eu ajudava”	F1, F2, F3
		Relação com os professores	Boa relação	F1- “Nunca tive nada a dizer...sim dava (...)” F2- “Bem”
Senti pouco apoio da escola	F1- “Era muito pouco, apenas duas vezes por semana (...)”		F1	
Eu não andava a chateá-los	F3- “Eu não andava a chatear os professores, eu confiava neles (...) todos os dias metia um pouco conversa com a professora”		F3	

		Foi excluído pelos professores	F4- “Sim foi...o meu Diogo tem muitas dificuldades e quando começou a ter os professores começaram por excluí-lo”	F4		
		A escola contactava-nos pouco	F1- “Não... para reuniões as vezes (...)”	F1		
C – Percurso Profissional	Experiência Profissional	Já teve um emprego	F1- “Sim, teve um part-time aqui à do senhor prata....andava na carrinha, punha as coisa nas prateleiras. Andou no intermaché (...)”	F1		
		Foi maltratado	F2- “Era para ele ser integrado numa loja que houve aqui em Messines, mas o Luís não foi nada bem tratado (...) e ele ficou traumatizado para trabalhar em qualquer lado (...)”	F2		
	Integração no mercado de trabalho	Não é fácil arranjar um emprego	F1- “Não, se não é fácil para quem tem estudos, e que é normal quanto mais ele, portanto eu sei que não é fácil” F2- “Não, não acho porque é assim....isto é uma situação dele e de todos na sociedade, porque há pessoas que ainda não estão integradas nessa situação da pessoa com deficiência... as pessoas não aceitam (...)” F3- “Não é nada fácil, depende da deficiência e da capacidade da pessoa, e da vontade que ela tem de realizar qualquer coisa (...) Ninguém está para isso, ninguém está para aturá-los...até a família”	F1, F2, F3		
			Motivação na procura de emprego	Sim ajudo sempre	F1- “Sim isso é certo, é sempre (...) Eu sempre lhe incentivei para arranjar trabalho”	F1
				Eu tentei	F3- “Eu tentei, mas não havia nada capaz para ela”	F3
	Meu filho não mostra vontade	F3- “Não...”	F3			
D – Percurso Institucional	Adaptação e acompanhamento na instituição	A Casa do Povo é importante	F1- “Sim era e é, só que derivado à situação de ele trabalhar não consegue ir (...)” F2- “Sim (...) só que não tem a capoeira e ele está muito ligado à capoeira, e tem medo que venha aqui e passe horas demais (...)”	F1, F2		
		Já não vem à Casa do Povo	F3- “Ela não está aqui porque não quer estar na presença dos outros deficientes... porque ela não quer ser deficiente”	F3		
		Cheguei a pô-la noutra instituição	F3- “Viemos para cá e eu cheguei a pô-la numa Santa Casa da Misericórdia de paços de ferreiras....só que era apenas para velhinhos (...)”	F3		

		Meu filho demonstrou progressos	F1- “Sim...quer dizer, há um ano e tal que ele já não vinha aí” F2- “Sim (...)”	F1, F2
		Não teve nenhum progresso	F3- “Não, não teve tempo para nada (...) Se ela estivesse mesmo inserida num grupo de deficientes....se tivesse numa atividade profissional como ela já esteve na cerâmica ela até aderiria (...)”	F3
		Foi bem recebido e acolhido	F1- “Ai isso sim, ele gostavam dele... não tenho razão de queixa” F2- “(...) em relação à [REDACTED] (psicomotricista) sim, o resto do pessoal não sei porque eu não estou aqui para ver (...)”	F1, F2
		Apoio muito o meu filho	F1- “Sim senhora”	F1
		Meu filho nega a sua deficiência	F3- “Várias vezes, mas ela nega”	F3
E -Acessibilidades	Dificuldades diárias	Não está habituado a fazer tarefas	F1- “É mesmo por causa de ele não estar habituado e depois o que quer fazer, quer fazer depressa ...e depois ele não consegue e cansa-se logo” F2- “- (...) depende das tarefas, ele faz, levanta-se e trata dos animais (...) O Luís é complicado obedecer às regras de um patrão, porque o Luís vai fazer o que tem na cabeça (...)” F4- “É preguiçoso, e as vezes tem aquela maneira de fazer as coisas muito lenta”	F1, F2, F4
		Tem pouca autonomia motora	F3- “Sim, mas tem pouca força e pouca destreza como disse”	F3
	Autonomia financeira	Sim mostra as vezes	F1- “O meu outro filho que trabalha nas obras, as vezes arranja aqueles trabalhos para o [REDACTED] (utente) ajudar...é um desenrasca, às vezes recebe 25 euros e poupa para as suas coisas” F4- “Sim mostra às vezes, por isso é que ele agora como vais fazer os 18 anos quer ir trabalhar, já não quer saber da escola”	F1, F4
		Meu filho é dependente de mim	F2- “Ele é assim....ele levanta (recados) mas tenho que escrever o que é que ele quer, eu escrevo num papel e ele levanta...agora se o mandarem sem papel ele não sabe o que é que vai levantar (...) O dinheiro ele já vai conhecendo (...) mas por exemplo o troco, quanto é que ele tem de receber... essa parte ele não sabe”	F2
		Meu filho já teve essa autonomia	F3- “Ela já teve, o pai pôs-lhe sempre na mão um cartão de (...) só que ela deixa o namorado resolver essas questões, dava o dinheiro...não tem consciência do dinheiro”	F3

	Rede de transportes	Não é fácil o meu filho deslocar-se	F1- “Não, muitas vezes temos de vir de táxi para aqui...nós só temos o autocarro à segunda-feira às 10h30 e depois às 14h30 para regressar e aí paga-se. À quarta-feira temos a carrinha de borla da freguesia às 09h10 e depois às 13h30 para regressar. É o único transporte que temos é isto... eu tenho uma carrinha velha mas não tenho carta” F2- “Ele ia todos os dias a Portimão no autocarro (...) Agora hoje já está mais complicado, porque já há muito tempo que ele não anda de autocarro sozinho (...)” F3- “Eu tenho carro, mas a Inês como não sabe as horas (...) fica um bocado baralhada com os transportes públicos, se for necessário ir de transporte a maior parte das vezes com certeza ela não chega aos sítios (...)”	F1, F2, F3
		Sim desenrasca-se	F4- “Sim consegue, desenrasca-se”	F4
F- Apoios Sociais	Apoios/serviços sociais existentes na proximidade	Os serviços poderiam ser melhorados	F1- “Eu acho que sim (...) devia haver mais para estas crianças (...) mais apoios (...)” F3- “(...) as escolas em si poderiam ser um foco de informação disso, mais do que a junta de freguesia...para mim acho que a escola é que teria melhor essa função”	F1, F3
		Não sei o que poderia ser melhorado	F4- “Olha isso é que eu não sei o que te responder”	F4
		Para além da junta e a Casa do Povo não conheço mais nenhum apoio	F2- “Não, não...” F3- “Não sei, não conheço”	F2, F3
		Temos esperar muito tempo pelo apoio	F2- “Sim temos esperar e as vezes desesperamos”	F2
G- Família	Relação com a família	Boa relação	F1- “Claro (...) eu gosto do meu filho de igual forma como gosto dos meus filhos biológicos, o amor do meu menino é igual aos outros” F2- “A gente tem uma boa relação boa, mas as vezes temos assim umas coisinhas para o esquisito. Eu sou muito pecada a ele e ele é pecado a mim e é muito complicado, porque não tenho privacidade nem me deixa respirar” F4- “Um bocadinho fáiça, mas damos bem um com o outro”	F1, F2, F4
		É muito pegada a mim	F3- “Ela é muito pegada a mim, mas eu tenho que ter muita paciência (...)”	F3

		Tenho medo com o futuro do meu filho	F2- “Sim tenho, tenho muita preocupação e as vezes vou-me abaixo por causa disso” F3- “Tenho...muito, mas o que é que eu hei-de fazer, onde é que eu hei-de encaixar que ela esteja segura...primeiro porque ganho pouco, e essas coisas pedem muito dinheiro, as instituições”	F2, F3
		Apoio-a em qualquer coisa	F3- “Estamos ali...trabalhamos uma ao lado da outra em casa, é a alimentação, o vestuário, é a companhia, é puxar por ela para ver se ela faz, se mexe neste momento e pronto”	F3
H- Inclusão	Discriminação em relação à deficiência	Nunca senti discriminação dos outros	F1- “(...)não, porque a gente vive num meio pequeno, e além de viver num meio pequeno, tanto os homens como mulher têm muito respeito (...)” F4- “Humm não (...)”	F1, F4
		Sinto discriminação dos outros	F2- “Muita mesmo, absoluta...eu própria sofri isso, nós todos temos uma deficiência...Há pessoas que dizem coisas horríveis” F3- “Olhe.... eu própria tenho escolhido os amigos que a aceitam, se não aceitam não posso ter...ou então é ter uns amigos que não a julgam”	F2, F3
		Meu filho nunca foi maltratado	F1- “Não, graças a deus não”	F1
		Meu filho já foi maltratado	F3- “(...) realmente a única vez que me recorde assim que ela foi maltratada foi a tal professora primária que se recusou (...)” F4- “(...) soube mas com não tenho transporte... só tenho uma motinha, mas sabia através dos professores que tinha acontecido aquilo. Foi só maltratado por um colega que o obrigou a experimentar a tomar.... (substâncias)”	F3, F4
	Exclusão e isolamento social	Sem o isolamento estávamos melhores	F1- “Sim...Sim, que ele convivia com mais pessoas, porque nós lá não temos meninos da idade dele (...)” F2- “Sim (...)” F3- “A Inês também se exclui, ela própria exclui”	F1, F2, F3
	Acolhimento e integração na sociedade	Meu filho foi bem acolhido e integrado	F1- “Sim, as pessoas que gostam muito dele” F2- “Ele tem muitas pessoas, ele vai a todo o lado e as pessoas gostam dele, porque conhecemo desde pequeno...o Luís é acarinhado pelas pessoas que o compreendem (...)” F3- “Olhe em geral acolheram bem (...)” F4- “Sentimos integrados”	F1, F2, F3, F4
I -Necessidades	Principais necessidades	Ter melhores condições em casa	F1- “(...) olha era eu acabar as minhas casas lá para ele estar à vontade, arranjar as portas...pronto ele podia estar um pouco melhor”	F1

		Ele agora é que vai abrir os olhos para a vida	F4- “Não há nada de pronto ele agora é que vai abrir os olhos para a vida, é o que eu lhe digo”	F4
		Precisa de ter um acompanhamento consciente	F3- “Quer dizer é uma questão de sobrevivência... ter uma casa onde possa estar, ter uma alimentação adequada, ter algum apoio para vigiar a saúde dela (...) não podemos deixar na mão dela, precisa de um acompanhamento consciente”	F3
		Nada lhe impede ser feliz	F1- “Não, graças a deus não”	F1

Apêndice V – 3. Categorização das entrevistas dos técnicos

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	IDENTIFICAÇÃO
A –Perfil do entrevistado	Dados pessoais dos entrevistados	Idade e Género	T1- 32 anos; Feminino T2- 46 anos; Masculino T3- 38 anos; Feminino	
		Profissão	T1- Psicomotricista T2- Técnico/auxiliar de Serviço Social T3- Psicóloga Clínica	
		Local onde vive	T1- “Aqui em Messines” T2- “A 7 Quilómetros de Messines” T3- “Albufeira”	
B –Percurso Escolar	Apoio da escola	A escola não apoia essas pessoas após o ensino	T1- “Não, nada (...) porque Portugal, o nosso país no geral, não tem ainda uma visão muito grande do apoio que tem de ser dado a estas pessoas (...) depois da obrigatoriedade parece que já não têm obrigação nenhuma. E depois as pessoas também não têm essa sensibilidade nem os conhecimentos necessários para saber que tipo de respostas é que pode acontecer depois de saírem da escola.... tem que ser muitas vezes os pais a procurar esses recursos, porque até os professores (...) nem sabem aconselhar (...). Acho que tudo passa por falta de interesse das pessoas e pela formação que lhes é dada que é quando estão na escola...têm que ser acompanhados porque depois da escola ninguém se preocupa com eles” T3- “De todo, de maneira alguma”	T1, T3
		Eu não tenho grande conhecimento nessa área	T2- “Eu não tenho um grande conhecimento nessa área, mas eu sinto que as escolas de uma forma geral têm muitas dificuldades de dar respostas às pessoas com Necessidades Especiais (...) Mas sim de uma forma em geral uma grande falta de apoio nesse sentido. Esta falta de apoio....ainda é muito novo, ainda é muito experiencial, ainda não se tem métodos e resultados concretos, ainda se estão a fazer muitas experiências....crianças com incapacidade integradas em turmas “normais” ou não integradas (...). Parece-me que ainda estamos numa fase muito embrionária do que é que a educação pode dar como resposta às pessoas com necessidades especiais”	T2
	Transição Pós-escolar	Os utentes não fizeram uma boa transição pós-escolar	T1- “Não, todos eles saíram da escola e ficaram um pouco no vazio, alguns foram logo encaminhados (...) para alguns cursos de instituições, por exemplo na Cracep em Portimão. Temos também algumas pessoas que foram para a Existir em Loulé (...) mas outros saíram da escola e a partir daí tiveram que ser os pais a preocupar-se encontrar um sítio para eles (...) nem todos conseguiram”	T1

		Isso é um bocado subjetivo	T3- “Pois isso é um bocado subjetivo...na vida real a maioria não tem emprego...só nas instituições realmente por exemplo como a Casa do Povo onde isso é incluído e hoje em dia já algumas instituições têm esse protocolo a nível de inclusão, aí sim é inserido agora de resto...muito dificilmente arranjam um emprego”	T3
		Eles não estão preparados para as atividades da vida diária	T1- “Não, presentemente já há mais esse cuidado tendo em conta que nós temos aqui muitos jovens adultos, hamm.... Não estes não foram preparados. Presentemente os mais novinhos que temos com nove/dez anos na escola já há algum cuidado para isso, os outros não” T2- “Não sei, mais uma vez não sinto a escola com grandes capacidades para isso” T3- “Hoje com a nova lei que existe que ainda não está bem implementada, aí acredito que com o decorrer dos anos daqui a uns três/quatro anos...agora não”	T1, T2, T3
C- Percurso Profissional	Integração no mercado de trabalho	Existe falta de abertura no mercado de trabalho para eles	T1- “Sim completamente, principalmente aqui que vivemos num meio muito pequeno, em que as pessoas com deficiência se procurarem trabalho aqui dentro deste meio, onde toda a gente os conhece e conhece realmente as limitações não lhes vão dar trabalho. A não ser por exemplo aqui na Casa do Povo temos outra abertura desde há muitos anos que temos aqui trabalhadores com deficiência, mas em qualquer outro...supermercado, numa loja não lhes dão. Agora hoje em dia as grandes superfícies já têm essa visão, acho que até têm algum tipo de obrigatoriedade. E já saiu também a nova lei que as empresas têm que ter alguns trabalhadores...uma percentagem de trabalhadores com deficiência , mas isso num meio pequeno isso nunca vai acontecer” T3- “Sem dúvida, as pessoas não estão preparadas para isso, é muito complicado. Mesmo havendo alguma abertura, por exemplo aqui na instituição é muito difícil e todos os dias acontece alguma coisa, porque as pessoas não estão habituadas a falarem com estas pessoas (...) e não conseguem entender...para eles nós temos de ser todos “normais”	T1, T3
		Já foi pior essa falta de abertura no mercado de trabalho	T2- “Já foi pior, porque agora já há apoios sociais para empresas que empregam pessoas portadoras de incapacidade...na verdade já há por lei que as empresas têm que ter uma percentagem, ainda assim não sei se será suficiente...por um lado estas pessoas também precisam de formação para irem a determinados empregos, por outro lado também há muitos casos que eu conheço (...) por exemplo a junta de freguesia tem duas pessoas que são utentes daqui do projeto (...) não que elas estejam a ganhar dinheiro por estar lá, mas estão ocupadas. Secalhar não teriam capacidade para terem um emprego (...) temos aqui utentes que têm a mesma doença mas que são pessoas diferentes (...) Portanto haverá pessoas que secalhar terão capacidade de integrar no mercado de trabalho, outras secalhar nem tanto (...)”	T2

	Motivação na procura de emprego	Poucos estão incentivados na procura de emprego	T1- “Poucos (...) Tem a haver com hábitos, toda a vida viveram dependentes de um subsidio e tem a ver também com a forma como as coisas estão montadas. Agora com a nova prestação social de inclusão já vem um bocadinho mudar isso, mas eles também não têm a informação suficiente, e já têm 30 e tal anos para trás de um regime antigo em que eles recebiam uma pensão por deficiência ou por invalidez e a partir do momento em que fossem trabalhar perdiam essa pensão, e muitas vezes eles conseguiam um contrato de um mês ou dois...acabava-se esse contrato e não tinham dinheiro do contrato nem o dinheiro dessa prestação, tinham de voltar a pedir tudo...ficavam muitos meses sem rendimento, ou seja, isso dá medo às pessoas para procurar um trabalho, porque eles têm um medo de perder aquela pensão (...)”	T1
		Há aqui um misto	T2- “Acho que há aqui um misto, há pessoas que ficam dependentes dos subsídios e dos apoios e que o emprego dessas pessoas é isso né (...) Mas também há pessoas que também procuram autonomia (...) por exemplo ter um emprego e ter o seu rendimento (...) na verdade eu acho que nós aqui nos nossos utentes temos ambos os casos, temos pessoal que estão um bocadinho encostados, temos pessoas que teve a oportunidade e procurou (...) se integrar no mercado de trabalho por exemplo” T3- “Se for para alguma instituição sim (...) agora se estiverem em casa e realmente não tiverem um acompanhamento nesse sentido não. Aqui na Casa do Povo são incentivados”	T2, T3
D- Percurso Institucional	Evolução na instituição	Em todos conseguimos ver evolução	T1- “Sim, sim... em todas as pessoas conseguimos ver evolução, conseguimos ver por exemplo uma rapariga que a nível motor que não tinha qualquer coordenação, tinha medo de descer escadas, agora é uma das melhores atletas da ginástica adaptada. Conseguimos ver por exemplo o Paulo que era um rapaz que não comia sozinho quase ninguém percebia o que ele fala, ele agora tem conversas na rua e já desenrasca para comer sozinho hamm...temos outras pessoas que trabalhamos são essencialmente rotinas, mudanças de hábito, eram pessoas que ficavam dormir até ao meio dia se fosse preciso, agora já se levantam e às nove horas estão aqui connosco...implementar também uma alimentação mais saudável, hábitos de vida...uma caminhada, e hábitos de higiene (...)” T2- “Sim, temos visto bastantes progressos, hammm...a vários níveis e depois mais uma vez temos que fazer uma observação individualizada, porque cada pessoa têm graus diferentes, têm dificuldades diferentes (...) mas posso dar te o exemplo do clube da batucada, que no início era muito mais difícil de fazer músicas com eles e agora é muito mais fácil, eles agora já têm uma série de noções musicais e requer coordenação motora também (...) Portanto, musicalmente mostra que houve uma evolução e a música é muito imediata nessa perceção” T3- “Sim sem dúvida...a nível social, a nível de inclusão, a nível cognitivo também...as vezes é difícil mas tentamos de alguma forma combater isso também, fazemos vários jogos, várias estratégias”	T1, T2, T3

	Interesse e adaptação	Nem todos se adaptaram às atividades	T1- “Nem todos, porque muitos deles (...) são adultos de 30 e tais 40 anos e são pessoas que toda a vida foram independentes dentro das suas capacidades, e tinham rotinas (...) e ao estarem na Casa do Povo impede que eles façam isso. Eles não valorizam por estarem aqui (...) eles acham que vêm para aqui para nos fazerem um favor (...)”	T1
		Sim a maioria adaptou-se bem às atividades	T2- “Sim, na sua maioria sim, tivemos um caso ou dois de pessoas que vieram, experimentaram e não conseguiram adaptar-se e acabaram por não continuar (...) A adaptação fazemos com tempo, porque também temos conhecer as pessoas (...)” T3- “Normalmente adaptam-se bem, o maior problema aqui são as famílias, porque as famílias têm muitos receios, muitos medos e muitas vezes os utentes não fazem mais porque as famílias não deixam”	T2, T3
		Os utentes demonstram interesse em participar	T1- “Neste momento o grupo que nós temos já são muito assíduos e esses já demonstram sim (...) Alguns que aparecem vez em quando só porque não têm nada para fazer e esses não têm interesse (...) Agora os que vem com frequência diariamente sim têm interesse e percebem que isto lhes faz bem e gostam” T3- “Sim, lá está...eles demonstram interesse e motivação, as vezes não têm logo aquela abertura (...) depois acaba por haver uma interrupção às vezes dita pela família, isso existe muito em alguns casos”	T1, T3
		As famílias incentivam os filhos para frequentarem a Casa do Povo	T1- “Grande parte frequenta, porque a família os incentiva para isso, e neste momento o grupo assíduo é um grupo que tem uma família por trás que lhes consegue dar motivação (...) primeiro preferem que eles estejam aqui do que estejam na rua (...) e depois eles começam (...) ir para a piscina, aprendam a nadar, isso é uma motivação. Jogam andebol...vão competições fora é outra motivação, há alguns que não sabiam ver as horas e agora já sabem, ficam motivados com isso...ou aprender a trabalhar com o dinheiro (...) Portanto cada um tem a sua motivação, mas neste momento todos têm alguma motivação”	T1
		O motivo que leva estarem aqui é pela questão da sociabilização	T2- “Pela questão da sociabilização com certeza, porque senão também há muitas destas pessoas que se não tivessem aqui durante o dia no projeto secalhar passavam o dia sem ver ninguém ou ter pouca interação. Não teriam as oportunidades de interagir com a comunidade (...) logo à partida eu acho que isto também acaba por ser uma força que os motiva a vir ao projeto é que eles sabem que aqui acontece qualquer coisa” T3- “São pessoas muito isoladas, são pessoas que não têm ninguém (...) e isto é um meio de passar o tempo”	T2, T3
		E- Acessibilidades	Dificuldades diárias	O maior entrave deles é sempre o financeiro

		Dificuldades nas questões da autonomia	T2- “Não sei, talvez dificuldades nas questões da autonomia...são sempre as questões mais pertinentes, porque lá está é transversal a todos apesar de cada um estar num nível diferente. Há utentes que por exemplo têm uma mobilidade sem qualquer nível de incapacidade, mas que depois não conseguem gerir por exemplo a forma como gastam o seu dinheiro, enquanto por exemplo outros casos de pessoas que têm dificuldades brutais em termos de mobilidade que lhes afeta a autonomia (...) mas que depois conseguem gerir a sua vida de outra maneira (...)”	T2
		Dificuldades a nível social e emocional	T3- “A nível social e a nível emocional, porque eles não conseguem gerir muito bem as emoções...a maioria deles tem muita dificuldade (...) Pronto lá está a nível da interpretação, a nível emocional, o gerir aquilo é muito difícil porque são coisas básicas mas que eles não entendam da mesma forma”	T3
	Autonomia financeira	Os utentes desejam ter autonomia financeira	T1- “Sim, sim, isso é praticamente o objetivo principal de todos, mas é contraditório porque...desejam muito isso mas depois também não querem ir trabalhar” T2- “(...) temos casos de pessoas que procuraram e que estavam aqui com o intuito de melhorar a sua situação para chegar a um ponto da autonomia financeira, como temos pessoas que preferem continuar a ficar com o subsídio e se tiverem mais subsídios e mais trabalho para manter os subsídios melhor” T3- “Manifestam, o problema é gerir o dinheiro”	T1, T2, T3
	Rede de transportes	A atual rede de transportes é uma limitação	T1- “Não, não a atual rede de transportes é uma limitação para nós conseguirmos chegar a várias pessoas e Messines é uma freguesia muito grande e nós só chegamos às pessoas daqui do centro da vila. Conhecemos casos de pessoas que estão muito distantes (...) Eles só vêm na altura de virem buscar os alimentos e pouco mais. Não há um autocarro com frequência (...)” T2- “Pois, nós nem fazemos bem a ideia da quantidade de pessoas que não vêm para o projeto pelas questões da autonomia de mobilidade, sendo que Messines é uma freguesia bastante alargada em termos de território, têm muita população a viver dispersamente à volta do centro urbano no campo e nós não chegamos a todos com certeza (...) Portanto...nós sabemos que a questão dos transportes públicos é muito fraca em termos de resposta que podia dar às pessoas para termos mais utentes no projeto” T3- “Podia haver mais, é difícil deslocarem-se com facilidade. Eu acho que nós aqui temos uma rede de transportes que podia ser mais ampla”	T1, T2, T3
F- Apoios Sociais	Apoios existentes para as pessoas com deficiência	Eles têm fácil acesso aos bens essenciais e serviços	T1- “Eles têm fácil acesso e nós também facilitamos muito isso...portanto aqui em Messines eles são privilegiados, porque há uma grande ligação entre a Casa do Povo, entra a junta de freguesia, entre o centro de saúde, entre a segurança social (...) muitas vezes eles nem tem que fazer nada que nós tratamos de tudo (...)”	T1, T3

			T3- “Aqui até têm, mas o problema é que as vezes...o centro de saúde aqui não é suficiente, eles têm que ir ao hospital, depois para o hospital eles não têm meio transporte pra poder ir, mas depois também têm facilidades e têm muita ajuda da junta de freguesia”	
		Os serviços estão todos em Silves	T2- “Nós temos os serviços centralizados em Silves que à partida é uma chatice, porque qualquer coisa que se queira fazer um pouco mais burocrático já não se faz aqui (...) Portanto a Casa do Povo faz um papel brutal em termos de...”despachar” as coisas, de mobilizar, de dar uma resposta de procurar uma solução para todos”	T2
		Como respostas deviam ser mais apoiadas	T2- “Ainda não tenho tempo suficiente para ter essa perceção, ainda estou a tentar perceber tudo isto que nós fazemos e que nós nos envolvemos. Como respostas deviam ser mais apoiadas, mas também há o outro lado que as pessoas também precisam de procurar mais e dar mais a sua energia para que isso aconteça (...)”	T2
		Estas pessoas podiam ser mais apoiadas pelo estado	T1- “Sim, a nível do estado estas pessoas podiam ser apoiadas...eu acho que é já o que se está a tentar criar agora com a nova prestação social da inclusão. No entanto essa prestação nem foi muito divulgada e ainda tem uma série de contornos que as pessoas nem estão adaptadas (...) O que nós queremos é que eles sejam independentes, se dermos uma pensão a vida toda eles vão ser sempre dependentes dessa pensão (...)” T3- “Pois, elas poderiam ser mais apoiadas em tudo, podia haver mais apoios a nível de apoio financeiro....eles acabam por receber muito pouco. A nível da saúde também, um maior facilitismo a nível de acesso, porque se eles não tivessem nesta instituição era bem mais difícil ter esse acesso. Também a nível social, a nível de emprego, se houvesse mais empresas que aderissem à inclusão seria mais fácil”	T1, T3
G- Família	Apoio da família	As famílias não dão apoio suficiente	T1- “Não, quer dizer, temos famílias que dão muito apoio que até dão apoio excessivo que se tornam extremamente protetores e que não os deixam avançar (...) E depois temos as famílias que não os ligam (...) e essas pessoas vivem numa casa que dá “dó” tanto a nível de condições da habitação como a nível de higiene (...) Temos outros que nem têm família... As famílias não compreendem que aquele filho tem uma deficiência que precisava de apoios (...)”	T1
		Algumas dão apoio outras não	T2- “Algumas sim dão bastante apoio, algumas não e há um trabalho também de profundidade a fazer com as famílias que nós estamos aperceber que temos intervir mais a nível das questões da família” T3- “Algumas dão, outras não (...) as famílias têm muitos receios e medos, elas sabem que aqui até estão bem mas depois acabam por fechar um bocadinho as portas”	T2, T3
		As famílias não contactam com	T1- “Não, as famílias contactam os técnicos se alguma coisa correr menos bem, por exemplo estas famílias (...) contactam-nos se dissemos que ia haver uma atividade que custava 5€ e depois pagaram 5€ e a atividade não aconteceu, mesmo que tenha se decidido que a atividade	T1, T2, T3

		frequência os técnicos	vai ser reposta aí contactam-nos logo (...) só nos contactam para este tipo de situação, nunca recebemos um contacto a perguntar: como está...evoluiu, não evoluiu, o que é que estão a trabalhar, o que é que eu posso fazer em casa para vos ajudar, nunca!” T2- “Pouco, normalmente somos nós que abordamos estas questões e que contactámos as famílias para dar esse feedback. Vejo muito mais aqui os técnicos a tentarem chegar às famílias, do que as famílias a tentarem chegar a nós” T3- “Não, os técnicos é que contactam com maior frequência”	
		Em alguns casos o trabalho é continuado em casa em outros não	T2- “Em alguns casos sim, em alguns casos não, depende do utente para utente que nós conhecemos os casos particulares de cada um”	T2
	Dificuldades em lidar com as mentalidades dos cuidadores	É complicado	T1- “(...) é perceber que eles são responsáveis, dar-lhes essa responsabilidade, perceber que o trabalho que nós fazemos aqui de manhã não é nada visto do trabalho que poderiam fazer à tarde e à noite (...) precisamente eles perceberem que aquele filho precisa de outro tipo de apoio que não seja só comida e a roupa lavada (...)”	T1
		Há muitas mas a principal é os medos e receios	T3- “Na minha opinião há muitas, mas a principal é realmente os medos e os receios, porque eles estão a evoluir e conseguem chegar aos nossos objetivos, só que depois nós temos a porta fechada, porque por exemplo um está a jogar ao futebol adaptado, cá e aleija-se... cair faz parte e a partir do momento que ele cá então a mãe diz: não, não já não vai mais! porque o meu filho não pode aleijar”	T3
		A dificuldade em lidar com as famílias é o estigma social	T2- “Eu acho que o grande estigma social são as próprias famílias que criam esse estigma...é muito complexo estar a avaliar isto porque são questões que é difícil de ver só num prisma, temos que olhar para vários prismas, porque por exemplo as pessoas com doença mental foram pessoas que tiveram ataques (...) na casa dos seus familiares. Por causa desse ataque (...) as famílias acabaram por se refugiar um pouco e tentarem proteger-se (...)As famílias aceitam mas não no seu espaço privado”	T2
H- Inclusão	Discriminação em relação à deficiência	Os utentes são discriminados fora da instituição	T1- “Completamente, e já nem tanto. Nós precisamente para contrariar isso numa fase inicial deste projeto todas as semanas íamos beber café a um sítio diferente daqui da vila e fazíamos de propósito...eles entravam primeiro que nós técnicos e assim que eles entravam eram escorraçados, e a seguir nós entrávamos e as pessoas ficavam assim um bocado embasbacadas: Ah! Sim eles estão convosco desculpem, desculpem! E muitos deles chegaram a dizer é a primeira vez que eu me sento num café (...)”	T1
	A exclusão e o isolamento na freguesia	Alguns utentes vivem em situação	T1- “Sim, sim hamm...não posso dizer que vivem todos mas muitos sim (...) se alguém dentro da vila ou dentro da comunidade fala deles é para gozar com eles... é chamado só para gozar ou então para explorarem: olha preciso carregar aqui um móvel tu tens força faz lá isso! e eles	T1, T2, T3

		de exclusão ou isolamento	vão porque se sentem: olha alguém se lembrou de mim sou útil....e afinal só estão a ser explorados” T2- “Sim, alguns deles sim” T3- “Eles acabam por viverem isolados sim, porque não têm amigos...a população não exclui, mas entre ásperas acaba por excluir e a interação não existe, só existe relação aqui entre os colegas”	
		Aqui não tanto	T3- “É que isto é um meio pequeno, aqui secalhar não tanto porque as pessoas já se conhecem. Em certos casos sim há pessoas que vêm e levam a mal certas coisas, mas aqui...pelo menos que eu tenha conhecimento não me parece de todo (...)”	T3
		Eu acho que já foram muito mais	T2- “Eu acho que já foram muito mais, eu acho que o projeto mudou bastante, o projeto mostrou que estas pessoas na comunidade também podem ter um papel ativo, podem ser pessoas normais perante a condições diferentes, apesar que ainda falta muito trabalho para isto mudar realmente, porque isto é um trabalho de continuidade com uma profundidade de anos, não se muda a mentalidade de uma comunidade em relação ao estigma social em várias semanas (...) mas está melhor”	T2
A cidadania e a autonomia social		Eles não têm muita consciência da cidadania	T1- “Eles não têm muita consciência da cidadania, não sabem que têm muitos direitos (...) eles só sabem que têm direito a uma pensão, não sabem que têm muitos mais direitos que na verdade têm (...) Portanto é dar-lhe o conhecimento, mas também ajuda-lo pelo menos numa fase inicial em obter esses direitos”	T1
		Continuarem a terem estas oportunidades da instituição	T2- “É eles continuaram a terem estas oportunidades da instituição e continuarem este trabalho (...) seguramente eles estarão cada vez mais próximos de quebrar o estigma, de serem reconhecidos socialmente. Agora com a batucada começamos a fazer animações aqui no carnaval, e de repente as pessoas começaram a ver a batucada como uma coisa que faz música (...)e depois são aquelas pessoas que tinham esse estigma e que consideravam aquelas pessoas como os “maluquinhos” da vila, mas agora estão a ter um papel social ativo que fazem parte daquela orquestra. Portanto isto são tudo pequenos passos”	T2
		Os utentes não estão consciencializados sobre a sua deficiência	T1- “Não (...) Os que estão consciencializados sobre a deficiência são secalhar os dois casos de...os rapazes que foram vítimas de acidente de viação (...) um ficou revoltado e o outro aceitou e faz para viver bem dentro da condição que tem e o outro faz para alterar tudo o quanto pode, porque não aceita que é deficiente. Hamm...as outras situações eles nem têm bem a consciência que são deficientes, alguns dizem que não têm força nas pernas, os outros dizem que a cabeça antes era boa e agora não sabem porque é que a cabeça não está muito boa (...)”	T1

		Eu acho que eles estão consciencializados sobre a sua deficiência”	T2- “Eu acho que sim, porque à partida estas pessoas estão todas diagnosticadas...eles sabem. Bem depende do nível de capacidade que eles têm. Temos por exemplo uma miúda com trissomia 21 que duvido que ela tenha consciência da sua condição na totalidade, mas depois temos outros utentes que sim, até porque eram pessoas “normais” que sofreram acidentes e ficaram com questões de mobilidade reduzida, eles têm muita consciência e muitas vezes demonstram essa revolta dessa consciência que têm por não conseguir sequer fazer as coisas mais rápidas ou chegar mais longe com as suas dificuldades de autonomia (...)” T3- “Têm, a maioria deles têm (...)Há quem fique frustrado tendo em conta daquilo que têm, mas depois acabam por lidar. Mas aqui também temos um serviço de psicologia a nível individual, eles acabam por conseguir também falar e isso é muito bom”	T2, T3
		Podia se fazer tanta coisa mas é difícil mudar mentalidades	T3- “Podia se fazer tanta coisa, mas eu acho que mudar estas mentalidades é muito difícil, podia-se fazer ações de formação, imensas coisas. Mas isto tem muito haver a forma como vemos as coisas, por isso... aliás eu não estou a desacreditar da cidadania mas eu acho que é difícil mudar os cidadãos todos. Por isso é que eu acho que se houvesse mais instituições e mais empresas aí sim conseguimos mudar alguma coisa”	T3
		Eles não demonstram interesse em votar	T1- “Não! (...) alguns nunca votaram nem percebem muito bem a questão dos votos. Levarem um cartão de cidadão também não sabem interpretar, tanto que alguns das atividades que fazemos com eles é precisamente preencher impressos...não sabem preencher o número de cidadão, não sabem sequer que têm um cartão de cidadão, da segurança social, e também nunca tiveram esse interesse, porque lá está desde pequenos foram considerados uma carta fora do baralho que a opinião deles não servia para muito (...)”	T1
I -Necessidades	Principais necessidades	Todos têm necessidades tão diferentes	T1- “Todos têm necessidades tão diferentes... eu acho que não há assim uma necessidade global, sequer era realmente isto que estamos a tentar fazer, lhes dar alguma ocupação e puxar por eles...estimula-los mas depois cada um tem a sua necessidade em particular...alguns têm a necessidade principalmente do carinho, do afeto e da atenção, outros têm a necessidade de trabalharmos com eles a questão da autonomia na alimentação para poderem ir a um café, pedir um café e beber sozinho. Outro têm a necessidade de aprender a apanhar um autocarro para poder ir a casa sozinho sem os pais terem que fazer grandes deslocações para vir busca-los (...) Nós tentamos sempre perceber dentro do ambiente da pessoa, dentro das muitas necessidades quais são as que fazem mais sentido de serem trabalhadas”	T1
		A nível social e emocional	T3- “É muito a nível social, emocional, relacional...eles têm muita dificuldade, a onde existe mais conflitos é aí. Eu gero mais a parte emocional, cabe-me a mim essa parte”	T3

Volume CD-Rom